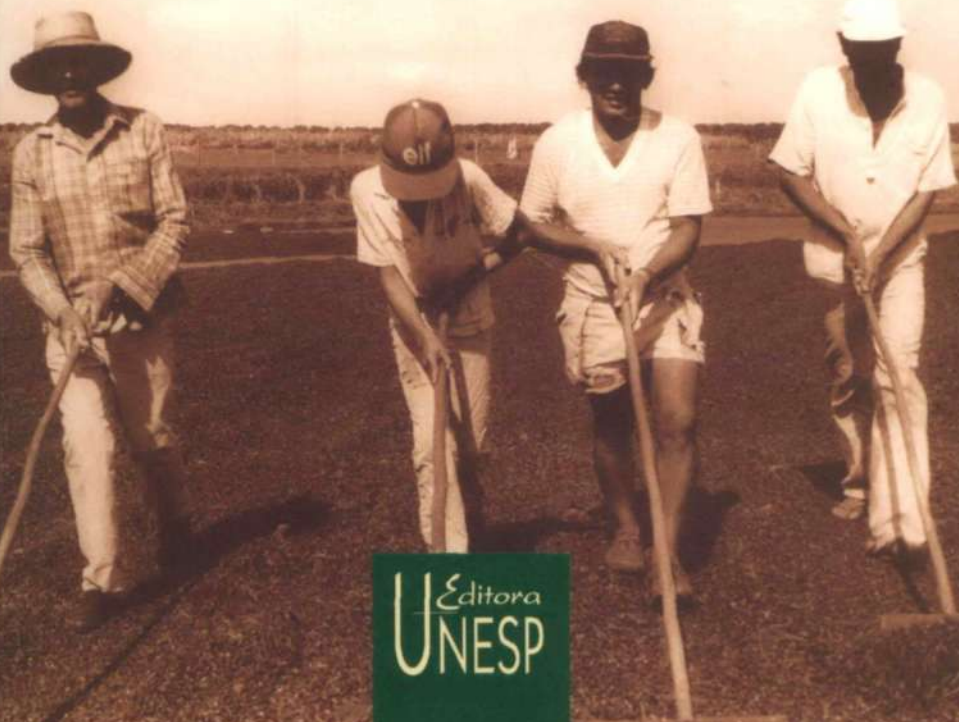


Maria Aparecida de Moraes Silva

Errantes do Fim do Século



Editora
UNESP

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Neste fim de século, é bastante significativa a produção de temas ligados aos trabalhadores urbanos quanto à exclusão social, precarização do trabalho, desemprego, perda dos direitos. No que tange àqueles da área rural, a atenção dos analistas e da imprensa, em geral, tem-se voltado para a luta em tomo da reforma agrária, promovida pelos sem-terra.

Errantes do fim do século pretende explicar o feixe das condições sociais que ocasionaram o surgimento do(a) trabalhador(a) rural, denominado(a) bóia-fria, no início da década de 1960, bem como o seu desaparecimento no momento atual, em virtude do vertiginoso processo de modernização que vem suprimindo milhares de postos de trabalho. Trata-se de um estudo sobre o processo de acumulação primitiva, responsável pela usurpação das terras dos camponeses do Vale do Jequitinhonha-MG, transformados em migrantes sazonais, em *trabalhadores de fora*, os quais, juntamente com os antigos colonos, parceiros e sitiantes, transformados em *bóias-frias*, passaram a compor o grande exército do lumpemproletariado nas usinas e fazendas no interior do Estado de São Paulo. A compreensão das relações de exploração-dominância operou-se mediante a análise do entrecruzamento das relações de classe, gênero e raça/etnia. Entendendo a história como processo, este estudo procura analisar as mediações, a história concreta que se faz e se desfaz, as transformações das estruturas e dos sujeitos. Por detrás dos rostos escurecidos pela fuligem da cana queimada, portanto, por detrás do trabalhador abstrato, enxergam-se o homem, a mulher, o negro, a negra, o migrante, o baiano, o mineiro. Neste fim de século, ameaçados (as) pelas máquinas colhedeiças de cana, descartados (as) como bagaceira, sentem-se como errantes, em busca do trabalho perdido, de um outro lugar e de um outro tempo.

ERRANTES DO FIM DO SÉCULO

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

José Carlos Souza Trindade

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Editor Executivo

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Conselho Editorial Acadêmico

Alberto Ikeda

Antonio Carlos Carrera de Souza

Antonio de Pádua Pithon Cyrino

Benedito Antunes

Isabel Maria F. R. Loureiro

Lígia M. Vettorato Trevisan

Lourdes A. M. dos Santos Pinto

Raul Borges Guimarães

Ruben Aldrovandi

Tânia Regina de Luca

ERRANTES DO FIM DO SÉCULO

MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA

1ª Reimpressão

Editora
UNESP

Copyright © 1998 by Editora UNESP

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)

Praça da Sé, 108
01001-900-São Paulo-SP
Tel.: (Oxx11)3242-7171
Fax.:(Oxx11)3242-7172

Home page: www.editora.unesp.br

E-mail: feu@editora.unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Maria Aparecida de Moraes

Errantes do fim do século/Maria Aparecida de Moraes Silva.-São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. - (Prismas)

Bibliografia.

ISBN 85-7139-214-5

1. Classes sociais - Região de Ribeirão Preto (SP) 2. Problemas sociais - Região de Ribeirão Preto (SP) 3. Trabalhadores rurais - Região de Ribeirão Preto (SP) 4. Trabalhadores rurais migrantes - Região de Ribeirão Preto (SP) I. Título. II. Série.

98-3981

CDD-306.3640981612

Índice para catálogo sistemático:

1. Trabalhadores rurais migrantes: Região de Ribeirão Preto: São Paulo: Estado: Condições sociais: Sociologia 306.3640981612

Este livro é publicado pelo

Projeto de Edição de Textos de Docentes e Pós-Graduados da UNESP -
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UNESP (PROPP)/
Fundação Editora da UNESP (FEU)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias



PREFÁCIO

Tive o privilégio de lecionar Sociologia para a Prof^ª Maria Aparecida Moraes Silva, de ser, posteriormente, sua colega de docência na UNESP - Araraquara e de ser membro da banca examinadora de sua livre-docência, ora convertida em livro. Fui escolhida para a difícil tarefa de prefaciar *Errantes do fim do século*. Certamente não saberei corresponder à excelente qualidade da obra. Tentarei, contudo, ressaltar pontos que o leitor poderá não perceber.

O trabalho de campo no qual se apóia o livro é de fazer inveja a muito pesquisador. Maria não se contentou em entrevistar os trabalhadores e trabalhadoras da região de Ribeirão Preto, muitos dos quais procedentes do Vale do Jequitinhonha mineiro. Deslocou-se para municípios do Estado de Minas Gerais, a fim de estudar, *in loco*, as especificidades do processo de expropriação dos camponeses parvifundiários. Não lhe escaparam os Cartórios de Registro de Imóveis, onde descobriu processos de legalização de roubos de terras de camponeses muito pobres e sem recursos intelectuais sequer para protestar adequadamente contra esta forma de pilhagem. Em alguns casos, a terra chegava mesmo a ser comprada pelo "invasor". Sem título de propriedade, o camponês vendia seus 10 ou 15 hectares de terra. O novo proprietário, seguramente com a conivência do cartório, registrava uma área cem vezes maior, o

que lhe permitia deixar de comprar numerosas pequenas glebas ao redor da adquirida. A grilagem de terras tem sido, no Brasil, um meio eficaz de expansão do capitalismo.

O fato de Maria saber lidar com diferentes tempos - o tempo do camponês, o tempo do capitalismo, o tempo do bóia-fria - possibilitou-lhe uma análise percuciente do processo de acumulação primitiva, fugindo, assim, de um raciocínio linear e, por conseguinte, de uma leitura linear da história. Ela poderia ter dado por suposto o processo de desapropriação do camponês. Não procedeu desta forma, buscando as fontes que comprovam este movimento da história. Mais do que isso, procurou literatura que descrevesse processos semelhantes em outros países. Como, no Brasil, os cartórios eram concessão do Estado com outorga do direito de legalizar atos civis, mas "privatizados", na medida em que se transmitiam por herança, a *res publica*, embora diluída neste misto de público-privado, participou ampla e intensamente a favor do extermínio da figura do camponês e, por conseguinte, a favor da implantação de relações capitalistas. Não há um mal intrínseco a este processo, do ângulo lógico. Historicamente, entretanto, ele tem se revelado extremamente violento. Marx descreveu esta violência na Inglaterra, assim como outros autores o fizeram para outras nações. Os "ardis jurídicos", como Maria denomina os meandros da lei e as formas fraudulentas de aplicá-la, além de representarem atozes violências contra os socialmente desprotegidos, legalizam e mesmo legitimam o roubo que reside na base de todo processo de acumulação, sobretudo no de acumulação primitiva. Não se pode, portanto, disfarçar a ativa participação do Estado em diferentes momentos deste processo, o que, aliás, lhe cabe realizar como representante dos interesses dos mais poderosos. Estes sabem usufruir do poder e conservá-lo em suas mãos. Os camponeses não são desapropriados, todos, de uma só vez. Isto poderia gerar revoltas, como ocorreu na Europa. O processo de desapropriação de terras no Brasil obedeceu a um critério quase científico, a um tempo apropriado ao paulatino desenraizamento do camponês, a sua gradativa proletarização, ou melhor, lumpenproletarização. Processo similar ocorreu com os colonos do café, que perderam moradia, lenha, o direito de plantar entre as fileiras de árvores do cafezal e numa pequena gleba cedida pelo patrão.

Não é gratuito o fato de o município de Feliz, no Rio Grande do Sul, ostentar o melhor índice de desenvolvimento humano (IDH), segundo relatório da ONU. Trata-se de região de pequenas propriedades, que fugiu ao esquema da concentração da riqueza em poucas mãos e, conseqüentemente, da difusão da miséria para a maioria da população. Na Região Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam ilhas de pequenas propriedades. Já o Paraná, especialmente sua parte norte, expulsou camponeses entrevistados por Maria na região de Ribeirão Preto. Em outros termos, a colonização do norte do Paraná viabilizou, de modo veloz, a instauração da relação de dominação-exploração específica do capital. Maria estuda as filigranas da violência, não lhe escapando suas formas simbólicas, de mais difícil apreensão.

Estas violências, porém, não caracterizam somente o percurso da desapropriação, a trajetória do desenraizamento. Persistem na atualidade: pesagem fradulenta da cana, pulo do gato, lista negra etc. Trabalhadores e trabalhadoras vivem dentro de um círculo de fortes controles. A mera existência da lista negra funciona, enquanto ameaça, como controle social dos mais impiedosos, pois representa a desafiliação progressiva que culmina com o desemprego, ou seja, com a perda dos vínculos sociais, a exclusão em praticamente todos os níveis, como bem mostrou Castel em *Les métamorphoses de la question sociale* (Fayard, 1995). O camponês foi, primeiramente, desafiliado de sua comunidade, perdendo os contactos primários e sendo obrigado a adaptar-se a relações fragmentárias, insatisfatórias. As subjetividades destes seres ficam tão comprometidas com os solavancos que sofrem, que muitos se tornam alcoólatras. Como diz Bourdieu em "Nouvelles réflexions sur la domination masculine" (*Cahiers du GEDISST*, n.11, 1994), "as discriminações ... são instituídas ... tanto nas coisas quanto nos cérebros". Pode-se substituir cérebro por psique e ter-se-ão subjetividades impregnadas pelo medo, gerado pelos controles sociais, pelo pânico do desemprego, crescente à medida que os equipamentos penetram no campo, pela cada vez maior precariedade da existência material. Assim, não se trata de atentar somente para as ideologias legitimadoras da exploração-dominação de classe, de gênero e étnico-racial. Trata-se também de examinar a dimensão

material, a fim de se apreender a produção da vida, aí inclusa a reprodução, como processo social total e os termos de sua degradação. Não se pode, pois, deter-se exclusivamente no fato de que o bóia-fria não tem emprego durante todos os meses do ano. Mesmo quando o tem, ou até por isto mesmo, degrada-se física, psíquica e moralmente, dados os constrangimentos de toda ordem a que é submetido. A família também experimenta estes movimentos.

Quando entram em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), de 1963, e o Estatuto da Terra (ET), de 1964, tem-se o Estado, mais uma vez, patrocinando e dirigindo o processo de expulsão de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Grande parte deles foi integrar o lumpemproletariado dos grandes centros urbanos; outra, passou a residir em cidades-dormitórios e a trabalhar como bóias-frias. A família, como bem mostra Maria, sofre profundas transformações graças à institucionalização de certas normas de trabalho. Trabalhadoras passam a conviver mais com homens estranhos a sua família seja no canavial ou nos laranjais, seja nos caminhões, que diariamente transportam ambas as categorias de gênero para as fazendas e de volta para casa. Este fato, ainda que aparentemente seja irrelevante, traz mudanças nos papéis femininos e masculinos. A análise da vida de Nilza, através da figura da Pombagira, revela uma sexualidade liberta das repressões típicas das famílias camponesas. As trabalhadoras vestem calças compridas como os homens, mas cobrem-nas com saias, conservando, assim, um símbolo importante da feminilidade. Como as demais mulheres pobres obrigadas a contribuir para o orçamento doméstico, enfrentam dupla jornada de trabalho. Poucas são, todavia, as trabalhadoras urbanas com dever de se levantar tão cedo. Sem minimizar as duras condições de trabalho de numerosas mulheres engajadas na economia urbana, é preciso reconhecer que a vida da trabalhadora rural é extremamente dura. A própria produção da vida vai apagando, celereamente, a vida no corpo de todos os trabalhadores, em especial das trabalhadoras bóias-frias. Aos 40 anos, elas aparentam 60. O sol, a chuva, o peso do facão, a postura corporal, tudo contribui para um desgaste acelerado e um envelhecimento precoce.

O trabalho de Maria apresenta, dentre outros, o mérito de haver selecionado um assunto e tê-lo estudado pelos recortes de

gênero, raça/etnia e classe social. Realizou com muita competência uma análise em termos de minha idéia de nó. Para que o leitor se familiarize com esta noção-diretriz, é necessário preveni-lo de que não se trata de um nó apertado. A figura do nó foi usada por mim para mostrar, simultaneamente, a simbiose entre o racismo, o sexismo e as classes sociais, assim como deixar aberta a possibilidade de se puxar uma ou outra ponta dos eixos que o formam, para se realizar um escrutínio mais acurado. Não se trata de separar estas contradições, que operam por meio desta nova realidade de caráter fusional, mas de examinar cada uma delas à luz do nó que formam. O nó não apresenta a frouxidão dos laços que se desfazem ao menor movimento. Tampouco é duro a ponto de tornar irreconhecíveis as contradições que o compõem. E, sobretudo, deixa as pontas dos eixos à vista, dispostas a revelar suas especificidades. O mais importante a frisar, contudo, é a natureza contraditória do nó, que, ademais, é regido por uma lógica também contraditória. Vale dizer que trabalhar com a categoria de nó exige, não um raciocínio linear, mas dialético. Maria soube aprender muito bem esta idéia e aplicá-la. Mais que isto, não foi repetitiva, foi original, criando novas maneiras de utilizar minha idéia.

Estou muito longe de haver apontado todas as qualidades deste livro. Talvez nem tenha percebido uma parte delas. Procurei ressaltar as que me parecem não-usuais. Mas Maria é, de fato, pessoa excepcional. Sua integridade a toda prova faz dela uma pesquisadora confiável quer no levantamento dos dados, quer na leitura cuidadosa e no aproveitamento rigoroso da bibliografia.

Por todas estas razões e outras que não caberia mencionar aqui, *Errantes do fim do século* deve ser absorvido por seus leitores no que apresenta de substantivo e também de adjetivo. Uma análise metodológica do livro permitirá importante aprendizado ao leitor. Estou certa de que esta obra terá sucesso na comunidade acadêmica, assim como em outros segmentos da população brasileira.

Heleieth I. B. Saffioti

São Paulo, setembro de 1998.

*À Maria Antônia. Minha mãe.
Silêncio. Resistência.
A Marina e ao Pedro.
Crianças. Brilham
as estrelas.*

SUMÁRIO

Apresentação	15
Prelúdio - Começo do mau encontro: imagens do êxodo	25
A chegada do estranho nos grandes sertões e veredas	27
A lei dos pobres expulsa os pobres do campo	61
Primeiro episódio - A formatação do "bóia-fria". O deslindamento do processo de exploração-dominação	81
O laboratório secreto do eito	83
Os mediadores do processo de exploração-dominação	107
O microcosmo da dominação	151
As meninas do descarte	171
O "bom cortador" de cana	201

Segundo episódio -	
O "estranho" na cidade	217
Gente dos "países" do Norte	219
Corpos frágeis	245
Mulher, negra, "bóia-fria" a três vozes	269
Terceiro episódio -	
Fim do mau encontro	303
A máquina: o descarte da bagaceira	305
Quarto episódio -	
Galerias de retratos	323
Referências bibliográficas	357

APRESENTAÇÃO

Errantes do fim do século é o resultado de várias pesquisas, levadas a cabo no período entre 1987 e 1990, acerca dos(as) trabalhadores(as) rurais na região de Ribeirão Preto - SP, considerada uma das áreas agrícolas mais ricas do país. Emprega-se o conceito de região, segundo o IBGE. Atualmente, a região de Ribeirão Preto congrega as seguintes sub-regiões: Ribeirão Preto, Franca, Ituverava, São Joaquim da Barra, Barretos, Jaboticabal, Araraquara e São Carlos. Os municípios destas sub-regiões totalizam oitenta. Em 1993, esta região possuía 29 usinas de açúcar e 17 destilarias, com uma produção de 3,5 bilhões de litros de álcool e 42 milhões de sacas de açúcar. Estas usinas movimentaram US\$ 2,4 bilhões e empregaram 70 mil trabalhadores, dos quais 30 mil eram provenientes de outros estados, especialmente do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e sul da Bahia. Do total da produção de açúcar, 2,62 milhões de sacas foram exportadas. (Folha de S.Paulo, Folha Nordeste, 2.5.1993, p.10).

Trata-se de um estudo visando à apreensão dos processos de expropriação, exploração-dominação e exclusão de milhares de homens e mulheres, produzidos no bojo da *modernização trágica* implantada na década de 1960, cujos efeitos, além do maciço êxodo rural, foram traduzidos por um violento processo de proletarianização. Este estudo revela a verdadeira saga de milhares de homens e mulheres, ora errando de um lugar a outro, permane-

cendo ausentes de suas roças, situadas no Vale do Jequitinhonha-MG, durante nove meses ao ano. Relata também uma outra saga, a dos "bóias-frias" do lugar. Todos(as) submetem-se às mais duras condições de trabalho, são negados e discriminados e produzem, ao mesmo tempo, as bases materiais da enorme riqueza desta região.

Em vez das alegorias, da história linear, objetiva-se a análise das mediações, da história concreta que se faz e se desfaz, das transformações tanto da estrutura quanto dos sujeitos. Aprofunda e alarga o entendimento do eixo da exploração-dominação por meio da acepção das três organizações sociais que se entrecruzam e marcam estas vidas: de classe, gênero e étnico/racial.¹ Atrás dos rostos escurecidos pela fuligem da cana queimada, portanto, por detrás do trabalhador abstrato, enxerga-se o negro, a negra, o migrante, o homem, a mulher. Ao ampliar o campo da dominação, verifica-se, além da econômica, da extração do mais-valor, a dominação mediada por representações carregadas de significados de gênero e étnico-raciais. Esta postura teórico-analítica permite, *mutatis mutandis*, a compreensão da multiplicidade, das diferenças, das especificidades destas relações. E mais. Permite a percepção da maneira pela qual os diferentes agentes da dominação apóiam-se uns sobre os outros, negam-se entre si ou se reforçam mutuamente. Não se entende a dominação como algo político

As discussões acerca de gênero e raça/etnia aparecerão no decorrer do texto. No entanto, algumas considerações preliminares são feitas. Gênero, classe e raça/etnia são vistos como relações sociais, em permanente transformação. Adota-se a definição de gênero, segundo a qual "o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder" (Scott, 1990, p.14). Saffioti & Almeida comentando esta definição afirmam que o gênero "é ubíquo, permeado de instâncias do simbólico, das normas de interpretação do significado de diferentes símbolos, da política institucional e da política *lato sensu* e da identidade masculina e feminina ao nível da subjetividade" (199S, p.8).

Em razão do mito da democracia racial existente no Brasil por meio da mistura de raças diferentes, a mistura e a complexidade do fenômeno étnico-racial são muito grandes. Etnia como relação social reflete a afirmação de um determinado grupo a partir da cor, cultura e origem geográfica, característica de uma identidade definida por ele e pelos outros grupos (Sansone, 1995). A identidade étnica inclui elementos culturais, sociais, objetivos e simbólicos (Seyferth, 1994).

Estas conceituações serão retomadas à luz da realidade estudada no decorrer dos capítulos.

e a exploração como algo econômico. Não se tem a visão dualista assentada sobre oposições. Exploração e dominação existem numa relação simbiótica, são as faces de um mesmo fenômeno (Saffioti, 1988, p.147-8). Trata-se, portanto, de um processo de exploração-dominação baseado na articulação das três organizações sociais: de classe, de gênero e étnico/racial. Não se hierarquizam estas organizações. Do mesmo modo, os determinismos e as tipificações são afastados; ora a organização social de classe far-se-á preponderante, ora a de gênero, ora a étnico-racial ou as três atuarão igualmente. Por isso, a distribuição dos capítulos deste estudo não segue um padrão comum, pois toda articulação se define pela desordenação, o que não significa ausência de método. Muito ao contrário, é a desordenação desta articulação que se constitui a essência do método, orientando esta distribuição.

A análise do processo de expropriação, prelúdio desta história, permitirá o entendimento dos sujeitos dominados, fabricados pelas relações de dominação e, concretamente, das ações de submissão e de revolta manifestas, invisíveis, silenciadas, sociais ou individuais. O campo de observação não se fixou somente nos escritórios da empresa e no eito dos canaviais, laranjais ou cafezais. Procurou-se estar em cada canto, mesmo naqueles mais escondidos, nas ruas das cidades-dormitórios, nas grotas perdidas do Vale do Jequitinhonha, nos barracões das fazendas de café, nos alojamentos da Usina, nas carrocerias dos caminhões, nos cômodos apertados ou nas barracas de lona e até nos seus mundos interiores (a maior parte dos dados primários refere-se ao período de 1987-1991).

Em cada um desses espaços-tempos, a pergunta que aflorava era sempre a mesma. Como e por que estes homens e mulheres suportavam a dominação? Tratar-se-ia de uma "servidão burguesa", ou "servidão voluntária", ou "involuntária"? Paulatinamente, se percebeu que a resposta a esta questão somente seria possível mediante o resgate da história produtora destes trabalhadores, isto é, das condições prévias, responsáveis pelas formas de trabalho alienantes, repugnantes e próximas de um trabalho forçado. As condições de trabalho desumanas correspondem aos homens e mulheres que as aceitam/negam em virtude de um pro-

cesso que os produziu como tais. Trata-se de um verdadeiro "investimento" (Bourdieu, 1989, p.96 ss.) necessário à exploração e à dominação, que só se tornaram possíveis por um ato de força objetivante contra a vontade subjetiva do trabalhador. A introjeção da exploração e da dominação é constitutiva da experiência do trabalho e das atitudes manifestas.

Muito embora o processo de acumulação primitiva tenha variações quanto à forma, no que tange aos camponeses do Vale do Jequitinhonha e aos do "lugar" (isto é, aos paulistas) quanto ao conteúdo, ele provocou os mesmos efeitos: trabalhadores nus, desprovidos de suas condições objetivas prévias e negados pela lei enquanto trabalhadores possuidores de direitos. Este último aspecto, caracterizado pela figura do "volante", daquele não reconhecido pela lei é, de *per se*, a especificidade deste processo. Ou seja, ao mesmo tempo que o trabalhador é produzido, ele é negado pelas relações jurídicas. Inegavelmente, o processo de exploração-domação instaurado alicerçou-se sobre os pilares destas relações jurídicas, que nada mais são do que expressões das relações de classes. Essas relações produziram a coerção interna e foram imprescindíveis à disciplina do trabalho instaurada em seguida. Foram os elementos responsáveis pela canalização das energias para o trabalho, na medida em que forçaram os trabalhadores a se sujeitar às regras capitalistas. As leis impostas representavam uma verdadeira ética corretiva para o trabalho, um remédio eficiente para extirpar hábitos, valores prevaletentes nos sistemas de trabalho anterior, empobrecendo, assim, o mundo interior. Objetiva-se, portanto, aprofundar a análise das relações jurídicas prévias à instauração do processo de exploração-domação com o intuito de apreender as forças objetivas e coercitivas atuantes e independentes da vontade subjetiva dos trabalhadores.

Além desse processo de acumulação primitiva de proletários, segundo a expressão de Bertaux, que atingiu o conjunto de homens e mulheres, há de se considerar que, em razão das organizações sociais de gênero e raça/etnia, aprofundaram-se as diferenciações, conduzindo ao agravamento da exploração e dominação. Isto não significa que o processo de dominação-exploração não tenha existido antes. O que ocorreu foi uma mudança nas relações

sociais, no interior da dominação capitalista. Os antigos coronéis e fazendeiros foram substituídos pelos usineiros e fazendeiros via novos mediadores, sob a égide do Estado e dos aparatos jurídicos.

A análise do processo de expropriação conduz à compreensão das diferenças sociais. Não se trata de um exército homogêneo, de uma força de trabalho abstrata pronta para ser explorada pelo capital. Além dos cognominados "bóias-frias", habitantes das periferias ou das cidades-dormitórios, há os sazonais ou "queimatalatas" (migrantes), os "pingaiadas", referente dos que perambulam de uma propriedade a outra, trabalhando em troca de comida e bebida, os itinerantes, os peões-do-trecho que vivenciam a exclusão combinada ao pouco tempo de trabalho. Não obstante, estas diferenças sociais são impregnadas de referenciais étnico-raciais e de gênero. Em relação aos migrantes, recaí sobre eles o peso de serem de "fora", de "mineirada", "de baianada", enfim, de serem negados. Aqueles que vivenciam a exclusão são considerados marginais, mendigos ou pingaiadas.

Em outros termos, não é a expropriação que causa essas diferenças. O que ocorre é que as desigualdades sociais, frutos das organizações sociais de gênero e étnico-raciais, vão continuar ocorrendo quando estas relações sociais forem produzidas. Desta sorte, o migrante será percebido, por exemplo, enquanto trabalhador e enquanto "negro", "baiano", "mineirada", enfim, diferente do trabalhador do "lugar". O processo de expropriação que desnuda o trabalhador não é independente do processo de exploração-dominação gerado em seguida. Igualizados do ponto de vista da classe social, diferenciar-se-ão a partir das categorias de gênero e étnico-racial. No que tange às mulheres, a dominação já existia anteriormente, o mesmo ocorrendo em relação aos negros e mestiços quanto à raça-etnia.

Quanto à expropriação, ela foi tema de muitos estudiosos das questões agrárias, sobretudo, daqueles que não entendem estas questões somente a partir da óptica dos complexos agroindustriais, da modernização. No que tange à exploração de trabalhadores rurais no Estado de São Paulo, a produção científica é bastante relê-

vante, sendo poucos, no entanto, os trabalhos com recorte de gênero.² Dada a magnitude da problemática deste estudo, a apreensão dos processos de expropriação, exploração-dominação e exclusão, vista por meio do entrecruzamento das relações de classe, gênero e étnico/racial, optou-se por realizar os seguintes recortes: análise do processo de acumulação primitiva responsável pela expulsão dos camponeses de suas terras no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais), já que a maior parte dos contingentes dos migrantes sazonais desta região é constituída por estes trabalhadores; quanto à expropriação do colonato do Estado de São Paulo, a análise priorizará o recorte jurídico, procedimento também adotado na análise do processo ocorrido no Vale do Jequitinhonha. Em ambos os casos, visar-se-á ao processo de desenraizamento por meio da violência aberta ou não, resultante da "acumulação primitiva destes proletários"; análise do processo de exploração-dominação a partir das três vertentes (classe, gênero e étnico/racial); o atual processo de exclusão. Estes momentos definem a *modernização trágica*, compreendida pelos processos de expropriação, exploração-dominação e exclusão. Muitos autores contribuíram para a compreensão desta realidade. No entanto, procurou-se articular as reflexões em torno do conceito de *nó*, cunhado por Saffioti (1992), pelo qual foi possível apreender o entrecruzamento das três organizações sociais mencionadas.

No que tange ao universo empírico da pesquisa na região de Ribeirão Preto, foram escolhidos alguns municípios produtores de cana-de-açúcar (Serrana, Dobrada, Guariba e Barrinha), de cana-de-açúcar e laranja (Américo Brasiliense e Araraquara), de café e cana-de-açúcar (Altinópolis), no período entre 1987 e 1990.³ As diferenças dos produtos, de per se, não são responsáveis

2 A bibliografia sobre estas duas temáticas aparecerá no decorrer do trabalho.

3 Quanto aos municípios de Araraquara, Américo Brasiliense, Serrana, Barrinha e Altinópolis, a pesquisa foi, em parte, realizada com a professora Vera Lúcia S. Botta Ferrante por intermédio do "Projeto Bóia-fria: vida, trabalho e lutas". As preocupações da professora recaíram sobre as lutas dos trabalhadores, objeto de sua tese de livre-docência, defendida em 1992, *A chama verde dos canaviais*.

pelas relações de dominação. Todavia, os diferentes processos de trabalho criam relações específicas de controle e disciplina. As técnicas de pesquisa utilizadas foram: história oral por meio de entrevistas, relatos orais e histórias de vida; aplicação de questionários a partir de uma amostragem aleatória acerca das condições de vida e trabalho. Quanto aos camponeses do Vale do Jequitinhonha, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com homens e mulheres nos locais de origem e destino, além de um trabalho fotográfico com cerca de 1.200 fotos. Foi também feito um levantamento sobre a compra e venda de terras no Cartório de Registro de Imóveis na cidade de Minas Novas (Minas Gerais). Além de fontes primárias, dados dos censos, da Fundação Seade, do Instituto de Economia Agrícola e da imprensa completaram as informações obtidas. Os dados quantitativos têm a finalidade de complementar os relatos orais. Em razão da escolha dos municípios ter sido feita a partir dos processos de trabalho agrícola diferenciados, a amostra não tem a pretensão de ser representativa de toda a região. Isto não significa que os dados sejam inverossímeis. Eles têm o sentido de exemplificar os elementos discutidos, sobretudo os referentes às condições de vida e trabalho. Nas cidades de Guariba e Dobrada não foram aplicados questionários. Em razão da cidade de Guariba ter sido palco principal das greves de 1984 e 1985, optou-se pela realização de entrevistas e histórias de vida com homens e mulheres. Na cidade de Dobrada, o Sindicato de Trabalhadores Rurais conta com várias mulheres em sua diretoria e a participação feminina nas greves é bastante acentuada, situação não generalizada em outras cidades. Optou-se pela obtenção de relatos orais capazes de captar estas situações.

Adotar-se-á tanto para as falas dos entrevistados(as), quanto para as dos autores, expressas em epígrafes, e as das fotografias, o mesmo sentido dado por Barthes:

Entender-se-á ... por linguagem, discurso, fala etc, toda unidade ou toda a síntese significativa, quer seja verbal ou visual: uma fotografia será, por nós, considerada fala exatamente como um artigo de jornal; os próprios objetos poderão transformar-se em fala se significarem alguma coisa. (1993)

No que tange à utilização das fotos, como técnica de pesquisa, cabe salientar que elas foram produzidas no contexto dos objetivos da investigação. Desta sorte, *elas somente poderão ser interpretadas e divulgadas no conjunto deste universo*. Partindo da idéia de que a imagem não fala por si mesma, mas é o pesquisador que lhe atribui a voz, reitera-se que, ao realizar este trabalho de sociologia visual, mediante o emprego de princípios sociológicos, objetivou-se a compreensão da aparência dos fenômenos estudados, bem como a atribuição de sentido à imagem. Assim sendo, desde as grotas do Vale do Jequitinhonha, o eito dos canaviais e cafezais, as ruas das cidades-dormitórios, os barracões, os alojamentos, até os interiores das casas, a câmera registrou as imagens contidas no projeto da investigação, visando a uma outra maneira de dizer, uma outra síntese de significados. Ainda mais. A existência de uma práxis, orientada por um projeto de transformação social, embutido na pesquisa, está impregnado pelas palavras de Berger (1980): "Um instante fotografado só ganha sentido se quem o vê puder ler numa duração que vá além de si mesmo. Quando consideramos uma foto significativa, estamos estendendo-a para um passado e para um futuro".

Originariamente, a presente publicação constituiu o trabalho com o qual conquistei, em abril de 1996, o título de livre-docência, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara. A todos os integrantes da Comissão Examinadora do Concurso, expressei meus agradecimentos pelas valiosas considerações feitas, especialmente, aos mestres Heleieth I. B. Saffioti, Edgar de Assis Carvalho, José de Souza Martins e José Vicente Tavares dos Santos.

Muitas foram as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse elaborado. Aos alunos *Grasiela Lima, Edson A. da Silva, Elisabeth David, Antônio C. Thomas, Lenice Rozendo*, agradeço pela enorme colaboração prestada nos vários anos de pesquisas de campo. Meus reconhecimentos aos professores *Teresinha d'Acquino* e *Carlos A. de Moraes* por terem me acompanhado nas difíceis e dolorosas *sendas das grotas, veredas e morradas* do Vale do Jequitinhonha. Aos meus queridos amigos

da Pastoral dos Migrantes, o padre *Antenor Dalla Vecchia*, as irmãs *Gregória* e *Inês Faccioli*, minha gratidão pelo compartilhar de uma convivência geradora de bons frutos, durante mais de sete anos. Aos amigos, Dons *Accioly*, *Leila Stein*, *Paulo Lima*, *Wilcon J. Pereira* (*in memoriam*), *Neusa Gusmão* e *Maria Stella Lemos Borges*, agradeço pelos incentivos constantes. A *Maria Amália Cunha* e *Luciane dos Santos*, agradeço pela paciência e pela meticulosidade com que me auxiliaram na árdua tarefa de revisão dos originais. A *Zelinda Camargo*, sou grata pela dedicação e por me liberar da *segunda jornada*. Aos homens, mulheres, trabalhadores rurais, camponeses, sindicalistas, agentes pastorais e todos quantos contribuíram para a realização deste trabalho, meus incontáveis agradecimentos.

A produção deste trabalho obrigou-me ao enclausuramento, ao afastamento voluntário de muitas atividades sociais e familiares. Ao meu marido *Elson* que, de diversas maneiras, ofereceu-me o apoio de que necessitava e compreendeu minhas angústias e momentos atormentados, minha profunda gratidão. Aos meus filhos *Valéria* e *Júnior*, os quais me ensinaram que a vida é cheia de rumos e metamorfoses e aprenderam a declinar de meu convívio em vários momentos, meus reconhecimentos.

Às Instituições FAPESP, CNPq, FCC, FUNDUNESP, meus agradecimentos pelos auxílios concedidos à realização da pesquisa.

PRELÚDIO

COMEÇO DO MAU ENCONTRO: IMAGENS DO ÊXODO

"Assim como a devastação da floresta destrói definitivamente espécies de vegetais úteis, a devastação ou a mutilação de grupos sociais diferentes do nosso suprime modos de viver e de pensar, bem como destrói saberes que representam um germe de alternativa para a desumanização acelerada que estamos vivendo."

José de Souza Martins, *A chegada do estranho*.

A CHEGADA DO ESTRANHO NOS GRANDES SERTÕES E VEREDAS

"Os grandes ladrões e os famosos corsários fazem assim: uns desnudam o país, os outros perseguem os viajantes, uns armam emboscadas, os outros estão à espreita, os outros massacram, os outros esfolam; e embora existam primazias entre eles e uns sejam apenas criados e os outros chefes do bando, no fundo não há um que não se sinta parte, senão do espólio principal, ao menos da busca."

Etienne La Boétie

A expropriação do campesinato do Vale do Jequitinhonha - MG é tomada como exemplo, resultante dos planos de modernização edificadas durante os anos 1960 e 1970, pelos governos da ditadura militar. De antemão, cabe dizer que, tal expropriação, culminando com a tomada das terras e destruição de parte do campesinato, não ocorreu, em sua quase totalidade, por intermédio da violência aberta, mas, ao contrário, da *violência escondida e legal*, ou seja, da violência monopolizada pelo Estado, com a promulgação de leis que implementaram os projetos de modernização nesta região.

Para dar conta desta proposta, foram utilizados, fundamentalmente, dados coletados pela pesquisa desenvolvida nesta região do Vale do Jequitinhonha referentes aos registros das escrituras de compra e venda das terras.¹ Por detrás do registro legal da propriedade das terras, pôde-se perceber um intrincado jogo jurídico produzido para reforçar a ação das classes dominantes. Deste modo, as leis, as regras do Direito não serão analisadas como se fossem neutras e pairassem acima da ordem vigente, porém como imbricadas nos fenômenos culturais, políticos e econômicos. Serão analisadas apenas algumas das mediações jurídicas do processo da tomada das terras dos camponeses do Vale pelas grandes companhias privadas e estatais, num período inferior a duas décadas.

Pelas características prevalecentes do processo de expropriação nesta região, pode-se afirmar que, ele guarda grandes semelhanças com o processo de acumulação primitiva, analisado por Marx, na Inglaterra. Neste país, a transformação do camponês em operário levou séculos para se consolidar. A tomada das terras, os *endosures*, os arrendamentos de terras pelos rendeiros capitalistas, efetivaram-se por intermédio de legislações específicas produzidas pelo Estado, sobretudo após a Revolução Gloriosa de 1688 (Moore, 1983).

O sistema clássico inglês relativo à modernização da agricultura foi caracterizado pelo domínio da grande propriedade e pela expropriação paulatina das terras comuns, utilizadas pelos camponeses, por intermédio da violência "dentro da lei da ordem", segundo os termos de Moore (1983). No entanto, este processo, tal como foi mostrado por outros autores, não se observou de forma linear. No tocante ao campo jurídico, muitas foram as leis que ora disciplinavam os *endosures*, ora a transformação dos expropriados em pobres, vagabundos ou operários, ou ainda, a destruição do uso costumeiro das florestas. De um modo geral, a existência das inúmeras leis reflete o caráter conflituoso e não consensual das relações entre as classes envolvidas.

1 Esta pesquisa teve como objetivos centrais a análise do processo de acumulação primitiva nesta região e as condições de vida nos dois espaços-tempos produzidos e reproduzidos pela migração sazonal, vivenciada pelos(as) expropriados(as).

Ainda que esquematicamente, podem-se agrupar estas leis em três tipos não excludentes entre si, mas interligados:

- Uma legislação sanguinária, analisada no capítulo "A acumulação primitiva" (Marx, 1977). Durante séculos, a classe dominante disciplinou a vida de milhares de camponeses expulsos de suas terras e aldeias. Criaram-se os estereótipos do vagabundo, do indigente. Perseguiu-se a ferro e fogo todo aquele que se recusou a vender sua força de trabalho. Recriou-se a escravidão, encarcerou-se o vagabundo, submeteu-se ao suplício, ou até mesmo à morte, todo aquele que fosse reincidente no desacato das leis (Foucault, 1983).
- Uma legislação paternalista, cujo objetivo não era a violência explícita, mas escondida, por meio da proteção. Em últimos termos, objetivou-se o controle do mercado de trabalho pelo Estado. Nesse tipo de legislação, pode ser citado o *Act of Settlement* (Decreto de Domicílio) de 1662, que impôs regras relativas à servidão paroquial. Esse decreto só terminou em 1795 com a *Speenhamland Law* (sistema de abonos), por intermédio da qual o pobre recebia uma renda mínima independente de seus proventos (Polanyi, 1980). Este autor salienta que o período da fixação dos pobres nas paróquias termina em 1834 com o *Reform ACT* por meio das *Poor Law*, quando o Estado inglês reconhece a existência dos pobres em nível nacional e, a partir daí, foram criadas as *Workhouses*, cujo objetivo era controlar e disciplinar os pobres indigentes, os excluídos do mercado de trabalho.
- Uma legislação baseada no terror que transformou as florestas utilizadas como áreas comuns, em espaços privados, em reservas de caça dos nobres. O exemplo clássico é a *Lei Negra* que vigeu na Inglaterra no período de 1723 a 1823. Analisando esta lei, com base numa farta documentação, Thompson (1987) conclui que, os "crimes" praticados pelos camponeses ao desrespeitarem as normas jurídicas relativas à proibição da caça, da construção de cabanas, da coleta de frutos, raízes, madeiras até o recolhimento de galhos secos para uso doméstico, na verdade, não eram crimes contra a pessoa, porém, contra a propriedade privada da terra.

Quanto a outros exemplos históricos, na Argélia, durante o período da colonização francesa, várias legislações fundiárias asseguraram o controle da terra pelos grandes proprietários colonizadores. As leis de 1856-1857, 1863 e 1873 impuseram o reagrupamento aos argelinos, até então dispersos, de acordo com a organização tribal, por todo o território. A integração jurídica foi, neste caso, a condição prévia para a modernização da agricultura e a desintegração das unidades tribais, quer mediante a organização econômica, quer social, política e cultural (Bourdieu & Sayad, 1964).

Acredita-se que tais exemplos não precisam ser multiplicados; o que interessa reter aqui é que estas legislações foram necessárias para impor os projetos de modernização da agricultura, tendo à frente o Estado. No que tange ao Brasil, a apropriação da terra, sob a forma capitalista, remonta ao período de 1850, quando a *Lei das Terras* põe fim ao regime das posses livres e estipula que as terras só seriam apropriadas por meio da compra. Sem remontar ao período colonial das Sesmarias, em que as terras eram doadas pela Coroa Portuguesa aos membros dos setores dominantes, pode-se afirmar que, a partir da *Lei das Terras*, o governo continua possuindo o direito público sobre as terras devolutas e, por conseguinte, cabe-lhe o monopólio sobre elas, alienando-as por meio da venda, como e quando lhe aprouver. Isto significa que a propriedade da terra, que antes atrelada às relações dos favorecidos com a coroa, agora vai depender do poder de *compra* dos futuros proprietários. É por meio deste monopólio que a expropriação de posseiros e a não-regulamentação das posses serão atos do direito público.

É bastante conhecido o momento histórico da criação desta lei. Fundamentalmente, ela surgiu para deter o processo de apropriação livre mediante a posse da terra. Era o momento da imigração de trabalhadores estrangeiros, cujo destino deveria ser, especialmente, o fornecimento de força de trabalho às lavouras de café. Por essa razão, o preço da terra estipulado pelo Estado deveria ser tal que sua compra se tornasse impossível aos trabalhadores nacionais e imigrantes. Como afirma Ruy Cirne Lima, a lei de 1850 não se referia apenas ao passado, no sentido de ocupar ter-

reno com cultura efetiva, como também ao futuro, ou seja à aquisição de terras devolutas (Lima, 1954, p.61 ss.). Quanto a estas terras, a legislação era clara:

Fica o governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta pública ou fora dela, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser exposta à venda. (Lima, 1954, p.63)

A definição de terras devolutas no artigo 3º, abrangia os seguintes itens:

1) as que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias ou outras concessões do governo geral ou provincial, não incursas em comisso, por falta de cumprimento das condições de medição confirmação e cultura; 2) as que não se acharem dadas por sesmarias ou outras concessões do governo que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas pela lei; 3) as que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas pela lei; 4) as que não se encontrarem aplicadas em algum uso público nacional, provincial ou municipal. (Lima, 1954, p.66)

Deste modo, firma-se a exclusividade dos direitos do Estado sobre as terras vagas, como diz o artigo 1º: "Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra". Fica então vedada a aquisição direta de terras devolutas pelos particulares (Lima, 1954, p.90). Essa lei vigorou até o final do Império. A Constituição de 1891, pelo seu artigo 64, previa a atribuição das terras devolutas aos Estados. Quanto ao Estado de Minas Gerais, a Lei n.550 de 20.12.1949 dispõe o seguinte sobre as terras devolutas:

Artigo 1: São terras devolutas as que havendo passado ao domínio do Estado, por força da Constituição da República:

a) não se acharem sob o domínio particular por qualquer título legítimo, nos precisos termos do parágrafo 2º, do Artigo 3, da Lei n.601, de 18.9.1850.

b) não tiverem sido adquiridas por título de sesmaria ou outras concessões do governo, não incursas em comisso por falta de cumprimento de medição, confirmação e cultura.

c) estiverem ocupadas por posseiros ou concessionários incursos em comisso por não as terem legitimado ou revalidado ou pago o preço e mais despesas da concessão, dentro dos prazos e na forma estabelecida pela legislação anterior.

d) não se acharem aplicadas a algum uso público federal, estadual ou municipal. (*RuralMinas*, 1980, p.9)

Esta mesma lei, no artigo 21, dispõe: sem prévia autorização do Senado Federal, não se fará qualquer alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 10.000 ha. Este limite no entanto, foi alterado para 3.000 ha, pela Constituição Federal, Artigo 164, parágrafo único, 1969. (*RuralMinas*, 1980, p.11 e 12)

Uma comparação entre as duas leis, a Imperial de 1850 e a Estadual de 1949, deixa evidente uma distinção na concepção de terras devolutas.

Diz a lei de 1850, que são devolutas, além dos itens anteriores, *as terras que não se acharem ocupadas por posses, que apesar de não se fundarem em título legal forem legitimadas pela lei*. A lei estadual de 1949 afirma, além dos itens anteriores, que são devolutas *as terras que estiverem ocupadas por posseiros ou concessionários incursos em comisso por não as terem legitimado ou revalidado ou pago o preço e mais despesas...* Ou seja, a primeira lei garante a prescritibilidade das terras, na medida em que elas forem legitimadas pela lei. No entanto, a de 1949 nega a prescritibilidade aos posseiros ou concessionários, caso não tenham legitimado as terras. No primeiro caso, a posse transforma-se em propriedade por meio da legitimação. Trata-se de um ato possível de acontecer, uma previsão. No segundo caso, aqueles incursos em comisso perdem a posse, portanto, por não terem procedido à legitimação.

Por que se deter neste ponto? O eixo da questão é a *legitimação*. Qual seu significado para o direito, que regulamenta a apropriação das terras assim chamadas devolutas? Em que medida o Estado erige-se no único que pode deter a concessão destas terras, já que, como bem mostra Cirne Lima, o Estado não é o proprietário segundo o direito privado, *porém o portador do poder público*, poder com o qual se arrogou o direito exclusivo sobre estas terras?

Logo, a propriedade privada das terras, no caso brasileiro, só foi assegurada pelo Estado, por meio da venda das terras devolutas e, conseqüentemente de sua legitimação ou reconhecimento pelo poder público. Todas as outras formas de apropriação que não tivessem este reconhecimento público, ou seja, que não tivessem o título *legítimo* regulamentado pela lei, eram consideradas devolutas. Residem aí, as sutilezas de nosso direito em comparação à legislação de outros países, no tocante à apropriação privada das terras. E mais ainda. Por detrás da aparência de igualdade de direitos a todos, impunha-se a necessidade da legitimação pelo poder público. É justamente esta imposição que esconde a violência da tomada das terras dos camponeses pobres dentro da lei e da ordem. Antes da análise do caso concreto em questão, far-se-á uma breve reflexão sobre outros elementos presentes nas regras jurídicas, dentre eles, a legitimidade. Habermas assim define a legitimidade:

Legitimidade significa que um ordenamento político é digno de ser reconhecido. Com essa definição, sublinha-se que a legitimidade é uma exigência de validade contestável e que é (também) do reconhecimento (pelo menos) factual dessa exigência que depende a estabilidade de um ordenamento de poder. Assim, tanto no plano histórico como no analítico, esse conceito encontra aplicação sobretudo nas situações em que a legitimidade de um ordenamento torna-se objeto de polêmica; no qual, como dizemos, surgem problemas de legitimação. Uns afirmam e outros contestam a legitimidade. (Habermas, 1990, p.219-20)

Essa definição acentua a necessidade de se considerar a legitimidade como problema, como polêmica, ou como algo que pode ser contestado, o que pressupõe uma situação de conflitos de classes no âmbito da sociedade.

Ao analisar a *Lei Negra*, que vigeu na Inglaterra durante um século, Thompson mostra que sua concepção do direito não é aquela partilhada pelo estruturalismo, para o qual o direito é um mero instrumento da classe dominante. O direito é uma mediação e um terreno de oposição das classes sociais (Thompson, 1976, p.140; 1987, p.352). É exatamente esta concepção do direito

como mediação e um terreno do conflito entre as classes, que conduz o autor a analisar a *Lei Negra* desde seu nascimento até seu desaparecimento, no bojo dos conflitos de classes gerados por ela. Outrossim, o autor confirma que não descarta ser a lei um instrumento da classe dominante e ideologicamente sua legitimadora.

Como expressão das relações de classe, é necessário que a lei apareça como legítima. Se a lei se manifestar parcial, injusta, não vai mascarar nada e nem contribuir para a hegemonia de uma determinada classe social. A condição prévia para eficácia da lei é a de que ela se mostre independente das manipulações de uma determinada classe social e possua a aparência de justa. (Ibidem, 1987, p.354). Ao pretender a generalização, a lei não pode aparecer como sendo uso exclusivo de uma classe. Ao contrário. Seus princípios de igualdade e universalidade precisam ser estendidos a todas as classes. Assim, ao referendar o direito de propriedade de uma classe, a lei não poderia negar este direito aos "despossuídos", que gozavam de pequenos direitos de uso agrário (p.355).

Muito embora procurando afastar-se da concepção do direito como mero instrumento de ação da classe dominante, a verdade é que esta análise sobre a *Lei Negra* revela, em última instância, que ela foi responsável pela destruição do direito costumeiro sobre as florestas. Mesmo que pequenos direitos de posse fossem adjudicados, eles não impediram a instalação das novas formas de apropriação das terras. E isso fora conseguido por intermédio de uma lei de terror, pela legitimação. Nesse sentido, as legitimações revelam que as instituições existentes são aptas a empregar a força política para a realização dos valores constitutivos de uma certa sociedade (Habermas, 1990, p.224). Faria afirma que a legitimidade não se vincula à resolução das contradições da sociedade de classes, mas, geralmente, à conservação de uma identidade normativa estabelecida, do mesmo modo, os conflitos são mascarados, ocultando suas origens históricas à medida que os trazem para o plano das abstrações, generalizações e tipificações do universo jurídico (1988, p.108).

Essas análises demonstram que a legitimidade pode ser assegurada, então, quer pela força, quer pela manipulação de certos

valores simbólicos e sociais. Um outro ponto a ser destacado é a particularidade dos contextos históricos dos Estados modernos. Ao cotejar os paradigmas jurídicos das sociedades europeias avançadas do final do século XIX e começo do século XX, com as sociedades da América Latina, África e Ásia, Faria afirma que nestas últimas, os Estados são os promotores da industrialização e da modernização e aí o direito é convertido num mecanismo indispensável às elites modernizantes (p. 111). Para este autor, uma das características da modernização destes países é a intervenção estatal no processo econômico e o abandono das categorias jurídicas tradicionais, mediante a incorporação de novos padrões e mecanismos do direito positivo, permitindo ao Executivo legislar, executar e julgar (p.111). Este aspecto confere ao direito seu viés autoritário para neutralizar as resistências e impor novos padrões de comportamento. Ainda mais. No caso brasileiro, durante o período da ditadura militar, o direito "nacional" seguiu as determinações das concepções do direito dos EUA, mediante a *Law and Development* e *Modernization of Law*, fortemente influenciado pelos programas de assistência econômico-comercial aos países do Terceiro Mundo (p.111).

As concepções deste direito eram de caráter instrumentalista, ou seja, a idéia prevalecente era a de que o país seria modernizado por meio da modernização das leis. Tal modernização far-se-ia pela importação das leis de economias avançadas, sem se levarem em conta as especificidades históricas dos países do terceiro mundo. No Brasil, o debate da modernização identificada à industrialização já vinha ocorrendo desde os anos 50, quando a dicotomia dos dois Brasis acirrou-se em torno do velho, arcaico, atrasado, identificados ao rural, e do novo, desenvolvido, industrializado, identificados ao urbano. Portanto, a implantação do regime militar representou a vitória da tese da modernização. Uma das primeiras medidas jurídicas desse período foi a criação do *Estatuto da Terra* pela Lei n.4.504 (de 30.11.1964), por intermédio da qual visava-se, prioritariamente, à modernização do campo por meio do aumento da produção e produtividade.

É interessante observar o caráter intervencionista e centralizador do novo regime, pois em 21.11.1966, fora criada, em con-

formidade com o *Estatuto da Terra*, a Lei n.4.278, pelo Estado de Minas Gerais, que regulamentava os projetos de colonização e desenvolvimento rural neste Estado, a *RuralMinas*. Essa lei, no seu artigo 7º, dizia: "Fica a Fundação RuralMinas investida do poder de representação do Estado na legitimação da propriedade e na discriminação de terras públicas domaniais e devolutas". Toda a atividade inicial se restringiu ao Noroeste mineiro, abrangendo 23 municípios, 110.000 km² com investimentos de 9 milhões de dólares, no período de 1970/1978, e a *legalização da ocupação* das terras públicas com financiamento do BID e BIRD.

De acordo com o que se viu anteriormente, a prescritibilidade das terras, ou seja, o usucapião, não se aplica às terras devolutas. Para isso, é necessária a legitimação, ou seja a venda preferencial aos ocupantes efetivos. Como retrata o próprio documento oficial, a questão da legitimação deu *RuralMinas*:

uma enorme tarefa já que as terras devolutas compreendem grandes extensões do território mineiro. Sua ocupação pelos particulares se processa ao longo do tempo, espontaneamente. Em muitos casos, a posse se estende por grandes espaços de tempo transferindo-se de pai para filho, sem que resulte em direito de propriedade. (*RuralMinas*, s. d., p.2)

A questão era, então, a transformação da posse em propriedade, por intermédio da legitimação. Nesse sentido, a Lei n.6.177, de 14.11.1973, declara que:

Artigo 1º: Fica a *RuralMinas* autorizada a providenciar a legitimação de terras devolutas, havidas de boa-fé, a qualquer título, há mais de 5 anos, quando requerida pelos interessados.

Artigo 2º: O pedido de legitimação de que trata esta lei far-se-á mediante requerimento instruído com documentação, referente à ocupação da terra.

Parágrafo único - A apresentação do requerimento ... somente poderá ser feita dentro do prazo de um ano a partir da vigência desta lei.

Artigo 3º: O requerente pagará o preço da legitimação das terras, por hectare ... correndo, ainda, às suas expensas, as despesas de medição, planta memorial e a taxa de expedição do título definitivo...

Tudo leva a crer que, entre a lei de 1966 e a de 1973, houve modificações com a finalidade de se permitir a legitimação, desde que efetuada a solicitação no prazo de um ano após a vigência da lei. Outros elementos precisam ser notados: o qualificativo *boa-fé* e a necessidade do cadastramento da gleba no INCRA. A *boa-fé* significava:

aquelas terras cujo ocupante ignora o vício que lhe impedia a apreensão da terra pública ou a aquisição do direito. A prova da ocupação por mais de 5 anos pode ser feita por vários meios e, para completar aquele prazo, o *requerente poderá somar ao seu tempo o de seus antecessores, exigindo-se sempre a boa-fé ...* o preço é simbólico (já que) o propósito do Estado é promover o ingresso do posseiro no processo de desenvolvimento rural ... o ocupante adquire a condição de proprietário; obter segurança para si e os seus familiares, coloca-se em posição de receber melhor assistência oficial, de obter financiamento, e a de uma assistência técnica permanente. (*RuralMinas*, s. d., p.3; grifos meus).

A vigência desta lei temporária, permitindo, democraticamente, a legitimação da posse, desde que se apresentassem provas de *boa-fé*, indica o grau de tensão social nesta região, conforme relatos colhidos pela pesquisa. A vigência temporária desta permissão legal traduz as relações deste campo conflituoso e, assim, concorda-se com Thompson, no sentido de que as leis são imbricadas nas relações sociais, e que, em virtude da resistência, pode haver rearranjos legais, com o objetivo de se evitarem as explosões sociais.

Por outro lado, além da *boa-fé*, exigia-se um preço (simbólico) pela terra e, ademais, as despesas de medição, planta memorial e taxa de expedição do título deveriam ser pagas pelos requerentes. Em outros termos, os requerentes, os posseiros, foram inseridos, de um momento para outro, em relações de troca mediadas pelo dinheiro. A própria terra ocupada há mais de dois séculos, portanto desde a decadência da mineração, transformara-se em mercadoria. A lei, ao se mostrar benevolente com os posseiros, na medida em que se baseava em princípios equânimes e de justiça social, tornava-se reconhecida e, assim, legítima. No entanto, esta aparência de igualdade e justiça sociais escondia a ratificação das injustiças e das desigualdades, na medida em que,

mesmo a preços "simbólicos", a grande maioria dos posseiros não pôde arcar com as despesas impostas pela lei. Por essa razão, "venderam" suas terras ou simplesmente as entregaram aos mercados de terras provenientes do Estado de São Paulo ou às grandes companhias estatais ou privadas de reflorestamento. É preciso reforçar que estes camponeses inseriam-se numa economia de valor de uso, na qual o dinheiro era praticamente inexistente. O direito formal, positivo, ao mascarar esta situação social, liquidava o direito costumeiro do "situante", daquele que está situado, estabelecido e que tem o direito à terra comum.

Antes de se passar à análise das formas sutis de tomada das terras "dentro da lei e da ordem", é preciso acrescentar que, além dessas leis que legitimavam a posse, a *RuralMinas* icumbiu-se da criação dos distritos florestais:

Os distritos são áreas ecológica e economicamente estabelecidas para a produção florestal, com fins nobres, principalmente o industrial. Têm como base áreas devolutas do Estado inteiramente desocupadas e inaproveitadas. (*RuralMinas*, s. d., p.4)

Dentre as vantagens da criação destes distritos, a *RuralMinas* enumerava as seguintes: 1. equilíbrio ecológico; 2. criação de empregos; 3. elevação da renda; 4. evitar o êxodo rural; 5. aproveitamento racional do solo; 6. interiorização do desenvolvimento.

Estes mecanismos podem ser definidos a partir dos "níveis de justificação" para a legitimidade, segundo Habermas. Enfim, uma lei para ser legítima, portanto aceita, não pode aparecer tão-somente como coatora, mas deve apresentar o seu lado "bom, justo ou premiai". Segundo a interpretação de Faria, ambas as técnicas, quer sejam as sanções negativas ou as positivas, são conjugadas entre si e não excludentes (1988, p.3). Trata-se, enfim de estabelecer relações desiguais, mas legítimas. De acordo com o zoneamento ecológico do IBDF, foram criados cinco distritos florestais em Minas Gerais: o do Triângulo, com mais de 4.000.000 ha; o do Vale do Jequitinhonha, com quase 6.000.000 ha; o do Centro-Oeste, com 2.000.000 ha; o do Vale S. Francisco, com mais de 4.000.000 ha; e do Rio Doce, com 4.000.000 ha. Trinta empresas

de reflorestamento participaram deste programa. Todas elas "utilizam terras antes ociosas e, em sua maioria, inadequadas à agricultura", mas apesar disso, o decreto obrigava a desenvolver a agropecuária em 3% da área e produzir alimentos em 1% da área (*RuralMinas*, s. d., p.3)

Feitas estas considerações acerca da concepção do direito e do contexto histórico da modernização da agricultura brasileira, do qual o Vale do Jequitinhonha é parte, cabe, na seqüência, mostrar como se verificou o processo de transformação da terra em mercadoria, acompanhada da conseqüente expulsão dos camponeses mediante a utilização dos mecanismos legais. Os dados disponíveis, em sua maioria, não registram os conflitos com a "lei". Ao contrário. A eficácia da lei observou-se, preponderantemente, segundo sanções positivas, traduzidas na legitimação das terras e da "venda" de terras "inadequadas" às grandes companhias. Os conflitos com a "lei" são mostrados, especialmente, no caso dos agregados, e analisados, profundamente, por Margarida Moura em *Os deserdados da terra*, em que a autora estabelece um diálogo entre as categorias do direito costumeiro e as do direito positivo, salientando as astúcias jurídicas empregadas pelos grandes fazendeiros para a expropriação dos agregados e situantes (1988).

Segundo o levantamento realizado, até 1983, quase 500.000 ha de terra tinham sido destinados à área de reflorestamento por intermédio dos incentivos fiscais. No entanto, a fim de se analisar este processo, é necessário resgatar, antes, a história destas terras cognominadas de "inadequadas" para a agricultura. A primeira vista, tratava-se de terras não habitadas e nem apropriadas por particulares. Foram consideradas terras devolutas, portanto, pertencentes ao poder público. Do ponto de vista geográfico, estas terras constituem a região de chapadas, ou seja, terras altas com a predominância dos cerrados. O Vale do Jequitinhonha, situado na parte nordeste do Estado de Minas Gerais, apresenta duas regiões diferenciadas: o Alto Jequitinhonha, que compreende estas terras altas e o cerrado, e o Médio Jequitinhonha, onde predominam as terras baixas e as savanas (Silva & Silva, 1986, p.194). Quanto à história destas terras, vários documentos registram que elas foram

objeto de disputa durante muito tempo entre os indígenas botucudos e os habitantes que aí se instalaram com as expedições auríferas. Em todos estes documentos, os índios aparecem como os invasores.

estes indígenas têm feito alguns acometimentos aos moradores destes lugares referidos e as vizinhanças de Minas Novas e certamente continuarão não vindo forças que os arrebata. Estes colonos ... entregues à falta de víveres sofrem grande necessidade, e sem recursos, não entram a cultivar as matas pelo medo do índio e assim achão-se em estado lastimável. (*Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1912, p.81)

Outro documento datado de 1835, confirma a impossibilidade de amansar estes índios, havendo, para isso, a necessidade da Carta Régia de 13.5.1808 "...não pode a tempos seguir a continuar no exercício de domesticar o restante deles digo, destes índios que ainda restão algumas hordas" (*Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1912, p.80). A Carta Régia de 13.5.1808 diz: "...sendo diárias as incursões dos índios botucudos na Capitania das gerais contra seus habitantes e mesmo contra os índios mansos e praticando com todos a mais bárbara antropofagia, impedindo os povos de conservar estabelecimentos de fazendas naquelas vizinhanças cuja devastação obrigava os proprietários a deixá-las com prejuízos muito grande ... foi necessário que a Carta Régia de 13.5.1808, mandasse do governador e capitão geral das mesmas Minas, fazer guerra ofensiva a taes inimigos até, que eles se sujeitassem às leis sociais e se reduzissem a viver aldeados, preparando assim a futura navegação do Rio Doce e cultura dos excelentes e férteis terrenos adjacentes para o que determinam também a organização de uma junta" (*Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1908, p.60). A mesma carta traz o registro, muito embora sem a data, do desfecho destas operações: "...os botucudos habitantes da parte do Jequitinhonha estão atualmente aldeados e por pouco se ajustam para o trabalho da lavagem e auxílio de puxarem as canoas pelo rio. Nas freguesias da Vila de Bom Sucesso, Sta. Cruz da Chapada e de São Domingos, acham-se catequisados 600 a 700 índios, entre homens párvulos, adultos e mulheres com a obrigação dos adultos servirem 10 anos e os párvulos 20" (*Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1908, p.599).

Essa história de conquista e de escravidão dos índios, aliás, tal como se observava em toda parte, ocorreu ao lado da escravidão dos negros nas regiões auríferas. No entanto, a história registra a existência de quilombos. Talvez o mais importante tenha sido o da Fazenda Bandeira Grande, de onde, mais tarde, os refugiados se transferiram para a povoação de Santa Cruz da Chapada (hoje, Chapada do Norte, cuja porcentagem da população negra é superior a 90%) (Saint-Hilaire, 1938, p.15).

A grande quantidade de ouro, diamante, pedras crisólitas, safiras, cristais, pingos d'água, além da abundância de peixes como os curimatãs, traíras, pias atraíram os faiscadores e, com muita rapidez, surgiram povoados, arraiais, vilas e cidades (César Júnior & Santos, s. d.) Esta região, desde o início foi palco de conflitos. Primeiramente, os conflitos com os índios botucudos, depois, com os negros. Em 1821, eclodiu no distrito diamantino uma revolução de negros que se espalhou por toda a província de Minas Gerais e outras do país. Essa revolução foi favorável à Proclamação da Constituição que libertaria os negros da escravidão. A história registra em seguida o silêncio tanto dos índios quanto dos pretos. Silêncio dos vencidos.

Os pretos das lavagens de ouro de Guaracaba - Santa Rita, Cantagalo e de Suragua, auxiliados por um fazendeiro muito rico também preto, nas margens do rio das Mortes, reunidos em o Fanado (atual Minas Novas) fizeram proclamar a Constituição em todas as margens do Abaité ... unindo-se a estes parte das hordas de selvagens guerreiros que habitavam nas suas ribeiras ... O chefe supremo dessa gente é o Preto, Argoins, administrador de todas as lavagens da Carolina, Jequitinhonha. Em 14/06, contavam-se 15.000 pretos reunidos na Serra de Ouro Preto, na Paróquia de São João do Morro havia 6.000 armados, tendo-se lhe agregado os dois regimentos de cavalaria auxiliar da Comarca de Serro Frio. O entusiasmo dos Pretos pela Constituição é extraordinário ... O Preto Comandante Argoins lhes dirigiu esta pequena Proclamação: Em Portugal, proclamou-se a Constituição que nos iguala aos Brancos ... Morte aos que nos oprimiam ... vêde a vossa escravidão; já sois livres ... viver e morrer, exclamaram eles continuamente, pela Constituição. Eles têm formado uma divisa para os seus vestidos e bandeiras ... todos são constitucionais. Em 30/06, toda a Província de Minas Gerais era Constitucional; revolução devida aos pretos e cuja glória durará tanto como esta Província tão esclarecida. (*Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1900, p.158-9)

Com a decadência da mineração, estas populações pobres² ou, no dizer da historiadora Laura de Mello e Souza, os desclassificados do ouro, espalharam-se por estas extensas áreas, muitas vezes, sobrevivendo no interior das grandes fazendas de agropecuária que se formaram, como agregados, ou em pequenas posses (Moura, 1988).

Estes desclassificados eram constituídos por mestiços descendentes de índios, brancos e negros, por negros quilombolas ou alforriados (Souza, 1986). São os viajantes estrangeiros que relatam a pobreza dessa gente espalhada por estes chapadões. Após a decadência do ouro, o principal produto cultivado era o algodão, aliás de excelente qualidade e bastante conhecido pelos comerciantes da Europa. Em todo o termo de Minas Novas, que compreendia todo o nordeste da capitania de Minas, plantavam-se algodão, milho, feijão, trigo, batata, banana e, sobretudo, a mandioca. A ocupação principal era a criação do gado. A observação de Saint-Hilaire é bastante interessante quanto à geografia e produtos cultivados:

"Seus habitantes são, na maioria, homens de côr, pouco abastados e sem educação. Têm algo da grosseira rusticidade que ... caracteriza nossos camponios franceses; são porem, bons, religiosos, submissos a seus superiores, affectuosos, hospitaleiros, generosos, inimigos de disputas" (Saint-Hilaire, 1938, p.18). Sobre a geografia desta região "Na zona dá-se a esses cumes bizarros o nome de tableiros, que significava planalto e chamam-nos chapadas, quando têm maior extensão. Uma espécie de florestas anãs, denominadas carrascos, coroam estes planaltos e se compõem de arbustos de trez a cinco pés em geral, aproximados uns dos outros. As plantas características dos carrascos são uma composta, dois hyptes, a pequena palmeira de folhas sesseis (chamada vul-

2 Um estudo atual mais aprofundado poderia, em hipótese, comprovar se boa parte das terras se constituiria em Terra de Preto ou em Terra de Remanescentes de quilombos. Em Chapada do Norte, a grande maioria das terras é ocupada por negros. Outro fato interessante é que a articulação entre grotas e chapadas, ou seja, entre a posse pessoal e a posse comum é uma característica anômala *vis-à-vis* às formas de apropriação da terra pelos brancos, quer seja por meio das sesmarias, quer da propriedade capitalista.

garmente sandaiá ou sandaiba), enfim, principalmente, uma minosacea, cujos caules são levemente espinhosos, umas folhas de extrema delicadeza e as flores dispostas em espiga ... Sobre a encosta dos morros, a vegetação ... apresenta árvores retorcidas e enfezadas, mais ou menos espaçadas. Finalmente, nas depressões em que correm regatos, as plantas adquirem maior vigor; crescem ali verdadeiras matas virgens, e lá é que os lavradores têm suas habitações. Poder-se-à pensar que a terra dos planaltos serão plantas rachíticas, seja de natureza pedregosa ou areiosa, mas, não é assim. Pareceu-me boa é de cor vermelha ... *Todavia, observa-se também variedade nas chapadas que se compõem de boa terra*" (Saint-Hilaire, 1938, p.29-30; grifos meus). "Os habitantes de Capelinha quase todos homens de côr entregam-se à agricultura, e têm suas plantações em matas situadas a alguma distância da povoação. Plantam feijão, arroz, e milho ... *suas terras são apropriadas à cultura do tabaco... tenho dificuldade em crer que o centeio não se dê bem nas chapadas*" (p.40, grifos meus).

A referência à cultura dos produtos é seguida daquela que diz respeito à maioria da população de cor negra, vivendo nas chapadas. Em relação a Minas Novas, mostra que a plantação do algodão era predominante, além da fabricação de tecidos e cobertas, o que proporcionava melhores condições de vida às pessoas. Até mesmo os negros não andavam em farrapos, como ocorria em torno de Vila Rica (p.216). Referindo-se aos recursos naturais destas terras, o viajante descreve as árvores frutíferas do sertão, existentes em grande quantidade, e sua importância para a alimentação aparece muito freqüentemente nos seus relatos, sobretudo quando se refere aos vaqueiros estabelecidos nos retiros-cabanas, quando vacas e éguas tinham crias. Os vaqueiros alimentavam-se de leite, coalhada com mel e várias espécies de frutas selvagens, tais como: araticu, guabiroba, araçá, jabuticaba, murici, gígui, humbu, genipapo, bority, mangaba, goiaba, bocopari, pitomba, mutamba, marmelada, andaiá, cagaiteira, ingás, jabotá, borulé, urticacea (p.255-66).

No que se refere aos animais dos sertões, a relação é imensa: guaribas, onças (tigres, canguçus, sussuarana) quatro espécies de gatos selvagens, gatos-do-mato-mourisco vermelho, mourisco

preto, maracajá, guará, duas espécies de raposa, papamel-domato, coati, sete espécies de veados (mateiros, catingueiros, campeiros, comocicas, galheiros, suçuaparas, camocica), porcos-domato, as queixadas-verdadeiras, queixadas-tiriricas, a cutia, ouriço-caicheiro, quatro espécies de tatu (canastra, verdadeiro, peba, bola), tamanduás, coelhos, capivara, lontra ariranha, guaxinim, rato-de-espinho, duas espécies de anta, duas espécie de didelfídeos (sarohé e gambá), jaraticaca. Quanto às aves, há menção da seriema, muito presente em todo o sertão (p.275-7).

O viajante concebe o sertão como uma área muito extensa. "...significa uma espécie de divisão vaga e convencional determinada pela natureza particular do território e, principalmente, pela escassez da população. O sertão compreende, nas minas, a Bacia do São Francisco e dos seus afluentes e se estende desde a cadeia que continua a Serra da Mantiqueira ... até os limites ocidentais da província. Abarca ao sul, uma pequena parte da comarca do Rio das Mortes, a leste, uma imensa porção das comarcas de Sabará e do Serro do Frio, e, finalmente, a oeste, toda a comarca de Paracatu ... Essa imensa região constitui assim, cerca da metade da província das minas" (p.229).

De acordo com estudos mais recentes, pode-se perceber que a atividade têxtil continuou quase até o final do século XIX. Além de cobertas, tecidos, eram fabricados sacos de embalagens de mercadorias, toalhas, guardanapos e lenços (Martins, 1983, p.83). No século XX, há o declínio da atividade algodoeira e, conseqüentemente, da produção têxtil. Incentiva-se a pecuária de corte nas grandes fazendas. A agricultura de subsistência praticada pelos "desclassificados do ouro", pelos pobres continuou por meio de métodos rudimentares e mediante a simbiose grotas/ veredas/chapadas. Nas grotas e veredas, nas partes baixas, nas encostas, plantavam-se produtos como milho, mandioca, arroz e, nas chapadas, soltavam o gado, colhiam as raízes e praticavam a caça. Também aproveitavam o barro das veredas para a fabricação da cerâmica, atividade essencialmente feminina (Graziano & Graziano Neto, 1983; Silva, 1991b).

Portanto, o sertão não pode ser considerado desocupado, vazio e somente possuindo terras impróprias para a agricultura. A

lei de 1966, ao definir a área dos distritos florestais, imprimindo a esta região tais características, negou toda uma história passada de ocupação da terra, além do modo de vida destas populações e da história natural. Nesse sentido, baseando-se nos projetos modernizantes, todo um mundo assentado em relações específicas com a terra e dos homens entre si foi determinado a desaparecer. O modo de vida secular assentado na relações homem-natureza, no direito costumeiro da posse pessoal e da terra comum e na existência de uma história da natureza sucumbiram, em menos de duas décadas, diante do fogo nas chapadas, das grandes máquinas de terraplanagem, das motosserras, das invasões das terras nas veredas, das destruições dos marcos naturais que separavam as posses, das destruições das nascentes de água. Neste processo avassalador, nem mesmo os mortos foram poupados. Muitos cemitérios desapareceram sob o nivelamento do solo feito pelas máquinas, conforme alguns relatos colhidos pela pesquisa.

O Estado intervencionista, orientado pelos princípios dos valores de troca e do dinheiro, por meio do direito positivo, destrói as bases de um mundo ainda regulado pelo valor de uso. Nesse sentido, o caráter do direito é duplamente violentador. Exerce a violência explícita e aberta contra os homens e a natureza ao lhes impor novos códigos, e a violência simbólica, também contra os homens e a natureza ao negar os valores de seu conteúdo imaginário. O Estado passa a desenvolver e garantir o direito privado burguês, o mecanismo monetário, determinadas infra-estruturas, enfim, as premissas para a existência de um processo econômico despolitizado, liberto de normas éticas e de orientações ligadas ao valor-de-uso (Habermas, 1990, p.229).

A negação da história baseada nos valores de uso, no direito costumeiro, imprime a este direito positivo o caráter de neutralidade, de abstração da realidade. Assim observou-se quando se impôs o reconhecimento das propriedades das terras mediante a legitimação e quando foram criados os distritos florestais. Ao fim e ao cabo, estes dois atos reconheciam o "direito" à propriedade da terra a todos. Existe aí a violência simbólica imanente a este processo. A repressão não pode confessar-se como tal. Ela precisa de legitimação. Para isso, utiliza-se de mecanismos em favor do

bem-estar social e do progresso de todos. A violência será sempre negada, já que é vista como expressão da força e não da lei. Haverá sempre uma "armadura jurídica e ideológica" para encobrir a relação de força (Faria, 1988, p.128).

Os mecanismos jurídicos utilizados para encobrir essa relação de força no processo de tomada das terras no Vale foram de diferentes tipos. Para efeito de exposição, eles serão analisados em separado, muito embora se achem mutuamente relacionados. Vários depoimentos, expostos mais adiante, expressam que os primeiros "compradores" de terra na região foram particulares provenientes de outros estados, sobretudo de São Paulo. No entanto, eles operaram quase que concomitantemente às grandes companhias. Tudo leva a crer que o cenário foi assim montado. No alto, nas chapadas, a presença das empresas reflorestadoras se fazia representar pelas grandes máquinas, tratores e pelo fogo, destruidor das chapadas. Esse cenário amedrontou os camponeses das partes baixas, das veredas e grotas. A linguagem comum era de que, ao governo, pertenciam todas aquelas terras e que ele tomaria tudo. Fica claro aí o caráter da violência explícita e o monopólio da violência exercida pelo Estado.

O medo de ficar sem as terras fez que os camponeses as "vendessem", a qualquer preço, aos compradores paulistas, aos estranhos, recém-chegados. Esses estranhos eram portadores de uma nova linguagem. Eram dotados de um novo saber representado pelo poder do dinheiro. Aos olhos dos camponeses, ao mesmo tempo que representavam uma ameaça, eram também a salvação, pois eles "comprando" suas terras, evitariam que estas fossem tomadas pelas grandes companhias e pelo Estado. Aos poucos, foram se transformando em figuras abstratas, cognominadas de "paulistas", capazes de tudo porque eram representadas pelo dinheiro, igualmente figura abstrata, estranha ao modo de vida assentado nos valores de uso. No palco, tudo assumia, aos olhos dos camponeses, o caráter fantástico, alimentado pelos rumores, ameaças. Quando o fogo foi destruindo as chapadas, seguido pela ação das grandes máquinas, os paulistas transformaram-se em seres reais, concretos, compradores de terras. Eram eles: "o grupo Maluf, representado na região por um primo de Paulo Salim

Maluf, homem importante até credenciado pelo governo para chefiar uma delegação brasileira que foi ao Iraque, segundo o assessor da Acesita, este grupo comprou mais de 15.000 ha, mas já revendeu parte para a Belgo-Mineira. Os outros nomes de que ele se lembra são: José Aristodemos Pinotti; José Francisco Nascimento; José Miguel Pinotti; Afrânio Ferreira, de Campinas; Nelson de Jesus Parada, de São José dos Campos; Jobal Amaral, de Araraquara, e Décio Flórida, de Piracicaba" (*O Estado de S. Paulo*, 1977, p.29).

Além desses nomes, cabe acrescentar, segundo os dados, que foram levantados junto ao Cartório de Imóveis em Minas Novas, outros em número de oito, procedentes das cidades do Estado de São Paulo: Pirassununga, Campinas e Santos.³ No entanto, é preciso notar que, em número, eram pouquíssimos. Isto revela que o processo de compra das terras foi acompanhado de outros elementos, tais como a concentração da propriedade, mediante a aglutinação dos minifúndios, da apropriação das terras devolutas das chapadas e das grotas e da destruição da divisão costumeira das terras entre grotas (áreas de propriedade pessoal dos camponeses) e chapadas (áreas comuns). O desaparecimento dessa complementaridade, garantida pelo direito costumeiro dos ocupantes negros, mestiços sobrantes da mineração e quilombolas constituiu-se na causa principal da desestruturação da "consciência temporal" (Bourdieu, 1979a) deste camponês. Portanto, a terra de negócio ao substituir a terra de trabalho (Martins, 1988b) provoca, além da expropriação objetiva, a expropriação simbólica. As formas legais de expropriação foram as seguintes:

- As terras compradas foram, em seguida, revendidas às grandes companhias, como se pode depreender dos registros de compra e venda. Nesta venda, ocorreram as *retificações* de área, um ardid jurídico para disfarçar o roubo das terras dos camponeses pobres. Alguns exemplos podem ser citados:

3 Optou-se por utilizar nomes fictícios, revelando apenas aqueles divulgados pela imprensa.

"Latifúndio de exploração, em nome de José e outros, com a denominação de Bigode e Ribeirão do Campo Limpo. Apesar de estar declarada a área de 3.653,6 ha, a área real constante do documento é de apenas 4,84 ha (R-1-890, L.5). O registro anterior data de 22/08/75. O registro atual é de 10/01/78. Em 24/03/81, tudo foi cedido à Cia. Suzano de Papel e Celulose (R-3-889)."

"Latifúndio por exploração em nome de José e filhos, uma gleba de 101,64 ha, chamada Canabrava-Farias é registrada em 10/01/78 (R-2-31, L.5). Foi vendida à Cia. Suzano de Papel e Celulose em 24/03/81 (R-3-31). O registro anterior, data de 13/02/76 (R-1-31)."

"Minifúndio em nome de Venâncio é vendido a José e João, denominado Fazenda Caiçara, com área de 9,68 ha (R-3-41, L.5), em 10/11/78. O registro anterior é de 20/02/76. Vendeu à Cia. Suzano de Papel e Celulose em 24/03/81 (R-4-41)."

"O imóvel Fazenda Santo-Izidoro Córrego Caiçara, com 1.936,75 ha, foi arrendado pelo prazo de 23 anos a partir de 10/07/79 (R-779, fls. 4, L.3-C). Em 24/03/81, o Sr. José vendeu à Cia. Suzano de Papel e Celulose (R-3-887)."

"Área de 1.713,00 ha, registrada em 10/01/78, (R-1-888, L.5) foi vendida à Cia. Suzano de Papel e Celulose em 24/03/81 (R-2-888) pelo Sr. José e filhos."

"A área de 622,36 ha foi vendida pelo Sr. José e filhos (R-2-886), no dia 23/01/81 à Cia. Suzano de Papel e Celulose. O registro é de 10/01/78 (R-1-886, L.5) e o registro anterior é de 20/05/75 (n.7.680)."

Esses exemplos revelam a concepção da terra como negócio. No espaço de poucos anos, grandes e pequenas áreas foram transmitidas das mãos dos antigos proprietários ou posseiros para os mercadores de terras e, em seguida, para as grandes empresas reflorestadoras. A fim de se ter uma idéia mais clara desse processo, serão mencionados outros casos de retificação de área:

- Uma gleba com área de 9,86 ha de terra em comum com outros herdeiros de José, chamada Curralinho, foi vendida à Cia. Agro Florestal Paulista que, por sua vez, vendeu à Cia. Suzano de Papel e Celulose, pelo valor de Cr\$30.000,00 (R-3-1625, L.5), em 30.12.80.

Obs: O imóvel constante desta foi medido e legitimado pela *RuralMinas* com área de 807,70 ha e denominação de Fazenda Caiçara. Vide (R-1-3.263), de 4.2.83. A área foi multiplicada por mais de 80 vezes.

- Uma gleba de terras denominada Godinhas-Firmianos com 969,17 ha foi vendida à Cia. Agro Florestal Paulista que, por sua vez, vendeu à Cia. Suzano de Papel Celulose, com área de 969,17 ha. Este imóvel foi legitimado em conjunto com o registrado sob n.(R-2-730) de 23.3.81, encontrando-se a área de 2.394,50 ha, com a denominação de Fazenda Godinho. Cabe mencionar que esta área foi declarada pelo proprietário como sendo 5.188,48 ha. Então a área inicial somada a esta transformou-se, mediante a legitimação, em 2.394,50 ha, portanto, em torno de 46 vezes a mais (R-1990, L.5).
- Uma gleba, denominada Bucania Grota do Macuco-Pouso do Franco com 10,96 ha, foi vendida à Cia. Agro Florestal Paulista, que por sua vez, vendeu à Cia. Suzano de Papel e Celulose (R-2-749, L.5). Este imóvel foi legitimado pela *RuralMinas* com a área de 1.620,70 ha, sob a denominação Farda Campo Limpo (R-1-2-591), de 5.1.82.
- Uma gleba foi medida e legitimada pela *RuralMinas* com área de 217,60 ha, sob a denominação Fazenda Caiçara (R-1-3-262), de 4.2.83. A área declarada era de 24,20 ha (R-2-747, L.5). Foi comprada pela Cia. Agro Florestal Paulista e revendida à Cia. Suzano de Papel e Celulose.
- Uma gleba de terras em comum com outros herdeiros de José, de 2,42 ha, foi medida e legitimada pela *RuralMinas* com área de 898,50 ha (R-1-3264, L.5), de 4.2.83. O registro anterior é (R-3-185).
- Uma gleba com a área de 4,84 ha de terras em comum com outros (R-2-890), legitimada pela *RuralMinas*, em 3.684,80 ha, foi vendida por Cr\$ 5.808,00, em 30.12.80, pela Cia. Agro Florestal Paulista à Cia. Suzano de Papel e Celulose (R-1-890, L.5).
- Uma outra gleba com a mesma área de 4,84 ha foi retificada para 3.653,60 ha, sendo vendida em 10.1.78.
- Em 7.5.74, foi retificada uma área de 24,26 ha para 1.180,60 ha.
- Em 5.2.74, uma área de 19,36 ha foi retificada para 1.066,60 ha.

Além desses casos de retificações, há de se considerar as inúmeras transações realizadas com as terras transformadas em negócio. Os vendedores e compradores são igualizados sob as rubricas

de adquirentes e transmitentes. Todos são, portanto, colocados como iguais, por serem portadores da mesma mercadoria: terra.⁴ Assim o Estado, grandes empresas, negociantes de terra do Rio de Janeiro e São Paulo, pequenos e grandes proprietários "do lugar" negociam a terra. Essa igualização, no entanto, mascara as diferenças dos agentes nela envolvidos. De um lado, proprietários do "lugar" venderam as terras, ludibriados por advogados e outros agentes das grandes companhias, os quais, de várias maneiras, conforme relatos, conseguiam que as operações se realizassem. Uma das ameaças prevalentes era a de que todas as terras seriam tomadas pelo governo. Outra era a impossibilidade de arcar com os custos das medições feitas pelos agrimensores. A compra de terras equidistantes fazia parte do plano futuro de compra das terras circunvizinhas. Esse fato pode ser visto por intermédio da localização das terras e a formação de grandes domínios. Pode-se citar, ainda, a destruição das cercas novas construídas pelos camponeses pelas grandes companhias, como exemplo de total desrespeito aos limites de suas terras. Os relatos mostram que somente as cercas velhas eram respeitadas. Esses métodos, aliados à duplicidade de escrituras, dão conta da extensão do processo de expropriação nesta região, dentro da lei da ordem.

A duplicidade de escrituras sobre cessão de direitos hereditários, por meio da burla da área, consta dos registros de propriedade. As cópias das escrituras da mesma terra descritas, em seguida, revelam a natureza da violência deste processo. Tornar públicas estas escrituras não seria somente exemplificar a violência contida na "legalidade" da tomada das terras. Seria, sobretudo, denunciar o direito formal, positivo, reduzido à lei, que ignora os fatos reais e legaliza a violência. Foi possível, durante a pesquisa, copiar duas escrituras de cessão de direitos hereditários referentes à mesma propriedade, lavradas na mesma data. É realmente uma lástima não poder publicizar este escândalo. Não obstante, algumas referências serão expostas para que o leitor possa avaliar as dimensões deste processo de tomada de terras dentro da legalidade.

4 A terra é um bem da natureza, portanto, não contém valor, não sendo mercadoria. Ela transforma-se em mercadoria no contexto das relações capitalistas, tal como mostrou Marx, no livro III de *O Capital*.

As duas escrituras apresentam, no início, os mesmos nomes dos procuradores representantes do outorgante e outorgado com seus respectivos dados pessoais. O outorgante, residente num lugar no município de Chapada do Norte, e o outorgado residente em Pirassununga - SP. Na primeira escritura, a área mencionada é de 726 ha. Em seguida, são descritas as características das terras, bem como o valor da operação, seus limites por meio das denominações de rios, chapadas, rodovias, antigas estradas, citando-se também o número do registro no INCRA e, finalmente, as testemunhas e assinaturas.

A segunda escritura registra as mesmas informações: os mesmos nomes, os mesmos procuradores, o mesmo valor, a mesma descrição, localização, o mesmo registro e as mesmas testemunhas. A única alteração é referente à área. Em vez de 726 ha, aparece um outro número: 2.440,00 ha correspondentes a quase três vezes e meia a área anterior. Não foi possível continuar a pesquisa para detectar outros casos semelhantes, em virtude da proibição dos responsáveis do Cartório de Registro de Imóveis. No entanto, essas duas escrituras revelam não propriamente o negócio de terras mas o roubo legalizado das terras com a anuência do poder público.

Ademais, foram levantados dois contratos de arrendamento de terras devolutas, destinadas à Acesita, baseados na Lei n.4.278 de 21.11.1966, compreendendo uma área total de 6.000 ha. O Estado, ao assegurar, por meio do contrato de arrendamento por 21 anos, a plantação de eucalipto, legitima uma outra forma de apropriação das terras devolutas, que não o da compra e venda, mas mediante o uso de pagamento de uma renda em dinheiro. Neste caso, o Estado torna-se, pelo dispositivo jurídico, proprietário fundiário que arrenda terras, algo não incluso na concepção jurídica de terras devolutas.

O artigo 164, parágrafo único da Constituição Federal de 1969 estabelece que o limite máximo de venda das terras devolutas era de 3.000 ha. Acima desta área, deveria haver permissão do Senado. Outrossim, um ofício encaminhado ao governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, em abril de 1976, pelo então senador José de Magalhães Pinto, determina o cumprimento da seguinte Resolução em 1º de

abril de 1976, por intermédio da Resolução n.01, de 1976, publicada no *Diário Oficial* e no *Diário do Congresso Nacional* (Seção II), no dia 2 de abril de 1976, foi autorizado pelo governo do Estado de Minas Gerais *alienar à Acesita área de 143.200 ha de terras públicas!*

Esta resolução revela dois pontos: a concepção de terra devoluta como inadequada e imprópria para a agricultura e não legitimada por possíveis ocupantes, e o uso do poder do Estado, por meio de instrumento jurídico, como reflexo do autoritarismo vigente. Autoritarismo enraizado no Legislativo como demonstra a resolução do presidente do Senado, José de Magalhães Pinto. A retificação das áreas, à duplicidade de escrituras, ao mercado forçado das terras dos camponeses, ao arrendamento de terras devolutas e à cessão especial de terras graças à resolução criada pelo Senado, soma-se outra forma de apropriação, o contrato de comodato para a plantação de eucaliptos.

Um outro fator justificador da apropriação "legalizada" de terras produtivas pertencentes a várias gerações de camponeses é a análise da cadeia dominial. Não obstante a importância destes dados, nos limites deste estudo não é possível desenvolver esta análise. Os dados disponíveis revelam que boa parte das terras era de campos e cerrados com plantações, benfeitorias e transmitidas, por meio de herança, durante muitas gerações. Evidentemente, a cadeia dominial refere-se às propriedades com registros. As posses não registradas constituíam-se na maioria das terras e eram legitimadas segundo o direito costumeiro da associação entre grotas e chapadas, ou seja, terra pessoal, terra comum e terra em comum.⁵ Estes métodos de tomada das terras dentro da lei e da ordem representam um verdadeiro exemplo de acumulação primitiva sob a égide do Estado e de seus aparatos jurídicos. A violência subjacente a este processo pode ser verificada por meio de inúmeros depoimentos. A referência a alguns deles dará conta das afirmativas feitas anteriormente.

5 Evitando o uso do termo ocupação, Margarida Moura utiliza habitação tradicional e à terra em comum, sugere o termo com-posse = posse de mais de um, instituto jurisprudencial mais adequado aos situantes e assituados (Moura, 1994, p. 100-3).

Mediante o emprego da história oral, tornou-se possível desvendar o mundo desta violência, submerso pelas plantações de eucalipto das grandes empresas. Assim, procedeu-se à modernização do sertão. Sertão muito diferente daquele percorrido por Saint-Hilaire. A fauna e flora da época do viajante desapareceram e cederam lugar à planta estranha. As grandes possibilidades de exploração econômica previstas por ele não se consubstanciaram. Ainda restam alguns vestígios nas cerâmicas e nos tecidos de algodão, produzidos nas grotas e veredas. As chapadas foram totalmente cobertas pelas florestas de eucalipto. Há, no entanto, uma resistência surda, invisível, manifesta pelo apego à terra que sobrou. O exemplo maior dessa espécie de espiritualidade em relação à terra, que não existe mais, pode ser descoberto pelas lembranças que compõem a memória individual e coletiva destes camponeses. Ao relatarem sobre o passado, eles projetam o sentimento da ira contida, represada, concretizada pela existência da planta estranha. Ainda que extremamente pobres, migrantes temporários, muitas vezes escravizados em outras terras, sempre regressam à terra de origem. É uma espécie de eterno retorno, de espera de algo que ainda acontecerá, muito embora não se saiba quando, nem como e nem o quê. As palavras ditas e as não ditas constituem muito mais um lamento do que um discurso.

"O povo não tinha registro das terras. Não sabia que a terra tinha valor. Eles tomaram a chapada ... O comprador era um cara pra-lá de São Paulo. Já chama ele de ladrão de terra. O Zilinho daqui de Minas Novas comprou muita terra e vendeu para essa turma ... Da chapada, a gente tirava madeira. Hoje é deles. A Acesita tem até vigia. Não pode mais ... Acontecia o seguinte. 'Ela' (Acesita) chegava e aí se vendia uma cessão de herança, naquele tempo por dois contos, 'media' muitos alqueires. Não vinha ninguém pra medir escritura, 'ela' passava por cima." (Sr. Manoel, 40 anos, branco)

"Na chapada tinha de tudo. Tinha vários pedaços de chapada, mas ninguém era dono ... Outro dia, proibiram de pegar os galhos secos na chapada, para lenha. A lenha que secou não devia ser proibido ... Até hoje, eu não entendo este tal eucalipto ... O problema da água ... a nascente de água é um lugar conservado, nunca roçava ... agora falta água."

"O eucalipto tem um problema com ele. Dá água, mas ele chupa água ... ele solta água, eu não sei explicar ... uma tora de eucalipto de dois metros, solta um litro de água, se a senhora cortar. A senhora coloca a tora de cabeça

para baixo e ela dá 1 litro de água. Daí, de onde vem esta água? Só pode ser da terra, de onde tem água, por isso, secou a nascente." (Sr. Manoel, 40 anos, branco)

"A Acesita não devia ter plantado eucalipto nas beiradinhas das terras de cultura ... ela prejudicou. A gente soltava o gado que comia o canto na chapada. Na chapada não tinha cerca. Eu cheguei de São Paulo, comprei arame novo pra cercar o terreno, mas a Acesita não respeitou. Quando eu estava furando os buracos para colocar os postes para pôr o arame, 'Ela' chegou com as correntes, colocou o trator com as correntes, quebrou tudo e ficou tudo por isso mesmo. A resposta era esta: 'se tiver documentos, a Acesita paga vocês'. Mas ninguém tinha documento de chapada. A gente tem documento só de grotá. Eu moro aqui, então eu tenho um pedacinho de terra comum ali na chapada. 'Ela' comprava um pedacinho de um, dos mais espertos e anexava os dos outros, na virada, e dizia aqui tudo foi comprado. 'Ela' comprava um pedaço e falava que tinha comprado toda a chapada do Estado. Era mentira, mas, fazer o quê? A minha terra era assim, era da minha avó, do meu pai, e agora é dos filhos. Então, a terra vai passando. Uns tinham documentos, outros não ... Vieram aqui fazer medições, mas tinha dinheiro pra pagar o *registro* pra fazer o documento certo, é pouca gente. A maioria não tem. Mesmo que mediu, não registrou, porque o dinheiro era muito pra pagar o documento ... A divisa das terras era marcada com o trabalho. A marca era também com pedaço de pau-de-cedro, angico que não apodrecia. Muita gente marcava com lata. Fincava uma lata. Muitos nem marcavam. Isto trazia brigas, e às vezes até morte ... Mas a gente respeitava o vizinho, não apertava o vizinho. Se o vizinho falar que a terra era dele, então que seja dele mesmo ... não era costume invadir terras dos outros. O começo da Acesita foi assim. 'Ela' veio e beirou toda a área. Abriram uma picada, no braço, sem trator. A gente não sabia explicar. A gente até duvidava. Não veio ninguém para explicar pra gente que ela ia fechar toda a área ... Então, ela chegou. Tinha um moço daqui mesmo que trabalhou muito tempo na Acesita. Ele era o feitor, ele abria as picadas. Mas, como ele era mandado, ele aproveitava todas as voltinhas, todos os bicos, se tivesse deixado os bicos, a gente aproveitava. Mas, a teoria dela era proveitar tudo. Agora, quem 'gargantou a valentia', quem brigou, aí ganhou. Mas, a maioria teve medo ... não tinha dinheiro pra pagar o registro e nem advogado. A justiça nunca ajuda. A justiça ajuda o lado mais forte ... A chapada tinha madeira, sucupira, angico, muita fruta como o jenipapo, a jaca, a pitanga, o piqui que faz óleo, pra comida, pra colocar em cima da comida ... a gente não tinha força pra cuidar da terra de chapada ... O pessoal era fraco, não tinha dinheiro pra comprar arame ... O governo não ajudou, só prejudicou." (Sr. Joaquim, negro)

"Primeiro chegavam os homens, gente mesmo daqui, e começavam a pôr na cabeça da gente que tinha que vender a terra. Meu sogro mesmo, tinha um pedacinho ali mesmo, plantava mandioca e fazia farinha pra comer. Foi obrigado a vender. Por uma mixaria. Só deu para pagar a despesa e acabou, hoje vive ao Deus dará, com ajuda dos amigos." (Sr. João, 35 anos, negro).

"A Acesita chegou e tomou minha terra com documento e tudo. Arrancaram os postes, arame, sumiu tudo na chapada. Quem não tinha terminado de cercar, eles tomaram tudo e invadiram ... Eu tinha um documento velho de uns 80 anos atrás, da época do meu avô. Eu não tinha acabado a cerca. Eles diziam: não vamos entrar no terreno se você tiver acabado de cercar. Mas se você estivesse trabalhando, aí eles arrancavam a cerca. Fui reclamar ... mas 'eles' eram muito forte ... não dava para recorrer ... eu não fui ao fórum ... a minha terra era de chapada ... eu tirava madeira, soltava criação, o gado. Era um lugar que tinha distância ... Na grota não tem distância ... É lugar de lavoura ... não dá pra soltar o gado. Neste lugar que chama Areião, eles tiravam o arame, os postes que tinham na picada. Quando eles abriram uma carvoaria dentro da 'lenha nativa', dentro da minha terra, e eles usavam a água mais fina que eu tenho. Eles me pediram para ceder a água. Eu não dei a água. Eles aí cercaram a cabeceira ... aí, veio outro chefe do escritório e me mostrou o mapa e falou. Esta 'cabeceira' já está no mapa e foi cercada de arame. Eu fui lá e arranquei a cerca deles e coloquei meus arames e fiz um plantio na produção deles. O mapa era tudo de terreno de grotas. Eu disse: pelo mapa, o senhor não vai tirar as minhas terras. Ele disse que ia arrancar as minhas cercas. Mas não arrancou. Levou a carvoaria para outro canto ... Antes, a gente tinha distância ... hoje tudo vive preso, até o gado. Eles vigiam. Não deixam o gado na chapada. Tem que prender o gado na chapada. Tem que prender o gado, botar na cancela. Eu prendi o gado, mas muito 'aguniado', o gado passa fome." (Sr. José, 42 anos, branco)

"Aqui tinha muita gente que nunca tinha 'trabalhado obrigado' para ganhar salário. Hoje em dia, quase todo o mundo é 'obrigado'. A terra que sobrou é a conta de plantar alguma coisinha no quintal em volta da casa. Não dá pra 'fazer manga', pra criar quatro ou cinco cabeças de gado. Tem hora que põe a vaca dentro da roça pra não morrer de fome. A Acesita acabou com tudo que nós tínhamos aqui. A chapada servia pra tudo: madeira pra fazer casa, mangueiro. Hoje, se pegar um garrancho seco de eucalipto pra fazer a comida das crianças, eles chegam em cima. Põem guarda atrás da gente. Tudo acabou: as vacas, os cavalos, burro, tudo era criado na chapada. Acabou a madeira e os animais. Só tem agora uns burrinhos pequenos nestes 'Carrascos'. O pobre só anda a pé, hoje. O estrago que estas companhias provocaram foi muito grande. A maioria passa precisão. Outros foram embora. Teve homem que foi embora em caminhão de pau-de-arara com cinco ou seis filhos

... Hoje nem água mais presta. Antes, era azulinha, podia até catar uma pedrinha no poço, depois de uma enchente do Badaró. Hoje é só cegueira. Nem criança pode tomar banho na água, mais. Tem que tirar água de cisterna e tomar banho de bacia ... aquele banho gostoso, suave do poço, não pode mais. A água está amarela ... Tudo só piorou. Gente que migra sem parar porque senão morre de fome. Até o gado sofre muito. Outro dia mesmo, uma vaca escapou e foi para o eucalipto. Pegou fogo num taião (talhão) e ela morreu. Isto fez muita dó. Ela pulou muito dentro do fogo, até que ela não agüentou. Mas, quem chegava lá pra acudir? Aí ela morreu, então sucede estas coisas ... O povo está indo embora." (Sr. José, 42 anos, branco)

"Os advogados foram subornados. Não havia sindicato para defender os camponeses. O dinheiro da Acesita falou mais alto. Eles diziam: 'Você faz o negócio, a companhia é do governo, do Banco do Brasil' e aí o sujeito pobre e sem instrução fazia o acordo de entregar as terras. Só teve um advogado valente, de Capelinha, Edmar Antônio, que mandava a polícia acompanhar o oficial de justiça e demolir a cerca da Companhia. Se não fosse ele, não tinha restado nada ... O prefeito também ajudou a lograr os pobres. Comprou muita terra e vendeu pra Acesita e também pra um cidadão de Campinas, Dr. José. Depois vieram mais paulistas, entre eles, Oswaldo ... Tinha um delegado que ficou do lado da Acesita e mandava desmanchar a cerca dos pobres com uma carabina na mão ... O nosso povo aceitou isso com muita naturalidade..." (Sr. César, 50 anos, historiador local)

"Eu fui lá no Rural em Belo Horizonte pra cuidar os documentos. O homem mediu as terras e disse que tinha 450 hectares. Lá estava o terreno marcado, na Comarca. Era só pagar o imposto. O homem disse que ninguém ia bulir comigo porque eu tinha o documento ... Quando eu voltei, a Suzano (Cia.) já tinha ocupado as terras. O eucalipto estava pequinininho. Não respeitou nada ... tirou a cerca, derrubou tudo, até o mandiocal, até abacaxi plantado. Tinha sucupira que não tinha homem pra arrancar. Destruíram tudo, botaram fogo. Tinha monjolo, muito mato bom. Queimaram tudo. Aí, eu procurei um advogado, o Zezito e dei à meia pra ele recuperar as terras. Eu falei. Eu não tenho condição, meu irmão está à míngua, não tem destino, não sabe ler, nunca foi 'andado', só vai para o interior de usina; fica nas cana, nem na cidade vai passear, não sabe nem conversar, é muito acanhado. Então, eu dou as terras à meia para o senhor me defender. Ele está com todos os meus documentos, até o registro de nascimento. Qualquer coisa que ele conseguir, vale a pena. É melhor do que ficar sem nada. No mapa, está o nome do proprietário Sebastião Roco, de quem a Suzano comprou minhas terras ... Já faz tempo, eu estou esperando meus documentos..." (D. Eva, 35 anos, negra)

"A Acesita quando chegou, contratou de uma só vez 1.600 empregados. A imagem que ela passava era a seguinte: sua terra não presta, você vai pra

cidade, você vai ter um salário (aquilo era um dinheirão, uma miragem). Você vai ter sua casa, seu emprego, seu filho vai ter escola perto, não vai precisar andar duas léguas para ir à escola ... Ela arrumou os testas-de-ferro, os intermediários ... o pessoal chegava e comprava a terra nas mãos da pessoa e depois vendia mais caro para a Acesita. Estes intermediários chegavam com a seguinte conversa: o preço é esse. Se você vender bem, se não vender, você vai perder. Porque o governo está vindo, o governo vai plantar eucalipto nisso tudo ... se você não vender, você vai perder tudo. Põe a polícia, arranca você, toca a máquina, quebra tudo e planta mesmo ... O sujeito não tinha informação. Vendeu por um preço que, muitas vezes, não dava pra comprar nada, nem mesmo um quartinho..." (Sr. João, 36 anos, negro, sindicalista)

"Eles compravam as terras do lado, iam cercando o sujeito. Plantava eucalipto e cercavam a área. Eles queriam terra plana. Passava com o trator nas terras do sujeito que não queria vender, e aí iam destruindo tudo. Foi o jeito de forçar a venda. Vendia pelo preço que eles queriam ... ninguém entendia de valor de terra." (Sr. Vicente Nica, 50 anos, ex-agregado)

"Muita gente não tinha documento. Antigamente, as escrituras eram passadas entre os particulares. Eu tenho no meu escritório documentos de até 100 anos atrás. Outros acabavam perdendo estes documentos. Hoje, estes documentos não valem mais. Mas, antes valiam. Outro problema era a área. Aparece assim nos documentos uma roça de tantos alqueires, tantos de milho, tantos alqueires, tantos litros e tantas medidas. Hectare não aparece nos documentos antigos. Tantas partes se vendiam, tantas partes não se vendiam. Então, você se pergunta, parte do quê? Então a situação fundiária era complicada, confusa, antigamente." (35 anos, advogado local)

Os relatos traduzem a eficácia jurídica e muita violência no processo de acumulação primitiva nesta região. A perda das terras foi seguida da destruição do modo de vida amparado pelo direito costumeiro. O predomínio do valor de troca sobre o valor de uso, a introdução do dinheiro na troca de mercadorias - dentre elas, a terra -, e o aparecimento do dinheiro como relação social, provocou a destruição das relações temporais assentadas no tempo natural e a produção do tempo linear, capitalista. A violência dentro da lei e da ordem, patrocinada pelo Estado autoritário, traçou aos camponeses desta região o destino da migração definitiva ou da perpetuidade da migração temporária ou da exclusão social. Produziu-se uma multidão de eternos ausentes à procura de um tempo e de um lugar perdidos nas antigas veredas e chapadas. A despossessão objetiva foi acompanhada da intensificação da

pobreza material e do mundo interior. As leis do Estado exerceram, sobretudo, uma coerção interna, na medida em que, além de arrancar-lhes as condições de vida, reduziu-os à condição de "obrigados", isto é sujeitos. A ruína da economia compoens seguiu-se o desmoranamento do *ethos* baseado na "estrutura da consciência temporal". Em outras palavras, desmoronou-se o significado simbólico da chapada "daquela que foi Deus quem fez" e da terra de trabalho. A economia assentada nos valores de uso, em que o dinheiro era muito pouco utilizado, impedia qualquer tipo de indeterminação numa sociedade marcada por relações interpessoais de vizinhança e parentesco. Rompe-se a estrutura da solidariedade assentada nestes valores.

A chegada do estranho (Martins, 1993) representou-lhes a chegada de um outro mundo, das trocas, do dinheiro, das leis jurídicas, das grandes companhias, do documento em substituição às palavras, das máquinas, do eucalipto, do advogado, do agrimensor, dos paulistas, do cálculo econômico voltado para acumulação. Enfim, o desencantamento do mundo definido pela racionalidade capitalista das grandes empresas estatais e privadas. O tempo cíclico marcado pelos momentos de plantar e colher e definidor do tempo de trabalho foi substituído pelo tempo linear, capitalista das usinas e fazendas do Estado de São Paulo. O tempo, agora, é compreendido pelo tempo da migração forçada, especialmente a temporária, mediante a permanência nas fazendas e usinas durante quase 9 meses ao ano. A vida passa a existir em dois espaços-tempos, definida pela presença-ausência (Martins, 1988a; Ferreira, 1995; Silva, 1991b).

Na realidade, o processo de expropriação produziu e continua produzindo uma massa enorme de errantes em busca de trabalho para a sobrevivência. A chapada, "onde se tem distância", com suas árvores frutíferas, animais, aves e com seu significado simbólico manifesto "na terra de todos", porque "não era de ninguém", as veredas e grotas, "onde não se tem distância", ficaram na memória daqueles que vivenciaram suas destruições porque não sabiam que a terra tinha preço. Este foi o resultado da *modernização trágica*.

Em síntese, o Estado autoritário, ao lançar mão das regras jurídicas para promover a modernização agrícola desta região,

legitimou a tomada das terras mediante os mecanismos analisados, sem os quais a violência seria aberta. Portanto, as leis produzidas, baseadas nos princípios do mercado, compra e venda, foram imprescindíveis ao mascaramento do processo de violência e, nesse sentido elas pareciam ser justas, já que a tomada das terras não se fez abertamente por meio da grilagem e dos pistoleiros, métodos utilizados em outras partes do país. Ao contrário, tudo foi feito, seguindo o "documento", dentro da lei e da ordem, logo, por meio da legitimidade, da "armadura jurídica e ideológica".

Além da dissimulação da violência, da legitimação do processo de expropriação, essas leis produziram uma outra forma de coerção, interna, atuante contra a vontade subjetiva, por intermédio da introjeção da situação imposta. Desta sorte, a expropriação deve ser entendida, em sentido duplo: das condições objetivas e das subjetivas. Além das mudanças do mundo exterior, há aquelas relativas ao mundo interior, efetivadas pelas práticas da exploração impostas em seguida.

Os relatos apontam para algumas resistências, manifestas no plano individual, as quais foram insuficientes para coibir a ação das empresas, sancionadas pelo aparato jurídico do Estado. A lembrança das chapadas com suas fontes d'água "azulinha", com as árvores frutíferas, com a largueza do sertão roseano, traduzida pela fala do camponês, como sendo aquele lugar onde se tem distância, confunde-se com a morte da vaca, provocada pelo fogo, o amarelado das águas, a cerca de arame, as máquinas, o fogo, a partida de muitos em caminhões de paus-de-arara, o engodo, os paulistas, o desrespeito às marcas da posse, garantidas pelo direito costumeiro. As palavras sugerem uma espécie de "sinfonia rústica", ouvida, de muito longe, por aqueles que sempre acreditaram que "a chapada foi Deus quem fez".

Em 1992, a Acesita (Aços Especiais Itabira), ocupando o 24º lugar no *ranking* das maiores empresas do país, foi privatizada. O resultado das operações financeiras foi de US\$ 465 milhões. Os projetos referentes ao reflorestamento visavam ao fornecimento de carvão para as usinas do Vale do Aço. No entanto, concluiu-se que essa atividade não auferia os lucros almejados, porque o carvão mineral é menos oneroso. Os mais de 500.000 ha de florestas

de eucalipto destinaram-se à única função de *reserva de valor*, isto é, garantia de enriquecimento dos proprietários pelo fato de possuírem o direito à apropriação da renda da terra. As empresas compradoras da Acesita foram: Banco Safra, Previ, Sistel. A principal moeda utilizada foi OFND (Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento).

O mundo dos negócios, das privatizações está muito longe daquele dos camponeses. Para eles, a terra ainda continua possuindo o mesmo significado. A lembrança de dois relatos remete à visão que eles possuem destes dois mundos.

"Uma vez, o bispo veio aqui e me disse que minha terra ficava num lugar muito feio. Daí, eu respondi para ele: ainda bem que Deus me deu este lugar feio, porque se ele fosse bonito, ele já teria sido tomado pelos bitelos (grandes, poderosos). Assim, eu fico aqui escondido e eles não me acham (a área se localiza numa grota muito íngreme, imprópria para atividades econômicas de grande porte)."

"Quando eu migro, eu deixo a mulher e os filhos cuidando da terra. O salário, o dinheiro é importante porque: com ele, eu compro a comida para eu ter a *força* para trabalhar. Também é este dinheiro que eu mando para a mulher comprar os alimentos para ela e os filhos terem a *força* para cuidar da terra, para plantar, carpir e colher o milho, mandioca, as coisinhas que a gente planta. Quando eu volto, eu como os alimentos da minha terra, que foram conseguidos com a *força* da mulher." (Sr. Joaquim, 60 anos, negro)

São dois mundos separados, porém próximos. Intrinsecamente, eles são dois espaços delimitados de forma diferenciada. Os mais de mil quilômetros que separam as usinas da região de Ribeirão Preto-SP das grotas e morradas escondidas e feias, segundo o olhar do bispo, são substituídos pela força, pela energia, necessária ao trabalho, portanto, força vital para a sobrevivência de toda a família. Reside aí o poder da resistência, não somente a capacidade de obter energia para o trabalho, como também de permanecer na terra, ainda que escondido dos "bitelos", ou mesmo por alguns meses ao ano. São estes elementos invisíveis que fazem o contorno de um outro espaço reinventado.

A LEI DOS POBRES EXPULSA OS POBRES DO CAMPO

"Mas certamente para que todos os homens, enquanto têm algo de homem, deixem-se sujeitar, é preciso um dos dois: que sejam forçados ou iludidos ... Por ilusão, eles muitas vezes perdem a liberdade; mas nisso, não são enganados por outrem com a frequência com que são iludidos por si mesmos."

Etienne La Boétie (1544)

P. "O que o senhor(a) acha de ser chamado 'bóia-fria'?"

R. "Isto é falta de dar valor para os outros. É um descrédito. Eu sou um trabalhador rural."

"Não ligo. Porque isto já vem dos séculos e o povo acostumou. Porque é bóia-fria mesmo e não pode mudar."

"Não gosto. Parece que a gente vale menos que os outros."

"Isto é uma humilhação."

"Tenho vergonha."

"Se a gente chamar, pode até apanhar de facão." (turmeiro).

A expulsão dos colonos, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários da agricultura do Estado de São Paulo, a partir dos anos 60, já foi sobejamente estudada por historiadores, agrônomos, economistas e sociólogos.

Não se pretende, neste momento, retomar estes estudos. Cabe, entretanto, tecer algumas considerações sobre a eficácia jurídica do Estatuto da Terra (ET) e do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), no tocante à extinção das relações de trabalho, até então existentes no campo paulista. O ETR data de 1963 e o ET de 1964. O primeiro foi promulgado no governo de João Goulart e o segundo, no primeiro governo da ditadura militar. A implantação destas duas legislações deve ser interpretada no bojo dos conflitos sociais e do processo de modernização da agricultura brasileira sob a chancela do Estado, da *modernização trágica*.

Verena Stolke (1986) ao cotejar os diferentes trabalhos acerca das mudanças das relações de trabalho em São Paulo, revela que grande parte das reflexões assentava-se sobre os aspectos econômicos, tais como: concentração da terra, erradicação dos cafezais, implantação da pecuária, mecanização etc. Não obstante, salienta que tais fatores de *per se* não explicam as mudanças das relações de trabalho, tornando-se mister vincular os processos econômicos aos conflitos de classe e às mudanças políticas que ocorreram no meio rural neste período. Ou seja, o processo de acumulação do capital e o da industrialização da agricultura, representados pelos Complexos Agro-Industriais (CAI) não podem ser entendidos como as únicas forças propulsoras das mudanças das relações de trabalho.

A partir dos anos 50, o aumento da produção agrícola vai ocupar o centro do discurso das classes dominantes por meio da ideologia desenvolvimentista que condenava o atraso do campo, a fraca produtividade, os métodos atrasados e a miséria dos trabalhadores. Esse discurso ideológico foi colocado em prática mediante a realização de um verdadeiro diagnóstico dos cafezais paulistas

1 Um excelente balanço bibliográfico sobre o aparecimento do trabalhador "bóia-fria" acha-se em Stolcke (1986).

em 1957, realizado pela FAO, CEPAL e IBC (Paiva, 1961). Este estudo é de importância fundamental, porque foi por meio dele que se justificou a intervenção direta do Estado na maneira de produzir e na promoção da mudança das relações de trabalho. Essa ação do Estado realizou-se no contexto das fricções existentes do bloco de poder (do qual os proprietários fundiários eram parte importante) e das lutas dos trabalhadores rurais.² Os resultados da ação do Estado fizeram-se sentir mediante a erradicação dos cafezais e da diversificação das culturas agrícolas, durante os anos 60 e 70 (Panagides, 1969). Em 1972, o Plano de Revigoração dos cafezais coloca um ponto final na antiga maneira de produzir. Quanto aos parceiros, colonos, arrendatários, pequenos proprietários, sofrem os efeitos do processo de expulsão. No período de 1960-1980, foram expulsos 2,5 milhões de pessoas do campo paulista. Todavia, isto não ocorreu, como sustentam os teóricos da "caificação", em virtude da passagem "da dinâmica da inércia à dinâmica industrial" (Muller, 1985), ou seja, a partir da própria dinâmica de um capital, supostamente, acima das relações sociais. É preciso não se esquecer dos inúmeros acontecimentos políticos, das pressões por reformas sociais e políticas advindas dos setores da esquerda, trabalhadores urbanos e rurais organizados em todo o país. As ligas camponesas do nordeste, os movimentos pela reforma agrária congregando elementos da igreja, partidos políticos, sindicatos, federações de trabalhadores agitaram a cena política do país, culminando na realização do Primeiro Congresso Nacional de Trabalhadores Agrícolas organizado pela ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil), com considerável respaldo do governo João Goulart em 1961 (Stolcke, 1986, p.213).

Outro acontecimento importante deste período foi a criação da CONTAG em 1963. Data deste ano, também, a criação do ETR,

2 Inúmeras greves explodiram neste período (Barrigueli, 1976; Dumolin, 1965; Moraes, 1970; Bastos et al., 1987).

3 Este percurso consubstanciou-se por meio da plantação de 600 milhões de cafeiras, da destruição de 40 milhões de pés de café e um emprego maciço de fertilizantes, defensivos e equipamentos (Guimarães, 1974).

que estendia as leis trabalhistas aos trabalhadores rurais e regulamentava os sindicatos rurais, segundo linhas corporativas tradicionais, dentre elas, o registro burocrático da unidade sindical pelo Ministério do Trabalho. Em tese, desde 1943, os trabalhadores rurais haviam adquirido direito a salário mínimo, férias anuais pagas e aviso prévio, pela CLT, mas estes direitos permaneceram letra morta. O ETR acrescentou alguns elementos importantes: concessão de indenização por demissão sem justa causa, estabilidade no trabalho, regulamentação do trabalho da mulher e da criança. A lei de 1963 foi o instrumento mais importante para a polarização das lutas destes trabalhadores. O Estado, na medida em que polarizou essas lutas, evitou a organização política autônoma, logo, a constituição destas classes como força social. O importante não é discutir o conteúdo dessa lei, porém mostrar o que ela representou para as relações entre trabalhadores e proprietários. Assim, uma situação de permanente conflito existe em relação à maioria dos trabalhadores (representados pelos bóias-frias) que não são enquadrados na regulamentação desta lei como trabalhadores rurais.

Dessa sorte, o empregador é obrigado a pagar 27,1% sobre cada jornada de trabalho dos trabalhadores permanentes, correspondentes aos gastos sociais. Eis um ponto que toca o centro da questão, segundo a qual os trabalhadores permanentes são mais onerosos e, por isto, eles são despedidos, para serem, em seguida, admitidos como volantes, isso é, uma força de trabalho mais barata, porque os gastos sociais não seriam computados. Segundo tal raciocínio, o ETR desempenhou um papel fundamental na expulsão destes trabalhadores das fazendas. Este estatuto não deve ser considerado como um meio de melhorar as condições de vida dos trabalhadores; ele representou justamente o contrário, pois regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho.

De outro modo, os gastos sociais correspondem a um "sacrifício de ordem econômica" da classe dos exploradores desta força de trabalho. Essa lei foi criada pelo Estado no momento em que a luta destes trabalhadores se agravou. Então, as medidas tomadas são, nem mais nem menos, a consequência da autonomia do Estado,

em relação à fração da burguesia agrária. Ela representa sobretudo, apesar de atingir os interesses econômicos desta fração dominante, a curto termo, uma garantia do seu poder político, um assegurar da dominação desta classe, a longo termo (Poulantzas, 1974, p.16).

Isso pode explicar por que essa lei, aprovada na época de João Goulart, foi aceita depois do golpe militar de 1964. O elemento mais importante da garantia do poder político da burguesia agrária foi a manutenção da propriedade privada da terra e esta foi integralmente preservada depois de 1964. Assim, este "sacrifício econômico" imposto aos proprietários rurais não atinge o essencial: a propriedade privada da terra, o instrumento principal da captação do sobretrabalho. O ETR representou um "equilíbrio instável de compromisso" na medida em que os sacrifícios impostos não atingiam os interesses políticos dos proprietários rurais e não punham em xeque seu poder político. A ação do Estado, ao criar o ETR, implicou dois pontos:

a) no que tange às classes dominadas, elas foram impedidas de se organizar politicamente e foram submetidas ao aparelho de Estado;

b) no que tange às classes dominantes, o Estado lhes permitiu a organização-dominância e a sua autonomia neste momento histórico concreto, impondo o "sacrifício econômico" aos proprietários de terras sem, contudo, ameaçar o seu poder político. Estes aspectos se tornam evidentes na Lei n.5.889 (1973), que substituiu o ETR. Todavia, essa nova lei não regulamentou a situação dos trabalhadores volantes; da mesma forma, os 27% correspondentes aos gastos sociais continuavam não sendo aplicados a estes trabalhadores. O que estava em jogo era a extensão desses direitos aos volantes. Segundo Stolcke (1986), o ETR foi uma concessão moderada aos trabalhadores rurais, feita por um Congresso nitidamente conservador (p.218). Da mesma idéia partilha uma outra autora (Ferrante, 1976, p.196-7).

Quanto à Lei n.5.889, aparece a definição de "empregados rurais", em lugar dos "anteriores trabalhadores rurais". Os

4 Este aspecto é bastante aprofundado por Stolcke (1986, p.217 ss.).

"empregados rurais" eram aqueles que trabalhavam diretamente para um empregador rural em bases não eventuais. Em janeiro de 1978, a Lei n.6.019 definiu o trabalhador eventual ou temporário como aquele que não ultrapassava 90 dias. Aqueles contratados por um intermediário para trabalhar nas propriedades do empregador, *não teriam direito* a nenhum dos benefícios da nova lei. Dessa forma, *os trabalhadores eventuais foram excluídos de forma definitiva da legislação trabalhista*. Ao proteger os permanentes, a lei deixava a descoberto os eventuais. A única forma de evadir à lei era transformar os primeiros em eventuais (Stolcke, 1986, p.233). Ainda resta um ponto importante. A Lei n.5.889, de 1973, proibia explicitamente os descontos nos salários por conta dos gêneros alimentícios produzidos pelos próprios trabalhadores. Ora, a base do colonato era o trabalho familiar e a roça de subsistência. Em geral, esta produção era assegurada pelo trabalho das mulheres e crianças. Esse trabalho aparecia embutido no trabalho do colono, por meio do contrato familiar. Mediante essas leis, têm-se dois resultados: o trabalho das mulheres e crianças tinha que ser individualizado e a produção de subsistência não podia ser descontada do salário. Portanto, o colonato não tinha mais razão de ser. Essas leis, na verdade, regulamentaram a expulsão dos trabalhadores do campo, retirando-lhes não apenas os meios de subsistência como também os direitos trabalhistas. Surge o "bóia-fria", trabalhador volante, eventual, banido da legislação. O "bóia-fria" é duplamente negado, enquanto trabalhador permanente e enquanto possuidor de direitos. Negam-lhe até o direito de ser trabalhador. Imprimem-lhe a nomeação de "bóia-fria", sentida como vergonha, humilhação, tal como as frases em epígrafe demonstram. Arrancam-lhe não só a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraízam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador. Produz-se, assim, uma relação de força simbólica (Bourdieu 6c Boltanski, 1975), mediante a qual as condições subjetivas do ser são negadas. A condição de trabalhador rural, posseiro, colono, arrendatário, parceiro, sitiante é substituída pela do volante, eventual, ocasional, aquele que voa, irresponsável, que não pára em lugar nenhum, que não tem responsabilidades. Frisa-se que essas leis não só regulamentaram a expulsão como também legiti-

maram a condição de volante, do *excluído da lei pela lei*. Esse processo de volantização da força de trabalho permitiu os sucessos da modernização agrícola garantidos pelo Estatuto da Terra (1964) e pelo Proálcool (1975). Esta é uma das primeiras medidas do governo militar, sendo dirigida por um duplo sentido:

a) conservar o poder político dos proprietários rurais;

b) polarizar seus interesses, juntamente com as outras frações da classe dominante para um interesse comum que consistisse na exploração econômica e na dominação política. Este último aspecto da dominação não é levado em conta nas análises da "caifificação" da agricultura. Graças a esta combinação de interesses, o Estatuto da Terra atinge seus objetivos: aumento da produção e da produtividade mediante o processo de industrialização da agricultura.

Vale a pena lembrar o artigo 1º desta lei, que regula os direitos e as obrigações concernentes às propriedades agrícolas e à promoção da política agrícola. Contudo, a Reforma Agrária só se aplicaria nas terras particulares, "em caráter prioritário, nas zonas críticas ou de tensão social" (artigo 15). Ou ainda, por meio do artigo 14, em que o poder público encorajaria a expansão e criação das empresas rurais de pessoas físicas e jurídicas cuja finalidade é o desenvolvimento agrícola, extrativo e agroindustrial. Quanto à Reforma Agrária, ela praticamente não se realizou. A estrutura fundiária não foi tocada, ao contrário, o processo de concentração da terra recrudescceu após este período (Delgado, 1985). Os proprietários de terra garantiram a dominação política em troca da aceitação da modernização agrícola. No que tange aos expropriados, além das possibilidades de serem "bóias-frias", restou-lhes aquela de "queimarem chão" em busca de trabalho ou da ilusão de outras terras, por meio da implantação de colônias oficiais, ou do deslocamento da fronteira agrícola para as regiões Centro-Oeste e Norte do país. Em 1975, o Proálcool deu conti-

5 Este processo atingiu outras áreas do país. A título de exemplo, a expropriação do campesinato do sul do país, ver o excelente estudo sobre os Matuchos (Santos, 1993).

nuidade ao processo de modernização conservadora da agricultura (Alves, 1991). Os dois projetos de erradicação dos cafezais e o Proálcool mudaram totalmente o espaço rural do Estado de São Paulo, especialmente o da região de Ribeirão Preto, cuja área plantada em cana saltou de 182.500 ha em 1968 para 624.700 ha em 1989, segundo dados do IEA, registrando um aumento de quase 3,5 vezes nesse período.

Em síntese, a modernização da agricultura paulista teve como suporte estes dois dispositivos jurídicos, cuja eficácia garantiu a mudança das relações de trabalho por meio da expulsão de milhares de parceiros, arrendatários, colonos, sitiantes etc, reproduzindo a situação trágica analisada anteriormente.

Estabelecendo-se um contraponto com o processo de expropriação no Vale do Jequitinhonha, pode-se afirmar que, apesar das diferenças existentes entre as duas regiões, há um ponto em comum: em ambos os casos, quer pela transformação das chapadas em terras devolutas ou da terra em mercadoria, quer pelo ETR ou pelo ET, a eficácia dos dispositivos jurídicos expressou-se por meio da expropriação das condições objetivas dos trabalhadores. No caso do campo paulista, desaparecem a roça de subsistência, os contratos de parceria, colonato e arrendamento, além da indústria doméstica, da produção de consumo pessoal, responsável, em grande parte, pela reprodução da família mediante o trabalho, essencialmente, das mulheres e crianças (Silva & Ferrante, 1989).

Tais reflexões conduzem a outras acerca do trabalhador produzido por estas relações sociais. Parte-se do princípio de que o capital não explora uma força de trabalho em abstrato. Muito embora as análises de Marx mostrem que a mais-valia seja originária da exploração da força de trabalho por intermédio do tempo excedente, não se pode considerar apenas o ato da exploração no momento produtivo. É preciso ir além desta esfera, muitas vezes entendida como causa da dominação-exploração ou como algo independente do conjunto das relações sociais, e detectar as relações de dominação que justificam a exploração e a redução dos trabalhadores à força de trabalho.

Uma primeira pergunta poderia ser feita neste momento. De onde vinham estes trabalhadores, homens, mulheres e crianças? Quanto às origens geográficas, este estudo detectou o Vale do Jequitinhonha como um dos grandes celeiros desta mão-de-obra.

Além desta região, cabe mencionar o norte do Paraná, onde se deu a expulsão de milhares de pequenos proprietários, parceiros e colonos, em virtude do processo vertiginoso de modernização da agricultura, especialmente a partir dos anos 70.⁶ A especificidade da modernização agrícola da região de Ribeirão Preto passou a atrair estes contingentes, expulsos do campo da própria região e de outras áreas do país. A cultura do café e o corte da cana demandavam grandes quantidades de mão-de-obra, sobretudo no período da colheita. Os dados mostram que estas duas regiões foram as duas grandes fornecedoras desta força de trabalho. No entanto, muitos trabalhadores dos estados do Nordeste, em especial do interior da Bahia, também se dirigiram a esta região em busca de trabalho. Segundo um estudo de 1980 (Motta & Quinteiro, 1983), a região de Ribeirão Preto recebeu um contingente migratório de 120.030 pessoas no período de 1970-1980.

É interessante observar que, nos anos anteriores, o crescimento populacional desta região era meramente vegetativo. No período de 1940-1950, houve um crescimento migratório na ordem de 21,39%, no período de 1950-1960, de 6,24%, no período de 1960-1970, de 3,60% e no período de 1970-1980, houve um crescimento de 8,52%, revertendo, portanto, a situação anterior (p.65). Segundo este estudo, o crescimento deveu-se, sobretudo, aos impactos do Proálcool nesta região. A pesquisa do SEADE (1981) detectou o último local de residência dos migrantes. Os migrantes interestaduais tiveram por último local de residência as áreas rurais, ao contrário do que sucede com os migrantes internos do Estado: a maioria procede de áreas urbanas.⁷ Da área rural do Paraná, vieram 3,1% dos migrantes, de Minas Gerais 9,7%, e do próprio Estado de São Paulo 24%. Há também um grande fluxo migratório no interior da própria região de Ribeirão Preto

6 De acordo com dados do Censo Demográfico, no Estado do Paraná, houve a diminuição da população rural residente de 4.425.490 pessoas para 3.156.831, no período de 1970-1980, o que significa um decréscimo em torno de quase 1.300.000 pessoas. Em 1995, esta população era de 2.440.000 pessoas. Em relação ao período 1970-1995, houve um declínio de 45%, portanto, quase a metade da população rural.

7 Pode-se afirmar que, neste período, o processo de expulsão de trabalhadores da área rural praticamente havia se completado. A migração urbana-urbana já representa um segundo momento deste processo.

(63,9%), de São José do Rio Preto (24,9%) e da Grande São Paulo (21,6%).

A estes dados globais, acrescentam-se algumas informações parciais da pesquisa empírica deste estudo a fim de se aprofundar a análise.⁸

Além da migração convencional, há de se considerar a migração sazonal. Milhares de homens, mulheres e crianças deslocam-se todos os anos do Vale do Jequitinhonha e outras áreas do país para a região de Ribeirão Preto para o corte da cana, colheita do

i Quanto ao tempo de moradia na cidade, 23% responderam que moravam até há 5 anos, 21% entre 5 a 10 anos, 28% entre 10 a 20 anos e 28% há mais de 20 anos. Estes dados confirmam a freqüência dos fluxos migratórios desde o final da década de 1960. Existem algumas diferenças em relação a estas cidades. No que tange ao maior tempo de residência, temos as porcentagens seguintes: *Araraquara*: período maior de 20 anos: 41%. *Américo Brasiliense*: de 5 a 10 anos: 42%. *Altinópolis*: distribuição mais ou menos igual neste período. *Barrinha*: de 10 a 20 anos: 45%. *Serrana*: mais de 20 anos: 34%. Outro lado interessante refere-se ao grande número de municípios onde estes trabalhadores já residiram. Apenas 28% moraram num único município; 26% em 2; 15% em 3; 11% em 4; 4% em 5; 12% em mais de 5, em muitos 3,3%. A respeito dos estados onde já morou, as respostas foram: outras cidades e fazendas do Estado de São Paulo aparecem com maior freqüência, seguidas de lugares da área urbana e rural de Minas Gerais, Paraná, Bahia e outros estados do Nordeste. Do total dos entrevistados, apenas um pouco menos de 1/3 foi sempre assalariado rural. Destes, 17% permanentes e 19% volantes. *Altinópolis* apresenta a maior porcentagem dos que não foram sempre assalariados rurais: 51%. Em relação àqueles que antes não eram assalariados rurais, temos a seguinte situação: 10% (parceiros); 5% (arrendatários); 2% (posseiros); 4% (sitiantes); 16% (colonos) e 7% (outra condição). Ou seja, 44% tiveram uma outra relação de trabalho rural. Quanto aos que não tiveram esta outra relação de trabalho rural (55%); 23% trabalharam na construção civil; 18% no comércio e indústria, 6% tiveram um trabalho doméstico e 8% uma outra condição. Portanto, mais da metade dos entrevistados não teve um trabalho rural anterior. Isto se deve ao fato de que boa parte dos entrevistados possui menos de 30 anos (48%); portanto, mesmo considerando que a maioria tenha começado a trabalhar muito cedo, já o foi no momento em que os pais já tinham deixado de ser residentes na área rural. Quanto aos outros grupos de idade: entre 31-40 anos (17%); entre 41-50 (21,5%); mais de 51 anos (12,9%). Assim sendo, para mais da metade dos entrevistados, a ligação com a terra deu-se por intermédio da moradia quando eram crianças e não pelo trabalho.

café, do algodão, da laranja e do amendoim. Em se tratando da natureza desta migração, torna-se difícil uma quantificação exata. No entanto, dados fornecidos pelo SPM (Serviço Pastoral dos Migrantes), até 1990, cerca de 40 a 50 mil trabalhadores desta região eram sazonais. A pesquisa referida do SEADE, em 1981, mostra que 52,9% eram provenientes do Estado de Minas Gerais e 5,9% do Paraná. Os outros estados de procedência eram Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Rio de Janeiro e Pará, todos com participação de 0,7%. Da própria região de Ribeirão Preto, provinham 17,3% e os demais 20% das demais regiões do Estado de São Paulo. Salienta-se que mais da metade dos sazonais era proveniente do Estado de Minas Gerais. A pesquisa desenvolvida por nós no Vale do Jequitinhonha em 1988, confirma os dados do SEADE. Em virtude do processo de modernização desta região culminando na tomada das chapadas e, em muitos casos das grotas dos camponeses, tal como foi mostrado anteriormente, não houve possibilidade de sobrevivência para milhares de pessoas. A migração sazonal para a região de Ribeirão Preto foi uma das alternativas.

O cognominado processo de industrialização da agricultura teve, entre outras conseqüências, aquela de criar uma força de trabalho circulante, residindo em muitos lugares, vencendo as longas distâncias geográficas do país, graças a uma poderosa infra-estrutura montada pelas estradas de rodagem e meios de transportes. Quanto à origem social dos trabalhadores desta agricultura, a análise desenvolvida até aqui evidencia que se tratava de antigos colonos, parceiros, arrendatários, posseiros, moradores, pequenos proprietários, formas híbridas de trabalho no campo, segundo a expressão de Gnaccarini (1980). Enfim um campesinato expropriado da roça, da morada, da posse, da terra, dos meios e instrumentos de trabalho. Esse processo de expropriação, que, em outras realidades históricas, levou séculos para se completar, no Brasil, bastaram apenas algumas décadas. Ainda, cabem outras observações. Esse processo, em muitos casos, deu-se mediante a violência explícita (Martins, 1984). De qualquer forma, mesmo não se verificando a violência aberta, outros tipos fizeram-se sen-

tir por meio da lei, ou mesmo pela violência simbólica. Contudo, não houve uma transformação mecânica deste campesinato em "bóia-fria". Muitos transformaram-se em população sobrando, em desempregados, em peões-do-trecho, em andarilhos. Outros partiram para outras regiões (Martins, 1982 & Santos, 1993). Na realidade, pode-se chamar a este "processo de acumulação primitiva de proletários".

Neste estudo, consideram-se *os "bóias-frias" como trabalhadores desta agricultura*. Não se compartilha a idéia segundo a qual, pelo fato de serem temporários, sejam sobrantes ou excluídos. Eles são incluídos. Defende-se, aqui, a idéia de que este processo produziu uma *diferenciação social* (étnico-racial) entre os expropriados, sob a rubrica do Estado que os baniu da legislação. Não se trata de não considerá-los trabalhadores, pelo fato de serem bóias-frias. São, ao contrário, trabalhadores com esta condição. Sob o disfarce de um Estatuto de Trabalhadores Rurais, o Estado brasileiro institucionaliza a descaracterização destes homens e mulheres enquanto trabalhadores, negando-lhes esta condição e imprimindo-lhes a marca da indefinição, de uma verdadeira escória. Esta diferenciação coexistirá com a diferenciação social entre "os de fora", "os do lugar" e as mulheres. Os trabalhadores de outras regiões, "os de fora", tornam-se "imigrados" no seu próprio país. Possuem um falar próprio, hábitos culturais diferentes, muitos são negros ou pardos. Todas estas características étnicas ou culturais definidoras de um modo de vida transformaram-se em atributos negativos no momento em que seus portadores depararam-se frente ao "outro", ao "do lugar", ao paulista.

Ao lado de uma matriz basilar de despossessão, de desenraizamento sociocultural, provocada pelo processo de expropriação, produziram-se estas relações de representação negativa permeando as relações sociais. Emprega-se o termo representação com o objetivo de mediar as relações sociais carregadas de significados (Saffioti & Almeida, 1995). A lei, ao reduzir estes homens e mulheres a uma massa isomorfa, excluída, produziu o seguinte efeito: unificou os diferentes, negando-lhes, em contrapartida, suas identidades.

... a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença ... qualquer unificação que assimile aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade por outra. (Bourdieu, 1989b, p.129)

Perante as outras classes da sociedade, o "bóia-fria" percebe-se e é percebido enquanto negado. Diante dele, o trabalhador migrante torna-se imigrado, de fora, o outro, o negado. Essas representações de classe e raciais aliadas àquelas de gênero, as quais serão analisadas durante este estudo, contribuem para a construção da realidade de dominação-exploração. Cria-se, portanto, um campo social como um espaço multidimensional de posições (p.135). Em outros termos, poder-se-ia dizer que este espaço multidimensional é constituído pelas organizações sociais de classe, etnia e gênero, formando um *nó*. Este campo social é marcado por conflitos e contradições, os quais se apresentam de maneira simbiotizada na vida cotidiana. (Saffioti, 1997).

O depoimento de um ex-colono expulso de uma fazenda de café esclarece o peso dos significados de ser "bóia-fria":

"O pau-de-arara é uma árvore seca que ainda não tombou, que não tem valor, que não tem voz, que não é visto por ninguém. Mas é preciso lembrar uma coisa: se um dia, acabar os paus-de-araras, todos os proprietários morrerem de fome, porque eles não sabem fazer nada. Nosso valor é imenso e é por isso, que é preciso uma voz, um apoio pra nós. O juiz, o advogado, o médico, os proprietários, os ricos, enfim, não reconhecem o nosso valor. Mas eles esquecem que o arroz, o feijão, o café, tudo o que eles comem provém destas mãos, cheias de calos. Nós sofremos, nós somos jogados como lixos nos sacos para serem transportados nos caminhões, nós somos lixos para eles." (Sr. José, 50 anos, branco, 1978).

Esse depoimento traduz a representação do outro (o fazendeiro, o juiz, o advogado, o médico, como o rico) em relação a ele. Ao mesmo tempo que se percebe enquanto lixo, árvore seca, ressalta sua importância na produção de alimentos para o outro, identificado como aquele que não sabe sobreviver sozinho, que morrerá de fome sem o trabalho de outrem. Nesse campo social, atravessado por estas ambigüidades, produz-se a história. Afasta-

se, aqui, o mecanicismo interpretativo de atrelar o indivíduo ao seu posto de trabalho, deduzindo daí todo o significado da exploração (Bourdieu, 1989b, p.100). Portanto, a condição "de árvore seca", "de lixo" passa a fazer parte da história destes seres sociais, como uma "história incorporada", segundo a expressão de Bourdieu. Da mesma forma, a condição de "baianada", "mineirada" é incorporada aos trabalhadores migrantes. Essa situação é a mesma analisada em Salvador na primeira metade do século XX, com a industrialização na área do Recôncavo.

Serão "baianos", lá em baixo, uma malta que junta todos os nordestinos. Forma do reconhecimento de uma não-identidade; identidade precária, fora do seu lugar. (Oliveira, 1987, p.34)

Essa discussão, retomada mais adiante, conduz à análise desses trabalhadores enquanto seres sociais, vivenciando um campo social multifacetado e não uma força de trabalho homogênea, pronta a ser explorada pelo capital, e um simples produto da modernização ou de uma "dinâmica populacional" (Alves, 1991). Dessa sorte, a "acumulação primitiva deste proletariado" conduziu à formação de um mercado de trabalho caracterizado pelo desenraizamento sociocultural e pela diferenciação social sob a rubrica da lei. Obviamente, este processo culminou na desvalorização da força de trabalho, pois que seus possuidores eram desvalorizados, não-reconhecidos, sem identidade social, atrelados a uma organização do trabalho fortemente disciplinária, imprimindo a este período histórico o caráter de *fase selvagem da exploração*. Esta análise será desenvolvida, em profundidade, no próximo episódio deste estudo. Por ora, cabe ainda dizer que, ao rompimento das relações de dominação-exploração anteriores, tais como as formas pessoais de dominação, o paternalismo, não se seguiu uma liberdade real nas relações de trabalho. A dominação paternalista foi substituída por outras formas de dominação, uma verdadeira "servidão burguesa", na expressão de José Sérgio Leite Lopes (1988). A figura do volante, aquele que voa, que não pára em lugar algum, continha, contraditoriamente, em sua natureza, um ser dominado, um ser que introjetara o poder repressivo da organização do trabalho e da organização social.

Toda discussão levada a cabo por Marx, acerca do valor da força de trabalho, mostra que além dos elementos necessários à reprodução física dos trabalhadores, é preciso levar em conta os elementos históricos e sociais. Tais elementos históricos não podem ser relativos apenas aos aspectos políticos da classe trabalhadora, mas também aos elementos subjetivos. A pergunta seria, então, a seguinte: quanto vale este trabalhador? A resposta não poderia ser só circunscrita às necessidades de reprodução. É preciso reter o que foi e o que sobrou dele, neste momento após a expropriação. Constitui-se um resultado sem as condições objetivas de trabalho, ainda que mínimas e restritas à sobrevivência, sem as relações costumeiras assentadas em outro modo de vida, em que predominavam outras formas de solidariedade e relações temporais e espaciais de um mundo anterior. Enfim, um trabalhador desprovido das condições objetivas e subjetivas, uma árvore que havia secado, perdido a seiva, embora ainda não tivesse sido cortada. A força simbólica desta automeação está exatamente no processo de desconstrução da identidade e, ao mesmo tempo, na força de um imaginário afirmador, de alguém que tem valor para si e não para os outros, gerando, assim, um processo de desconstrução (Saffioti & Almeida, 1995).

Retomando o conceito de identidade como algo para si e para o outro, há, aqui, um limite. Uma identidade não se constrói em si, no indivíduo isolado, e sim numa relação social. Ora, o outro nega-o. Ele se autopercebe como negado; ao mesmo tempo, para si, trata-se de alguém que tem valor. É exatamente nesta face do "para si" que reside a força de um imaginário transformador, da re-construção. Por conseguinte, há um ponto de fricção entre estas duas faces. A face moldada pelo outro produz a negação daquilo que foi, o esvaziamento de sua singularidade. No que tange às vivências reais dos indivíduos, duas situações poderão ocorrer: aceitação e introjeção da negação ou a ação contrária à dominação. Concernente à identidade, não se pode esquecer que os sujeitos são multifacetados (Lauretis, 1987a). Assim, uma trabalhadora pode ser volante, migrante e mulher ao mesmo tempo, vivenciando as três identidades e não existindo uma hierarquização entre elas. Cabe ao pesquisador analisar qual identidade é pre-

dominante nos contextos nos quais interagem os sujeitos. A modelagem da negação do outro, produzida pelo processo de expropriação, que deve incluir também as condições subjetivas (culturais simbólicas), constitui-se como processo forjado pelas relações da vida quotidiana e pelas relações econômicas, políticas e jurídicas. Em outros termos, exige-se além da análise do nível molar, a do molecular e da dinâmica existente entre eles. Os processos de expropriação dos camponeses do Vale do Jequitinhonha e do Estado de São Paulo ocorridos, sobretudo, a partir da década de 1960, tiveram a mesma origem: modernização da agricultura implantada no país, sobretudo, pelos governos militares. Contudo, no Vale, a expropriação visou à terra e à sua transformação em propriedade capitalista. Em São Paulo, especificamente, na região deste estudo, a expropriação visou às relações de trabalho e às condições de subsistência dos trabalhadores. O processo de concentração da grande propriedade fez-se a partir da própria dinâmica do processo de modernização, sem a necessidade de leis especiais como as existentes em relação às chapadas, transformadas em terras devolutas e, em seguida, em propriedade capitalista. Em ambos os casos, as leis produzidas pelo Estado caracterizaram-se pelos aspectos autoritários e instrumentalistas. A expropriação, em ambos os casos, produziu a violência dentro da lei e da ordem. A reconstrução destas identidades far-se-á no bojo destas diferenças étnicas. A lei os igualizou *vis-à-vis* o jurídico e, simultaneamente, os diferenciou, pelo ajuntamento, *vis-à-vis* as condições reais da organização social de raça/etnia. Ademais do ajuntamento, discutido mais adiante, quando se tratar de cidades-dormitórios, vale a pena tecer, ainda, alguns comentários sobre a desconstrução destas identidades, no bojo das relações de equalização como classe e diferenciação como etnia. A equalização pressupõe, *mutatis mutandis*, uma relação jurídica, que é uma condição geral de uma relação social de produção. O ETR, enquanto discurso, além de não diferenciar os trabalhadores, a partir da eliminação do hibridismo (parceiros, arrendatários, posseiros etc.) colocava os direitos como a chave para a produção de trabalhadores livres, no sentido marxiano. No entanto, é preciso observar que este discurso é ideológico, na medida em que esca-

moteava as reais condições dos trabalhadores: "...o discurso ideológico, além de alimentar-se" de conteúdos dados, empresta a este dado uma legitimidade, como qualquer linguagem, que este conteúdo não possui de *per se*" (Giannotti, 1984, p.289).

Na verdade, todos os direitos transformavam-se em não-direitos, mediante o processo de expropriação, legitimado pela lei. Esse deslocamento só foi possível na medida em que a própria lei continha os germes de exclusão destes trabalhadores dos direitos, por meio da produção dos volantes. Estes, ao se transformarem em força de trabalho dotada de um equivalente geral, passaram, em contrapartida, a ter suas particularidades e individualidades reduzidas a um denominador comum, ou seja, todos eram livres para vender a força de trabalho sem as amarras anteriores, e iguais. Liberdade e igualdade eram os dois pressupostos básicos deste processo, assegurados pela lei.

Marx afirma nos *Grundrisse* que "a dependência mútua e generalizada dos indivíduos reciprocamente indiferentes constitui seu nexos social... e este, *nexo, puramente material* (não) é criado naturalmente e inseparável da natureza da individualidade e imamente a ela ... Este nexos é produto dos indivíduos. É um produto histórico" (Marx, 1974, p.84-5).

Na medida em que se estilam as relações sociais anteriores, as formas de dependência pessoal, a produção de subsistência, passa a predominar a generalização do valor de troca assentado nesta indiferença (equalização) e na dependência mútua por meio do dinheiro. Na realidade, o reaparecimento das diferenças étnicas vai ocorrer no seio desta equalização produzida pelo valor de troca. Não obstante, enquanto discurso jurídico, tais diferenças não aparecem. Elas são abstraídas.

No que tange à realidade brasileira, a ideologia da democracia racial escamoteia tais diferenças. Portanto, o mesmo processo que produziu o volante (o indiferente) reproduziu, pelo ajuntamento de pessoas de várias regiões do país, os *diferentes*. Se o nexos entre eles é histórico, social, não há como negar as diferenças étnicas existentes no plano concreto. Nos discursos ideológico e jurídico, tais diferenças são veladas. A história da discriminação é negada. É preciso deixar claro que a segmentação étnico-racial

do trabalho não foi gerada por este processo. Na verdade, ela existe no Brasil desde a chegada das primeiras levas de imigrantes europeus, na segunda metade do século XIX. A composição do mercado de trabalho das lavouras cafeeiras pautou-se pela segmentação entre imigrantes brancos e negros escravos, até a abolição e, mais tarde, pelos colonos brancos, sobretudo italianos, e os trabalhadores nacionais, categoria ampla que escondia as diferenças étnicas, já que era composta de negros libertos, mestiços, mulatos vindos do Nordeste brasileiro. O código das nacionalidades (estrangeiros e nacionais) era, pois, um instrumento mascarador destas diferenças e da superexploração que recaía sobre os nacionais, já que as piores tarefas, sobretudo aquelas referentes à abertura de novos cafezais, eram-lhes reservadas, sem contar os camaradas, trabalhadores avulsos que não possuíam nenhum contrato de trabalho.

No que tange ao discurso ideológico dos cafeicultores do século passado, a imigração de braços para a lavoura era justificada pelos critérios racistas, ou seja, pela inferioridade do trabalhador nacional com sua preguiça e sua ociosidade e pela necessidade do branqueamento da raça, o que, sem dúvida, produziria um trabalhador superior aos negros e mestiços. Este argumento estava presente nas teorias raciais importadas pelos homens de *sciencia* no Brasil nos finais do século XIX e início do século XX, as quais referendavam a expulsão da "parte gangrenada", da mestiçagem (Schwartz, 1993, p.242).

Se, *vis-à-vis* o discurso e as teorias científico-raciais, a "parte gangrenada" fora expulsa, o mesmo não ocorria e não ocorre com a realidade concreta desta situação. A organização social de etnia é um ingrediente histórico, real da sociedade brasileira. Mesmo que estas teorias tenham se modificado, isto é, saído das explicações biológicas e passado para as culturalistas, cunhadas por Gilberto Freyre (convivência racial pacífica), a realidade é que a representação mestiça do país de negativa se transformou em espectáculo (Schwartz, 1993, p.249). Se o espectáculo é comandado pelas imagens coloridas do carnaval brasileiro, não é o mesmo colorido que tinge a dura realidade do cotidiano daqueles que estão fora deste palco. No que concerne aos trabalhadores

rurais, eles tiveram de arcar com o peso da expropriação; muitos deles com o da discriminação étnica e, no caso das mulheres, com a de gênero. A figura do volante, criada pela lei, obnubilava estas particularidades.

As análises precedentes objetivam mostrar que, além da diferenciação social entre os trabalhadores, produzida por esta violência, houve o desenraizamento sociocultural, gerando trabalhadores excluídos da lei e portadores de identidades negadas. Este foi o começo do mau encontro: de um lado, um conjunto de milhares de pessoas expropriadas, sem eira nem beira e, de outro, os detentores do poder político e econômico. A exploração implantada com base nesse mau encontro exigirá a continuidade deste processo de negação e ainda mais: implantará um sistema de dominação destinado à formatação definitiva destes trabalhadores em "bóias-frias". Só que este sistema será produzido pelas "leis" da Empresa, da Fazenda e da Usina, transformando-se em mais um dos elementos da *tragédia desta modernização*. Quando inquiridos sobre a origem do "bóia-fria", as respostas foram as seguintes: por falta de serviço na cidade (12%); porque foram dispensados e mandados embora da roça (26%); não sabiam (19%); porque são pobres (3%); porque sempre existiu (5,5%); porque foi criada a usina (7%); os baixos salários fazem as pessoas mudar para a cidade (5%); a cidade oferece melhores condições de vida (5%). As respostas traduzem a vivência destes trabalhadores, vivência em que a história não está presente, senão seus fragmentos

PRIMEIRO EPISÓDIO

A FORMATAÇÃO DO "BÓIA-FRIA". O DESLINDAMENTO DO PROCESSO DE EXPLORAÇÃO-DOMINAÇÃO

"Assim o tirano subjuga os súditos uns através dos outros e é guardado por aqueles de quem deveria ser guarda, se valessem alguma coisa; mas como se diz, para rachar lenha é preciso cunhas da própria lenha. Eis aí seus arqueiros, seus guardas, seus alardeiros."

Etienne La Boétie

O LABORATÓRIO SECRETO DO EITO

O objetivo doravante será a análise dos processos de trabalho referentes à cana, laranja e café, a fim de captar a exploração e dominação que lhes são subjacentes. Em geral, os trabalhadores são contratados para a execução de determinadas tarefas: colheitas de café, laranja, amendoim, algodão, corte da cana, carpa etc. Isso ocorre em virtude da circulação desta força de trabalho pelos diferentes produtos. Na realidade, a desqualificação e segmentação destes trabalhadores produzem-lhes a capacidade, paradoxalmente, de fazer todos os serviços (exceção dos trabalhadores dos experimentos - locais onde são plantadas as canas para se verificar as melhores variedades, antes do plantio definitivo), organizados em turmas fixas para uma única tarefa. Apesar da exigência do treinamento do corpo para o corte da cana, do desenvolvimento da habilidade com as mãos para a colheita da laranja, algodão e café, da curvatura do corpo para arrancar amendoim, observa-se que este treinamento é parcelado nos diferentes períodos do ano. Produz-se a figura do volante,¹ trabalhador livre no seu estilo mais puro. A concepção de que ele pode vender sua força de trabalho

1 Volante, que voa ou pode voar. Flutuante, ondulante. Que se pode mudar facilmente, móvel. Errante, nômade, vagabundo, passageiro, transitório, efêmero (*Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*).

a quem lhe aprouver assume aqui o ponto mais extremado: vários patrões durante o ano. Cria-se o paradoxo, para a maioria deles, de trabalharem o ano todo e serem considerados temporários, volantes.

Como já foi mostrado no *Prelúdio*, rompem-se todas as amarras que prendiam os trabalhadores aos patrões das velhas formas de produzir: colonato, morada, parceria etc. Em seu lugar, surge o trabalhador que não pertence a nenhum padrão específico, pois pertence ao conjunto deles, à classe dos capitalistas. No entanto, esta indiferenciação quanto ao pertencimento individual a este ou àquele padrão não atinge a totalidade das relações sociais. Na verdade, produz-se uma dialética de diferenciação-indiferenciação, que mascara as relações de exploração, nos seus diversos níveis. O mercado de trabalho é diferenciado em termos das categorias sociais, étnico-raciais e das diferenças entre os sexos. No que tange aos trabalhadores "bóias-frias", além da diferenciação sexual, há outras relativas aos aspectos valorativos: o "bom" trabalhador cuja qualificação não passa apenas pelo maior dispêndio de força, energia ("bom" cortador de cana), maior habilidade com as mãos ("bom" apanhador de café ou laranja), mas também pelos caracteres pessoais impregnados de valores morais, como será analisado nos parágrafos seguintes.

Assim sendo, a circulação desta força de trabalho pelos diferentes processos de trabalho permite a reprodução da figura do volante, do temporário, da diferenciação da exploração e da indiferenciação dele enquanto trabalhador. Essa circulação engendra, por sua vez, uma outra circulação: a do controle e da dominação. Paulatinamente, vai se construindo um trabalhador padronizado, transformado em força de trabalho. Além disso, no interior do mesmo processo produtivo, criam-se e recriam-se as divisões entre a mesma categoria de trabalhadores: homens, mulheres, os bons, os maus, os fixos, os volantes etc.

Alguns dados extraídos da pesquisa aprofundam as considerações feitas acima. Quanto ao tempo de trabalho, no ano anterior (1986), no conjunto dos cinco municípios, 69% dos informantes trabalharam mais de oito meses. Essa porcentagem foi maior em *Américo Brasiliense* (88%), *Altinópolis* (76%).

Somente em *Araraquara* foi menor, em torno de 54%. Nesta última cidade, o período de trabalho é menor do que nas outras: 13% dos trabalhadores trabalharam até 6 meses e 27% entre 6 e 8 meses.

Quanto ao trabalho exercido na entressafra, uma mínima parcela desempenha serviços na cidade. A grande maioria continua trabalhando na área rural. Este dado é de suma importância porque minimiza a tese de que na entressafra os "bóias-frias" empregam-se nas cidades, no baixo terciário, havendo a tendência à unidade de exploração da força de trabalho urbana e rural. Embora isto possa ocorrer em alguns casos, não é esta a tendência que existe nesta região. Por outro lado, há de se considerar que nas cidades-dormitórios, a oferta de empregos é bastante reduzida, em virtude da quase inexistência de outros setores de atividades, além de um pequeno comércio para o atendimento das necessidades de reprodução destes trabalhadores. Em *Américo Brasiliense*, apenas 12% trabalham na cidade, em *Altinópolis* 7,9%, em *Araraquara* 19,3%, em *Serrana* 7% e em *Barrinha* 18% (apenas dois trabalhadores na construção civil). O emprego doméstico aparece apenas em *Altinópolis*. Do total dos entrevistados, nenhum ficou sem trabalhar, apenas 12% trabalharam de 6 a 8 meses e 88%, mais de 8 meses, no ano de 1987. A cana vem em primeiro lugar, para 34,7% dos trabalhadores. Quanto à laranja, esta porcentagem foi de 12,5%, e o café de 21,5%. Em relação aos outros lugares, 11% se manifestaram, e para os 21%, era indiferente. Levando-se em conta a representação de trabalho leve (na laranja e no café) e pesado (na cana), dez mulheres, portanto, 47,5% das informantes consideraram a cana como o melhor local de trabalho. Das seis mulheres de *Américo Brasiliense*, apenas uma preferiu a laranja e quatro preferiram a cana. Das treze de *Araraquara*, somente duas preferiram a laranja e quatro, a cana. A respeito de um possível outro trabalho, 76% responderam não possuí-lo. Dos 35 trabalhadores que responderam afirmativamente, 29 disseram que era o trabalho na entressafra e apenas seis responderam negativamente. A respeito do tempo de trabalho neste emprego, 55% dos informantes estavam aí empregados por um tempo de até seis meses. Desse total, 25% tinham sido empre-

gados há menos de um e até um mês. Os questionários foram aplicados logo no início das safras. Isso justifica o pouco tempo de emprego, já que os contratos são feitos, no mínimo duas vezes ao ano, durante a safra e a entressafra (a "parada" da cana). Estes contratos são registrados na carteira dos trabalhadores e são sempre, portanto, por tempo determinado, enquanto durar a tarefa.

O contrato por safra ou por tarefa encobre a relação de um trabalho permanente. É mais um elemento para a não-garantia da estabilidade do emprego. Os proprietários lançam mão deste instrumento para não assumir, na entressafra, todos os trabalhadores contratados para a safra. Isto ocorre em relação aos "bóias-frias" e também aos "de fora", ao contingente do exército de reserva, proveniente de outras regiões do país: os mineiros, baianos, paraenses etc. Esse fator acha-se ligado àqueles referentes às formas de salários. Ambos contribuem para o rebaixamento do preço da força de trabalho de uma forma generalizada, É sobre a tarefa de desvendar este fenômeno que recairá a análise a seguir.

FORMAS DE SALÁRIOS E PREÇO DE TRABALHO. IGUALDADE E DIFERENCIAÇÃO

A forma de salário predominante nos três produtos, a cana, o café e a laranja, é o salário por empreita, tarefa ou por produção. Estas três denominações vinculam-se à natureza do trabalho. Na realidade, elas são uma única coisa, ou seja, referem-se ao salário por peças. Trata-se de uma forma de salário mais vantajosa ao capitalista uma vez que a intensidade do trabalho não depende dos investimentos em capital constante, mas do próprio trabalhador. É um salário que reforça as diferenças de habilidade, força, energia, perseverança dos trabalhadores individualmente, provocando diferenças nos seus rendimentos e o estabelecimento de concorrência entre eles. Esta competição estimula o aumento da intensidade do trabalho e, conseqüentemente, da produtividade.

Durante a pesquisa empírica com os trabalhadores mineiros migrantes do Vale do Jequitinhonha, foi visitado um alojamento

destes trabalhadores construído no espaço da cana da usina. Na entrada desse alojamento, eram afixados, diariamente, os dados relativos à quantidade de cana cortada por trabalhador. Cada um deles era referido por um número. No final da semana, calculava-se a média que cada um obteve. Este era um elemento importante na definição do perfil do "bom" cortador de cana. Constatou-se que um deles sentia-se envergonhado em relação aos outros por não conseguir "fazer uma boa média" durante a semana. Tratava-se de um eletricitista que deixara a cidade de Minas Novas, por receber baixos salários, e viera "tentar a sorte" no corte da cana. Confessou-nos que, para evitar que chamassem sua atenção por não conseguir a média, iria embora.

Assim, produzem-se, gradativamente, as representações, as imagens, as figuras do "bom", do "mau", do "vagabundo". Essas figuras vão sendo criadas no bojo dessas diferenças individuais e reproduzidas pelas práticas sociais, que envolvem também as representações nascidas entre os próprios trabalhadores e os responsáveis pelo controle do processo de trabalho: fiscais, empreiteiros, escritório etc. Trata-se de práticas mascaradoras da exploração do trabalho, na medida em que o salário de cada um vai depender de si mesmo.

Mais de 70% dos trabalhadores trabalhavam por tarefa (produção) na safra e na entressafra. Apenas 20% recebiam salário por tempo. O trabalho por empreita obteve a opinião favorável de quase 80% dos informantes. Deste, 59,9% afirmam "ganhar mais" com este trabalho, e 12% declaram ganhar mais e ser menos controlados.

Este é um outro elemento positivo para os capitalistas: apesar da necessidade do controle sobre o trabalho, o trabalho por tempo exigiria um controle muito maior sobre os trabalhadores. Apenas 5% manifestaram ser um trabalho "mais puxado". Em relação aos 20% que manifestaram opinião desfavorável, 33% disseram porque "ganha pouco", 15%, porque "exige" mais esforço", 4 % porque "não tem hora pra o almoço e café". Um empreiteiro disse que durante a colheita da laranja, muitos homens e mulheres almoçam em pé, para não perderem tempo, não realizando nenhuma pausa durante a jornada de trabalho.

Quanto ao número de dias de trabalho por semana, 94% trabalhavam seis dias, 3% sete dias, 2% cinco dias e apenas 1% quatro dias. Observou-se que não há diferenciação entre os municípios no tocante a este quesito. O mesmo ocorre em relação aos homens e mulheres. Quase a totalidade possui uma jornada de seis dias semanais. A intensidade do trabalho alia-se a uma extensa jornada de trabalho. O limite de 8 horas é restrito a 38% dos trabalhadores; 59% trabalharam acima das 8 horas, e 16% entre 10 e 12 horas. Apenas 3% trabalharam menos de 8 horas e 1% entre 12 e 14 horas, 23% fizeram horas extras. Quanto ao trabalho aos domingos e feriados, 40% realizava-no. A respeito do pagamento de salário nos dias chuvosos, 54% responderam afirmativamente. Destes, 20% afirmaram que recebem desde que trabalhem na chuva e 20% desde que permaneçam no local de trabalho o dia todo. Durante a pesquisa de campo, uma pesquisadora acompanhou uma turma de trabalhadores desde a cidade, a viagem no caminhão (ida e volta) e a jornada de trabalho na carpa, durante um dia chuvoso. Observou que, apesar da chuva intensa, eles permaneceram até as 16h30 no canal. Conciliaram o trabalho com as corridas ao caminhão para se proteger da chuva, durante todo o dia. Se eles voltassem antes do horário, não "receberiam o dia".

No que tange às informações dos dados empíricos, não há grandes diferenças entre os municípios, o que corresponde à padronização das formas de consumo da força de trabalho, apesar das diferenças dos produtos e da natureza dos processos produtivos. Isso demonstra que não é o produto que determina as mudanças nas relações de trabalho, mas a maneira de produzir. Assim sendo, a continuidade do café em Altinópolis revela alterações no processo de trabalho, organização do trabalho e, conseqüentemente, nas relações de trabalho, da mesma forma que nos outros municípios onde houve a erradicação do café e a implantação da cana ou laranja. Então, reafirma-se, uma vez mais, que não foi a cana que produziu o "bóia-fria", mas sim as mudanças na maneira de produzir nesta região.

Essa igualdade nas formas de salário e preço do trabalho presentes no trabalho por empreita, por produção não revela, con-

tudo, todo o processo criado para aumentar a intensidade do trabalho. A pesquisa revelou a presença de vários mecanismos que intensificam, ainda mais, a exploração da força de trabalho. Tais mecanismos, embora sejam decorrentes do preço do trabalho por peça, apresentam algumas diferenciações em relação a estes processos produtivos. Alguns depoimentos referentes a tais diferenciações esclarecem melhor estes pontos. Nos Experimentos,² onde só há mulheres, existe a *gratificação*, conforme o seguinte relato de um feitor.

P. Como é o salário destas mulheres?

R. Elas têm o salário e têm a comissão por cima, que a gente trata por *gratificação*, tem de três tipos: tem a primeira, que é daquelas que ganham mais. São aquelas que faltam menos e as que fazem mais produção. Têm as médias, que são as mais fracas. Dão menos produção pra firma. Então ganham menos um pouquinho. E têm as outras, as mais ruins. Estas não têm *gratificação*, aí é só o salário ... a *gratificação* é pela qualidade da pessoa: a pessoa que tem mais cuidado com a ferramenta, que é mais atenciosa, que mais exige dela, então é tudo isso. Então a gente, que é feitor analisa tudo. Então de 3 em 3 meses, aí ele (o supervisor) reúne comigo aí ele vai perguntando como é que tá essa e essa ... porque, às vezes, tem uma pessoa que faz menos, mas não falta no serviço. Então tem possibilidade de ganhar mais, às vezes, é uma pessoa que é boa em serviço, mas falta muito, traz muito atestado. Então é uma pessoa que prejudica. (Carlos, 35 anos, branco, feitor do Experimento I)

A primeira parte deste depoimento revela os elementos característicos do salário por peça. A segunda parte mostra a avaliação das trabalhadoras de 3 em 3 meses. Esta avaliação diz respeito à produtividade diária e total. Uma "menina" pode não ser boa se faltar muito, se apresentar muitos atestados, enfim, se prejudicar, porém, poderá produzir mais que as outras enquanto trabalha. Ao contrário, uma outra poderá produzir menos e se apresentar mais assídua. Portanto, a *gratificação* será atribuída àquelas que, na avaliação de feitores e supervisores, apresentarem uma melhor produtividade, medida em termos da produção e da assiduidade. O mesmo feitor disse ainda:

2 Mais adiante, será aprofundada a análise acerca dos Experimentos.

"A gente exigiu do patrão que ele pagasse a gratificação a mais, pra gente poder cobrar da pessoa; exigir do funcionário também, não só porque ele trabalha mais, mas porque ele tem responsabilidade. Você solta uma menina aí na rua; chega lá, ela fala que não achou nada ... é uma responsabilidade grande. Então, a gente exige que ela vá lá, procure, ache e aí a gente paga uma gratificação a mais, por ter mais atenção."

O fato da exigência de pagar mais ter partido do feitor, daquele que fiscaliza o trabalho, revela que o patrão não só dá ordens, mas também verifica se os subalternos as executam. A própria atividade do controle de trabalho exige de quem a executa uma certa autonomia surgida no processo de gestão do trabalho como um todo, autonomia que implica solucionar os pontos de conflito, aumentando a eficiência do trabalhador. Neste caso, fica evidente a gratificação pela responsabilidade, pela confiança de que as "meninas" estão "olhando" bem a cana com doenças. Os aspectos relativos ao gênero serão analisados mais adiante.

Além da gratificação existente nos Experimentos, no corte da cana o pagamento é por metro/tonelada. Isto não significa que os trabalhadores cortam cana de cinco ruas e vão amontoando-as ao longo delas. No final da jornada, o empreiteiro ou o feitor mede a cana cortada. Então, se faz a conversão de metros em toneladas. Trata-se de uma conversão aproximada, porque o peso da cana varia de acordo com o tamanho e a espessura. Canas mais grossas, evidentemente, pesarão mais que as mais finas. Em virtude da conversão ser feita na base de cálculos, as diferenças de peso advindas são em benefício da usina. Levando-se em conta que há uma tendência em se melhorar cada vez mais a produtividade da cana, mediante as pesquisas desenvolvidas nos Experimentos, no tocante ao tamanho, espessura, teor de sacarose etc, pode-se dizer que esta forma de pagamento impede o trabalhador de possuir o controle sobre o próprio produto do seu trabalho, uma vez que os cálculos são feitos por técnicos. O preço da força de trabalho pela conversão metro/tonelada, no sistema de cinco ruas, substituiu o adotado até os finais das décadas de 1960-1970, referente ao pagamento por *feixes*. Este sistema consistia no seguinte (Stabili, 1982): cada feixe deveria conter de 18 a 20 canas, cujo peso era calculado em 20 kg. Portanto, cada 50 feixes equivale-

riam a 1.000 kg ou a 1 tonelada. O preço pago aos "bóias-frias", de acordo com o levantamento feito em uma usina no município de Ibaté, em 1977, deveria ser de Cr\$ 0,30 (trinta centavos, por feixe de 18 canas ou 20 kg). Na realidade, os "gatos" pagavam aos trabalhadores Cr\$ 0,40 (quarenta centavos) por feixe de 24 a 25 canas, o que representava um peso de 30 a 35 kg.³ Este "ganho" do "gato" somava-se a um outro estipulado pela usina referente aos gastos com transporte e arregimentação da mão-de-obra. Além destas diferenças favoráveis aos "gatos", Stabili aponta as diferenças de pagamento entre homens e mulheres e trabalhadores volantes e fixos (residentes nas propriedades na usina), que podem ser vistas nas tabelas seguintes.

Tabela 1 - Rendimentos médios diários na colheita de cana-de-açúcar - Ibaté, 1977

Mulheres/Homens	Categorias/formas de salários					
	Feixe/Dia		Metro/Dia		Tonelada/Dia	
	Fixo	Volante	Fixo	Volante	Fixo	Volante
Homem adulto	260	260	200	200	4,5	5,0
Mulher adulta	200	190			4,0	5,0
Homem menor	140	180			3,5	4,0
Mulher menor	150	170			2,0	3,0

Fonte: Apud Stabili, op. cit., p.4.

Os volantes apresentam-se como os mais produtivos em relação à produção por toneladas, tanto os homens quanto as mulhe-

3 "Daí, decorria que o bóia-fria recebia no final do dia, em média, o valor de 200 feixes a Cr\$ 0,40, o que correspondia a Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros) e o "gato", ao vender a cana para a usina (em toneladas) perfazia um total de 6 toneladas (200 x 30). Se cada trabalhador tivesse cortado feixes normais de 18 canas (ou 20 kg) teria feito 300 feixes a Cr\$ 0,30, o que correspondia a Cr\$ 90,00 (noventa cruzeiros). Portanto, o "gato" ganhou, em mão-de-obra, por dia, a mais de cada trabalhador, Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros), na diferença do peso da cana" (Stabili, 1982, p.2).

res. Em relação à produção por feixes, os trabalhadores homens fixos produzem mais que os volantes, enquanto os menores volantes produzem mais que os fixos. O mesmo ocorre em relação às mulheres e às mulheres menores. Essas diferenças são mostradas, de acordo com o salário, pela Tabela 2.

Tabela 2 - Salários diários recebidos na colheita de cana-de-açúcar- Ibaté, 1977

Homens – Mulheres			
Volantes/formas de salários			
	Cr\$/Por feixe	Por metro	Por tonelada
Homens	$260 \times 0,30 = 78,00$	$200 \times 0,50 = 100,00$	$5 \times 18,00 = 90,00$
Mulheres	$190 \times 0,30 = 57,00$	$200 \times 0,50 = 100,00$	$5 \times 18,00 = 90,00$
Fixos/formas de salários			
	Cr\$/Por feixe	Por metro	Por tonelada
Homens	$260 \times 0,25 = 65,00$	$200 \times 0,40 = 80,00$	$4,5 \times 13,30 = 58,85$
Mulheres	$220 \times 0,25 = 55,00$	$200 \times 0,40 = 80,00$	$4,0 \times 13,30 = 53,20$

Fonte: Apud Stabili, op. cit.

Estes dados apontam para diferenças substanciais entre os salários recebidos pelos volantes e fixos numa mesma modalidade de salário. São também enormes as defasagens entre as modalidades. Os recebimentos por feixe são os menores e aqueles por metro registram os maiores valores. Às mulheres cabiam os menores salários, especialmente às fixas, residentes nas propriedades. Segundo Stabili, a distribuição percentual dos trabalhadores, segundo esta modalidade, apresentava-se assim:

a) *Por feixe*

volantes: 20,73%; fixos: 33,23%;

b) *Por metro*

volantes: 43,30%; fixos: 6,96%;

c) *Por tonelada*

volantes: 3,66%; fixos: 43,78%;

d) *Por dia*

volantes: 32,31%; fixos: 15,92%.

A maioria dos volantes trabalhava sob o sistema por metro, e os fixos por tonelada e por feixe. Tudo leva a crer que o sistema por feixes era o responsável pela maior extração dos excedentes dos trabalhadores. Por isso, em 1977, recaía, em maior peso, sobre os fixos. De acordo com esta mesma fonte, 27,67% dos trabalhadores cortavam cana sob o sistema por feixes; 23,29% por metro, 25,75% por tonelada e 23,29% por dia. Hoje, não há mais o sistema por feixe. Foi substituído pelo sistema metro/tonelada de cinco ruas.⁴ No sistema por feixe havia a participação de crianças ajudando os pais. Colheram-se dois depoimentos em que as crianças acompanhavam as mães. Enquanto elas cortavam, as crianças dispunham as canas em ordem, cortavam-nas e, depois, amarravam o feixe com a ponta da própria cana. O transporte do feixe ao caminhão era feito manualmente. O aparecimento dos guinchos mecanizados substituiu paulatinamente o sistema de feixes e, conseqüentemente, o trabalho das crianças. Neste momento, a cana não era queimada.⁵

4 A tentativa de mudança de cinco para sete ruas, implicando o aumento da produtividade do trabalho, foi a causa das greves de 1984 e 1985.

5 O sistema de feixes existiu até os finais da década de 1950. A cana crua cortada e enfeixada era transportada nas costas dos homens ou carros de bois até os vagões dos trens, que a levava para a usina. Nesta época, os talhões eram de menor tamanho, cada trabalhador cortava em duas ou três ruas. Os trabalhadores eram, em geral, residentes na propriedade. A partir de 1960, com a criação das usinas, a cana passa a ser queimada, os talhões aumentam de tamanho e o sistema por feixes vai declinando. Com a queima, a produtividade do trabalho cresce, passando de 2,5 toneladas/dia para 4,0 toneladas/dia. A cana é transportada nas costas por homens carregadores até os caminhões. Desaparece o trabalho das crianças que consistia em amarrar os feixes. No final dos anos 60, surgem os guinchos mecânicos que substituem os carregadores. Surgem, aí, os bituqueiros que recolhem as canas que caem dos caminhões ou aquelas que os guinchos não conseguem pegar. Hoje, os guinchos estão sendo substituídos pela máquinas que cortam, picam e jogam a cana no caminhão. Este dado será retomado no final deste estudo.

A discussão destas diferentes formas de salário aponta para dois elementos: a) a adoção do salário por peça como o mais vantajoso para as usinas; b) a intensificação da exploração sobre as diferentes categorias de trabalhadores, incluindo as diferenças entre os sexos, mediante várias modalidades criadas em virtude da natureza do processo produtivo e do baixo grau de organização política dos trabalhadores. O paulatino desaparecimento do sistema por feixe deve ser analisado não só em função das mudanças ocorridas nas técnicas - caso das carregadeiras mecânicas - mas no seio das relações sociais entre os trabalhadores, "gatos" e usina. É neste contexto que também deve ser analisado o desaparecimento da figura do "gato" e o surgimento da figura do agenciador, como se verá mais adiante. A respeito do sistema por metro, o depoimento de um feitor de Altinópolis é bastante revelador.

"O camarada trabalhando por metro como é na safra ganha mais e não são todos que trabalham de forma igual, então se for um ordenado fixo, igual, aquele que cortar menos vai ganhar igual ao que cortar mais, então, sendo assim, ganha conforme o trabalho. Então, chega à tarde, o camarada sabe e nós também somos obrigados, no final da tarde, pegar e somar a metragem do camarada, o preço da cana tudo e fazer o *pirulito*... *Pirulito* é um papelzinho assim, um canhotinho. Nós temos que pôr o preço da cana, os metros, tudo certinho e o total que o camarada ganhou, e o taião (talhão) da cana também... (se fosse por tonelada) isso não seria possível. Por nós, por exemplo, estamos cortando a cana aqui e o transporte está a dois, três carros pra trás, então se o transporte passar aqui, pode demorar até 2 ou 3 dias, sem saber o que ganhou hoje. E por metro, não, o camarada já vai para casa sabendo o quanto ganhou."

A respeito da possibilidade do trabalhador ser enganado na pesagem da cana, este feitor disse:

"...pode ... mas eu não acredito que eles vão fazer isso, tirar do trabalhador, mas se quiserem, eles podem. Quer dizer, está tudo nas mãos deles, a cana vai para lá, eles pesam tudo, mas eu acredito que não acontece..."

Se o trabalhador pode, agora, ter o controle diário de sua produção por meio dos "pirulitos", isto não significa uma mudança radical na confiabilidade do peso da cana. No momento

anterior, "o pulo dos gatos" era dado na pesagem dos feixes de cana. Este fato, segundo depoimentos colhidos por Stabili, contribuiu para o enriquecimento dos "gatos". Segundo o autor, muitos conseguiram comprar casas, caminhões em dois ou três anos. Agora, este "pulo" é dado pela própria usina, já que, pelo fato da espessura da cana ser variável, não há uma coincidência entre metragem e pesagem.⁶ Quanto à cana, resta ainda tecer algumas considerações sobre o momento da entressafra - a chamada "parada". De acordo com os dados colhidos pela pesquisa, existem, na "parada", a empreita e a diária. Há dois contratos na cana: durante a safra e a entressafra:

"eles, agora, fazem o contrato para a entressafra que vai até abril. Depois, começa a safra. Quando for começar a safra, então eles acertam todo o tempo deles, férias, 13º salário, direitos de tempo de serviço, e aí, fazem um novo contrato para a safra. Se o camarada venceu a safra, então é a mesma coisa. Acerta tudo." (Sr. José, 45 anos, branco, feitor em Altinópolis)

Inquirido sobre o pagamento na entressafra, este mesmo feitor assim se manifestou:

"Na cana, existe uma *média*. Agora é uma média de Cr\$ 280,00 (cruza-dos em 1987). Às vezes, tem camarada que tira até Cr\$ 350,00, porque é de Cr\$ 280,00 ... eles têm tudo quanto é vantagem: têm médico, têm hospital, ganha o domingo..."

Então há um salário-base fixado em torno de Cr\$ 280,00 e uma complementação que pode chegar até Cr\$ 350,00 para aqueles que carpirem maior número de ruas. Este salário é pré-fixado pelas condições do talhão: se as ruas estão muito praguejadas com matos, presença de carregadores, curvas de níveis etc. A média, portanto, é mais um elemento mascarador da exploração da força de trabalho. O mesmo sistema foi encontrado no café, durante a entressafra. O depoimento de um empreiteiro em Altinópolis

6 Este fato, contudo, não aparece na lista dos pontos reivindicados pela FERAESP (Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo), criada em 1989, mas não reconhecida pelo Ministério do Trabalho até o presente momento. A exigência da FERAESP é em termos do pagamento do salário por metro para as tarefas relativas ao corte.

nópolis contribui para o deslindamento das implicações desta forma de salário.

P. O que significa a *média*, ou a *base*?

R. Por exemplo. Pega-se um tanto de café para carpir, um talhão. Faz-se uma média, de Cr\$ 250,00. Se eu tiver uma turma de vinte pessoas, daria Cr\$ 5.000,00 para repartir entre vinte pessoas. Então, aquele que tiver maior produção, que for mais forte ganha mais e aquele que for mais fraco, ganha menos ... é pela produção.

P. E ele ganha mais do patrão?

R. Não. É do colega, porque já foi calculado a *base* do talhão.

Esses dois depoimentos são reveladores dos mecanismos sutis utilizados na entressafra da cana e do café, para a obtenção do mais-valor. No café, no período da safra, o salário é também por peça. O trabalhador recebe por quantidade de litros colhidos. A mesma situação ocorre na laranja. O recebimento é por caixas de laranjas colhidas. Ainda, a respeito da *média* na carpa do café, o depoimento de um empreiteiro em Altinópolis aponta para as "injustiças" cometidas por esta "lei".

"Eles trabalham por empreita. Por exemplo, ontem, nós estávamos carpinando café de empreita, então a média deles foi de Cr\$ 270,00, mas o regulamento da empreita é o seguinte: se elas ganham Cr\$ 200,00 por dia para trabalharem de empreita tem que ser um dia e meio, para eles ganharem Cr\$ 300,00. Mas, sempre eles *puxam*, então fizeram média de Cr\$ 270,00. Mas dá pra perceber o seguinte: então você e outra mulher trabalhando na enxada, se a outra for melhor na enxada do que você, então, se ela tirar Cr\$ 300,00, e se a média for Cr\$ 270,00 e ela tirou Cr\$ 300,00, quer dizer que ela vai tirar Cr\$ 30,00 teus, entendeu? A pessoa que ganha mais, não está ganhando do fazendeiro, está ganhando do outro, do próprio companheiro. Então, isso não podia existir... Eu até já tentei tirar isto. Mas fizeram esta lei." (Sr. Jair, 47 anos, branco, empreiteiro Altinópolis)

É possível observar, uma vez mais, o grau de intensificação do trabalho, de um lado, e o rebaixamento do preço da força de trabalho de outro. A *média* estipulada produz, portanto, estes dois efeitos simultâneos. O elemento básico dessa dupla exploração é a *força* do trabalhador. Torna-se evidente que o fazendeiro procura dissimular por intermédio da *média* as diferenças individuais

na medida em que as produtividades menores se compensariam em virtude das maiores. Forma-se, assim, uma força social, de trabalho, uma força média reduzida a tempo de trabalho, a trabalho abstrato, sustentado por um rebaixamento geral, logo, social do preço da força de trabalho. Esse rebaixamento social do preço da força de trabalho alia-se à outras formas de exploração, segundo alguns depoimentos.

P. Como é feito o contrato destes trabalhadores? (pergunta dirigida ao mesmo empregado).

R. Aí depende da pessoa, porque trabalha o ano inteiro. Chega no fim do ano, então eles acertam as férias. Só que desde dezembro, eles trabalham de empreita, por dia, e o domingo eles ganham por produção. Aí, eles pagam por produção. Eles pagam em salário mínimo, na folha de pagamento, eles colocam como produção.

Então, quando se produz menos, pagam-se os domingos por produção (isso na entressafra). Quando se produz mais, pagam-se férias e 13º salário com base no salário mínimo, embora na folha de pagamento os cálculos sejam os referentes à produção. Restam, ainda, algumas informações sobre a laranja. Na colheita, o salário é por peça, ou seja, pela quantidade de caixas colhidas. O número de trabalhadores depende do número de caminhões que a indústria pode enviar a cada pomar. Os empregados procuram levar um número menor de trabalhadores, para que eles "puxem" mais, para que apresentem uma produtividade maior. No processo de seleção dos trabalhadores leva-se em conta a capacidade da força de trabalho de cada um.

P. Você tem preferência por casadas, solteiras, moças?

R. Não, não tenho. Agora, se for muito velha, acima de 60 anos, a gente não leva. Porque tem que ter produção (Sr. Carlos, 43 anos, branco, empregado da laranja em Américo Brasiliense).

Um outro elemento da seleção é a preferência por mulheres na colheita da laranja, em muitos casos.

P. Você prefere mulheres para a colheita da laranja?

R. Sim.

P. Por quê?

R. Porque elas não reclamam de nada. Elas querem trabalhar ... chegam no pomar, descem do caminhão. Os homens não. Se está chovendo, frio, eles já ficam pra trás. Não descem. As mulheres descem na hora. Não trabalho com muitas, porque quando comecei, eram apenas homens. Então, eles já estão há muito tempo comigo. Então, se chegar uma mulher pra trabalhar, eu vou ter que dispensar eles... As mulheres não reclamam, não faltam, elas são mais fáceis de lidar.

P. Você leva menores de idade?

R. Ah! os meninos e meninas são melhores do que os grande pra apanhar laranja.

P. Quantos você leva?

R. Uns oito. São coisa louca pra apanhar laranja.

Repetem-se aqui os critérios valorativos em relação à mulher. Ressalta-se também a maior produtividade, em virtude da maior habilidade com as mãos, em certos casos, segundo se pôde observar diretamente, tanto no café quanto na laranja. O mesmo ocorre em relação às crianças, que geralmente acompanham os pais (na colheita destes dois produtos) ou vão sozinhas. A maior habilidade com as mãos e a rapidez dos reflexos são avaliados como elementos do trabalho leve, portanto, podendo ser desempenhado por mulheres e crianças.⁷

Todavia, um dos empreiteiros de Araraquara afirmou preferir os homens na sua turma.

P. Você prefere homens ou mulheres para o trabalho?

R. Tanto faz.

P. Você acha que tanto os homens quanto as mulheres trabalham igualmente?

R. Eu prefiro o homem. Porque, pra falar o português claro, o homem conversa um pouco menos. Quando se tem mais mulheres, elas já gostam de viver em *blocos*, então, onde tem um *bloquinho* de mulheres, se conversa muito mais e aí... há encrencas ... Formam-se os *bloquinhos* ... aí, tem umas que gostam de tirar o sarro das outras, aí já começa as conversinha, e aí, fica tudo descontrolado.

7 O emprego de crianças também se verifica no corte de cana, de forma clandestina.

Os "bloquinhos" e a "encrenca" são mais frequentes nos períodos fora da colheita na qual predomina o salário por tarefa. Na colheita, na produção, as mulheres causam menos encrencas, cada uma cuida de si. Os estigmas em relação às mulheres (bloquinhos, conversas, encrencas) são usados com mais frequência nos períodos de menor demanda da força de trabalho. Cotejando este depoimento com o anterior, nota-se que a preferência pelas mulheres ocorre em virtude da maior obediência delas comparativamente aos homens. Os elementos valorativos presentes no mercado de trabalho mascaram as reais condições de trabalho na laranja: número de trabalhadores determinados pela indústria e número de trabalhadores homens em cada turma já constituída. Em outros depoimentos, fica evidente esta situação. Os empreiteiros preferem as mulheres mas, em muitos casos, não as empregam porque, em caso contrário, teriam que dispensar os homens da sua turma, por causa da *cota* de trabalhadores pré-fixada pela indústria. No caso da laranja, os empreiteiros, após o término da colheita, procuram trabalho na entressafra da cana, como já foi mostrado. Encontrou-se uma mulher empreiteira (único caso da pesquisa) em Américo Brasiliense que, no período da colheita, trabalhava para a empresa Frutope e na entressafra da cana para a Usina Maringá. Esta mulher, ex-bóia-fria, possuía uma turma de quarenta trabalhadores: 22 homens e 18 mulheres, sendo quatro solteiras e 14 casadas.

P. O que você acha do trabalho das mulheres?

R. Algumas têm até que perder dia por causa do trabalho em casa. Geralmente, as mulheres faltam mais que os homens porque têm os filhos, a casa, o serviço. Mas eu não deixo de ajustar por causa disso. Ninguém pode dar menos valor pra elas por causa disso. Algumas firmas dão menos valor pra elas, mas eu como sou mulher, eu entendo tudo isso aí... Entendo melhor porque o homem não entende como uma mulher sofre, porque a mulher sofre em ter que largar os filhos em casa para ir trabalhar, como eu que largo os meus com a minha mãe ... não tem como os filhos estar com a gente ... tenho uma mulher que trabalha comigo que falta 3 a 4 dias. A firma já mandou falar pra mim, porque eu deixo ela continuar trabalhando. Por que eu deixo? Porque ela precisa, eu falo. A firma não quer saber se a pessoa precisa ficar em casa ... a mulher, não é todo dia que ela pode trabalhar, tem mulher que tem criança pequena e numa noite quase ela não dorme ... tem os dias dela (a

menstruação) ... as cólicas, a moleza. O homem chega em casa, não tem que fazer nada ... a mulher quando chega tem que trabalhar até às 11 horas ou meia-noite e acorda lá pelas 4 horas pra preparar o almoço e deixar alguma coisa pronta ... eu vejo que tem marido que chega, senta e quer tudo na mão...

P. A firma (usina ou indústria de suco) prefere mais os homens?

R. É, eles preferem mais os homens. Onde eu estou mesmo, eles preferem mais os homens e pedem que a gente ajuste mais os homens. Agora na "panha" da laranja não tem disso. Na panha é por empreita, então eles não ligam. Na carpa é por diária, então eles querem os homens porque eles produzem mais. Agora para os empreiteiros é assim. Na "panha", tanto faz, porque as mulheres apanham muito, é por produção. Às vezes, eles preferem os homens. Quando é por diária, para eles tanto faz, porque eles recebem uma porcentagem certa.

A primeira parte deste depoimento reflete a identidade de gênero entre a empreiteira e as mulheres como sendo a relação priorizada. O (re)conhecimento da dupla jornada faz que ela, mesmo a firma exigindo o contrário, empregue as mulheres que faltam por problemas domésticos. Ela, como mulher, "sabe" dos problemas das mulheres: crianças que não dormem à noite, trabalho doméstico; conhece seu corpo: as cólicas, a moleza. São estes os meandros pelos quais se produzem as relações sociais. Além da verticalidade das relações de classe, as relações de gênero determinam a identidade de gênero entre as mulheres. Verifica-se, neste depoimento, com clareza, a rearticulação entre gênero e classe social, ou seja o *nó*, tal como a definição de Saffioti. Neste depoimento, sobressaem as contradições. Embora sendo uma agencia-dora de mão-de-obra a serviço da empresa, ela (re)conhece a necessidade do trabalho da mulher e de sua condição enquanto diferenciada da do homem. No que tange aos empreiteiros homens, aqueles que preferem as mulheres introjetam valores positivos (habilidades, responsabilidade), e os que não as preferem introjetam os valores negativos (conversa, bloquinhos, encrencas). Assim, os valores fazem parte das relações simbólicas de dominação presentes na classe, no gênero e na raça/etnia. Estas relações simbólicas vão estruturando uma espécie de "gestão simbólica" da força de trabalho, em que se reproduzem as diferenças valorativas entre os trabalhadores (os maus, os bons) e as diferenças valorativas entre os sexos. Esta mulher empreiteira, apesar da identidade de gênero em relação às outras mulheres, mantinha a

mesma atitude dos demais empreiteiros no tocante às formas de salário. Sobre cada duas caixas, ela recebia meia caixa, ou seja, 25% da produção diária de todos os trabalhadores da sua turma lhe pertenciam. Da mesma forma que os demais, ela já possuía caminhão e casa, logo, estando numa situação de diferença social em relação às suas trabalhadoras. Quanto ao controle, ela assume a postura do gênero masculino, como se verá mais adiante. Isto demonstra que sua identidade é definida pelas contradições de classe/gênero. Ocupando um lugar no controle dos(as) trabalhadores(as), ela assume uma posição na hierarquia de classe, isto é, do mando, identificada ao gênero masculino. Sua identidade é atravessada por estas ambigüidades. O *nó* enfeixa, portanto, todas as assimetrias (de classe, gênero e racial) e contradições. Em relação às diferenciações presentes no processo seletivo, verificou-se, ainda, no caso da laranja, a preferência, muitas vezes, pelo emprego de menores de idade, em vez de mulheres.

"Porque o menor ganha menos (metade do ordenado), então, a folha de pagamento vai ser menor... esta não é uma exigência da firma, é nossa. Porque pra gente é mais vantagem, dá mais lucro." (Empreiteiro de Américo Brasileiro)

Feitas estas observações relativas a cada processo produtivo e às suas fases (safra e entressafra), acrescentam-se outras reflexões. A passagem do sistema de colonato ao de "bóia-fria" caracterizou-se, fundamentalmente, pela dissolução do trabalho familiar, com o desaparecimento da roça de subsistência e da indústria doméstica; a reprodução da força de trabalho passa a ser inteiramente monetarizada nas cidades. Essa monetarização implicou mudanças no seio da unidade familiar. O trabalho se individualiza e todos os membros da família passam a ser contratados sob valores diferentes pelo capital. Ao capital não interessa mais o trabalho familiar, no qual o chefe da família assumia as funções de pai-patrão e o trabalho da mulher aparecia sob o envelope do trabalho do marido. Interessa-lhe, sim, o trabalho individualizado, cooperativo, hierarquizado e controlado por outros que não mais o chefe da família (Silva, 1987).

No entanto, a individualização do trabalhador assumiu contradições específicas nos diferentes processos produtivos. O que desapareceu foi a organização familiar orientada nos moldes ante-

riores. Na verdade, a família reorganizou-se de forma diferenciada. O que desapareceu foi a figura do pai-patrão, do provedor da família. Reinventou-se, contudo, um novo tipo de trabalho familiar, muitas vezes embutido na própria turma (este aspecto será discutido mais adiante). O trabalho familiar reinventado foi encontrado na colheita da laranja e do café. No caso da cana, tudo leva a crer que a individualização do trabalho se completou. A reinvenção deste trabalho familiar não é entendido como anacronismo, da mesma forma que a individualização não é entendida como evolucionismo. Referente à colheita do café e da laranja, a utilização da força de trabalho familiar (pai, mãe e alguns filhos menores) representa uma estratégia para o grupo familiar garantir melhores condições de reprodução. No entanto, essa estratégia contribui ainda mais para o rebaixamento do preço da força de trabalho. Ao ser uma resposta às necessidades de reprodução do grupo familiar, acaba reproduzindo a tendência de rebaixamento do preço da força de trabalho. O depoimento de um empreiteiro de Américo Brasiliense é bastante ilustrativo. Neste caso, os filhos que acompanham os pais o fazem como "ajuda". Como o pagamento é por produção (caixas), a produção deles não aparece individualizada, mas contida na produção dos pais. A mesma coisa ocorre na colheita do café. Muitos filhos acompanham os pais para "ajudarem" na colheita. Além destes elementos relativos às necessidades da reprodução, há de se considerar a maneira de produzir estes dois produtos durante a colheita: a continuidade de um processo manual. Há, assim, a combinação de dois fatores na recriação do trabalho familiar: estratégia do grupo familiar e natureza específica do processo produtivo durante a colheita da laranja e do café. Essa reinvenção não se refere a uma repetição do modo anterior, quando, até certo ponto, a organização do trabalho e o controle do processo produtivo recaíam, fortemente, sobre a figura do pai, do chefe da família. Cabiam-lhe, então, a distribuição das tarefas e o controle do trabalho dos filhos e da esposa. A divisão sexual do trabalho também passava por sua determinação. O modelo atual de trabalho familiar difere, substancialmente, do modelo do colonato. Forma-se um ajuntamento de pessoas pertencentes a um mesmo grupo familiar para desempenhar determinadas tarefas sob as ordens dos empreiteiros, fiscais, mediadores da indústria ou fazenda. A estes interessa a

produtividade (número de caixas de laranja ou número de latas de 50 litros de café) do trabalhador individualizado. Se esta produtividade encobre o trabalho de filhos menores, pouco lhes importa. Desse modo, é a individualização do trabalho como modelo característico dessa forma de exploração, que determina a reinvenção do trabalho familiar, mais precisamente, uma *reinvenção criativa de novas estratégias* (Bourdieu & Sayard, 1964). "Reinvenção criativa" surgida a partir das imposições relativas ao rebaixamento do preço da força de trabalho e da natureza específica do processo de trabalho. É preciso, contudo, tomar cuidado para não interpretar essa "reinvenção criativa" como mera funcionalidade do sistema de exploração, isto é, como mera resposta dos trabalhadores às imposições feitas. Em primeiro lugar, há de se considerar que levar crianças ao trabalho é um ato ilegal. Todos os trabalhadores devem estar registrados. A própria indústria faz circular entre os empregadores a necessidade de se respeitar a legislação. No caso do café, observou-se que o descumprimento da lei é muito maior. Muitos trabalhadores não eram registrados. Em muitos casos, os fazendeiros ficam com as carteiras de trabalho nos escritórios e somente procedem aos registros caso haja fiscalização dos órgãos competentes.⁸ Portanto, do ponto de vista da lei, este trabalho é ilegal e sua legitimidade só pode ocorrer clandestinamente, já que as crianças não são registradas, não apare-

8 Inquiridos sobre a existência de registros, muitos afirmaram que as carteiras estavam no escritório, a fim de serem assinadas. Esta é uma prática comum que, freqüentemente, conduz à burla da lei. Se não houver fiscalização *in loco*, as carteiras são devolvidas sem os respectivos registros. Na colheita do algodão e amendoim ocorre o mesmo. Muitos homens e mulheres são contratados por um período de apenas dois ou três meses, pois coincide com a "parada" da cana, sem registros. A intensa circulação da força de trabalho de uma propriedade a outra favorece o descumprimento da lei e a sujeição aos "gatos", os quais só empregam aqueles que não reclamam os direitos. Segundo o depoimento de uma trabalhadora de Barrinha, cuja filha estava colhendo algodão (dezembro de 1989), ela temia pelas péssimas condições da caminhonete do "gato" e pelo fato de, muitas vezes, ele dirigir bêbado. Disse ela também que um dia, este "gato" deixou os trabalhadores no local de trabalho, pela manhã só regressando às 22 horas. Cansados, com fome, eles foram a pé até a rodovia a fim de conseguir "carona" até a cidade. Ao passarem por um pomar, foram confundidos pelos guardas com "ladrões de laranja" e ameaçados com revólver.

cendo como trabalhadores. São registrados apenas os menores não acompanhados dos pais, no caso da laranja.

A lei, ao regulamentar as relações de trabalho, não impede a vigência de seu próprio descumprimento. Além disso, ela não pode ser considerada um mero instrumento nas mãos da classe dominante. Ela deve ser vista no conjunto das relações contraditórias das classes sociais, dos seus mediadores e executores (Thompson, 1987, p.348-61). Sendo clandestina, a permissão de se levarem crianças sem registro no caminhão dependerá do empregado. Será ele o elemento principal da efetividade desta reinvenção criativa do trabalho familiar, ou seja, o empregado avaliará a situação dos trabalhadores. Ser aceito ou não dependerá de ser um bom trabalhador, que não cria "encrencas", que não participa de greves etc. Um conjunto de elementos valorativos ligados à história individual de cada um definirá seu perfil, sua figura. As concessões trarão as marcas destes elementos.⁹ Cria-se, assim, o paradoxo seguinte: a regulamentação das relações de trabalho mediante a lei, cumprida pelo escritório da indústria (no caso da laranja), cria as condições para o descumprimento da lei, ou seja, gera-se seu cumprimento-descumprimento no bojo da própria racionalidade e gestão do trabalho produzidas pela indústria. No café, essa racionalidade e gestão são diferenciadas. Elas são realizadas pelo escritório ou pelo fazendeiro. Não há, aí, a indústria ou a usina. Portanto, em certos casos, há um (re)conhecimento direto dos trabalhadores pelo fazendeiro. Assim, o controle pessoal do patrão pode ocorrer, ao lado da utilização dos agenciadores de mão-de-obra. Na usina e na indústria, este controle só acontece por meio da cadeia de mediadores organizados hierarquicamente.

Estas reflexões acerca das diferenciações existentes nos processos produtivos da cana, café e laranja conduzem a reafirmar o caráter necessariamente histórico das relações sociais, de um lado, e, de outro, a negar as interpretações que consideram lineares estas relações. A transformação do trabalhador em força de traba-

9 Todos aqueles que reclamam os direitos ficam "marcados", dificultando, assim, seu emprego.

Isto verifica-se a partir da produção de mecanismos de dominação e controle por parte do capital e de sua interiorização por parte dos trabalhadores. Não existe aí uma relação mecânica. Ao contrário, trata-se de um processo que envolve posições, resistências, construções e desconstruções, contradições das organizações sociais de classe, gênero e étnico-racial. Portanto, não existe um único sistema de dominação fabricado pelo capital e operante apenas durante o ato produtivo. No decorrer dos próximos atos, estes elementos formadores do *nó* serão analisados no contexto das relações dos diferentes agentes sociais envolvidos nos processos produtivos.

OS MEDIADORES DO PROCESSO DE EXPLORAÇÃO-DOMINAÇÃO

A METAMORFOSE DO "GATO" EM EMPREITEIRO,
EM GERENCIADOR, EM FIRMA AGENCIADORA¹

Os estudos sobre os "bóias-frias", na sua totalidade, ao analisarem as relações de produção, que culminaram com o aparecimento desta categoria de trabalhadores, são unânimes em considerar o "gato", o intermediário entre patrões e empregados, como um elemento carregado de caracteres negativos e inescrupulosos. No estudo citado anteriormente, *O golpe do gato ao bóia-fria*, percebe-se, por detrás dos cálculos feitos, a visibilidade dos ganhos do "gato", do seu "pulo", para se apropriar de parte do trabalho necessário do trabalhador.

Sendo a forma predominante, o salário por peça, tem-se que o *quantum* recebido pelo trabalhador dependerá do seu próprio esforço. Além disso, a forma salário esconde a divisão entre trabalho necessário e trabalho excedente, de tal sorte que o salário assume a feição de corresponder ao trabalho durante toda a jor-

1 Em Barrinha e Dobrada, as firmas agenciadoras de mão-de-obra são chamadas pelos Trabalhadores de "gatonas", numa alusão aos "gatos", predominantes até o início dos anos 80.

nada e não ao trabalho necessário, correspondente apenas a uma parte da jornada. A invisibilidade do trabalho excedente acaba sendo maior sob o salário por peça, que além de conter os princípios de igualdade, contém também os de justiça. Aqueles que trabalham mais, recebem mais. A forma salário simboliza a troca igual dos proprietários das mercadorias, força de trabalho e dinheiro (capital), de tal modo que, ao vender sua força de trabalho, o trabalhador recebe dinheiro, portanto, ele realiza um ato de troca. A invisibilidade do trabalho excedente, ao camuflar as relações de expropriação no momento da produção, resguarda aos donos do capital-dinheiro, o direito de se apropriarem - isto no sentido jurídico que regulamenta o ato de venda-compra da força de trabalho - dos excedentes produzidos. Desse modo, a apropriação do excedente é percebida pela institucionalização de sua regulamentação mediante o direito (Giannotti, 1984, p.284ss.). No que tange ao "gato", esta invisibilidade não ocorre, já que ele se apropria de parte do ganho dos trabalhadores, dos seus salários, logo, de parte de seu trabalho necessário, uma vez que o excedente é apropriado pelo capitalista.

Cria-se um verdadeiro deslocamento nas relações de exploração, em que o patrão se esconde sob o envelope do "gato". É ele quem aparece como explorador, o responsável pelos salários vis dos "bóias-frias". Portanto, ele deve ser eliminado. Antes de se discutir o processo de eliminação do "gato" e o surgimento do agenciador, do empreiteiro, ou seja, a metamorfose do "gato", far-se-ão algumas considerações sobre o surgimento do "gato".

Segundo os depoimentos dos empreiteiros, que trabalham com turmas na cana, café e laranja, pode-se observar que todos eles têm uma trajetória de trabalho na área rural. Em geral, foram meeiros ou sitiantes. Possuem também um tempo de trabalho bastante grande na usina ou na fazenda, desempenhando outras funções além de empreiteiro. Em alguns casos, esta função acaba sendo transmitida de pai para filho e ou parentes. Ademais, ela está ligada à posse do veículo (caminhão, caminhonete ou perua), que transporta os trabalhadores. Assim, o empreiteiro é quase sempre o motorista. Às vezes, o pai é o empreiteiro e o filho, o motorista. Quando o pai deixa de ser empreiteiro, geralmente por

motivos de idade, o filho ocupa o seu lugar porque já "conhece o serviço". É preciso esclarecer o significado de "conhecer o serviço": implica conduzir o caminhão, arregimentar os trabalhadores, ser (re)conhecido pelos patrões; fiscalizar, "olhar o serviço", fazer os "pirulitos". Então, em muitos casos, o empreiteiro acumula as funções de agenciador e feitor, tratando-se de alguém, que deve atuar no momento da compra-venda da força de trabalho e no momento do processo produtivo propriamente dito.

O surgimento dessa figura deu-se no bojo da mudança das relações de produção que culminaram no aparecimento do "bóia-fria". Ele é produzido por estas transformações, delas fazendo parte, não sendo exterior a elas. É necessário que atue no mercado e na organização do trabalho. A individualização do trabalho, como forma dominante, é parte constitutiva do processo de produção e formação da força de trabalho. Essa individualização é um pré-requisito à transformação do trabalhador, como fornecedor de força de trabalho; ela representa a produção do trabalhador livre (das condições objetivas do trabalho e das amarras políticas e jurídicas que o atavam ao patrão).

A produção de um trabalhador livre constitui um processo histórico que determina e orienta um outro processo correlato que é o da constituição do mercado de trabalho. Foi mostrado nas páginas anteriores, que este mercado não é orientado apenas por determinantes econômicos baseados nas leis de oferta e procura. Ao contrário, ele é constituído por estes elementos e por outros, de caráter valorativo. Assim sendo, a redução do trabalhador a tempo de trabalho, a trabalho abstrato no momento do consumo da força de trabalho, pressupõe o (re)conhecimento da concretezude de cada um. Ou seja, além da produção do trabalhador livre, é necessário um outro processo: o *da socialização* para o trabalho. É preciso formar, moldar, socializar o trabalhador para o desempenho de suas tarefas.

Marx, a respeito das diferenças entre o trabalho das abelhas e do arquiteto, afirma que este, antes da operação, do ato do trabalho, possui a idealização do resultado do trabalho, que é considerado um ato essencialmente humano.

O que distingue o pior arquiteto da abelha a mais capaz, é que ele construiu a célula na sua cabeça antes de construí-la na colméia. O resultado do trabalho preexiste idealmente na imaginação do trabalhador ... A tarefa exige durante toda sua duração além do esforço de seus órgãos, uma atenção constante, que só pode resultar de uma tensão constante da vontade. (Marx, 1978, p.181)

Esta passagem de *O capital* é de suma importância à compreensão da relação entre o trabalhador (capacidade corporal e intelectual) e o trabalho. O ato do trabalho exige uma submissão, uma subordinação da vontade do trabalhador constantemente manifesta. Há uma tensão entre vontade e livre jogo das forças corporais e intelectuais. O objetivo do trabalho preexiste na consciência e, como uma espécie de lei, determina a ação. Nesse sentido, há uma socialização necessária para o trabalho.

No que tange ao trabalhador livre, essa socialização tem um desdobramento igualmente necessário, que está ligado ao trabalho alienado. Executar uma tarefa - realizar o ato do trabalho - significa, no caso das relações de classe, realizar uma tarefa sem se apropriar de seu produto. A submissão da vontade do trabalhador ao ato do trabalho faz-se por meio da submissão a regras, controle e normas produzidos no processo produtivo. Essas formas de controle definem as relações de produção como relações de produção do controle. Controle da produção, da produtividade, do trabalhador.

Quando foram expulsos da colônia, da morada, romperam-se os vínculos do controle pessoal do proprietário. O (re)conhecimento dos trabalhadores teria de ser feito, necessariamente, por meio de outros canais. A regulamentação da venda-compra da força de trabalho, por intermédio do direito, não foi capaz de cobrir todas as facetas deste (re)conhecimento. O direito interpõe-se na relação entre vendedores e compradores da força de trabalho como um elemento jurídico, mas ele, por si só, não garante a reprodução desta relação. São necessários outros suportes. O ato jurídico preexiste à ação destes compradores e vendedores. Entretanto, a garantia deste ato deve-se sustentar em mecanismos criados no interior das relações de produção para que o ato jurídico seja reproduzido como regulamentador destas relações de troca.

A expulsão dos trabalhadores da fazenda, mediante a regulamentação de um ato jurídico, o ETR, provocou sua concentração espacial nas pequenas cidades e nas periferias de outras maiores. Tem-se neste momento, que o mesmo ato que regulamentou a expulsão, regulamentou a inserção em novas condições de trabalho. As discussões anteriores acerca do ETR evidenciaram que os trabalhadores expulsos não foram reconhecidos pela lei. Na verdade, eram "fora-da-lei". As novas relações de trabalho, portanto, eram regulamentadas não pela deficiência do ETR, ou pelas suas falhas, mas, exatamente pela sua eficácia jurídica, para legitimar a negação deles. A desproteção legal, *vis-à-vis* o Estado de direito, conformou o espaço necessário para a recriação de normas disciplinares por parte dos detentores do capital, com força de lei. Em vez do Estado exercer sozinho o monopólio da violência, este monopólio passa a ser dividido com os proprietários. São eles que irão disciplinar e controlar os trabalhadores.

A mudança espacial da moradia, da reprodução, implicou a inserção em dois espaços: o privado e o público. Em tese, a privatização do espaço reprodutivo separado do espaço privado da fazenda trouxe-lhes, conseqüentemente, uma possibilidade de maior autonomia. O estatuto de trabalhador livre, neste caso, significou estar livre da morada, do roçado, da roça de subsistência, da colônia e do controle pessoal do fazendeiro e ou donos de engenhos; significou, antes de tudo, reduzir-se à força de trabalho e vendê-la a quem tivesse interesse em comprá-la. No entanto, outras formas de controle substituirão as relações pessoais anteriores de dominação. O ato jurídico, ao regulamentar a produção deste trabalhador, forneceu as bases necessárias às mudanças nas formas de exploração. A concepção de trabalhador livre, segundo Marx, é pautada pela perda das condições objetivas e a manutenção apenas da força de trabalho. Ser um trabalhador livre significa, portanto, a possibilidade de dispor da capacidade para o trabalho e vendê-la livremente sem as amarras de dominação pessoal, tais como a servidão e a escravidão.

Ora, o volante, sem dúvida alguma é um trabalhador livre, segundo esta concepção. É desgarrado de qualquer condição objetiva de trabalho, e sobre ele não recai o peso de qualquer domina-

ção pessoal. Todavia, as regras jurídicas que criaram o volante, como já foi mostrado, negaram-lhe o estatuto de trabalhador rural. Estabelecendo-se um paralelo com o caso inglês, fartamente exemplificado por Marx, ali, houve a necessidade da intervenção do Estado, por intermédio dos inspetores de fábrica, para impedir, não a exploração da força de trabalho *tout court*, mas, a morte dos trabalhadores, consumidos pelas cargas excessivas e intensivas de trabalho. No caso brasileiro, não foi isto que ocorreu. O Estado autoritário não só legitimou esta exploração por meio de uma aparente omissão, como também não realizou nenhuma intervenção para "proteger" os trabalhadores de extinção física, mas exatamente o contrário. Criou as bases para que esta exploração selvagem ocorresse, tudo dentro da lei e da ordem.

Os antigos donos do poder revestiram-se de novas máscaras e criaram outros personagens para compor este novo cenário. Na verdade, eles saíram do palco. No entanto, continuaram produzindo o *script* e dirigindo os atos por meio destes personagens, como no teatro de marionetes, no qual os fios invisíveis que sustentam os bonecos são movidos pelos atores que estão fora do palco. No mundo de antes, da colônia ou da morada, o teatro era montado com a presença dos atores-fazendeiros. Agora, eles saem do palco e substituem este teatro pelo de marionetes. A teatralização da dominação é vista por meio dos bonecos, das figuras. Tais mudanças só se efetivariam ao lado de outras relativas à organização do trabalho, que completariam este novo cenário. Alguns depoimentos revelam que a constituição do mercado de trabalho desta região verificou-se, prioritariamente, após estas mudanças jurídicas, e que no início, este mercado de trabalho organizou-se de forma anárquica. Essa anarquia não deve ser confundida como algo ilógico, ao contrário, tratava-se de uma reconstituição de relações de produção. Assim, no início, os próprios padrões procuravam seus trabalhadores nas cidades. Muitas vezes, tratava-se dos seus antigos colonos. A circulação da força de trabalho pelas diferentes propriedades foi tornando cada vez mais difícil este ato. Além disso, o pagamento dos direitos representava uma diminuição da apropriação dos excedentes. É neste contexto, que surge o agenciador de mão-de-obra, o indivíduo que antes já trabalhava

nas fazendas, que também fora expulso e que, como muitos outros, se tornou "bóia-fria"; o indivíduo que tinha o (re)conhecimento de seus iguais e dos patrões. Trata-se, assim, de um surgimento espontâneo a partir das condições dadas. Ou seja, bastava criar o personagem e lhe entregar o *script*. O depoimento de um ex-empregado em Serrana, atual feitor do Experimento II, dos homens, é esclarecedor dos acontecimentos deste período.

P. Você atualmente é feitor no Experimento II. Antes disso, o que você fazia?

R. Bom ... como quem nasce no *quintal da usina* ... nasci numa fazenda no município de Serrana, seção da Usina Martinópolis. Meu primeiro trabalho foi lavoura, desde os 12 anos de idade. E daí em diante, em 69, quando teve o chamado êxodo rural, desde 64, foi onde as usinas, empresas agrícolas e fazendas começaram a acertar com o pessoal e forçadamente colocava pra fora da seção, onde as pessoas eram obrigadas a aceitar aqueles acordos impostos. E, hoje com um pouco mais de vivência, a gente vê como fomos passados pra trás, porque pra justiça trabalhista, não existe acordo, ou a pessoa é demitida por justa causa ou injusta causa. Então, a gente foi pressionado a aceitar o acordo nessa época em 69 pra que a gente tivesse mais tranquilidade. Foi quando a gente (minha família) veio pra cidade. Fizemos esta casa e eu fui trabalhar como pau-de-arara de 1969 a 1973. Em 1971, cheguei a trabalhar uma safra à noite, na usina no setor da indústria. Foi minha única experiência em termos de trabalho dentro de uma indústria. Em 73, comecei, por intermédio de uma pessoa que, hoje, é amigo meu, a trabalhar com turma.

Comecei a *olhar* turma durante três anos. Em 76, trabalhei como apontador na Usina Sta. Lúcia (dentro da indústria) e, posteriormente, fui trabalhar como apontador numa oficina agrícola e também como apontador agrícola de mão-de-obra, de produção. Em 79, resolvi ter uma experiência como empregado, *fui ser gato*. Fui gato três anos. Parei de ser gato em 82, porque naquele tempo a lei já começou apertar, então os gatos tinham que regulamentar sua situação, as empresas começavam a contratar o pessoal definitivo por conta dele, e a lei do trânsito também (fiscalização do DER) começou a ficar rigorosa. Aí, parei, porque, para mim era difícil tocar. Não tinha estrutura. Não tinha condição.

P. E, nessa época seus empregados eram registrados?

R. Não, não eram registrados comigo. Por isso mesmo é que levei chumbo. Teve três deles que me levaram na Junta Trabalhista. Aí eu tive a primeira experiência como microempresário, de enfrentar a justiça trabalhista pra indenizar o pessoal que foi reclamar seus direitos, que, como de fato, eu reconheço que eles tinham. Agora, o que ocorreu comigo é que eu não tinha

condição monetariamente de efetuar esses direitos, porque *a gente como gato era iludido em ser aquele patrão*. A gente, às vezes, competia um gato com outro pra pegar o serviço, e quem ganhava com isso eram as empresas, porque eles vendo que havia vários gatos brigando entre si, dava pra aquele que pegava mais barato ... é a lei da oferta e procura ... então a gente trabalhava sem condição de pagar corretamente o salário, quanto mais os direitos ... então eu não tinha saída. Então, um amigo meu orientou. Olha se você tem algum bem no seu nome, você passa esses bens pra outro e faz com que nada tenha, pra livrar deles não tomar (de você). Aí, alguma coisinha que eu tinha, passei em nome de pai, irmão (uma peruinha, uma Kombi). Foi onde me livreí e aí nós entramos num acordo, porque, de lá ninguém sai sem chumbo ... Aí, essas três pessoas (de uma família) aceitaram um acordo meu nessas bases, de que eu ia trabalhar de empregado pra pagar eles. Aí, nós negociamos em prestações bem leves. Paguei três prestações ... foi quando eles tiveram dó de mim e desistiram de receber. Eles viram que eu estava apertado. Foi minha sorte, mas a experiência foi amarga. (Sr. José, 30 anos, branco, feitor do Experimento II)

A trajetória de trabalho começou no "quintal da usina, a seção da fazenda"; passou por ela e voltou à área agrícola. O não-registro dos empregados, a autodenominação de microempresa, a ilusão de ser patrão, a concorrência entre os "gatos" forçando o rebaixamento do preço da força de trabalho, os bens adquiridos, a burla da legislação ao passar em nome de parentes seus bens, os acordos na Junta Trabalhista (quando foi expulso da fazenda fez acordo e achou injusto, quando "seus empregados fizeram acordo em seu favor, ficou aliviado"), a "experiência amarga", o "chumbo" que levou. Tudo isso faz parte de sua trajetória de expulso da fazenda, da usina e "gato" para a usina. Por esse depoimento, percebe-se um espaço de praticamente 20 anos, desde o ETR, até o início dos anos 80, de negação dos direitos aos trabalhadores. É necessário lembrar as duas leis subseqüentes ao ETR, a n.5.889 e a n.6.019. O surgimento do "gato" deve ser entendido nos contextos da circulação da força de trabalho, da eficácia da lei como instrumento de negação do trabalhador e do mascaramento das relações entre patrões e empregados. Como já foi assinalado, os patrões se escondem sob o envelope dos "gatos". A esses, cabe-lhes a ilusão de serem patrões. Reificam-se as relações, em que um ex-igual transforma-se em patrão e este desaparece no bojo das

próprias contradições criadas pelo ato jurídico. Ao cumprir a lei, expulsando os trabalhadores para não lhes pagar os direitos, o patrão é protegido por ela. No momento seguinte, ao empregá-los, esta proteção continua. A própria lei produz a dialética da expulsão-incorporação. O "gato" é a peça-chave dessa dialética.

Portanto, ele assume, por um lado, uma positividade no seio dessas relações, à medida que presta um enorme serviço às formas de exploração do trabalho e à acumulação destes capitais. Por outro, ele, ao contribuir para o aumento dos níveis de exploração, apropriando-se de uma parte do trabalho necessário e permitindo a apropriação de maiores excedentes pelos patrões mediante o rebaixamento do preço da força de trabalho, engendra o aprofundamento das contradições dessas relações, desmascarando-se, desmistificando-se, "desiludindo-se" a si mesmo. O não-cumprimento dos direitos, embora não sendo patrão, torna-se o elemento detonador das relações de força entre os trabalhadores, de um lado, e ele, do outro. Neste espaço de 20 anos, no qual a trajetória do "gato" se verifica, duas outras leis foram produzidas. No primeiro episódio, mostrou-se que a Lei n.5.889, no ano de 1973, continou negando os direitos aos trabalhadores rurais, que agora, passaram a ser chamados de empregados rurais. *Os empregados rurais eram aqueles que trabalhavam diretamente para um empregador rural em bases não-eventuais.* Os trabalhadores eventuais eram contemplados no máximo com o salário mínimo, férias pagas e horas extras. Em janeiro de 1978, a Lei n.6.019 definiu o trabalhador eventual ou temporário como aquele que não ultrapassava noventa dias. Se, contudo, um trabalhador fosse contratado por um intermediário, *ele não teria direito algum pela nova lei.* Esta foi uma forma de excluir definitivamente os chamados eventuais da legislação.

Cria-se, portanto, com estas leis, um acirramento das contradições. As leis continuaram negando aquilo que elas criaram: o trabalhador eventual. Na realidade, as insatisfações, os conflitos explodiram no próprio campo jurídico. Ou seja, os trabalhadores, ao reclamarem na Justiça Trabalhista, exigiam o reconhecimento de sua paternidade. Esta lei que os criou, não os reconhecia como filhos, ao contrário, negava-lhes a paternidade. Nesta cena, os "gatos" são os responsáveis pelo descumprimento da lei. Os

padrões, ao contrário, continuavam sendo protegidos por ela. No entanto, as máscaras do "gato" foram caindo. Levava chumbo da Justiça Trabalhista, perdia as posses adquiridas até se reduzir a um igual ao trabalhador. O endividamento, as dificuldades, o empobrecimento eram os elementos reais de sua trajetória ascendente e descendente. Ficava no palco representando um papel que, gradativamente, ia se desgastando. Quando as máscaras caíam, ele se viu vestido, outra vez, de "bóia-fria". Então, sai à procura da amizade, da compreensão, do acordo com os velhos amigos de outrora.

É interessante não perder de vista a dimensão do campo jurídico, como espaço de conflitos. Em se tratando de mudanças ocorridas num curto espaço de tempo, muitas vezes, suas múltiplas faces escapam à análise. Retomando o raciocínio anterior, logo depois do ETR, verificou-se uma grande quantidade de disputas trabalhistas movidas pelos trabalhadores que tinham sido expulsos das fazendas.² Estes conflitos tornaram insuportável a continuidade da representação dos "gatos", uma vez que, sobre eles recaía o peso do não-cumprimento dos direitos trabalhistas. O que os trabalhadores reivindicavam eram os direitos vigentes na legislação trabalhista, existente desde 1943. As conquistas conseguidas, os acordos feitos entre as partes envolvidas revelam as duas faces da ordem jurídica. "As práticas e os discursos jurídicos são, com efeito, produto do funcionamento, de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de força específicas que lhe conferem a sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar e, por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções jurídicas" (Bourdieu, 1989a, p.211).

2 Um levantamento de processos trabalhistas feito junto à JCJ de Araraquara mostra que os anos de 1964, 1970 e 1985 são os que apresentam maior número de processos trabalhistas. Muito embora exista uma variação bastante grande de ano para ano, observa-se que de 1963-1987, houve uma constante disputa pelos direitos, mesmo no que tange às mulheres, apesar de ser em menor número. Após as greves de 1984 e 1985, a tendência foi o decréscimo da disputa neste campo.

Portanto, o que existe é um campo com muitas fissuras e não um bloco homogêneo e duro. A seqüência destas leis é uma prova da dinâmica, da transformação do próprio campo no bojo dos conflitos. Sem dúvida alguma, esta situação foi, paulatinamente, rompendo os fios invisíveis que sustentavam as marionetes no palco. As greves de 1984 e 1985 representam definitivamente a ruptura deste processo. A riqueza do depoimento anterior reside justamente na explicitação destes conflitos no campo jurídico. Ao afirmar que "levou chumbo" por não registrar os trabalhadores, ele descumpria a lei trabalhista, foi punido por isso, apesar da lei de 1978, segundo a qual o trabalhador eventual, contratado por ele e não pelo proprietário, não usufrísse dos benefícios da lei. A imposição do cumprimento dos direitos, o "chumbo" da Junta Trabalhista, o "aspecto da lei", o "contrato definitivo das empresas", a "lei de trânsito" desferiram golpes mortais na sua contraditória trajetória de "gato".

Neste momento, a constituição do mercado de trabalho já não se fazia mais anarquicamente. Indústrias, fazendas, usinas já (re)conheciam os trabalhadores nas várias cidades-dormitórios da região, por meio de diferentes mediadores. No que tange aos trabalhadores, a resistência neste período se manifestou, sobretudo, pelas reclamações trabalhistas, com poucas greves. A grande explosão aconteceria em 1984 e 1985. A negação dos direitos foi gerando, em contrapartida, as bases para o seu cumprimento, em virtude do acirramento das contradições entre a lei, a ação dos empreiteiros, o rebaixamento do preço da força de trabalho e os altos padrões de acumulação. O papel do Estado, por intermédio do aparelho jurídico, deve ser entendido no bojo desta contradição. De um lado, fica visível a ação da Junta Trabalhista em fazer cumprir a lei. De outro, a existência dos *acordos* era uma forma de amainar os conflitos. Em geral, os trabalhadores, que faziam reclamações ficavam "marcados" pelo empreiteiro. Isto foi engrossando ainda mais os descontentamentos até a eclosão dos movimentos grevistas surgidos a partir de 1984. O "gato", neste momento, torna-se um elemento degenerado, desnecessário, logo, passível de ser extinto. As empresas foram, cada vez mais, assumindo os direitos dos trabalhadores mediante o registro em

carteira, contrato de trabalho, pagamento dos direitos: férias, 13º salário etc. De acordo com as respostas dos questionários, o número de trabalhadores com registro em carteira correspondia à maioria, porém, não à totalidade. Do total dos entrevistados, 20% não possuíam registro. A metade deles achava-se em Altinópolis. As porcentagens referentes a cada cidade e aos sexos distribuíam-se assim:

Altinópolis

Homens: 50% com registro	Mulheres: 14% com registro
50% sem registro	86% sem registro

Américo Brasiliense

Homens: 100% com registro	Mulheres: 83% com registro
	17% sem registro

Barrinha

Homens: 87% com registro	Mulheres: 75% com registro
13% sem registro	25% sem registro

Serrana

Homens: 72% com registro	Mulheres: 81% com registro
28% sem registro	19% sem registro

Araraquara

Homens: 82% com registro	Mulheres: 100% com registro
18% sem registro	

Quanto ao contrato de trabalho temos a seguinte situação: em torno de 30% não especificaram (22% homens e 10% mulheres); 37% dos homens e 42% das mulheres têm o contrato feito com o empregado.

No conjunto dos que especificaram, pode-se dizer que a maioria faz o contrato de trabalho com a empresa: fazenda, indústria ou usina (39,5% de homens e 47% de mulheres).

A anarquia dos primeiros momentos vai sendo substituída pela racionalidade crescente. Opera-se um processo de gestão da força de trabalho, amparado nas regras legais do Direito e na racionalidade empresarial. Esta nova gestão surge no bojo destas trans-

formações e daquelas ligadas ao processo de trabalho. Esta anarquia insere-se no contexto da lógica contraditória das relações capitalistas e não no seu contexto funcional. O "gato" é um dos resultados desta contradição: ao mesmo tempo em que respondia às necessidades da "lógica do capital", ele se inseria, *vis-à-vis* a sua ação, no conjunto contraditório da reprodução das relações sociais, ao agudizar os conflitos. Feitas estas considerações sobre o surgimento e extinção do "gato", proceder-se-á à análise de sua metamorfose em agenciador de mão-de-obra.

As práticas sociais não dizem respeito apenas às práticas econômicas. Ao contrário, um conjunto de elementos simbólicos, imaginários, ideológicos, formam, juntamente com a prática econômica, as práticas sociais (Godelier, 1982). A figura do "gato" insere-se num conjunto de representações justificadoras de sua prática, marcadas pelos estigmas e aspectos negativos. Os próprios padrões, privilegiados com a ação dos "gatos", produziam, no nível das representações, os estereótipos, os valores negativistas, que mascaravam seus ganhos. Quando as condições sociais levam ao processo de extinção do "gato", produz-se, em contrapartida, um vazio enorme no processo de organização do mercado de trabalho e do próprio trabalho.

Neste momento, a negatividade do "gato" é substituída pela sua importância, por sua necessidade. Então, a extinção deveu-se à figura (do "gato"), mas o personagem vai se revestir de novas roupagens. Ou seja, o cenário é o mesmo. Os atores também. O que mudam são as roupagens, são as figuras. É o momento da metamorfose do "gato" em agenciador. A conservação do mesmo indivíduo deveu-se aos papéis desempenhados, anteriormente. Agenciador, atuando no mercado de trabalho, sobretudo no papel do (re)conhecimento valorativo das relações sociais vigentes. Conhecedor do "serviço", podendo continuar a desempenhar a tarefa de supervisão e controle. Morador das cidades-dormitórios, conhecedor de "todo mundo", muitas vezes, possuía a mesma origem de classe dos trabalhadores. Este é um elemento importantíssimo na dissimulação das formas de controle impostas. Portanto, um novo personagem dotado de todos os requisitos para continuar exercendo seu papel. No palco, apenas a mudança

da roupagem. Retiram-lhe a de "gato" e revestem-no com a de agenciador: figura séria, responsável, seguidora da lei, contratada pela usina, fazenda, indústria e prestadora de serviços a elas. Figura que deverá arregimentar os trabalhadores, levá-los ao trabalho, socorrê-los em caso de acidentes, encaminhá-los ao escritório para fins de registro e, muitas vezes, efetuar-lhes o pagamento. Figura engendrada pela usina, situada espacial e socialmente próxima dos trabalhadores. Figura insubstituível, jamais extinta, mas, igualmente, contraditória. Os depoimentos coligidos junto ao empregado dos três produtos registram tais contradições, algumas das quais serão mostradas, em seguida. Ou seja, os depoimentos revelam que a criação da figura do empregado ou agenciador não eliminou as contradições das relações entre classes, em virtude de ele acumular, além das funções de agenciador da força de trabalho, as relativas ao controle e à dominação. As contradições se agudizaram. Ao ser investido destas funções, é colocado numa posição contrária aos trabalhadores. Nesse embate, procura direcionar suas ações com a finalidade de amortecer conflitos. Por isso, embora seja um agente da dominação, ele não é um mero executor de ordens, possuindo, muitas vezes, até mesmo a posição de classe dos trabalhadores. Continua, quase sempre, retirando seus ganhos da produção deles.

P. O senhor tem mais homens ou mulheres na sua turma?

R. Tenho mais homens, porque a determinação do número de homens e mulheres é da firma. Eu prefiro mais os homens, não só pelo serviço, mas também pela amizade. A gente não quer só o serviço ... a gente quer a amizade também ... mesma coisa com as mulheres, elas também precisam viver, têm o valor delas. Quando são mulheres mais maduras, de responsabilidade, essas não dão trabalho, mas agora, tem um bando de mocinhas aí, que dão trabalho...

P. A sua turma trabalha o ano inteiro?

R. Direto e reto.

P. Com registro?

R. Sem registro, sem Funrural, sem nada. Porque eles não ligam. O patrão dá toda a liberdade, se eles quiserem registrar ... é o patrão que vê isso ... o escritório...

P. O que o Sr. acha do seu patrão?

R. Ele é um patrão bom, não é ruim não. Ele é bom porque ele segura; porque tem muitas fazendas, se o patrão solta a mão, daí, complica.

Referindo-se a um acidente de trabalho ocorrido com uma moça sem registro de carteira, ele disse:

P. Como fez no hospital?

R. Eles pediram que eu mostrasse a carteira. Ela buscou a carteira, levou lá no patrão, ele assinou e aí ela foi atendida. Assinou na hora, ele organizou tudo pra ela. Sem problemas... (Sr. João, 40 anos, branco, empreiteiro no café em Altinópolis)

O empreiteiro João ressalta, no início, a importância da amizade com os trabalhadores, além do serviço, daí a sua maior preferência pelos homens, ao mesmo tempo que defende e assume a ideologia do patrão. Esta identidade de gênero masculino aparece também em outros depoimentos. Ele é um elemento importantíssimo na relação com os trabalhadores. O depoimento de um outro aponta para os seguintes elementos:

P. Como o senhor faz para selecionar este pessoal para trabalhar?

R. Ah! A gente tem muita experiência, a gente conhece ... pelo modo do cara agir com a gente, de falar com a gente. E depois... a gente informa também.

P. Mas, como?

R. Tem bastante empreiteiro. Tem bastante gente. Você conhece aquele fulano? Conheço. O que você acha? Ah! Ele é bom.

P. É bom para o quê? Pra trabalhar?

R. *É, mas não é o trabalho que a gente mais vê.* Vamos supor, o cara mais educado, que respeita a gente ... porque tem gente que não respeita... pontual no serviço, obediente ... Porque a senhora sabe, o trabalhador a gente conhece faz 30 anos; 38 anos que eu mexo com isso. A gente sabe como tem que lidar com eles ... eu não quero que ninguém se arrebeste (de trabalhar). Eu falo pra eles. Eu quero que trabalhem normal. O dia tem 8 horas pra produzir ... o suficiente que o patrão pode pagar. Agora tem gente que vai lá e começa a fazer fuxico no meio da turma, fazer rodinha, faz isso, você vai falar, eles respondem mal, começa a querer criar caso. (Floriano, 35 anos, branco, empreiteiro em Serrana)

Além dos critérios valorativos implícitos na seleção, a ponto deles serem mais "olhados" do que a produção, há um outro elemento importante neste depoimento: a porcentagem que ele

recebe sobre a produção dos trabalhadores. Aliás, este é um ponto comum nas entrevistas com empreiteiros. A importância de se manter esta forma dos ganhos, advinda dos "gatos", reside no fato da continuidade da forma de salário por peça. Então, como já foi mencionado, o que mudou foi a roupagem. Os papéis continuam os mesmos, com exceção do *script*, que, agora, está legalizado. Por outro lado, o fato das usinas e indústrias legalizarem o empreiteiro não significa que o mesmo ocorreu em relação a todas as fazendas. O depoimento do empreiteiro de Altinópolis revelou a burla do registro numa fazenda de café, e o da mãe de uma trabalhadora de Barrinha apontou para o não-registro nas propriedades de algodão e amendoim. Este depoimento coincide com o da firma agenciadora de Barrinha:

"Agora, existem muitos *empreiteiros volantes*. Volante, porque isso não é empreiteiro, é volante. Então esse povo, numa hora está com eles, amanhã está com outros. Esse povo hoje está aqui, amanhã, lá, depois, não sei onde. Não tem lugar fixo aqui, amanhã, lá, depois, não sei onde. Não tem lugar fixo pra trabalhar ... *estes volantes são os gatos* ... a função deles é pegar o serviço e dar para o sujeito, *mas a questão é que ele não assume a responsabilidade com os trabalhadores*... aqui na região não tem mais muitos deles, mas, ainda tem ... eles trabalham mais é apanhando algodão, chacoalhando amendoim e alguma coisa que aparece ... no caso da laranja e da cana é mais rigoroso ... tem mais fiscalização ... agora, eles trabalham mais é com essas coisas que não registram ... eles não estão legalizados ... Existem trabalhadores que gostam disso... Então é assim... Hoje a cana está boa, então hoje eles ganham dinheiro de montão, amanhã, ela dá uma deitada, então ele vai pra outro caminhão e é assim; ele gosta é disso ... mas ele não soma que chega o fim de ano, aí ele não tem um 13º, umas férias, um reajuste, não tem nada. Só tem aquilo que ele trabalhou, recebeu e mais nada. Agora as usinas não pegam os serviços destes gatos. Tem fornecedor, meio relaxado, que pega. Na usina Martinópolis, andaram pegando, mas deu rolo." (Sr. Geraldo, 40 anos, branco, empreiteiro em Altinópolis)

A existência dos "gatos" na era dos agenciadores é vista como anomalia, como relaxo, irresponsabilidade. Interessante é observar a definição do "gato" como "empreiteiro volante", esse que ora está num lugar, ora noutra. Também interessante é a idéia de que há trabalhadores que gostam de ora estar num lugar, ora noutra, sempre à procura de maiores ganhos. Aqui, é possível perce-

ber uma outra contradição. O mesmo processo que engendrou a circulação da força de trabalho de uma propriedade a outra, gerou a necessidade de sua fixação, a ponto do volante (empreiteiro e trabalhador) ser renegado, a partir de um certo momento. O agenciador é também resgistrado pela usina. Possui os mesmos direitos que os trabalhadores.

"Eles não pagavam o fundo de garantia, mas agora pagam, (mesmo empreiteiro acima citado)

P. Qual a diferença entre o agenciador e a firma agenciadora?

R. Os empregados estão no nome de minha firma. Eu que ajusto. Porque os fornecedores (trabalha para fornecedores) não podem registrar porque não se trabalha num lugar só. Às vezes, se trabalha com um, dois, três fornecedores. Então, como pode registrar em três lugares ao mesmo tempo? Agora eu posso trabalhar pros fornecedores com os empregados registrados na firma. Aí eu tenho a função lá e tenho a função aqui, então cedo, eu dou uma olhada na turma, vejo o que precisa, depois volto, porque tenho os empregados, não preciso estar junto. O agenciador funciona diferente. Ele tem que arrumar o pessoal, levar lá pra ajustar, deixar pronto e entregar pros homens lá na roça. Nesse caso, o caminhão é nosso, mas a administração é deles (da usina), não é nossa. A gente não tem nada a ver com isso. A vantagem de *ser agenciador é isso aí. Ele não tem dor de cabeça*. Que nem meu filho, ele vai lá cedo, depois do almoço dá uma volta, dá uma olhada nas duas turmas, vê o que precisa, o que está acontecendo, como está a produção. Tem o fiscal da administração. Tudo por conta da usina ... então é a maior mordomia. Agora, eu não. Eu cuido da firma. A administração é por minha conta. Nós temos caminhões particulares também."

A firma agenciadora representa a solução para a intensa circulação da força de trabalho. A firma cabem as responsabilidades legais e o controle da força de trabalho. Segundo este depoimento, é esta a diferença entre a firma e agenciador: este não teria as "dores de cabeça"; a ele cabe levar a turma ao trabalho. No entanto, todos os empreiteiros entrevistados, inclusive os trabalhadores, afirmam que uma de suas funções é exercer o controle. Em suma, todos agenciam, mas nem todos controlam o processo de trabalho. Então, o mercado da força de trabalho foi se organizando de tal modo que existe a seguinte situação, além do momento atual da existência de muitas cooperativas de mão-de-obra rural, tal como se analisará no final deste trabalho:

a) o "gato", elemento em extinção, mas que continua atuando nos interstícios, nas brechas do descumprimento da lei, agencia e controla o processo de trabalho;

b) o agenciador ou empreiteiro independente agencia a mão-de-obra e acumula as funções de motorista e feitor. É mais comumente chamado de empreiteiro, aquele que "arruma a turma e olha a turma";

c) o agenciador, contratado por firmas agenciadoras ou pelas empresas, não acumula as funções do controle da força de trabalho, sendo estas exercidas por feitores.

O "gato" foi encontrado em Barrinha, atuando, sobretudo, na entressafra da cana, nas culturas de algodão e amendoim. Segundo alguns depoimentos, ele atuaria na safra junto a algumas usinas e fornecedores.

O empreiteiro foi encontrado nos três produtos. Parece existir em maior número. As firmas agenciadoras e os agenciadores foram encontrados em Araraquara, com atuação na cana e na laranja. Nos casos do agenciador ou empreiteiro independente, o registro dos trabalhadores é feito pela usina, indústria ou fazenda. Em se tratando do "gato", não há registro. Tanto ele quanto os trabalhadores são "volantes", na acepção do depoimento acima. Há casos em que os agenciadores são contratados pela firma agenciadora. A estruturação deste mercado de mão-de-obra vai se definindo pela formação de turmas fixas, em contraposição às turmas "volantes". O mesmo agenciador disse:

"Agora na safra eu só tenho essa turminha aí. Ela não vai atrás de outro serviço. Agora, na safra, sim."

"O 'gato' seria aquele que faz sujeira. 'Gato' é esse que anda aí, particular, esse que hoje está aqui, amanhã ele está lá, sem responsabilidades. Esse é o 'gato', porque quanto mais ele pode sujar, mais ele suja a pessoa. Se ele acha que lá não deu, ele passa pra outro." (mesmo informante)

A respeito das razões que levam a usina a não contratar diretamente os trabalhadores, dispensando os intermediários (agenciadores), ele disse:

"Não pode, dona ... a Usina precisa dele. *Quem cuida deste povo? A usina vem aqui?* A usina não vai atender um por um, porque ela tem muito serviço para ela, ela atende todo mundo, só que aqui é assim: o agenciador ... o sujeito está aqui, então tem uma vaga, então ele sabe, fulano tem uma vaga. Entende? E todos estes caminhões? A usina vai ter que comprar tudo isso? É pior pra ela."

Este depoimento ressalta a importância do agenciador, não só pelo fato de ele possuir o caminhão, como também "de ele cuidar deste povo". A pergunta dele próprio, "A usina vem aqui?", reflete o quão seria oneroso para a usina assumir diretamente o agenciamento. Por outro lado, o papel mais importante do agenciador é o referente à formação da turma. Mais adiante, este aspecto, será visto em maior profundidade. Inquiridos sobre a função do empreiteiro, as respostas dos questionários mostram referências ao transporte, contrato, controle, exploração, remuneração, até não fazer nada. Sobre o interesse do empreiteiro vê-se que apenas 25% afirmam serem ligados aos trabalhadores e 42% aos patrões; 10% mostram o interesse dúbio; 15%, apenas dele próprio. A respeito da pergunta se o salário dos trabalhadores seria melhor sem os empreiteiros, 67% responderam afirmativamente. Quanto ao vínculo de trabalho, 53% disseram ser com empreiteiro, 42% com o patrão. Sobre o pagamento do empreiteiro, 66% afirmaram ser o patrão e 12%, os trabalhadores; 95% afirmaram ganhar uma comissão proporcional à produção dos trabalhadores, e 10%, ser parte proveniente do patrão e parte da produção dos trabalhadores. Esses dados revelam que os trabalhadores, em sua grande maioria, têm consciência de que sua situação seria melhor sem os empreiteiros.

O empreiteiro é um sujeito múltiplo, contraditório. É uma figura marcada, portadora de máscaras sociais. Remete-se o leitor, neste ponto, a Da Matta a fim de se entender melhor o significado das representações enquanto mediadoras das relações sociais e carregadas de elementos simbólicos. Para este autor, a noção de pessoa é definida pela máscara, que é colocada em cima do indivíduo. Só assim é possível transformá-lo em ser social. Referindo-se às sociedades tribais, mostra que a transformação dos noviços em pessoas é marcada por rituais, que, normalmente, envolvem a

ação física: perfuração das orelhas, dos lábios, do septo nasal etc. Esse ato marca a penetração da sociedade no indivíduo. (Da Matta, 1983, p.173). No que tange às máscaras utilizadas pelo "gato", empreiteiro, agenciador, supervisor, observam-se não as marcas físicas impressas definitivamente no corpo do indivíduo, mas marcas caracterizadas pela dualidade. As máscaras são retiradas e trocadas como fardas. Existem várias mediações entre os portadores das máscaras, os patrões e os trabalhadores. Não se trata de uma impressão direta como nas sociedades tribais. Não existem, tampouco, simples relações de reciprocidade e sim contradições. A existência de leis, da Junta Trabalhista e as percepções negativas em relação a estes personagens, mesmo investidos como "agenciadores" de mão-de-obra, revelam que os trabalhadores não assistem passivamente a esta peça.

Os rearranjos da usina para racionalizar o mercado e a organização do trabalho esbarram nestes elementos duais e controversos. De um lado, estas figuras lhe são necessárias e positivas, e do outro, são-lhe incômodas, porque não resolvem os conflitos das relações de classe. Mas "quem cuida deste povo" senão elas próprias? São figuras marcadas para desempenhar estes papéis, contudo, precisam mudar as roupagens. "Cuidar deste povo" contém um significado muito importante. Cuidar quer dizer tomar conta, proteger. Sentem-se como protetores dos trabalhadores. A pergunta subsequente diz o mesmo: "A usina vem aqui?". Isto é, enxerga a usina também como protetora e não como exploradora. Ele próprio oculta seu papel na relação de dominação. Vê-se como uma espécie de "padrinho", um mediador básico entre "o povo", a "massa" impessoalizada e a usina. Essas reflexões serão melhor compreendidas no conjunto dos outros agentes da dominação, um pouco mais adiante. É importante reter que estes personagens são fabricados no contexto destas relações sociais. Não possuem existência prévia e nem são colocados nestes papéis segundo determinação econômica, tão-somente. Além do mais-valor, as relações de dominação engendram necessariamente a domesticação dos envolvidos. Em se tratando de trabalhadores livres, torna-se necessário coagi-los ao trabalho, mediante métodos escamoteadores e não por meio da violência aberta. O papel

do "gato" é uma das formas de se conseguir esta coerção. Sem a máscara, ele é um indivíduo integrante da massa de trabalhadores, possuidor da mesma origem de classe e da mesma condição social. É justamente essa indiferença em relação ao conjunto, que permite investi-lo das máscaras dos demais. Sem as máscaras, seu caráter de pessoa desaparece. Torna-se indivíduo impessoalizado. Uma vez marcado (com máscara), é impossível voltar à situação anterior. As cicatrizes não são físicas, mas sociais, isto é, existem enquanto representações sociais. Da mesma forma que as primeiras, estas também não desaparecem. Por isso, não houve a morte do "gato". Ele apenas trocou de máscara. Os trabalhadores sabem disso ao denominarem as empresas agenciadoras de "gatonas". E mais, os próprios agenciadores marginalizam o "gato" (real), como sujeira, como marginal, como um fora-da-lei.

A indefinição social destas figuras ("gato", "gatonas") remete à do *trickster*, ou a do pícaro ou mesmo à do malandro brasileiro. O *trickster*, de origem anglo-saxônica, é o astuto que pratica embustes cujas encarnações zoomórficas são o macaco, a raposa e o jabuti. O pícaro possui origem humilde e uma extrema agudeza na arte de enganar. A figura do malandro brasileiro se encaixaria neste ramo da esperteza. De origem humilde, no entanto, por meio da identificação ao pólo dominante, estas figuras não se situam nem num pólo, nem no outro. Elas vivem, segundo a expressão de Antonio Candido, numa espécie de gangorra. Ora pendem para um lado, ora para o outro, sem nunca estar fixas em algum deles. Elas negam o que são e são o que não são. Investidas das máscaras sociais, encobrem a realidade dura de suas reais existências.

O FEITOR: "O RECHEIO DE SANDUÍCHE"

A organização hierárquica do trabalho não tem como função social a eficácia técnica, mas a acumulação. A divisão das tarefas, o controle de trabalho são resultados de uma economia de tempo, que se traduz no aumento da acumulação.

Inquiridos sobre a existência de fiscal no trabalho, 92% dos trabalhadores responderam afirmativamente. A existência de fiscal no trabalho revela também uma variedade no tocante a este agente do controle: 34% dos trabalhadores afirmam que o fiscal é da firma. Apenas 4% disseram ser o patrão; 22%, o empreiteiro; 4%, o motorista do caminhão, 6%, uma pessoa contratada pelo empreiteiro; 6%, o administrador. Se levarmos em conta a acumulação de funções do empreiteiro, motorista e fiscal, em muitos casos, pode-se ver que a porcentagem de empreiteiros exercendo o controle do processo de trabalho aumentaria. Por outro lado, percebe-se que mais de um terço dos feitores é escolhido pela firma. Dessa sorte, está sendo estruturada uma divisão do trabalho com funções cada vez mais específicas tanto em relação ao trabalho quanto em relação ao controle do trabalho. Apenas 3% dos trabalhadores disseram que o fiscal era um dos trabalhadores. A pergunta se se tratava sempre do mesmo fiscal, 73% responderam afirmativamente, apenas 10% afirmaram mudar sempre, 5% mudar de vez em quando, 7% mudar na safra e 7% disseram que os fiscais têm setor fixo, quem mudam são os trabalhadores; 10% não responderam à questão.

Até o início dos anos 90, a colheita destes produtos era essencialmente manual; da mesma forma, outras operações, tais como, o plantio, continuavam exigindo grande quantidade de mão-de-obra. Especialmente no caso da cana, há uma tendência a se formar a figura do "bom" cortador de cana. Aliás, a figura do "bom" trabalhador perpassa todas as tarefas em todos os produtos. O sucesso da fábrica (no caso a usina, indústria, fazenda) não se deve à superioridade técnica, mas ao controle exercido sobre os trabalhadores. Aliás, este foi o segredo de muitos capitalistas, inclusive de outros países, que não possuíam uma tecnologia superior. Disciplina e fiscalização foram utilizadas para diminuir os custos (Marglin, 1980, p.58).

Os depoimentos revelam as funções de supervisão, de controle, de "fazer mexer o corpo", de "fazer o serviço andar". Ao exercê-las, os feitores vêm-se envolvidos numa rede de relações entre trabalhadores e patrões, que os levam a ser os "recheios de sanduíches", aqueles pressionados tanto de um lado quanto do

outro. Pode-se perceber que a situação produzida no bojo destas relações reflete a contradição social existente entre as classes, assim como a resistência dos trabalhadores. Tempo e disciplina no trabalho (Thompson, 1979) são dois pilares básicos, que sustentam os mecanismos de exploração. Aos seus executores cabem as tarefas de transformar estes trabalhadores em força de trabalho. Ao fazê-los, encontram a reação destes. É nesse embate existente nas profundezas destas relações que vão sendo geradas a consciência e as formas de resistência. No entanto, esta produção não se faz de forma linear e evolucionista. Ela é constituída por variáveis, que não são somente aquelas produzidas pela relação capital-trabalho, mas atravessada pelas relações de gênero e raça/etnia. A seguir, alguns depoimentos de feitores e trabalhadores procurarão dar conta destas afirmativas.

P. O Sr. tem alguma preferência ao controlar os trabalhadores?

R. Ora, se eu sei que o indivíduo é uma *tranqueira*, eu não contrato.

P. E como o Sr. sabe que o indivíduo é uma *tranqueira*?

R. Porque, geralmente, numa cidade dessa com 15 mil habitantes, você conhece até o que o "nego" come na casa dele. Todo mundo se conhece.

P. Quais as normas para a execução do trabalho?

R. As normas são ... para cortar cana, tem que fazer os montes certos, cortar as pontas bem cortadas, os tocos. Você vai trabalhar por dia, você tem que cumprir seu horário...

P. Quem fiscaliza esse pessoal?

R. Além de mim, eu tenho um fiscal que é meu empregado. Inclusive ele é o único, que chega neste período da entressafra, que não tem ligação nenhuma com a usina ... é meu gerente, é o que mede, recebe, controla, dispensa. É o que vive o dia-a-dia com o pessoal juntamente comigo.

P. E o motorista do caminhão, é seu empregado também?

R. Normalmente, quase todos os empregados que nós temos, eles são motoristas.

P. Qual é o meio que seu fiscal utiliza para controlar esse pessoal?

R. Tem o controle que é por peso. A gente sabe quanto foi produzido, quanto o trabalhador cortou de cana hoje ... agora ... você controla a produção pela sua ordem, seu respeito. Se você é um patrão honesto, você tem um empregado honesto ... o empregado sendo honesto, tem que saber a obrigação dele, saber por exemplo, que não pode ficar parado no cabo da enxada, ele sabe que não pode toda hora estar batendo papo...

P. *O fiscal tem parentes na turma*}

R. O fiscal é somente meu empregado e na minha turma eu não aceito que ele tenha parentes porque gera problemas ... ele é meu administrador, ele ganha mais, ele comanda... (Sr. Carlos, 35 anos, branco, empreiteiro em Américo Brasiliense)

As normas do trabalho associam-se àquelas relativas ao (re)conhecimento do trabalhador honesto, do que não "fica parado no cabo da enxada". A idéia de parar ressurgiu também no depoimento de um empreiteiro de Altinópolis, que disse:

"a gente explica pra fazer uma força, mas é uma coisa que se o camarada não quiser, eu não posso obrigar (ele) trabalhar além do que ele pode, então tem que trabalhar normalmente. Agora, se ele fizer corpo mole, desde que ele mantenha o serviço dele trabalhando devagarzinho, ele estando mexendo com o corpo, eu não posso fazer nada." (Sr. Joaquim, 38 anos, branco).

E necessário "mexer com o corpo", "não ficar parado". Tempo e disciplina são os fatores essenciais para auferir maiores ganhos. Em muitos casos, as funções de supervisão, neste caso, passam de pai para filho. A divisão do trabalho e a hierarquia das funções de controle vão se especificando. O encarregado da turma desvincilha-se das funções de supervisão do trabalho. Estrutura-se uma homogeneização da divisão do trabalho e da disciplina.

P. Qual é a função do fiscal na laranja?

R. De marcar caixa, escolher a rua (três ruas são a distância boa). O caminhão vai entrar aqui, então puxa três pés pra cá e três pés pra lá. Tem que fazer a banca tudo certinho, para pôr as caixas aqui. Assim o caminhão fica ali, aí, fica fácil pro carregador, pra marcar as caixas e pegar o talão de controle. Marca quantas caixas o apanhador apanhou. Aí dá uma guia pro apanhador e a outra vai pro escritório. Aí, o pagamento vem pelo talão. Assim, o empregado já sabe quanto vai receber, porque ele já está com a folha ... o cheque dele vem com aquele total ... A função do fiscal é olhar se não tem laranja no chão ... se não fosse assim, o apanhador ia apanhar sem uma ordem ... então, tem que controlar, abrir a banca. (Sr. Antonio, 37 anos, empreiteiro da laranja)

Esse mesmo empreiteiro disse que:

"se o empregado for bom, a gente quebra o galho para ele. Outro dia mesmo eu apanhei umas caixas de laranja para um empregado, porque senão ele iria perder o domingo, porque ele faltou."

Aos poucos, opera-se a estruturação da divisão hierárquica do trabalho. No entanto, as ações e mesmo as representações dos diferentes agentes ainda estão imbuídas de elementos vigentes em momentos anteriores. Ou seja, a racionalidade da empresa é constituída destes elementos que, de *per se*, não podem ser considerados anacrônicos. É uma racionalidade na qual o velho e o novo estão relacionados de forma dialética. Desse modo, o poder da empresa, apesar de perpassar todos os pontos da estrutura da produção até o seu microcosmo, é um poder que, por sua própria natureza, gera um contrapoder, nem sempre manifesto somente mediante os movimentos sociais. É um contrapoder surgido no seio das relações de trabalho, em que se defrontam os agentes dominados e os dominadores. Se é necessário um fiscal para abrir a banca, para evitar que laranjas sejam deixadas no chão, que a cana seja cortada ao rés-do-chão, que os grãos de café sejam colhidos sem arrancar muitas folhas, para controlar todo o processo de trabalho, nada impede que este mesmo fiscal "quebre o galho do trabalhador". Há uma mistura de funções: motorista, fiscal, bombeiro (aquele que fornece água aos trabalhadores durante o trabalho), empreiteiro. Quando há acidente, muitas vezes, são eles que transportam o acidentado até à cidade. São eles também que emprestam dinheiro a muitos trabalhadores. Estes elementos de proximidade, de solidariedade ratificam o (re)conhecimento que estes agentes possuem em relação aos trabalhadores. A dialética do poder e do contrapoder pode ser vista no depoimento do feitor do Experimento II (dos homens) em Serrana. Trata-se de um depoimento que fornece ricas indicações a respeito da questão da transformação do trabalhador em força de trabalho.

P. Você encontra problemas para lidar com os homens?

R. Com os homens, foi mais fácil impor meu ritmo porque eu os conheço, eu falo a linguagem deles; eu posso chegar e falar: "Oh! malandro, você tá é com manha". Mas também ocorre um problema. Às vezes uma pessoa vem pro campo ... vem atrás de emprego porque não encontrou outro ... a cabeça dele não dá para aquilo ali, porque vai pro trabalho, por necessidade ... quando ele chega a se adaptar, se é que chega a se adaptar, é porque ele já mediu toda sua situação ... mas, tem aquele que não se adapta de jeito nenhum. E aquele que você vê que chega no serviço e deixou a cabeça em

casa, este a gente tem que estar rodeando ele ... a gente procura conversar, faz isso, faz aquilo, fazer acreditar que vai ser melhor pra ele ... eles me respeitaram; eles acreditam em mim. Eu falo: "pessoal, eu tenho 34 anos, sendo 22 de lavoura e eu vivi com ela até hoje. Eu estou lutando pra sair, eu sou pago pra desenvolver este trabalho". Então, eu estou sempre botando na cabeça deles que *eles têm que trabalhar, aceitar essa situação, mas sem se acomodar com ela*, que eles têm que lutar ... procurar melhorar de vida. Como eu, eu vou sair, porque estou fazendo o último ano do curso de eletrônica, então eu não posso continuar na lavoura.

P. E, em relação às mulheres?

R. Você tem dois casos com as mulheres. Você tem a mocinha, que está sonhando em ganhar dinheiro para o casamento; no caso delas é difícil você conversar. O segundo caso é o das mulheres casadas, que, às vezes, deixa os filhos doentes e vão trabalhar. Essa mulher, o dia todo vai falar nisso. Ela quer uma pessoa do lado dela pra falar, e pelo menos pra encontrar uma palavra amiga; pelo menos pra acalmar (ela), certo? Então, eu não seria essa pessoa que iria transmitir essa palavra amiga. Na minha posição de homem, ficava difícil pra mim. Então, eu tinha que *impor* as ordens da empresa. Para a empresa era excelente, mas para elas não. As mulheres gostam de ter conversas ... Então eu colocava (elas) numa linha de cana e dizia: vocês não podem conversar, porque o serviço exigia ... aquilo era repugnante pra elas ... por isso eu tive muitos problemas com elas e aí, me passaram para o Experimento dos homens. Porque o trabalho dos homens é mais fácil, não exige muita concentração. *Por isso, o trabalho mais difícil de fiscalização dentro da usina é o descarte, porque exige muita concentração, qualidade e não quantidade.*

P. Como você se sente em relação ao seu trabalho?

R. Pra te dizer francamente, eu sou *um recheio de sanduíche*. Então, eu prefiro trabalhar com os homens, porque eu falo a linguagem deles. Houve até palpite de se colocar uma mulher pra trabalhar com mulheres e eu fui o primeiro a apoiar porque elas falam a mesma linguagem delas. Uma conhece a outra ... se uma tem um problema, ela vai falar pra mim que sou um homem? Uma menina me disse ... olha eu não estou legal, não dá pra trabalhar. Eu não sou médico nem mulher, eu não sei os problemas delas ... então se eu deixava parar, ficava na dúvida, eu estava criando condições para dois ou três chegarem com aquele mesmo problema. Se eu faço (ela) trabalhar, eu estou cometendo uma injustiça ... tem pessoas que levam seus problemas pro trabalho e isso reflete na produção ... O homem, a natureza dele é mais a liberdade. No final de semana, ninguém vai impedir (ele) de sair; que ele vá tomar uma cerveja, então isso serve até de animação do papo pra segunda-feira e isso reflete positivamente no homem, na produção.

Quanto os jovens, muitos deles têm preconceitos, têm vergonha de trabalhar na roça ... às vezes ele está ali, mas, na verdade, tem vontade de estar em outro serviço, de mudar de emprego a gente percebe que ele está "caidão", desmotivado. Você tem que ir lá e empurrar. Você sabe que a pobreza caminha ao lado da riqueza. Então, quem não gosta do que é bom e bonito? Então, o jovem está sempre com a cabeça mudada, então eu costumo sempre dizer que eles têm que se acomodar na lavoura. Uns têm o estado de espírito favorável, outros não. Uns lutam para sair, outros estão descontentes, mas não querem mudar; com esses é mais difícil. Os mais velhos já não reclamam, porque já se conscientizaram que se torna difícil dar um pulo certo. Eles estão mais naquela do comodismo, do que der e vier, ele faz a força dele, da sua capacidade. Este é mais fácil pra gente trabalhar ... *Eu sou um recheio de sanduíche porque numa parte está a empresa e na outra, os trabalhadores.* Eu tenho que atender aos objetivos das duas. A partir do momento em que passar a atender aos objetivos do pessoal, eu não atendo aos da empresa. Se eu atender aos da empresa eu estou mal com o pessoal. Se a empresa manda ir a ferro e fogo, o pessoal vai chiar. Então tem que se ter habilidade e capacidade para trabalhar com o pessoal e, isso, graças a Deus, eu tenho ... *A produção agrícola está nas mãos do feitor, na minha mão. Eu estou lá no corpo-a-corpo. Você tem que motivar o trabalhador, fazer com que ele atenda àquela situação difícil, que ele tem que dar mais de si, porque é necessário para atender às exigências da firma dentro de um cronograma que ela tem do início ao término do trabalho. E aí que entra a gente...*

O trabalhador rural, além das dificuldades, que ele encontra, por exemplo de clima, de manhã, em certas épocas do ano, está muito frio e é difícil pra trabalhar. Muito quente ou chovendo em outras épocas ... além dessas dificuldades e *pelo organismo frágil provocado pela deficiência de alimentos ... o trabalhador não tem corpo regular pra desenvolver o serviço num nível só. Aí é que entra a habilidade do feitor. Você conhecendo o elemento que você trabalha, você sabe como ele está num determinado dia e como você vai trabalhar com ele, porque você passa a fazer parte da vida dele. Fica conhecendo a vida dele, os hábitos dele. Você fica sabendo bastante sobre a pessoa em si.* Então, às vezes, há um nervosismo causado por alguma dificuldade que ele deixou em casa e que a gente tem que estar ali, naquela de mediador. Porque é fácil dizer, ele está nervozinho, ranheta, então eu vou parar e mandar (ele) pra firma, pro escritório. É muito fácil eu receber uma instrução dessa. Agora, se eu for fazer isso, sem conhecer o que está gerando aquilo. Eu vou fazer isso todos os dias regularmente. O que vai acontecer? A firma vai perder e ele também. Então, se ele está com aquele problema, a gente tem que descobrir a causa.

Esse depoimento revela as diferenças entre os trabalhadores em relação aos gêneros e à idade. No tocante aos gêneros, esse feitor mostra as dificuldades encontradas em administrar as mulheres. Dificuldades estas provenientes das diferenças entre os sexos e também entre os papéis masculinos e femininos. No que tange à idade, verifica-se uma maior acomodação dos mais velhos. Os jovens manifestam-se mais descontentes, têm vergonha do trabalho na roça, são mais difíceis de se acomodarem. O mesmo ocorre com as mocinhas. As mulheres casadas têm problemas com filhos. De um lado, ele se coloca como animador, o que dá esperança, mas precisa exigir o trabalho. Fica entre fogos cruzados, como *recheio de sanduíche*. Precisa atender aos objetivos da empresa, mas não pode levar a ferro e fogo a situação dos trabalhadores. Enfim, age para que o trabalhador possa interiorizar a dominação, mas ao mesmo tempo, procura canalizar as reações, a fim de amortecer os conflitos. Ao não enviar os trabalhadores ao escritório por estarem nervosos ou ranhetas, age como um elemento intermediário, um verdadeiro mediador. Diante de um projeto de vida (conseguiu chegar ao último ano de eletrônica) procura incentivá-los a não se acomodar àquela situação; acomodar sim, enquanto estiverem ali, mas devem procurar lutar, para saírem dali. Esse projeto nega o trabalho agrícola. Procura transmiti-lo aos trabalhadores, sobretudo aos jovens, que também o negam. Reconhece ser possuidor de habilidades para conversar com o trabalhador. Assim, avalia seu fracasso como feitor das mulheres do Experimento I. Sugeriu até que houvesse uma feitora para elas. Aliás, essa identidade do gênero feminino aparece no depoimento da empreiteira de Américo Brasiliense, mencionado anteriormente. Todos estes fatores reforçam a idéia, segundo a qual, não se podem considerar, apenas, as relações sociais de classe. As relações de gênero aparecem nitidamente neste depoimento. Do mesmo modo, o entrecruzamento entre gênero e classe forma o *nó* conflituoso. Neste caso, houve um abaixo-assinado das mulheres do Experimento I solicitando a saída deste feitor. Este fato não implicou sua demissão pela usina. Ao contrário, sua inserção no Experimento dos homens deveu-se, segundo ele mesmo afirma, "aos muitos anos de trabalho na Usina e ao seu conhecimento de lidar com as pessoas".

Feitorar implica a aquisição de um saber, que passa pela aprendizagem do processo de trabalho, que pode ser transmitido por outros feitores e pelo (re)conhecimento das pessoas. (Re)conhecer cada um, homem, mulher, mocinha, mulher casada, jovem, homem adulto, saber de seus problemas é um ato muito importante, é um ato que exige "habilidade" em lidar com as pessoas. A interiorização da dominação, sob o regime de trabalho livre, exige do capital uma organização hierárquica do trabalho que produza e reproduza mecanismos de disciplina. Entretanto, tais mecanismos não são unilaterais. Eles são produzidos no seio das contradições entre as duas forças - a dos patrões e a dos trabalhadores. Rompidos os modelos de dominação pessoal vigente no momento anterior, a criação das figuras do empreiteiro, que "quebra galhos", da empreiteira, que "sabe dos problemas das mulheres", do feitor, que "não manda o nervozinho para o escritório", não deve ser interpretado apenas *vis-à-vis* o comando da empresa, como também o processo da aceitação-negação da dominação.

O ESCRITÓRIO: DAS FICHAS À LISTA NEGRA

O escritório é parte da arquitetura espacial da empresa: usina, indústria ou fazenda. Pode estar localizado na área rural ou na cidade. É o lugar em que os trabalhadores são fichados, onde se guardam as fichas. É o lugar para o qual são enviadas as produções diárias de cada talhão, de cada trabalhador. É o lugar em que são fabricadas as listas negras. É o lugar do departamento de Recursos Humanos (no caso da usina). É o gargalo por meio do qual os trabalhadores entram e saem da empresa. Constitui-se um elo fundamental do controle produzido pela administração da empresa: controle da produção, da conduta (moral e política), da história de cada trabalhador, portanto, de seu passado e de seu futuro. Elemento fundamental, organizado para talhar corpos e almas, para socializar, para retirar os vícios, corrigir o comportamento, reprimir a vadiagem, controlar as doenças, as faltas, a alta

rotatividade (às vezes prejudicial à empresa), enfim, elemento necessário à socialização dessa multidão de homens e mulheres. Socialização no trabalho, no corte, na colheita, na carpa, na distribuição de venenos. Socialização que significa transformar o "volante", o andarilho, o que voa de um lugar a outro, em fixo, em trabalhador, que passa a se interessar pela empresa, que passa a ter amor ao trabalho. Socialização para a consecução do perfil de trabalhador bom, honesto, cumpridor de deveres dentro dos direitos, portanto, legitimado e legalizado. O sucesso da empresa (usina, indústria ou fazenda) deveu-se, primordialmente, como foi mencionado, às práticas de controle impostas, e isso só se fez com base na gestão de um processo de desestruturação cultural e social dos trabalhadores proletarizados (Polanyi, 1980). Tal como sugere este autor, o significado original da palavra "proletário" ligando fertilidade e mendicidade é uma expressão marcante dessa desintegração cultural e social.³ Privados de seus meios de subsistência anteriores, estes trabalhadores perderam seus referenciais valorativos.

Sustenta-se aqui esta tese, segundo a qual "...a causa da exploração não é, portanto, a exploração econômica, como se presume muitas vezes, mas a desintegração do ambiente cultural da vítima. O processo econômico pode, naturalmente, fornecer o veículo da destruição e, quase invariavelmente a inferioridade econômica fará o mais fraco se render, mas a causa imediata da sua ruína não é essa razão econômica - ela está no ferimento letal infligido às instituições nas quais a sua existência social está inserida. O resultado é a perda do auto-respeito e dos padrões, seja a unidade de um povo ou uma classe..." (p.160).

A disciplina do trabalho só pode ser imposta em virtude desta desintegração cultural e da exploração que reduziram estes trabalhadores, muitas vezes, à condição de miseráveis. Daí o estatuto de proletários: possuidores da prole e de uma força de trabalho cujo preço foi sempre rebaixado. Reproduz-se o exemplo histó-

3 A análise da desintegração cultural dessas vítimas será completada no próximo capítulo com os dados referentes ao espaço reprodutivo.

rico do capitalismo inglês em seus primórdios, no qual a indisciplina só poderia ser corrigida pelos salários miseráveis (Thompson, 1987). A produção da disciplina, bem como de sua organização, vai se estruturando no seio das relações de produção e de reprodução. É neste contexto que surgem os "gatos", os empreiteiros, os feitores, os supervisores, os administradores e o escritório. Portanto, tais elementos não preexistem ao processo produtivo. Ao contrário, são produzidos no bojo das relações sociais que brotam dele. Todos estes elementos e aqueles estruturados no espaço reprodutivo são constituídos da restauração social destes trabalhadores. Restauração social (termo utilizado por Polanyi) que diz respeito a vários aspectos espaciais, culturais e econômicos, simbólicos. Enfim é uma restauração social ligada à produção de um novo modo de vida, a uma nova civilização. Novo modo de vida estruturado nas periferias das vilas de barro, nos bairros do João-de-Barro sem a roça, sem o roçado; estruturado nos botecos e não mais nas feiras; estruturado nos caminhões, no cabo da enxada, do folhão. Estruturado na mudança da conduta econômica, numa nova estrutura da consciência temporal (Bourdieu, 1963).

É neste contexto, que se entende o surgimento do escritório. Suas funções extrapolam o processo produtivo, perpassando o mercado de trabalho e o espaço reprodutivo. São funções que dizem respeito à integralidade do trabalhador. Se a essência do modo de produção capitalista é fragmentar o trabalhador no processo de trabalho retirando-lhe a autonomia e o controle deste processo, isto não ocorre em relação à gestão. Gerir a força de trabalho significa um (re)conhecimento integral do trabalhador. Viuse no depoimento do feitor do Experimento II que é necessário ter habilidade para conversar, para entender os problemas das mocinhas, mulheres casadas, jovens e homens adultos, não se podendo aplicar, a ferro e fogo, as ordens da usina. Então, a fragmentação existente no processo cooperativo do trabalho alia-se à uma não-fragmentação, igualmente necessária, no processo de gestão da força de trabalho.

Alguns depoimentos procuram sustentar as reflexões expostas acima.

P. Como é a questão da assiduidade dos trabalhadores nesta usina?

R. O que eu tenho é o seguinte, o trabalhador rural por si só falta demais ao serviço.

P. Isso prejudica a usina?

R. (Prejudica) a produtividade, traz uma série de conseqüências para ele, mas mesmo assim, ele falta. É o processo, eu diria cultural, porque a formação dos trabalhadores canavieiros foi feita, pelo menos até uns anos atrás, pelos famosos "gatos" e o "gato" agenciava o trabalhador e oferecia uma diária em dinheiro, então havia uma certa concorrência; se hoje você está com um "gato" que oferece menos que o outro, então você ia com o outro e assim por diante. Então, você não fazia questão de se vincular a nada, era uma rotatividade. E quando você achasse que estivesse ganhando o suficiente numa semana, ele parava de trabalhar, então eu acho que é um processo cultural... Deve, com o passar do tempo ir mudando. Porque uma empresa que nem a nossa, oferece assistência odontológica completa, oferece assistência médica completa, tem uma remuneração, que eu acho que é muito maior do que muitas indústrias de São Paulo ... Eu acho que é um processo cultural que deve e vai acabar mudando porque as empresas rurais já entendem que é preciso fazer um outro trabalho pra que exista tanta produtividade, porque as empresas do nosso porte já se conscientizaram que nós precisamos investir no que diz respeito ao treinamento e ao desenvolvimento tanto pessoal quanto social. Eu não posso investir em pessoas, que eu sei que, a qualquer momento, podem sair da minha companhia. *Então, nós temos de lutar pela efetivação do indivíduo*, a efetivação e a estabilidade no emprego ... temos de fazer um trabalho voltado para que não haja tanto desemprego assim. Tipos de trabalhos, acompanhamentos médicos, números de atestados médicos, motivos (da doença), controle de códigos de doenças, pra ver se eu posso fazer algum trabalho de forma preventiva. Agora, há um grande volume de faltas. (São) faltas sem motivo.

P. Decorrentes do quê?

R. Decorrentes da própria cultura. A mulher quando trabalha precisa limpar a casa, lavar a roupa, então, tudo isso acaba gerando a falta. Não dá pra trabalhar e cuidar da casa ... agora o homem falta muito também. Eu não tenho estatísticas pra dizer se o homem falta mais ou menos. Porque, *da mesma forma que a mulher falta pra cuidar da casa, o homem falta porque ganhou a semana* ... o sexo não vai interferir em nada, não vai interferir nas faltas. (Diretor do Departamento de Recursos Humanos de uma usina em Serrana)

Esta parte do depoimento registra a necessidade, criada contraditoriamente, de fixação da força de trabalho. Os "gatos" são

responsabilizados pela intensa rotatividade até há alguns anos. São responsabilizados pelo processo de "volantização" da força de trabalho. E necessário corrigir estas distorções "culturais". Resolver os problemas das faltas sem motivo. Criar condições assistenciais (social e de saúde) para formarem os trabalhadores, para torná-los assíduos. Enfim, acabar com o trabalhador volante. Criar um trabalhador da empresa. É interessante observar que o absenteísmo masculino está ligado à vadiagem, à não-socialização para o trabalho, à não-redução do trabalhador a tempo de trabalho, portanto à força de trabalho. O trabalhador que ganha uma semana, não trabalha na outra, ausenta-se. Se na fase da acumulação primitiva os métodos utilizados para corrigir os vadios estavam associados à coerção, ao suplício, à violência sobre o corpo (Foucault, 1983), agora os métodos corretivos são diluídos por vários canais mediadores.

Outros trechos do depoimento deste funcionário do escritório desta usina apontam para outros elementos.

"Nós temos as assistentes sociais que cumprem os programas relativos às condições de trabalho, moradia, qualquer coisa que o trabalhador precisa ... assistência médica, odontológica e educacional, trabalhos manuais, arte, formação de menores para profissões, tipo mecânica, carpinteiro ... O nosso objetivo é dar ao trabalhador, principalmente às mulheres, às crianças, aos meninos algum desenvolvimento na parte artística, depois, porventura, poderá ajudar no trabalho doméstico. Fazer flor, corte e costura ... tem uma parte de artes industriais onde os garotos aprenderam mecânica, marcenaria, cerâmica e são garotos de 9 a 14 anos, e que depois de passarem por tudo isso, nós os contratamos. Eles chegam a um nível de experiência que já estão capacitados a trabalhar aqui."

O processo de socialização da força de trabalho torna-se, aí, bem evidente. Socialização que incide junto às crianças, futuros trabalhadores da usina, obedecida a divisão sexual do trabalho. No que tange ao processo de seleção dos trabalhadores, este funcionário afirma.

"O mínimo de idade é de 14 anos. Nós mesclamos um pouco as turmas ... a gente procura, dentro das turmas, equilibrar: 5% acima de 50 anos. A

concentração maior é na faixa de 15 a 25 anos. Temos, hoje, 1.600 trabalhadores só na área rural e 2.800 no total.

O sistema de contratação é o seguinte. Nós temos turmas, em torno de 26. Então, em cada cidade da região, nós temos algumas turmas. Tem cidades com muitas turmas, tem cidade com poucas turmas, dependendo da oferta de mão-de-obra. Então, o agenciador, o que administra as pessoas, o feitor, os que comandam os trabalhadores no trabalho ... Ele tem que trabalhar com uma turma de no máximo sessenta pessoas ... quando ele tem este número, ele envia (as pessoas) que procuram (ele) para serem contratadas, e eles passam por um triagem bem simples. Basicamente, assim. Se já trabalhou conosco, é chamado de *prontuário*, se ele não estiver em nenhuma seleção, nada impede dele voltar a trabalhar e a parte médica é avaliada ... Raramente, as pessoas, que deram problemas são excluídas. Nos experimentos, nós resolvemos separar homens e mulheres porque no caminhão havia *tumultos*. Pra evitar, a gente resolveu separar ... *tumultos* por causa de mexer com moça ... *Nessas turmas, a gente até prefere que seja mulher porque é um trabalho que requer muita paciência, habilidade.* Os trabalhadores são depois da seleção contratados. Depende deles continuarem na empresa. *Se ele fez um mau trabalho, nós não vamos renovar, se ele não produziu aquilo que a média produz, se ele fez alguma desordem disciplinar, at, a gente não renova.* Mas, em caso contrário, ele fica. Nós fazemos um contrato na entressafra ... Ocorrem alguns casos de indivíduos que produzem muito pouco ... Aí acontece o seguinte. O feitor orienta como faz o certo, dá um treinamento para ele produzir certo. Se persistir nessa produção, se ele não se adaptar a isso, então, fatalmente ... porque nós fazemos de tudo para que ele consiga a média, ajudamos, treinamos, ensinamos, mas têm pessoas que não se adaptam, e isso é muito comum..."

Pelo depoimento, fica evidente o processo: o agenciador recruta os trabalhadores, eles se dirigem ao escritório para a seleção (fichamento). O *prontuário* contém a história passada e se nada o desabonar, nem do ponto de vista médico, nem do seu comportamento, ele será empregado. A continuidade ou não na entressafra dependerá do comportamento na safra: manter a média de produtividade e não ter feito desordem são elementos positivos para continuar trabalhando na entressafra. Safra e entressafra ("parada") não são apenas momentos dos ciclos naturais da cana. São também ciclos de contratação de mão-de-obra. Pelo fato do momento do ciclo da "parada" exigir menos quantidade de mão-de-obra, em virtude do tempo de produção não coincidir com o tempo de trabalho (isto em relação a todos os

produtos agrícolas), lança-se mão dos recursos não-naturais para não renovar todos os contratos. O contrato temporário, além de permitir maiores ganhos à empresa, uma vez que ela não arca com todos os encargos sociais dos trabalhadores da safra, nasce do ciclo natural do produto, apenas aparentemente. Na realidade, a safra e a "parada" são criações do sistema, que alimentam a acumulação desse capital. São, portanto, produzidas pelas relações sociais. Ao selecionar os trabalhadores para a safra, o escritório já determina as normas para a seleção na entressafra. Aos não-eleitos, cabe tentar a sorte no algodão, amendoim ou em outros lugares. A eles resta o caminho de antes, o da "volantização". Aí, procuram os "gatos", os empreiteiros "volantes", formando juntamente com eles um bando de andorinhas errantes e clandestinas.

"Os de fora", os do Vale do Jequitinhonha, os baianos são contratados só para a safra, na sua totalidade. Estes constituem, nitidamente, o exército de reserva. Estes são "as andorinhas migrantes". Nem lá, nem cá. A vinda deles implica necessariamente a sua volta ao final da safra. Quanto a estes, o escritório possui normas especiais para arregimentação, seleção e vigilância nos alojamentos e pensões das cidades-dormitórios (Silva, 1990a). Os eleitos são considerados os bons trabalhadores, as boas pessoas. Nota-se que, no tocante às mulheres dos Experimentos, as opiniões são as mesmas dos feitores e supervisores.

Por intermédio da *ficha do prontuário*, estruturam-se, paulatinamente, a gestão política da força de trabalho, a interiorização da dominação e da disciplina. Da mesma forma que o escritório da usina se preocupa com a socialização dos trabalhadores mediante mecanismos tais como curso, arte, ofícios etc, há também um outro escritório da indústria de Citrus, que possui ligação com outros escritórios da usina, adotando métodos que levam à exclusão dos trabalhadores, ou seja, impedindo-lhes o direito ao trabalho. As *listas negras* são os antídotos mais eficazes na correção das condutas, dos comportamentos dos trabalhadores.

Elas são produzidas pelo escritório, mediante a centralização do controle, e distribuídas aos empreiteiros.⁴ Acompanhando as

4 Apresenta-se mais adiante uma das listas negras fornecida por um empreiteiro de Américo Brasiliense.

listas, há advertência aos empreiteiros: não levar, sob hipótese alguma, aqueles marcados para não trabalharem. O meio para a efetivação dessa ordem é a imposição do registro. Cria-se, aqui, o paradoxo, no qual a lei, os direitos existentes para os favorecerem impingem-lhes a marca da exclusão. Pelo controle do registro, eles são impedidos de trabalhar. *Esta penalidade tem a duração de três anos*. O trabalhador condenado pelos juizes do escritório (os moços), o foi em virtude de ter cometido o crime máximo: ter feito "sujeira". A "sujeira" significa ter reclamado seus direitos na Junta Trabalhista, ter liderado ou, até mesmo, participado de greves, ter feito "encrencas" no caminhão, no talhão, ter reclamado seus direitos no escritório. De posse desta lista, procurou-se, em Américo Brasiliense, localizar alguns dos trabalhadores marcados. Alguns foram encontrados, muitos outros, não. Na cidade, eles são conhecidos entre si, por apelido ou pelo primeiro nome. Dificilmente um sabe o nome completo do outro. Para eles, o (re)conhecimento não passa pela publicização do nome completo, da identidade. A cidadania, que, muitas vezes, só se resume à posse dos documentos, lhes é muito recente. Os critérios deste (re)conhecimento são muito mais ligados à vizinhança, ao espaço da moradia, lugar de origem ou à turma do empreiteiro, do que ao seu local de emprego. Assim, ser chamado de Zé Pernambucano, João Mineiro, Maria Baiana, as filhas do Sr. fulano, Zé que mora perto do bar, o fulano que trabalha com tal empreiteiro, reflete as reais condições em que vivem. Nome completo, dados completos de identidade são necessários ao fichamento no escritório e, às vezes, nas lojas do comércio local. Neste caso, o mais importante é o vínculo empregatício. Despojados de uma identidade cultural que lhes fora arrancada, pela qual os documentos eram totalmente dispensáveis, em razão da vida nas pequenas localidades, onde todo mundo conhece todo mundo, eles são obrigados, agora, a se documentar para conseguir o emprego, para fazer a ficha no escritório, para ser cidadãos, pessoas. No âmbito dos iguais, este processo de cidadania, reduzido aos documentos pessoais, quase sempre não tem muito sentido. Daí, as dificuldades encontradas para localizar as pessoas (emprega-se aqui o conceito de pessoa no sentido do reconhecimento público)

nos bairros. Pelo nome completo, ninguém se conhecia. Este é um ponto que mereceria maiores aprofundamentos. O recurso à Antropologia poderia oferecer proveitosas pistas para a análise, uma vez que as categorias indivíduo e pessoa são criações do Direito burguês. Portanto, ao se proletarizarem, estes trabalhadores passam a ser considerados por este Direito. Não era esse, todavia, o Direito que seguiam e ao qual obedeciam. "O código do sertão", parece ser o Direito, que eles conheciam e (re)conheciam. Agora, o que há é uma mescla do Direito burguês *vis-à-vis* a publicização da pessoa com este "código do sertão", resultando "código do sertão urbano", marcas das formas de sociabilidade de muitos bairros de "bóias-frias" nas cidades-dormitórios, como se verá no próximo episódio.

No que tange à *lista*, o objetivo era conhecer os motivos responsáveis pelas punições impostas aos trabalhadores, como estavam vivendo, já que, por três anos, não poderiam ser empregados pelas usinas e fazendas. Antes, porém, de relatar os depoimentos dos trabalhadores, é interessante observar a maneira pela qual os empreiteiros se referem à *lista*.

P. As normas de contratação são decididas por quem?

R. Pela firma. Pelo escritório. É ela que impõe isso aí. Porque todo ano, antes de começar a safra, eles explicam tudo direitinho pra gente. Esse ano é assim, assim, assim. Se tiver algum na turma que deu problemas (minha turma nunca deu), então o nome dele já vem da firma. Eu tenho nomes de Matão e daqui (Américo Brasiliense). *Mais de trezentos nomes, que estes não são pra ser registrados de jeito nenhum.*

P. Por favor, me explique isto melhor.

R. Ah! eles sabem. Se o nome do cara vai pra Junta, eles mandam pra firma.

P. Que tipo de "sujeira" eles fazem?

R. O acerto⁵ no final da safra referente à produtividade e assiduidade dos trabalhadores. Na verdade é uma retenção do salário do trabalhador feita mensalmente. O objetivo é *reter* o trabalhador até o final da safra. Aí, se faz o acerto. Muitos trabalhadores se acham lesados, por isso vão à Junta Traba-

5 O acerto constitui-se a retenção de parte do salário. Quando termina a safra, os trabalhadores recebem-no. É uma forma de obrigá-los a permanecer durante toda a safra. As reclamações são inúmeras na época do acerto, pois eles se sentem lesados.

lhista - feito no final da safra. Se eles acham que não está bom, eles vão na Junta e querem receber mais. Aí, o pessoal do escritório faz um acerto ... Aí eles falam. Olha (óia), vou ter dar tanto ... *mas você não trabalha mais nessa firma.*

P. Além desse problema, há outros?

R. A maior parte é isso aí. Se eles pegam um atestado ... às vezes, eles pegam uma receita médica, levam lá no escritório e querem receber. Aí eles não pagam. Aí, eles (os trabalhadores) vão xingar a turma do escritório. Aí o pessoal do escritório fala que lá eles não vão trabalhar mais... Se o empregado começa a levar muito atestado, então o escritório já fica de olho...

P. E por participação em greves?

R. Ah! isso eu não sei ... porque aí é todo mundo ... Eu quando minha turma faz greve, eu dispensei todos eles, mas não levei os nomes pro escritório. Se eu não pego, outros pegam. Deixei pra lá.

P. O escritório (referente ao da indústria de Citrus) que oferece esta lista pra vocês passa aos outros da usina?

R. Eu só conheço dois que já trabalharam comigo. Posso até conhecer muitos, mas por nome assim, a gente não conhece muito, porque a gente se conhece é por *apelido*. Essa dona aqui (referindo-se a uma mulher da *lista*) eu dei serviço pra ela. Eu não tinha olhado na *lista*, quando ela veio trabalhar. Aí, eu levei a carteira dela no escritório, mas, eles não registraram. Disseram que, por três anos, ela não poderia trabalhar. Aí, eu voltei e falei pra ela. Aí ela disse que sabia, mas que pensou que já poderia trabalhar...

Os "bóias-frias", em qualquer momento, podem ser transformados em sujeitos, encrenqueiros. As barreiras entres eles e a sujeira são tênues, quase inexistentes, uma vez que estão, pela sua própria condição, nos últimos degraus da escala social. Em suas representações acerca de serem chamados de "bóias-frias", expressam um misto de conformismo, negação e revolta. Estão nos porões, nas periferias, nas casas, que antes eram de barro, nos cômodos construídos nos fundos-de-quintal, nos caminhões. Escondem-se porque são obrigados. Essa ocultação, talvez, se manifesta mais nas mulheres durante o trabalho. A maneira como se vestem reflete não só a necessidade de se protegerem do sol, dos mosquitos, cobras e das próprias plantas. O corpo escondido pelas vestes reflete muito mais a necessidade de esconder a própria condição. Algumas estrofes de *As mulheres do caminhão-de-turma* de Carlos Rodrigues Brandão traduz, mediante a imagem poética, esta realidade.

"Por que então nas tardes quentes das 5h do verão
 Em Itapira as mulheres do caminhão-de-turma
 desembarcam de volta na cidade e não levantam um dedo
 da couraça maldita da farda de trabalho?
 Por que de volta não desvestem do avental
 e não arrancam panos de cobrir a cabeça, o corpo, o
 rosto?
 Porque todos os dias ao chegarem em turma ao Risca-Faca
 as moças usam as mesmas vestes de Campanha
 para ocultarem de todos - do fio afiado do olhar do
 outro -
 os segredos dos rostos de quem são.
 Porque todos os dias ao chegarem do campo à vila
 onde, não obstante, preferem ser mais a mulher
 do que o "bóia-fria" do "caminhão-de-turma"
 elas, moças como as outras dos "bairros de cima"
 sentem no vão da pele o peso da vergonha de passear nas ruas
 com facões, sacolas-volante e marmitas a tira-colo
 e serem vistas com roupas de guerra e de vergonha
 nos seus rostos de mulher, de gente. De Maria.
 Por isso escondem o seu canto de nome, escondem os
 gestos

Esconderam se possível o tempo e o endereço
 até quando, na casa de madeira tomam banho de bacia
 e se revestem de roupa limpa, de um nome e do poder
 de serem outra vez as 'moças da vila Ilse'.
 mulheres, gente, memórias, a vida das moças do lugar!"
 (Brandão 1982, p.24-5).

Em linhas atrás, adotou-se a tese de Polanyi, na qual a exploração verifica-se em virtude da desestruturação cultural, do desenraizamento. Sustenta-se também, sua outra tese, da *restauração social*, segundo a qual haveria a necessidade para o trabalho da produção de mecanismos que resultassem numa espécie de "nova" cultura, de "algo" posto no lugar daquilo que foi exterminado. Das cidades-dormitórios, passando pelas ações dos empregados, fatores e do escritório, foi estruturando-se este "algo" substitutivo. A *lista negra* é produto desta reconstrução. Ela é feita

não porque a força de trabalho seja abundante. É o resultado da submissão, da negação imposta aos trabalhadores. Representa a cristalização da negação do ser do trabalhador. Nega-o. Retira-lhe sua essência, enquanto possuidor da única mercadoria que lhe restou: sua própria força de trabalho. Atinge-o em suas condições subjetivas. Lança-o por três anos, e pode fazê-lo por mais tempo, na "cloaca", no "útero" do seu não-ser. Do total dos *trezentos trabalhadores da lista negra*, foram entrevistados cinco. Os motivos arrolados, por integrarem a lista, eram:

1º caso: Perdeu a carteira, logo após a safra da laranja em 1986, e não deu baixa. Trabalhou, em alguns pomares, depois disso, sem registro. Segundo o informante, não sabia que seu nome estava na *lista*.

2º caso: Trabalhou várias vezes na colheita da laranja, com o mesmo empreiteiro. Em 1987, última vez, discutiu no pomar com o empreiteiro porque foi trabalhar sem sua sacola. Por isso, ele quis pegar a de um menino. Diante da recusa, ele foi falar com o empreiteiro. Este apoiou o menino, então ele lhe desfechou um soco. O próprio informante disse que, estava com uns "mézinhos" (bebida alcoólica) na cabeça. Depois disso, trabalhou sem registro com outros empreiteiros, fez alguns bicos de pedreiro.

3º caso: A informante afirma ter trabalhado durante três anos para a Citrosuco. O empreiteiro reteve sua carteira por 15 dias, logo após a última safra. Depois disso, demitiu-a, alegando pouca produção. Por isso, foi reclamar no escritório. Deram-lhe um dinheiro a mais. Depois, aborreceu-se e foi trabalhar como doméstica. Ela também não sabia que seu nome constava da *lista*.

4º caso: As informações foram dadas pela esposa do trabalhador. Segundo ela, o marido roubou uns fios do caminhão. O empreiteiro, então, "sujou". Atualmente, o marido trabalha como servente de pedreiro.

5º caso: uma mulher, cuja parte do depoimento, pela sua relevância, é transcrito em seguida.

P. Gostaríamos de saber o que aconteceu, por que seu nome foi parar nesta *lista*?

R. Quando eu voltei a trabalhar com laranja, depois que saí da Santa Cruz (usina), o Luís (empreiteiro) parou de vir pegar nós aqui, nem veio pagar as caixinhas que a gente tinha colhido. Aí, eu fui no escritório, eles me pagaram as caixinhas, me acertaram tudo. Aí, coincidiu da gente trabalhar com outro empreiteiro. Ele combinou segunda-feira, ele não apareceu pra fazer o pagamento, nem veio dar satisfação nenhuma ... o homem sumiu ... aí nós fomos no escritório da Cutrale. A moça acertou com a gente ... eram mais ou menos umas 15 pessoas. Aí a moça ainda falou: óia, enquanto ele tiver dinheiro aqui, vocês não vão ficar sem receber, nós vamos pagar se o nome estiver aqui no papel ... Aí, depois disso, eu não trabalhei mais. Quando foi no outro ano, eu fui procurar serviço, aí, o empreiteiro falou: seu nome caiu na *lista negra*.

P. Então, a senhora acha que foi pra *lista* sem motivo?

R. É eu não vi motivo nenhum. A não ser as caixinhas que eu fui receber, mas, as caixinhas, eu apanhei. Quer dizer, que é um dinheiro que eu tenho porque foi do meu suor, eu trabalhei, então eu quero receber. Porque se fosse deles, eu nem podia querer. Como o empreiteiro perguntou se eu tinha brigado no escritório, porque muitos xingaram na hora do acerto, mas eu não, nem discuti, nem reclamei de nada. Só fui receber o que eu tinha trabalhado.

P. E as outras pessoas, por que estão na *lista*?

R. Uns são por causa da greve. Mas eu não, eu não participo, sou crente.

P. A senhora, depois disso, tentou arrumar outro emprego?

R. Tentei, mas era a mesma coisa. Não podia registrar. A carteira chegava no escritório e voltava ... até que não procurei mais.

P. Como a senhora se sente. Onde foi buscar forças para suportar isso?

R. Eu sou crente. Então Deus me deu muita força. Então eu atravessei ... Às vezes, a culpa é do empreiteiro. Se ele quisesse, ele podia ter tirado o meu nome da *lista*. Mas, ele não fez.

P. A senhora não reclamou no sindicato?

R. Não, não vou lá. Não participo. Não participo de greves. Sou crente. Discussão e reclamação de colegas, também não participo. Você pra conversar; pra ter amizade é só no caminhão ... de empreita, quanto menos você conversar, melhor. No caminhão, a gente conversa com todo mundo.

P. Qual foi sua reação, quando soube que estava na *lista*?

R. Acho que se eu não fosse crente, acho que eu batia neles, nos moços do escritório... (Maria das Dores, 40 anos, negra)

Os cinco casos da *lista* não foram por motivos de participação política. Briga com empreiteiro, não ter dado baixa na car-

teira, portanto, não assumir a ruptura do contrato de trabalho, ou seja, infringir a norma, roubar os fios do caminhão, reclamar na hora do acerto e exigir as caixinhas de laranjas colhidas. Foram esses os motivos citados pelos trabalhadores.⁶ A saída é tentar trabalhar sem registro, fazer bicos, empregar-se como doméstica, como no caso da última informante, apesar de não gostar do que faz, porque "já estava acostumada na roça", procurar forças em Deus.

Se o escritório enfeixa a cristalização do controle, ele também, por isso mesmo, enfeixa a cristalização das relações de força: é o lugar dos xingamentos, das reclamações; é o lugar onde os trabalhadores sentem vontade de bater nos "moços" (do escritório).

Finalmente, a estas reflexões serão incorporadas outras acerca das faltas "sem motivo", número elevado de atestados, de doenças. Aliás, uma preocupação do escritório da usina: se o trabalhador aparecer com muitos atestados médicos no escritório, os "moços olham" com desconfiança. Não obstante as doenças decorrentes da fadiga do corpo pelo trabalho duro, poderia estar ocorrendo, entre os trabalhadores, um outro elemento, uma espécie de "descoberta da doença" como sendo um aspecto do desenraizamento ao qual foram submetidos. A "descoberta da doença" seria o índice mais claro da ruptura com os valores, o mundo cultural de anteriormente (Bourdieu, 1964, p.221s.). Ela seria também um componente da "reinvenção criativa" por parte dos trabalhadores. O embate é o trabalhador enquanto corpo doente, que é identificado como corpo vadio e, portanto, sujeito a ser olhado com desconfiança. Para o trabalhador é, simplesmente, corpo doente, que precisa de um atestado médico para não trabalhar. Este é o traço do processo, que o reduziu a corpo para o trabalho. É um componente da sua "ideologia defensiva" (Dejours, 1987).

Assim como o escritório pode desconfiar, duvidar do corpo doente, ele também pode mudar, manipular as causas que levam

6 O último depoimento revela que, pelo fato de ser crente, esta trabalhadora suportou a situação. Este também é um ponto que se deixa em aberto neste trabalho. Apenas aventa-se a hipótese de que, em virtude da proibição dos crentes de participarem de discussões, greves, movimentos sociais, esta seita religiosa estaria contribuindo para a interiorização da não-resistência.

à impossibilidade do corpo. Conquanto não obtendo informações da frequência destes atos, o depoimento de uma trabalhadora acidentada, pela queda do toldo do caminhão em seu pé, revela que o escritório "mudou" a causa do acidente, ao registrar que ela havia caído da escada enquanto apanhava laranjas. Isso porque, as multas seriam elevadas pela má-conservação do toldo dos caminhões.⁷ Conforme o depoimento da trabalhadora:

P. Dona Brasilina, me conta como foi o acidente?

R. Olha, eles não querem que eu falo.

P. Eles quem?

R. Eles lá do escritório.

P. Mas, por quê?

R. Mandaram eu falar que eu caí da escada. Mas foi o toldo do caminhão que caiu no meu pé.

P. Como foi isso?

R. Quando eu estava indo no caminhão, peguei no ferro que segura o toldo. Aí soltou e caiu no meu pé. Aí eles lá do escritório, porque o empregado me levou primeiro pra lá, me falaram que era pra falar que eu caí da escada. (Brasilina, negra, 51 anos)

O fato de ser conduzida primeiramente ao escritório e depois ao hospital revela que, para evitar a multa, a trabalhadora teria que mentir sobre as causas reais do acidente. A concordância da acidentada traduz, sem sombras de dúvida, o medo de ser despedida e até mesmo de cair na *lista negra*. Em síntese, o escritório, com seus "moços e moças", representa o poder da empresa. Não só é uma parte da arqueologia deste poder como a medula dos dispositivos de poder, segundo Foucault. É daí que brotam as normas de vigiar e punir. É uma organização segundo princípios panópticos para remodelar, regenerar física e moralmente os corpos para o trabalho.

7 Mais adiante, apresenta-se uma cópia do atestado registrando a causa (transformada) do acidente.

O MICROCOSMO DA DOMINAÇÃO

O TALHÃO: O DEPARTAMENTO DA FÁBRICA

Por inúmeras vezes, em vários momentos deste ato, foi mostrado o talhão como o espaço no qual se opera o processo de trabalho. O talhão representa o talho, a parte no conjunto do canavial, laranjal ou cafezal. Fisicamente é uma parte delimitada pelos carregadores em que circulam caminhões, tratores etc. Além dessas constatações geográficas, o talhão constitui uma espécie de "departamento de fábrica". O controle da produção, da produtividade da turma do caminhão é feito em cada talhão, em cada departamento do conjunto da unidade produtiva. A administração de tarefas, a divisão do trabalho, bem como a divisão sexual do trabalho, a supervisão, enfim, a organização do trabalho, são planejadas e controladas em cada talhão.

A "leitura do espaço" do canavial fornece, numa primeira impressão, a imagem de um mar de cana, um todo homogêneo no qual se distribuem os trabalhadores. Essa visão aparente se desfaz quando se analisa o processo de trabalho como consumo da força de trabalho. Na medida em que se penetra no interior do laboratório secreto do eito, das relações de produção, descortina-se um universo submerso, pilar básico da estrutura de dominação.

Seguindo a trajetória da venda-compra-consumo-reprodução da força de trabalho, ver-se-á que estes momentos, muito embora interligados, processam-se em espaços diferenciados. O momento da venda-compra da força de trabalho ocorre na esfera das cidades-dormitórios ou nas periferias. Estabelecido o contrato desta troca mercantil, os empreiteiros, nos seus caminhões, transportam os trabalhadores até o talhão pré-determinado por outros agentes da organização do trabalho. Aí, permanecem durante toda a jornada de trabalho, durante o período determinado para o consumo da força de trabalho. Terminado esse período, os trabalhadores são levados de volta para as cidades-dormitórios, o espaço reprodutivo. No outro dia, a operação se repete. O círculo se fecha uma vez mais: cidade-talhão-cidade. O talhão constitui, assim, um espaço intermediário entre o momento da circulação e o da reprodução da força de trabalho, que ocorrem no mesmo espaço da cidade. Talhão e cidade formam um todo indissolúvel, em que se produzem e reproduzem a vida, o trabalho, o cotidiano, a aceitação e a recusa dos trabalhadores. Fisicamente separados, eles formam, contudo, uma unidade social permeada por contradições decorrentes das inúmeras relações de oposição. O talhão é o espaço da redução do trabalhador a tempo de trabalho, a trabalho abstrato. Para isso, os mediadores da dominação, como se viu, exercem o "olhar" constante sobre eles. Os próprios fiscais não possuem parentes na turma para poderem "olhá-la" melhor. Esse "olhar" não pode ser generalizado, a ponto de se perder no horizonte do canavial ou se confundir no meio das ruas de cafeeiros e laranjeiras. É necessário um "olhar" minucioso, controlando cada gesto, cada ritmo, cada conduta. Quando a rua de cana está fechada, o feitor instala-se no final delas, no carreador, para anotar a produção e realizar o levantamento nos Experimentos. A microscopia do "olhar" exige que o espaço seja igualmente pequeno. O talhão surge como resultado deste modo de dominação e não do controle técnico exercido em cada terreno. Ele é uma seção da fábrica na qual a locomoção dos trabalhadores só se pode fazer dentro dela. Não há comunicações entre os trabalhadores de talhões diferentes. O processo cooperativo de trabalho dá-se entre cada talhão e as demais seções da unidade produtiva, e não entre si.

Ele segmenta os trabalhadores quanto ao trabalho propriamente dito e, ademais, socialmente. A separação das turmas pelos diferentes talhões é o efeito do controle social exercido sobre eles. Assim, torna-se possível separar os do lugar e "os de fora", os homens das mulheres, os da cidade com os focos grevistas, e até mesmo, os da mesma cidade, de tal forma que "os de fora" não conhecem os "do lugar" e vice-versa. O conjunto dos talhões constitui a área produtiva na qual as colunas do exército de trabalhadores só podem se movimentar no interior de cada subunidade, de cada talhão. Se, na fábrica, os trabalhadores são fixados junto aos instrumentos de produção, tornando-se tão imobilizados quanto eles, nesta agricultura, não há esta fixação. É preciso "mexer o corpo", "não ficar parado". Mas "mexer o corpo", "não ficar parado" nos limites dos carregadores. Aí chegando, volta-se e pega-se outra rua. A imobilização da fábrica corresponde à mobilização limitada no talhão. Como seção da unidade produtiva, o talhão é o espaço da turma, do caminhão. São estes os três elementos do microcosmo da dominação.

A TURMA: O NÚCLEO DO TRABALHO COOPERATIVO

Uma das funções do empreiteiro é formar a turma. As respostas dos trabalhadores sobre a formação da turma foram as seguintes: 48% deles afirmaram que o empreiteiro procura o trabalhador e organiza a turma e 17% responderam a situação inversa, ou seja, os trabalhadores procuram o empreiteiro. A formação de turma entre eles próprios é respondida por 13% e apenas 4% pela firma. Esta é uma tendência mais ou menos comum nos três produtos. A respeito da turma preferida, as maiores porcentagens referiam-se a: 4% (pessoas que conhecem o serviço); 14% (a turma que trabalha mais); 27% (os trabalhadores fixos); 13% (trabalhadores eventuais, pois trabalham mais).

A temporalidade do contrato de trabalho, as inúmeras formas de pagamento, a categorização social dos trabalhadores (fixos, eventuais, queima-latas, os safristas), as diferentes formas de con-

tratação (empreiteiro, usina, fazenda, indústria) e a circulação intensa da força de trabalho produzem, no nível das representações dos trabalhadores, várias ambigüidades acerca de sua situação de trabalho e emprego: 43% afirmam que não há diferença, 44%, que há. Aí contrapõe-se trabalho a emprego. Trabalho é mais puxado, é na roça, não se tem direitos, ganha-se menos, é volante, ganha-se por produção. Emprego é fixo, é mais difícil de encontrar, tem INSS, trabalha-se menos, é mais seguro, é na cidade, possui mais responsabilidade, é melhor.

Esses elementos podem ser completados com os depoimentos dos agenciadores.

P. Como o senhor consegue arrumar esse pessoal?

R. Normalmente, a gente é *conhecido*. Nós temos o nosso pessoal certo. Cada um trabalha com um certo empreiteiro. Cada um tem uma certa simpatia.

P. Há parentes na sua turma?

R. Na minha turma eu tenho doze de uma mesma família, praticamente a família inteira: casais, sobrinhos e irmãos.

P. E o fiscal. Ele tem parentes na turma?

R. O fiscal é meu empregado. Na minha turma, eu não aceito que ele tenha parentes, porque gera problemas. (Agenciador de Américo Brasiliense da usina)

P. Quem arruma o pessoal pra sua turma?

R. Eu mesmo. É só sair pela cidade que você acha um monte parado. É só sair procurando. Ou eles vêm aqui procurar serviço quando começa a safra.

P. Quem são eles?

R. São as mesmas pessoas. Moram todos aqui. Eu *conheço* todos. Já faz 15 anos que eles trabalham comigo. Ah! um mês antes de começar a safra, eles já ficam todos doidos pra trabalhar ... no ano passado, a safra não parou. Emendou a safra, a laranja tinha mais, então, quando acabou uma, começou a laranja doce, e aí já emendou. (Agenciador de Araraquara)

A presença de membros da mesma família aparece neste outro depoimento.

P. Como é a relação entre as pessoas de sua turma?

R. Normal. A gente percebe que eles têm muita amizade, principalmente nós aqui. Nós trabalhamos muito com a *parentela*. A parentela nossa é grande. Até, por exemplo, o problema de começar o turmeiro, o empreiteiro, o famoso gato, como falam. É por causa do número de *parentes*.

P. Por favor, explique melhor essa relação de parentes com "gato".

R. É assim. Às vezes, tem uma turma com dez pessoas, só da família de uma casa. Aí, eles falam: vamos arrumar uma conduçãozinha e vamos trabalhar juntos. *Assim, a gente trabalha pra nós no meio deles.* Eu mesmo, surgiu assim. Bom, quando nós viemos do Paraná (toda a família, pai, mãe, irmãos, tios, primos), quando chegamos aqui, a família extraviou. Uns trabalhavam pra fulano, outros pra sicrano, então foi quando surgiu essa idéia de formar uma turma só da família e foi aí que surgiu a idéia de comprar uma perua. Então, comprei a perua. Começamos com doze pessoas, só da família: sogro, sogra, pai, mãe, os irmãos e os filhos, colhemos laranja ... Então, vinha um e falava: me dá serviço, deixa eu ir junto, vinha outro, daí logo já não cabia mais na perua ... aí, passou pro caminhão e foi pegando mais gente pra completar e assim foi... hoje eu estou com 55 empregados.

P. Quer dizer, que a maior parte desses 55 empregados é de sua família, atualmente?

R. Não, hoje não ... aí depois, extraviou porque já surgiram mais empreiteiros. Aí um foi por um lado, o outro foi trabalhar com outro. Hoje eu estou só com meu irmão que é fiscal e o meu filho que é ajudante do meu irmão.

Veja-se o depoimento de um empreiteiro de Altinópolis

P. É o fazendeiro que exige qual trabalhador deve trabalhar em sua propriedade?

R. Não. Isso não. Ele não resolve nada nesta parte. Ele só registra. Eu é que arrumo do meu jeito. Se eu vejo que é bom, tudo bem.

P. E como o senhor sabe que é bom?

R. Pela *fama*. E a gente tem muitos amigos empreiteiros. Então, quando o cara não é bom um participa o outro. *Tem fulano assim, assim, assim, se não souber o nome a cor é assim, assim ...* não dá serviço, que é fria ... Tem uns que machucam (a si próprios) por querer, só para receber a semana sem trabalhar. Outros procuram fazer o serviço errado pra gente enfezar e mandar embora. Daí, eles vão ao sindicato e fazem a gente pagar a semana ... por isso *eu prefiro as mulheres. Se eu pudesse, eu só pegava mulheres.* Mas a fazenda não deixa. *Mulher é só o seguinte: do jeito que a gente pede ela faz, o homem é mais teimoso.*

Às vezes, a turma se forma por intermédio de amigos.

"Eles conhecem a gente ou vêm, por intermédio de outros camaradas. Tem outros que trabalham comigo e trazem os amigos. Eu tenho uma nora, uma filha e uma mulher de um empregado, que trabalha comigo." (Empreiteiro de usina em Altinópolis)

"Quando eles sabem que a usina está ajustando, eles vêm aqui. Mas, não é sempre que a usina ajusta porque a usina tem a quantidade certa, então quando chega naquela quantidade certa, ela manda parar ... *ela manda ajustar de oito a dez mulheres em cada caminhão e de 16 a 35 anos. Não pode passar dos 35 anos.*" (Sr. Francisco, 35 anos, agenciador em Barrinha)

A formação da turma passa pelos critérios valorativos, pelas representações simbólicas relativas ao gênero (caso das mulheres) e pela quantidade de homens e mulheres numa certa faixa etária - 16 a 35 anos -, determinada por esta usina. Apesar de ser mais generalizada a prática do trabalhador procurar o empreiteiro, há também o caso da turma produzir o empreiteiro. O elevado número de pessoas da mesma família trabalhando juntas permitiu que um deles se tornasse empreiteiro da família. Portanto, o mesmo processo que engendrou o surgimento do empreiteiro para atender às necessidades da empresa no tocante ao agenciamento e ao controle da força de trabalho também permitiu que os próprios trabalhadores se organizassem e criassem o *seu* empreiteiro. Produto da empresa e dos trabalhadores, o empreiteiro comporta em si, desde sua gestação, o caráter contraditório de sua condição. No item anterior, analisaram-se as diferenças entre os empreiteiros e os agenciadores (que não reúnem as funções de controle no processo de trabalho). Apesar dos empreiteiros existirem em maior número, observa-se a tendência à separação entre agenciamento e controle das tarefas no ato produtivo como sinal de um maior aprofundamento na divisão do trabalho e na hierarquização da organização do trabalho.

Não obstante, como já ficou demonstrado, pelos vários depoimentos, o mercado de trabalho não é neutro. Os critérios valorativos aí presentes definem este mercado como "expressão e produto da política das relações sociais" (Combessie, 1982, p.73 ss.). Então, mesmo exercendo o controle efetivo do processo de trabalho, o agenciador detém o saber de quem é bom trabalhador ou não. Pela *fama*, pela circulação do controle entre agenciadores e empreiteiros é possível detectar, mediante a "cor", assim, "quem é bom ou não". O processo de proletarização foi se definindo pela *restauração social*. Ou seja, se num primeiro momento, os membros de uma mesma família de recém-migrantes formavam uma

turma, isto se deveu às condições de migração e às dificuldades de serem (re)conhecidos num espaço (des)conhecido. Relações de parentesco, de gênero e de classe são, portanto, vetores desta totalidade e, portanto, destas ambigüidades, produzindo-se uma dialéctica entre estas relações (Lefebvre, 1961). Da mesma forma que havia empreiteiros que não possuíam seus parentes na sua turma, foram encontrados outros que os possuíam. A turma, como microcosmo da dominação das relações de classe é, sem dúvida alguma, o substrato do processo cooperativo do trabalho e da transformação do trabalhador em tempo de trabalho. É também o produto das relações de classe, de gênero e de parentesco. Como resultado, representa a individualização do trabalho, imposta pelas relações de classe e sustentada pelas relações de "parentela", de amizade e de gênero. O processo de formação da turma pressupõe a existência de um mercado de trabalho como produto de relações sociais (de conteúdo político, simbólico e valorativo).

Foi mencionado, anteriormente, que, no que tange à colheita do café, existiu uma espécie de *reinvenção criativa* do trabalho familiar e não uma simples estratégia do grupo familiar ante as péssimas condições vigentes. No que se refere à turma, não se trata da recriação do trabalho familiar. O ajuntamento de pessoas da mesma família numa mesma turma ocorre não para a execução do trabalho familiar. O trabalho é predominantemente individualizado (Saffioti, 1987). Esse ajuntamento é fruto das relações de parentesco não dissolvidas pela proletarização. Pode-se pensar numa *reinvenção criativa* por parte dos trabalhadores, já que ir com parentes no mesmo caminhão, na mesma turma, no mesmo talhão, embora executando tarefas individualmente, representa uma recusa, uma negação à própria individualização imposta. A coesão do grupo familiar na turma é mantida no bojo do próprio processo de fragmentação do trabalhador. As próprias condições sociais deste processo determinam que, na turma, haja muita "parentela", da mesma forma que o fiscal, em muitos casos, não tem parentes na turma. Segundo o depoimento anterior, o empreiteiro possuía 12 pessoas parentes na sua turma. Aliás, era uma turma de parentes. Hoje, das 55 pessoas, só o filho continua mas, assim mesmo, como fiscal. Torna-se bastante difícil afirmar

a tendência deste processo, já que a variedade de situações é muito grande. No entanto, abstraindo-se estas diversidades, da mesma forma que as firmas agenciadoras estão surgindo ao lado dos empreiteiros e dos "gatos" (estes em extinção), a "parentela" pode estar se diluindo em meio às relações de reconhecimento mútuo no seio das turmas fixas.

O núcleo das relações de dominação, caracterizado pela turma, é constituído pelos elementos: fixação das pessoas nas turmas, ao invés de turmas volantes - embora haja a continuidade da circulação da força de trabalho pelas diferentes propriedades -; recorrência da parentela; presença de relações de amizade; aprofundamento das relações hierárquicas, oriundas do controle, por meio de firmas agenciadoras. Turma - termo genérico, impessoal esconde as marcas profundas das relações de poder e dominação e do contra-poder. Do mesmo modo que a turma constitui o microcosmo da dominação, ela também é microcosmo da recusa. É ela que decide aderir à greve, que não concorda com os preços das diárias e das empreitas, que faz as "grevinhas" - no caso do café, quando os trabalhadores resolvem não trabalhar, caso não concordem com os preços da empreita. É a turma que pode ser dispensada, na sua totalidade, caso adira às greves. É a turma que define o pertencimento do trabalhador. Ele trabalha na turma X, do empreiteiro X. O empreiteiro tem a *sua* turma. A produtividade social do trabalhador só pode existir por intermédio da turma. É também por intermédio dela que ele se define enquanto força de trabalho social. Ao mesmo tempo que lhe são impostas a individualização e a fragmentação, impõe-se-lhe o ajuntamento com outros. A turma, é portanto, divisão e reunião do processo cooperativo do trabalho.

O CAMINHÃO: A VIOLÊNCIA MOVENTE

Aparentemente, apenas um meio de transporte pelo qual a turma é levada da cidade ao talhão e vice-versa.¹ Na realidade, um

1 Atualmente, os trabalhadores são transportados em ônibus, em sua maioria, em virtude das imposições legais.

espaço cristalizado da violência movente. Espaço dividido: na cabine, feitores e motoristas, na carroceria, vários bancos (para cinquenta trabalhadores); bancos separados para homens e mulheres. Coberto por um toldo (obrigatório pela legislação), com pequenas janelas laterais.

"Pegar o caminhão" resultou do processo de volantização da força de trabalho. A circulação da força de trabalho só foi possível graças às condições gerais da produção: estradas e caminhões. Desde o início, "pegar o caminhão" significou aos trabalhadores um ato de vergonha. Sobretudo as moças, afirmaram que desciam dos caminhões antes de chegar ao bairro onde residiam. Não queriam ser vistas dentro deles. Outras mulheres mais velhas afirmavam "que não ligavam", mas sentiam dificuldades em subir nos caminhões. Há, inclusive, aquelas que deixaram de trabalhar, pois não conseguiam subir neles.

No início, muitos pais e maridos não deixavam suas filhas e mulheres "pegarem o caminhão".² Isto significava uma afronta para eles, em dois sentidos: sentiam-se, por um lado, envergonhados pelo fato da mulher e ou filhas precisarem trabalhar naquelas condições porque eles não conseguiam prover a família. Este ato significava defini-los como provedores defeituosos. Por outro, "pegar o caminhão" era considerado algo feito por mulheres que não se dão respeito, por "putas". Mulheres sérias não "pegam caminhões". Na medida em que a reprodução dos trabalhadores foi cada vez mais comprometida pelos salários baixos do chefe da família, tornou-se necessária a venda da força de trabalho de outros membros, inclusive das mulheres.

Gradativamente, "pegar caminhão" deixou de ser, no caso das mulheres, um ato de "puta". Foi se operando, a partir da necessidade do ajuntamento de ambos os sexos durante, às vezes, até quatro horas ou mais por dia, num espaço reduzidíssimo, em virtude do elevado número de pessoas, uma divisão espacial dos sexos no interior da carroceria e uma divisão hierárquica no

2 Este sentimento predomina desde o início do processo de proletarização (Martinez-Alier, 1977).

espaço do caminhão. Na cabine, portanto em situação de maior conforto e maior segurança vão os agentes do controle, e na carrocera, em bancos de madeira, vão os trabalhadores. Desde o princípio, os "bóias-frias" foram, quase sempre, notícias de jornais, em virtude dos acidentes com caminhões. O caminhão tornou-se conhecido pelo seu estado precário. Neste sentido, *vis-à-vis* o Direito, várias medidas foram tomadas, tais como a fiscalização pelo DER no que se refere à existência de toldos, locais apropriados para instrumentos, número de trabalhadores transportados etc. Por detrás da correção da precariedade dos caminhões, *vis-à-vis* o Direito, muito embora na prática, os acidentes continuem ocorrendo, permanecem os elementos simbólicos constitutivos do caminhão: espaço, essencialmente, da violência. Violência ao transportar pessoas em veículos usados para o transporte de coisas e animais. Essa situação só pôde existir em função do desenraizamento, da desestruturação cultural impostos. Ao serem transportados em caminhões como coisas, eles são considerados, da forma mais pura, como capital circulante, ou seja, não só na contabilidade dos capitalistas eles são colocados na mesma rubrica dos custos de produção. Esta identificação como coisa atinge no caminhão o estado de despossessão, de marginalização, de coisificação levado aos seus mais longínquos extremos.

A única forma de reação foi a vergonha, vergonha de si mesmos, seres coisificados. Este processo de coisificação se definiu pela violência para arrancar do trabalhador o direito de ter um transporte seguro e adequado ao local de trabalho e, sobretudo, por estigmatizá-lo, por marcá-lo. A exclusão dos meios de transporte usuais representou apenas a faceta do processo mais amplo da exclusão, de desintegração cultural e social produzidos. O caminhão é produto da proletarianização forçada, da negação de direitos, da cidadania, da estigmatização. "Pegar caminhão" e "caminhão de bóias-frias" são sinônimos de vergonha corporal ou cultural. Da mesma forma que as mulheres envergonham-se de suas vestes - na medida em que elas as definem como "bóias-frias", o caminhão é peça desta vergonha, não apenas a do corpo, mas a social, a da cultura, a da condição, a do espírito, havendo duas percepções: a percepção corporal e a cultural.

O corpo socialmente objetivado é um produto social que deve suas propriedades às suas condições sociais de produção e o olhar social não é um simples poder universal e abstrato de objetivação ... mas um poder social que tem sempre uma parte de sua eficácia em virtude de encontrar naquele ao qual se aplica o reconhecimento das categorias de percepção e de apreciação... (Bourdieu, 1979, p.52).

O olhar transmitido ao caminhão de "bóias-frias" não é isento de "pré-juízos". A vergonha que sentem representa "o reconhecimento das categorias de percepção e apreciação" dos outros, dos que não são "bóias-frias".³ O corpo, as vestes, o caminhão constituem o estilo de vida dos homens e mulheres "bóias-frias". São elementos estruturantes de sua "história incorporada" (Bourdieu, 1980b), esta história integrante da "restauração social" da qual se falou anteriormente. História incorporada pela violência simbólica, pela exclusão, pela dominação, pelo desenraizamento. "História incorporada" de vergonha do corpo, das mãos calejadas (no caso das moças), das vestes, do caminhão, história incorporada de vergonha cultural. "História incorporada" de uma identidade expropriada e da negação de sua condição, aquela de ser trabalhador rural.

As respostas dadas à pergunta do que "achavam de ser chamados de 'bóias-frias'", boa parte deles estava se referindo não à comida fria que comem, mas, justamente, a esta negação de sua identidade enquanto trabalhador rural. Estavam negando o olhar dos dominantes em relação à definição que lhes impuseram: volante (andarilhos) e "bóias-frias". Suas respostas continham dois significados: a interiorização da percepção dos dominantes das relações sociais como sendo a sua própria percepção e a negação dela. A vergonha corporal e cultural foi definindo o corpo, os usos do corpo (para este trabalho) e a condição destes homens e mulheres. Então, não se trata, apenas, de afirmar que os "bóias-frias" são transportados em caminhão, muitas vezes em situações precárias que provocam acidentes, mas em entender o porquê do

3 Uma das moças entrevistadas afirmou que, em geral, os rapazes não namoram as trabalhadoras rurais. Segundo ela, não há como esconder, porque as mãos ficam muito grossas.

caminhão e das condições precárias. Se "pegar caminhão" é um dos traços do estilo de vida deles, se é um elemento de sua história incorporada, o "caminhão", de *per se*, é um elemento da "história objetivada" (Bourdieu, 1980b) da violência, da dominação no bojo da desestruturação cultural. Espaço de violência, de vergonha cultural e corporal, elemento da "história objetivada", o caminhão é o cenário de outras relações.⁴ O sentimento dessa violência foi descrito durante uma "viagem" com os trabalhadores.

"Após 'pegarem o caminhão', inicia-se a viagem. Antes de chegarem ao talhão, num determinado local do canavial, foram distribuídos leite de soja aos trabalhadores para que eles o tomassem na hora da merenda. Depois, dirigiram-se ao local de trabalho. As enxadas foram retiradas das gavetas e amoladas. Os feitores distribuíram as ruas de canas. Às 9 horas, pausa para o almoço. Às 10 horas, a retomada ao trabalho. Das 13 até 13h30, nova pausa para a merenda. Logo em seguida, começou a chover. Os trabalhadores voltam enlameados ao caminhão, aí se abrigando. Quando a chuva diminuiu, voltavam ao trabalho. A chuva estava fina, só poderiam parar em caso de 'chuva grossa'. Com o início da 'chuva grossa', voltaram novamente ao caminhão, enlameados. Aí ficaram até as 16h30 sentados, sujos, molhados. Não podiam regressar à cidade, porque, caso contrário, 'perderiam o dia'... O tempo total do percurso foi de 2h40. Na vinda e na volta, a grande maioria permaneceu em silêncio. Somente 'uma turminha do fundo' jogou baralho sobre as próprias pernas. Na volta, uma extensão do rádio instalado na cabine, onde estava, além do motorista, os feitores, tocava uma música sertaneja. Além do baralho ao fundo, nenhum movimento, a não ser o sacolejar do caminhão. Quase nenhuma palavra..."⁵

O silêncio representa o compartilhar comum desse cotidiano. Ele representa a linguagem predominante na carroceria do cami-

- 4 As informações que se seguem foram obtidas graças ao trabalho desenvolvido por Lenice Rozendo, pesquisadora de campo, que durante a pesquisa acompanhou, empregando a técnica da observação direta, um dia de trabalho de 45 "bóias-frias" (42 homens e três mulheres), desde o ponto, o percurso no caminhão, a jornada de trabalho e o retorno. Era um dia chuvoso num talhão de cana. A tarefa era a carpa naquele dia.
- 5 O não falar, o silêncio, sobretudo na volta, foi também percebido por um padre da Pastoral dos Migrantes em Dobrada, que, durante um ano, trabalhou como "bóia-fria" ao lado dos trabalhadores. Segundo ele, finda a jornada, o peso do trabalho impedia levar adiante qualquer conversa.

nhão. É a expressão do que sentem. É a expressão de uma sociabilidade e não do alheamento, de suas relações neste espaço e neste momento. É um silêncio que não pode ser interpretado como consentimento. "Ceder não é consentir" (Mathieu, 1985). É muito mais resistência do que conformismo.

Os depoimentos de vários empreiteiros revelam o controle dos trabalhadores não só no local de trabalho, como também no caminhão. "Brigas", "falta de respeito", "encrencas" no caminhão podem ser motivos de dispensa dos trabalhadores. Por isso "proíbem bebidas no caminhão e no serviço". Estas normas são claras no depoimento de uma empreiteira em Américo Brasiliense.

"Na minha turma, eu exijo respeito. Se alguém disser uma palavrinha, eu já chego, já corto, já falo. Eu exijo muito respeito no caminhão e no serviço. Em cima do caminhão, ninguém desrespeita. Porque isso vem desde o começo, o início. Se você entrar num caminhão e aquele caminhão for bagunçado, ele será sempre bagunçado. Agora, se uma pessoa está olhando o caminhão, uma pessoa reclamar 'Oh, Lia, uma pessoa entrou aqui e falou uma bobagem', eu vou lá e já corto. Uma mulher casada não vai querer trabalhar num caminhão desses (desrepeitado). Aí fica difícil. Pra todo mundo fica difícil." (Maria do Carmo, 38 anos, branca, empreiteira em Américo Brasiliense)

O controle da turma fica expresso nesse depoimento. Controle no serviço e no caminhão. O caminhão não é um simples veículo de transporte. É mais uma representação do modo de dominação. Além dessa forma de controle, há outra referente à moral. O caminhão possui uma separação na carroceria entre homens e mulheres. Por detrás do discurso de proteção às mulheres objetiva-se o controle moral. Já foi mencionado que no início do processo de volantização, o ato de "pegar caminhão" era considerado um ato de "putas". As mulheres que o faziam realizavam um verdadeiro enfrentamento contra estas discriminações.

No depoimento acima, observa-se que a mulher empreiteira incorporou o discurso moral ao impor "respeito" em seu caminhão. Seu comportamento é o mesmo dos demais empreiteiros. Ela incorporou a dominação masculina. Pode-se dizer que neste processo de trabalho, o controle é somente exercido por homens. Neste caso, porquanto se trate de uma mulher, ela assume todas

as prerrogativas do poder masculino (Welzer-Lang, 1991). Talvez o silêncio no caminhão não se deva apenas ao cansaço físico, mas muito mais a esta disciplina moral imposta. Não só os corpos como também os espíritos são formatados para este trabalho. A determinação destas regras corresponde a mais um ato de violência imposta, além do caminhão em si representar um ato de vergonha e humilhação para os trabalhadores. A menção às brigas é algo bastante freqüente. Durante as greves, às vezes, os *feitores viajam nas carrocerias para "saber se os trabalhadores vão participar dos piquetes"*. O mesmo processo que engendra a dominação, a violência, a interiorização da dominação, engendra a recusa o contrapoder, o contrateatro. O caminhão acaba se tornando um espaço de sociabilidade, de discussão, de reflexão sobre a experiência comum. É nesse embate que o "bóia-fria" se faz, desfaz e refaz.

A análise do processo de trabalho conduziu ao microcosmo da exploração de milhares de homens e mulheres pela usina, indústria e fazenda numa das regiões agrícolas mais desenvolvidas do país. Penetrar neste microcosmo permitiu a compreensão do conceito de disciplina. Para Foucault, a disciplina é um dispositivo cujo objeto é o corpo e seu lugar de construção, as instituições tais como: quartéis, hospitais, asilos, escolas, prisões e fábricas. Outrossim, as formas de controle deste processo de trabalho estão, aparentemente, muito mais baseadas na *improvisação*, do que em algo de natureza estritamente racional. No entanto, por detrás desta aparência, não existe um vazio social. As práticas sociais dos responsáveis pelo controle revelam seus conteúdos semióticos, originários das organizações de classe, gênero e raça/etnia. As relações que se estabelecem são mediadas pelas representações destas três organizações sociais.

Historicamente, este processo guarda semelhanças com as primeiras fases do surgimento da fábrica em outros países, tais como França (Gaudemar, 1991), Inglaterra (Marx 1977, Engels, 1975), EUA (Braverman, 1987).

No que tange à realidade brasileira, não se pode esquecer dos quase quatro séculos de escravidão e das relações servis, a peonagem e também a escravidão em várias partes do país, vigentes até

hoje. As denominações de "eito e feitor", de *per se*, são carregadas de muitos significados. O não-cumprimento da legislação, as bur-las em relação aos direitos trabalhistas, as *listas negras*, são elementos comprovadores da exploração sobre indivíduos abstratos, mas, historicamente determinados. Estes trabalhadores são migrantes expropriados ou seus descendentes, provenientes do Nordeste do país, do Vale do Jequitinhonha, ou ex-colonos, ex-arrendatários, ex-parceiros, enfim, categorias sociais, que vivenciaram, muitas vezes, relações de dominação impostas por coronéis, capatazes, situações de verdadeiros cativeiros (Martins, 1979).

O que se produziu com este processo de desenraizamento foi além da migração rural, o processo de *restauração social*, no qual as relações de mando anteriores foram substituídas por estas analisadas neste trabalho. Não ocorreu uma racionalização dos modos de exploração e dominação. Não houve, em contrapartida, uma simples transposição das relações anteriores. O que ocorreu foi um processo de "conservação-dissolução" (Bettleheim, 1969) das relações sociais vigentes anteriormente. O espaço do trabalho como espaço de poder não foi criado sobre um vazio social. Estes trabalhadores trouxeram em seus corpos as cicatrizes da dominação anterior. Não seria o ETR, o instrumento capaz de apagá-las. Ao contrário, a proletarianização, ao jogá-los na cidade, aumentou, ainda mais, a sua despossessão: perderam a roça, a morada, a parcela, enfim, algumas condições objetivas garantidoras de sua sobrevivência. Sem estes pressupostos históricos, que incluem as relações de classe, de gênero e raça/etnia, pois, boa parte destes trabalhadores é constituída de não-brancos e originários de outras partes do país, a compreensão da disciplina fica comprometida.

Estas reflexões sobre a geração e reprodução da dominação neste microcosmo foram dirigidas pela preocupação em mostrar como as relações sociais de sujeição (classe, gênero, étnico-racial) fabricam os dominados e as formas de resistência, e como estas relações são múltiplas, diferentes, reversíveis, contraditórias e conflituosas. E mais, ao se levar em conta os diferentes agentes responsáveis pela dominação, emergiu uma rede de ambigüidades, definida por tensões constantes, de tal modo que uns se

apóiam sobre outros e remetem uns aos outros. Às vezes reforçam-se entre si, outras vezes, negam-se mutuamente. Ora é um tipo de dominação que prevalece, ora, outro. Não há uma hierarquização entre eles. Este foi o caminho seguido para se analisar o poder da usina, da empresa, da fazenda. Não se entende o poder do escritório, sem conhecer o que ocorre no talhão, no caminhão, na cidade. E a arqueologia deste poder que define a usina e a gestão dos princípios panópticos, bem como da recusa. Esta não se manifesta somente pelas greves, todavia, aparece incrustada no tecido do processo de dominação. As metamorfoses sofridas pelo "gato", as pressões exercidas sobre os feitores, os conflitos eclodidos no espaço do escritório, os inúmeros atestados médicos, as faltas constantes ao trabalho, a necessidade de se recorrer ao trabalho da mulheres, em virtude da indisciplina dos homens, a presença dos feitores na carroceria dos caminhões a fim de delatar os possíveis grevistas, a necessidade de um grande número de agentes do controle do processo de trabalho, constituem os ingredientes da heterogeneidade, conflitos e ambigüidades destas relações sociais.

SENHOR EMPREENHEIRO

Estamos esclarecendo para o senhor os problemas de pessoal sem registro, que a partir do 15 de abril de 1985, em da empresa contratada em sua turma, terá que pagar uma multa de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), por empregado.

Por isso não leve pessoas sem registro para o pomar pois a responsabilidade será sua, a fiscalização irá multar você, e os prejuízos serão tantos que o senhor não poderá pagá-los e logicamente será cobrado judicialmente pelo Estado.

Evite estes aborrecimentos dando serviço somente para quem estiver registrado. Se o senhor não conseguir uma turma / com todos registrados o conselho é parar com a turma.

Contamos com sua atenção

Senhor empreiteiro

Estamos esclarecendo para o senhor os problemas de pessoal sem registro, que a partir de 15 de abril de 1985, o empregado sem registro encontrado em sua turma, terá que pagar uma multa de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) por empregado.

Por isso, não leve pessoas sem registro para o pomar, pois a responsabilidade é sua, a fiscalização irá multar você, e os prejuízos serão tantos que o senhor não poderá pagá-los e logicamente será cobrado judicialmente pelo Estado.

Evite estes aborrecimentos dando serviço somente para quem estiver registrado. Se o senhor não conseguir uma turma com todos registrados o conselho é parar com a turma.

Contamos com sua atenção

SR. TURMEIRO:

Para fins de orientar V. Sa. e os Empregados, comunicamos que na folha 85 86 deverá ser obedecida as normas abaixo, a fim de se evitar aborrecimentos com a Fiscalização Trabalhista e assegurar nossos direitos e dos Empregados.

- 1.a) - O seu Caminhão deverá estar em condições de transportar o Pessoal, conforme as normas existentes ou sejam: Cobertura de Lona, Bancos Fixos, Luz Interna etc., dirigir com o máximo cuidado, preferindo chegar com atraso do que provocar acidentes com a pressa de chegar, o que é nossa grande preocupação.
- 2.a) - Não deixar que Nenhum Trabalhador suba no Caminhão para Trabalhar sem antes entregar-lhe a Carteira Profissional, que deverá ser remetida para o Escritório para o Registro, só assim o Emprego está assegurado contra ACIDENTES, e seus direitos: 13.º salário e demais encargos sociais, pois o Emprego que não Registrar não deverá iniciar o serviço.
- 3.a) - A Firma paga um SEGURO de custo bem alto, para cobertura de ACIDENTES, mas é necessário que o Emprego esteja Registrado para obter esta cobertura pelo seguro.
- 4.a) - Caso você venha a TRANSPORTAR MENORES (CRIANÇAS) ou Empregados sem Registro em Carteira, a RESPONSABILIDADE SERÁ SUA EM CASO DE ACIDENTE FATAL, pois NÃO autorizamos a trabalhar Empregados sem Registro, e é PROIBIDO TRABALHAR MENORES DE 12 ANOS, OU CRIANÇAS, acompanhar os Pais no serviço, no Caminhão só deverão subir para o trabalho pessoas maiores de 12 anos e com Carteira Profissional para o Registro na Firma.
- 5.a) EM CASO DE ACIDENTE COM EMPREGADOS NO SERVIÇO (caída da escada, de Árvore, de machucou-se com a Secota, com Caixa) PROCEDER DA SEGUINTE MANEIRA:
 - a) - Primeiro, socorrer o Empregado no Pronto Socorro ou qualquer Hospital da Cidade;
 - b) - Em seguida deverá comunicar o Escritório antes de 24 horas, na Rua (Av.) RUA GONÇALVES DIAS, 1.251, para elaboração de COMUNICAÇÃO DO ACIDENTE AO FUNRURAL, a quem compete o pagamento das despesas do Hospital e dos dias de serviço que o acidentado ficar afastado do serviço para o tratamento médico;
 - c) - O NÃO CUMPRIMENTO DESSAS INSTRUÇÕES, FICA O TURMEIRO RESPONSABILIZADO PELO PAGAMENTO DAS DESPESAS DO HOSPITAL E DOS DIAS DE SERVIÇO DO EMPREGADO, O QUAL SERÁ DESCONTADO NO ESCRITÓRIO.
- 6.a) - PONTOS: Terá que ser devolvido até 3.ª feira de semana seguinte, os Pontos e os recibos dos Empregados ASSINADOS PELOS PRÓPRIOS EMPREGADOS, os ANALFABETOS deverão apor o POLEGAR DIREITO no lugar da assinatura. Não será admitido que uma pessoa assine pela outra, só em caso de Pai, Mãe, Esposa e Marido, será conferida a assinatura. Se não for obedecido, ocorrerá a RETENÇÃO DE SEU PAGAMENTO DA PRÓXIMA SEMANA, ATÉ A REGULARIZAÇÃO DOS RECIBOS. Se você entregar os PONTOS E OS RECIBOS INCLUSIVE O SEU RECIBO, com atraso, ou seja, depois de QUARTA FEIRA, seu pagamento só será na SEGUNDA FEIRA.
- 7.a) - Deverá ser apresentado no Escritório, seus documentos ou sejam, CIC, RG, inscrição no INPS, como Motorista Autônomo. Assim sua situação ficará regularizada quanto ao Imposto de Renda, caso não for obedecido você poderá ter problemas com o Imposto de Renda no final do ano. Qualquer dúvida venha até o Escritório e será orientado.
- 8.a) - Sr. Turmeiro, o Escritório está a sua disposição à RUA (AV.) RUA GONÇALVES DIAS, 1.251

FONE: 32-4241, para lhe dar apoio e todos os esclarecimentos e orientação que precisar, nós precisamos de sua ajuda também, para fazermos um serviço bom, e juntos, com a ajuda de DEUS, trabalharmos tranquilos e sem aborrecimentos. Agradecemos a sua colaboração, e tudo faremos para ajudá-lo, qualquer problema procure-nos no endereço acima.

A GERENCIA

01- Verificar os nomes abaixo relacionados quando for possível empregados.
02- Os mesmos não deverão ser subir no cadastro, pois não possuem trabalhos para nós e não vamos admitir seus registros no FIAS.

*Amaílson Cassito	Horacino Lopes	Moisés Justino
Agnaldo Cesário	Hosana Vasconcelos Silva	Molisa Nunes da Silva
Antonio Donizete Tertuliano	Helício Valéria da França	Murilo Iaidoro Gomes
Augustoberto de Silva	Ilaon Miura	Madalena Garcia
Adão Franciaco	Ida C Muniz Machado	Rinaevina Fira-Silva
Aparecido Donizete dos Santos	Ivan Donizete Couves	Kataneel Torres
Adenir Braz da Costa	Jogo Carozza Lima	Estaline S Lourenço
Antonio do Nascimento Torres	Jogt Carlos Lopes	Nestor Ap Garcia
Antonio Antico	João Guinther	Rotenass Barboza
Agnaldo Ant. Souza Moura	João Alves Fagundes	Wilson Claudio
Abadia Valéria Simão	João Aparecido Ferraz	Osvaldo Mery
Ana Lucas de Silva	João Afonso Batista	Osvaldo Ignacio
Aldice Machado Oliveira	João Alton Catirani	Osépio Oliveira
Amara José Soares Silva	João Guido Filho	Oscar Perillo
Albertine Azaújo da Silva	João Theodoro Purfiro	Oscar Valeriano Borges
Albertina C. Palma Sechi	João Roberto Torres	Osvaldo Souza Santos
Adilano José de Souza	João Carlos Reis	Oscar Pereira Guedes
Agner da Silva Neto	João Rosa da Silva	Orelano Meschini
Arisio Daziorio	João Renato de Almeida	Paulino Gembelino
Aparecido Portapelli	João Carlos dos Santos	Paulo Afonso da Silva
Alice Pinheiro	João Rivaldo Martins	Paulo Sérgio Carvalho
Arlindo Quadros	João André Nunes	Paulo César Lourenço
Aparecido Fagundes	João Alípio	Pomplício de Souza
Antonio Miranda	João Elias Alípio	Pedro Gregório Neto
Alexandrina C Rocha	João Luis Cristiano	Ricardi Jesueto
Arionis Donizete Lima	João Roberto Talente	Rildo de Casala Brites
Arthur Ribeiro	João Alves Fagundes	Romildo Batista Camargo
Athalde dos Santos	João Alves de Oliveira	Rinaldo Martins Santos
Balduino dos Santos	João Fco Matturo	Rosalina Carvalho Gembieri
Benedito Zacarias Oliveira	João Renato Savoine	*Rute Pinheiro Fidella
Benedito Bispo	João Carlos da Silva	Sebastião Rosa Martins
Cleusa Dorea Prisoira	João Dias Oliveira	Sebastião P Rodrigues Orta
Carlos Roberto de Freitas	Jorge Fco Brites	Sebastião Breque
Conceição Ap de Costa	Joamar E B Pereira	Shirley Ap dos Santos
Conceição Ap dos Santos	Joana Carmelito Sedenho	*Severino Maximino Silva
Carmelito Pedreira Lima	Luciano Ap W Pin	Silvério Lourenço
Carlos Gonçalves	Luis Roberto Soares	*Silvana Cristine Lourenço
Carlos A P Doris	Luis C Primo Silva	Sônia Rodrigues Fozes
Coacaci Ap Monteiro	Maria Ribeiro de Silva	Terezinha de Jesus Ribeiro
Dorival C dos Santos	Maria L Zanbone Silva	Terezá Bondança Faltanini
Doraline Jaqueto	Maria dos Dores Araujo	Vivildo Silva Lima
Djanira Corrêa Pereira	Maria C B Brites	Vicente Ferreira de Souza
Delmiro de Oliveira	Maria Ap dos Santos	Veldimir Oliveira Santos
Dorvalino Trix	Maria Alaido da Silva	Valquiria Elaine Vitorino
Edmundo Rodrigues Silva	Maria de Fatima Urites	Vagner Ivan Theodor
Edson Santos Silva	Maria de Lourdes Silva	Vera Lucia Ferrazi da Costa
Edilia Oliveira Gica	Maria Jose dos Santos	Vilvor Lopes
Eder Iani	Maria Madalena Lopes	Valnei Feiz
Eugenio Trix	Maria Ap Jero-lina	Wilson Mendes Silva
Eugenio Maria de Silva	Maria Madalena August	Wilson José de Oliveira
Evaldo Manoel de Souza	Maria Izabel Gomes	Wilson Siqueira Santos
Cutinho de Souza	Maria Ap Setubs	Zoraide Gabriela Oliveira
Elvira Maria Vaz	Maria Cecilia Souza	*
Fabio Gerônimo Nascimento	Marelene V da Silva	005: SR EMPREITEIRO:
Elvária And de Brito	Marcos Aurélio de Silva	OS OUTROS RELACIONADOS NÃO
Gilberto Domingos Rocha	Marcel Pinundo	DEVERÃO TRABALHAR, POR
Geraldo Thiago Klainor	Marcia Aurélio Silva	ISSO ODD FOR ADITI-LO S
Gisele Sebastião	Marcelo Ap Stigliano	CONSULTE ESTA LISTA PARA
		CIEAR FUTUROS PROBLEMS /
		PRAR O SENHOR* SAFRA 83/86



COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO
CAT - RURAL

Nome da empresa		"SOLCITHUS COLHEITA DE CITRUS S/C LTDA"	
Endereço		AV. CRISTÓVÃO COLDMBO, 421 - CENTRO - ARARAQUA - SP - FONE 36.5291	
Condições de prestação de trabalho		11 / 02 / 68	
Ocorrência de acidente de trabalho com seu empregado		SR. JILIN - C. TRABALHO	
Localidade		ARARAQUA - SP	
Data do acidente		11 / 02 / 68	
Estado civil		SOLTEIRO	
Local do acidente		"Fazenda Java"	
Descrição do acidente e do seu causador		"Quando usava colhedeira de colheita de frutas cítricas veio a sofrer um queda da escada vindo a sofrer um corte no pé direito."	
Parte(s) do corpo atingido(s)		PÉ DIREITO	
TESTEMUNHAS	1ª Nome	LUIZ HUMBERTO BONIFACIO VITÓRIA	
	Endereço	ARARAQUA - SP	
TESTEMUNHAS	2ª Nome	ISMAEL DE OLIVEIRA	
	Endereço	ARARAQUA - SP	
Possui registro profissional? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Em caso afirmativo, indicar o código profissional:			
O acidente foi encaminhado ao Serviço Médico "JANTO CASA DE MISERICORDIA DE ARARAQUA"			
Cliente do qual as declarações feitas ou insuportadas serão apuradas no termo dos artigos 171 e 209 do Código Penal, está presente. Local e data: ARARAQUA - SP, 11 DE FEVEREIRO DE 1968			
Assinatura do comunicante:  SOLCITHUS COLHEITA DE CITRUS S.C. LTDA			

AS MENINAS DO DESCARTE

"As mulheres (nos países do Oriente) devem não somente estar separadas dos homens pela clausura da casa, como devem também ficar separadas nesta própria clausura ... Disso deriva, para as mulheres, toda prática da moral: o pudor, a castidade, o silêncio, a paz, a dependência, o respeito, o amor, enfim, uma orientação geral dos sentimentos, a melhor por sua natureza, que é o apego exclusivo à família. Nos grandes Estados há, necessariamente, grandes senhores. Quanto mais poderosos, mais estão eles em condições de manter as mulheres numa rigorosa reclusão e impedi-las de entrar na sociedade. É por isso que, nos impérios turco, persa, mongol, chinês e japonês, a conduta das mulheres é admirável."

Montesquieu

De um modo geral, a literatura sobre violência no trabalho analisa suas causas e seus efeitos sobre o corpo dos trabalhadores durante o ato do trabalho. O corpo, enquanto matéria física e alvo da violência, passa a expressá-la mediante a morte, as mutilações,

ou ainda, um definhamento progressivo da saúde (Cohn, 1985; Donnângelo, 1979; Faria, 1988; *Le mouvement social*, 1983). Há ainda outros estudos pautados pela psicopatologia do trabalho, que procuram resgatar os danos provocados no comportamento psíquico e moral (Dejours, 1987). O suporte analítico destas análises baseia-se nos estudos do processo e organização do trabalho, enfim, nas relações de exploração-dominação existentes no ato do trabalho.

Os acidentes de trabalho, resultantes da violência aberta, adquirem um lugar privilegiado nestas análises, especialmente no Brasil, país considerado um dos campeões mundiais deste tipo de ocorrência (Costa, 1981). Quanto aos resultados acerca da violência no trabalho na área rural, a bibliografia disponível é muito restrita. Seguindo as análises dirigidas aos setores urbanos, as preocupações também giram em torno das mesmas questões relativas às causas e efeitos dos acidentes e dos danos provocados à saúde dos trabalhadores (Navarro, 1990). Em suma, há um privilegiamento da violência aberta, portanto, da sua visibilidade, em virtude da extrema brutalidade imperante nas relações de trabalho.

No que tange à mulher trabalhadora rural, alguns estudos, por meio da análise do processo de trabalho, resgatam os danos provocados à saúde e ao corpo (Ricci, 1985; Beltrão, 1982). Entretanto, os estudos acerca da violência sobre a mulher abordam-na a partir do espaço da reprodução, da esfera privada, sobretudo após a criação das Delegacias de Mulheres, quando a visibilidade desta violência, em virtude de sua magnitude, vem-se impondo como problemática de muitas pesquisas (Costa et al., 1985; Moreira et al., 1992; Saffioti, 1997, Saffioti & Almeida, 1995). Numa outra perspectiva de análise, as mulheres compõem, ao lado dos homens, o cenário da violência urbana e da luta pela consolidação da cidadania (Adorno, 1990b).

Objetiva-se aqui a análise da violência não visível, da violência simbólica encontrada durante a pesquisa com as trabalhadoras rurais. O universo empírico da investigação refere-se a uma tarefa específica do processo de trabalho da cana, denominada des-

carte.¹ Nesta tarefa, empregam-se exclusivamente mulheres solteiras e casadas. A coleta das informações verificou-se mediante a realização de entrevistas com algumas "meninas" do descarte, assim chamadas, pelos fiscais e técnicos do Experimento I, numa usina no município de Serrana. A denominação destas trabalhadoras de "meninas" corresponde ao processo de feminização desta atividade. Muito embora no Experimento II fossem empregados exclusivamente homens, suas tarefas não eram as mesmas das mulheres. Observou-se também que todas as atividades de controle do processo de trabalho eram reservadas aos homens. Pelas entrevistas com os fiscais, pôde-se detectar que a feminização do descarte não foi pré-existente à organização do trabalho. Ao contrário, ela foi se estruturando no decorrer do tempo e segundo as formas de percepção dos agentes de controle. Notou-se que as "meninas do descarte" são percebidas como uma categoria diferenciada de trabalhadoras rurais. Enquanto as trabalhadoras bóias-frias são destinadas ao corte da cana queimada, à carpa, enfim, às tarefas dos talhões de cana, as "meninas" somente realizam tarefas do descarte nos Experimentos. São selecionadas pelos técnicos e fiscais, diferentemente das outras trabalhadoras, selecionadas pelos empreiteiros. Devem possuir um certo grau de escolaridade, que lhes permita as anotações do tipo de doenças e do número de plantas afetadas. Portanto, além do podão (para descartar as plantas doentes), portam uma bomba de veneno às costas e caderno e lápis para as anotações. Quanto à vestimenta, equiparam-se às demais trabalhadoras, excetuando um lenço amarrado no rosto, deixando apenas os olhos à vista, para se protegerem das folhas cortantes da cana, já que não se adaptaram às máscaras fornecidas pela usina. São percebidas como superiores às bóias-frias

1 Descarte: ato ou efeito de descartar. As cartas rejeitadas no jogo (*Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*). A cana, antes de ser plantada definitivamente, é observada nos Experimentos que são verdadeiros laboratórios na área rural. Logo após o plantio nestes Experimentos, passam a ser observadas as variedades e as possíveis doenças da cana. As tarefas do descarte referem-se ao reconhecimento das doenças, classificação e recuperação da planta mediante a retirada das partes afetadas (descarte) e da aplicação de agrotóxicos.

e auto-percebem-se como tais. Apesar de comerem comida fria nos canaviais dos Experimentos, não são jamais confundidas com as bóias-frias. São as meninas do descarte, categoria superior de trabalhadoras da usina. Recebem salários diferenciados, possuem carteira assinada com os direitos assegurados. As melhores recebem prêmios, como passar férias nos alojamentos da usina na praia. Autodenominam-se funcionárias da usina. A constatação desta realidade diferenciada em relação às trabalhadoras bóias-frias conduziu à formulação de novas hipóteses de pesquisa. As perguntas giravam em torno das causas da preferência por mulheres no descarte, já que era um trabalho qualificado e não o contrário, situação comumente constatada, em que as mulheres são relegadas às piores funções, e uma atividade considerada positiva, e valorizada, no conjunto das representações, tanto na esfera do trabalho quanto na esfera da reprodução.

As respostas a estas questões estruturaram-se sobre os seguintes pressupostos analíticos: a construção da realidade social não se faz num vazio social. Além da análise da realidade social, torna-se necessário conhecer a maneira pela qual ela é percebida pelos seus agentes; as percepções acerca da realidade manifestas na esfera do trabalho não podem ser restringidas aos seus limites. Daí decorrem as percepções relativas às trabalhadoras do descarte: não poderiam ser pensadas como gestadas e determinadas pelas relações de trabalho tão-somente; além das relações de dominação econômica, outras, incluindo as simbólicas, compõem o conjunto das percepções dos agentes sociais envolvidos. A formulação de tais pressupostos exigiu a ruptura com uma certa visão mecanicista do marxismo baseada no determinismo econômico, na divisão da realidade social em esferas da base e da superestrutura, nas quais, os valores, a ideologia, os elementos simbólicos são reduzidos a meros reflexos da base econômica, da independência das esferas produtiva e reprodutiva e da interpretação da realidade social como algo objetivado nas estruturas e independente das ações dos indivíduos. Estes elementos foram essenciais ao desvelamento desta realidade escondida. As "meninas do descarte", na verdade, escondem-se no meio das canas folhadas, sob a aparência do prestígio, da qualificação e dos privilégios existentes.

A violência doce, invisível, foi no conjunto destas reflexões o elemento estruturador destas relações de velamento-desvelamento e desconhecimento-reconhecimento da dominação. Isto foi de fundamental importância à compreensão da transversalidade do gênero e da classe, como modo de percepção analítico, capaz de revelar as distintas formas de dominação sobre os mesmos agentes sociais. Todos estes pontos, apenas enunciados, serão, a seguir, tratados à luz das informações prestadas pelas trabalhadoras e pelos agentes do controle no Experimento I desta usina.

Seguindo os pressupostos analíticos mencionados anteriormente, nos quais se afirma que uma realidade social não é construída num vazio social, proceder-se-á à análise das relações existentes no descarte segundo as percepções das meninas, num primeiro momento, e dos agentes do controle, num outro. A separação deve-se, exclusivamente, à finalidade da exposição. Na verdade, as percepções só existem num quadro de relações e não em separado. Afirma Bourdieu:

a busca de formas invariantes de percepção ou de construção da realidade social mascara diversas coisas: primeiro, que essa construção não é operada num vazio social, mas está submetida a coações estruturais; segundo, que as estruturas estruturantes, as estruturas cognitivas também são socialmente estruturadas, porque têm uma gênese social; terceiro, que a construção da realidade social não é somente um empreendimento individual, podendo também tornar-se um empreendimento coletivo. (Bourdieu, 1990a, p.138)

A fim de se resguardar de uma crítica objetivista, levando-se em conta apenas as estruturas, o autor, mais adiante, reporta-se a isto, nos seguintes termos:

Mas este mundo também não se apresenta como totalmente estruturado e capaz de impor a todo sujeito perceptivo os princípios de sua própria construção. O mundo social pode ser dito e construído de diferentes maneiras de acordo com diferentes princípios de visão e divisão - por exemplo, as divisões econômicas e as divisões étnicas. (p.159)

A estas divisões acrescentam-se aquelas relativas aos gêneros masculino e feminino. A idéia de que a construção da realidade social não se faz pelo prisma de formas invariantes de percepção, mas que, pelo contrário, dependem das distintas maneiras de visão e de divisão do mundo social, aprofunda as reflexões sobre a ação/percepção dos sujeitos. Outra passagem desta mesma obra é igualmente necessária:

Assim, as representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação que eles adquirem através da experiência durável de uma posição do mundo social. O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. (p.158)

Das citações acima, podem-se extrair os seguintes elementos: as diferentes maneiras de percepção da realidade social dependem da posição (de classe, de gênero, de raça/etnia etc.) dos agentes sociais e do *habitus* enquanto uma experiência durável de uma posição; a construção de uma realidade social, além de não se operar num vazio social, é feita pelo conjunto de seus agentes, que segundo suas posições e *habitus*, percebem-na de forma diferenciada; a percepção do mundo social depende das estruturas objetivas (coações estruturais) e das estruturas cognitivas (subjetivas) que possuem uma gênese social. Dessa sorte, a visão analítica de Bourdieu afasta duas maneiras distorcidas de interpretação da realidade social. A primeira delas, fundamentada no peso explicativo das estruturas. A segunda, ao tentar escapar da visão estruturalista, imprime ao sujeito o caráter de sujeito universal, capaz de tudo e situado acima das estruturas. Se as relações sociais são percebidas com base nas diferenças dos agentes sociais, ou seja, das visões e divisões sociais, conclui-se que, além dos elementos econômicos de dominação impostos pelo capital (extração do mais valor), os elementos valorativos e simbólicos constituem também ingredientes necessários à dominação. Portanto, as relações de poder inscritas nas diferentes formas de dominação são de ordem material e simbólica e perpassam todo o tecido social.

Por isso, as percepções dos agentes, tanto das trabalhadoras, quanto dos fiscais e técnicos não podem ser reduzidas à esfera do trabalho do descarte. Neste sentido, reitera-se o que foi mostrado na análise anterior, que o processo de trabalho, assim como o mercado de trabalho, não pode ser considerado como neutro, e sim como momento e espaço de relações sociais definidas. Feitas estas considerações teóricas, reproduz-se um trecho da entrevista realizada com duas meninas do descarte. Optou-se por apresentar as duas falas, não obstante as perguntas fossem repetidas, a fim de que se pudesse comparar o grau de desconhecimento e as percepções desta atividade por duas agentes situadas na mesma posição de classe e gênero e o tempo da fala de cada uma.²

Perguntas dirigidas a Dirce (20 anos, branca).

P. Há quantos anos este trabalho vem sendo realizado?

R. Faz uns seis anos.

P. Quem trabalha com você?

R. Moça e mulheres casadas. Só mulheres. Cinquenta mulheres.

P. É uma turma só?

R. Tem duas turmas. Uma só de mulheres e outra só de homens. Os homens fazem outro serviço. Não mistura homem com mulher.

P. O que é um Experimento?

R. Ah ... é o serviço de olhar a cana lá.

P. E o que você olha na cana?

R. A doença carvão, mosaico. E tem a mistura que é de uma cana diferente que dá no meio da outra.

P. E o que você faz com esta cana diferente que dá no meio das outras?

R. A gente corta e esguicha veneno. Pra não nascer mais.

P. Que tipo de material vocês utilizam para este trabalho?

R. A bomba, o folhão e um saco que a gente tem para pôr o carvão.

P. A bomba é pesada?

2 Esta entrevista foi, várias vezes, interrompida e censurada por um tio policial de uma das entrevistadas, o qual, em diversos momentos entrava e saía da sala, censurando a fala da sobrinha, até que, num certo momento, obrigou a entrevistadora a desligar o gravador. Por isso, a entrevista prosseguiu com outra trabalhadora que, então, chegava à casa. A censura sobre a fala feita pelo tio policial imprimiu à sobrinha o medo que perpassou todos os momentos da entrevista.

R. É leve. A gente leva numa sacolinha no ombro, de lado, como um embornal.

P. E o que se coloca dentro desta bombinha?

R. A gente coloca veneno.³

P. Você sabe qual veneno?

R. (Gesto de negação). Não tem perigo. A bomba é fechada, tampada e tem aquele negocinho de fechar assim e girando não abre. A gente só abre quando tem a doença.

P. E vocês usam máscaras, luvas, alguma coisa para proteger?

R. Luva.

P. A usina dá?

R. A gente compra. Às vezes, quando está rasgada, eles dão.

P. Eles indicam algum tipo de recomendação como lavar as mãos antes de comer, por causa do veneno?

R. Não. Nada.

P. Você acha legal seu trabalho, você gosta do que faz?

R. Eu gosto ... [um risinho]... o nosso serviço é sempre um só: olhar cana.

P. Você sabe por que está fazendo este tipo de trabalho?

R. [Gesto de negação].

Neste momento, um tio policial, presente na casa, adentrou a sala, chamou Dirce à cozinha e a entrevista foi prosseguida com Marli (22 anos, branca).

P. Como é o trabalho no descarte?

R. O negócio do descarte é uma coisa que tem que fazer bem feito. O descarte é o seguinte: tem um talhão de cana e tem várias doenças. A cana dá muitas doenças como o carvão, mosaico, escaldadura, outra cana no meio daquela outra. Você entra no talhão, você tem que observar tudo isso e se você faz aquela rua bem feita, se você tirar toda aquela doença, você está fazendo um serviço bem feito, coisa que, às vezes, tem menina que não faz. Que nem o carvão, ele dá muito na NA, que é uma variedade de cana, então se você entra, você tem que tirar tudo.

3 O veneno utilizado é o Roundap. Segundo a fala das trabalhadoras, feitores e supervisor, trata-se de um veneno sem conseqüências à saúde, não requerendo proteção do corpo durante seu uso. Todavia, foi entrevistado um engenheiro agrônomo com especialização em segurança do trabalho agrícola da Casa da Lavoura em São Carlos - SP, e a resposta sobre este veneno foi totalmente contrária àquela fornecida antes. Segundo suas palavras, trata-se de um veneno extremamente prejudicial à saúde do trabalhador, muito embora até as mulheres grávidas o manuseiem, sem proteção.

P. Como você tira?

R. Com o folhão. Você vai tirando com o folhão e colocando num saco, porque o carvão pode ser passado para outra cana, porque a cana que tem carvão dá menos cana, menos açúcar, vai dar menos produtividade; depois que a gente vara as ruas, a gente vai colocando num outro saco. Este carvão é jogado no mato, é queimado.

P. E com as outras pragas, como por exemplo, a broca?

R. Não, a broca não é bem dizer uma doença, é uma coisa que dá na cana e é só contada. Que nem nós *contamos* um experimento, sabe? São *parcelados*, então a gente faz um *levantamento* do tanto de broca que tem.

P. Parcela é um tanto de cana, é isto?

R. É 10 m de cinco ruas. Não é um talhão que você pega e vai contando, não. E só aquela parcelinha são feitos três montes, de cana e ali a gente faz um tipo de levantamento e ali a gente só olha a quantidade de broca que tem, não é tirada.

P. E por que você faz este tipo de trabalho, você sabe?

R. Se ... bem dizer, eu não sei muito bem. A gente trabalha com os técnicos. Eu não cheguei a perguntar isso pra eles, este tipo de coisa, mas é um tipo de levantamento pra ver, sabe? Onde estão dando mais ... eu não estou muito por dentro não.

P. Qual é a tarefa dos técnicos junto a vocês?

R. E o seguinte. Esta parte do levantamento é deles. Então o levantamento é isso: a gente chega no Experimento e a gente vai contar cana por cana em cada parcela e vê, vê a quantidade, às vezes dá 1.000, 1.500 canas, a gente dá o total pra eles, a gente vê se tem doença. Então, a tarefa deles é *anotar*. Que nem, às vezes, a gente vai plantar e a gente tem que cortar tolete e tem que fazer etiqueta, então a tarefa deles é assim, é colocar a gente ali e falar que cana a gente tem que cortar, a variedade não pode misturar com a outra... Agora essa semana, a gente vai começar a cortar tolete para o plantio, 25 a trinta toletes em cada saco. Então é o seguinte. A gente tem que chegar num talhão e "despenar" a cana toda. E cortar de três em três gomos, a gente pica, são 25, cortados e colocados no saco e ali a gente tem que colocar a quantidade de cana cortada, que talhão que era, que cana que é aquela, pra ser levada depois pra um outro e ser plantada. A etiqueta somos nós que fazemos, eu e outra menina, mas isto os técnicos estão ali informando a gente como é que faz... Cada época a gente faz uma coisa, mas o serviço nosso é o descarte.

P. Descarte é a aplicação de veneno?

R. Isso mesmo. O descarte é em janeiro e fevereiro. Em março é a plantação que é o corte do tolete, e também o levantamento. Esse levantamento a gente está fazendo desde o finalzinho de dezembro, porque são muitos Experimentos.

P. O que é um Experimento mesmo?

R. Um Experimento é o seguinte: não é que nem um talhão, que você chega num talhão, é aquelas ruas, direto. É um talhão mais parcelado. Então,

nós estamos assim de distância, mede uns 100 a 50 m, depende do tamanho. Então são as parcelas de 10 m é uma parcela e vai indo assim. Como é que eu vou te explicar. Você já foi? Acredito que você não foi ainda num talhão, então fica difícil pra explicar. Porque tem talhão que é aquelas canas mais, aquelas ruas direto, sabe? Lá não, é tudo parcelado, cada 10 m é uma parcela, tem a distância.

P. Tem rua no meio?

R. Tem uma distancinha entre cada 10 m e aí vai indo assim.

P. A distancinha é a rua?

R. E a rua, a rua de assim, é cinco ruas e a rua é pra distância uma da outra e em volta são aquelas ruas retas que a gente chama de *bordadeira*. Entendeu?

P. Você acha legal o serviço que você faz?

R. Ah, meu trabalho é uma coisa muito interessante ... é uma coisa boa, que depende de você, faz aquilo que sabe. Se você fizer o serviço bem feito, vai ser uma coisa sua, que você realmente faz. O ruim é o sol, a chuva... agora o serviço é uma coisa bem diferente, não é como essas outras turmas. As outras turmas é só cortar, carpir, cortar, carpir, a gente não, nosso serviço já é uma coisa bem feita. E um tipo de análise, porque é uma coisa que a gente começa cuidar desde pequena, a gente começa a ver a doença da cana desde pequena e vai indo, sabe} Quer dizer que é uma coisa mais assim, sabe? Mas o ruim é por causa do sol, ai... tem dia que o sol está demais.

As falas destas duas "meninas" revelam, primeiramente, um conhecimento fragmentado do processo de trabalho. Seu saber resume-se à prática do reconhecimento das doenças da cana e à contagem das canas com pragas. Aparentemente, é algo bastante simples. No entanto, um exame mais detalhado desta tarefa revela os seguintes elementos:

a) exigência de saber anotar e contar. Este fato exclui as mulheres analfabetas;

b) o trabalho tem que ser bem feito. Exige atenção e responsabilidade;

c) é exercido exclusivamente por mulheres, preferencialmente moças;

d) é um trabalho que exige assiduidade, já que é necessária a aprendizagem de um conhecimento transmitido mediante a prática. Portanto, a rotatividade deve ser bem menor do que em outras tarefas;

e) apesar de ser um trabalho perigoso, por causa do veneno, o risco de cobras no meio do canavial, é considerado leve, pelas mulheres, feitores e técnicos;

f) é um trabalho que, paradoxalmente, dá satisfação às trabalhadoras. Consideram-no um trabalho diferente, superior ao das outras turmas que só carpem e cortam.

Os qualificativos de um trabalho bem feito, leve, responsável, exigindo assiduidade e atenção estão relacionados às mulheres. Portanto, somente elas se mostram capazes de realizá-lo. Por outro lado, *vis-à-vis* as representações, é uma atividade que produz prazer. Estaríamos, aqui, diante de um paradoxo? Um trabalho alienado, fragmentado produzindo prazer?

Retomemos as palavras de Marli:

"... é um tipo de análise, porque é uma coisa que a gente começa a cuidar da cana desde pequena."

"Cuidar da cana" e detectar a doença da cana desde pequena revelam um cuidado com a reprodução, com a vida da cana. "Olhar a cana" e "cuidar da cana" são frases com significantes bastante precisos das representações destas "meninas". No tocante às percepções, elas assumem a cana como lhes pertencendo, dependendo delas, seu crescimento, sua saúde, enfim, sua vida. Haveria aí uma relação de apropriação (afetiva) característica do imaginário reprodutivo das mulheres? Até que ponto, elas assumem, em suas representações, a cana como sua criação? Até que ponto, cuidar da cana, olhar a cana, olhar as doenças por meio de um trabalho bem feito, responsável, representa um momento de ligação entre mulher e cana, mulher e natureza? Seriam estes os fatores de satisfação, de prazer, de momentos de desalienação?⁴

"Meu trabalho é uma coisa muito interessante, é uma coisa boa que depende de você, você faz aquilo que sabe."

4 Todas estas indagações referem-se ao processo de socialização das mulheres, à organização social de gênero e não à "natureza das mulheres", ou às determinações biológicas.

Ela não nega o saber. Ao contrário, ele é afirmado pelo ato do trabalho. Por isso, adquire os qualificativos de algo bom, interessante. Em nenhum momento, o fato de desconhecer os elementos técnicos e científicos que determinam a natureza de seu trabalho, impõe-se-lhe como algo negativo, até mesmo o uso do veneno sem as medidas de proteção adequadas não é percebido como algo danoso à saúde. Outro ponto a ser destacado é quando se refere à diferença do seu trabalho em relação ao das outras turmas (de bóias-frias) que só cortam e carpir.

"As outras turmas é só cortar, carpir, cortar, carpir, a gente não, o nosso serviço já é uma coisa mais bem feita."

A percepção da diferença é caracterizada não só pela diferença das tarefas e pelo seu conteúdo, como também pelos aspectos repetitivos de cortar e carpir. Neste sentido, ela repete estas duas palavras na sua fala, do trabalho das outras turmas. Ao contrário da repetição, seu trabalho é "uma coisa mais bem feita". A natureza da atividade desempenhada no Experimento produz, no nível das representações, os esquemas avaliativos, fundamentados nestas diferenças das atividades e das trabalhadoras. Atividades diferenciadas relacionam-se a turmas diferenciadas. Deve-se, ainda, destacar que as representações acerca do trabalho, como, por exemplo, as de um trabalho leve, coincidem com aquelas dos fiscais e supervisores. Em suma, pode-se dizer que as percepções destas "meninas" sobre o seu trabalho são constitutivas dos seguintes elementos: o trabalho liga-se à pessoa da trabalhadora e não se lhe apresenta como trabalho alienado, pois, se trata de um trabalho que lhe traz prazer, sendo considerado diferente e superior aos outros trabalhos de cortar e carpir; os efeitos negativos sobre o corpo não são percebidos como tais. Portanto, são percepções fragmentadas produzidas pelas relações de dominação nas quais se inserem, conquanto não tenham consciência delas. A positividade destas percepções é fruto, justamente, do desconhecimento das relações de dominação assentadas numa sorte de violência invisível, doce, que só pode existir, ao contrário da violência aberta (física), a partir do desconhecimento e do reconhecimento dos dominados.

Antes de se passar à análise dos outros agentes envolvidos neste processo de trabalho, vale a pena aprofundar alguns pontos que possam esclarecer a gestação e reprodução desta violência simbólica. O desconhecimento da violência assenta-se no seu reconhecimento, ou seja, em sua aceitação. Por sua vez, a aceitação faz parte do *habitus*, desta espécie de experiência duradoura constituinte das práticas sociais. Ao mostrar a satisfação no trabalho por meio do *habitus*, proveniente do cuidado com a cana, verifica-se que esta tarefa só existe como tal, na medida em que a trabalhadora assume o papel de maternar a cana, sendo responsável pelo nascimento-crescimento e saúde da planta. "Cuidar da cana" tem, pois, o significado profundo da maternagem, e é por isso que é um trabalho que proporciona satisfação. Amor, proteção, cuidado são elementos que definem o eu-feminino, diferentemente do eu-masculino, cujos referenciais são centrados num "ideal abstrato de perfeição". O eu-feminino está sempre referido ao ato de cuidar de outrem (Gilligan, 1991).

Quanto à questão, formulada anteriormente, se haveria uma ligação entre mulher e cana, mulher e natureza, remete-se às considerações feitas por Chodorow (1990) acerca das análises funcionalistas baseadas nas considerações biológicas da maternagem. Para esta autora, o ato de dar à luz uma criança é algo biológico e compete somente à mulher. No entanto, o ato de criar, de cuidar não se constitui como biológico. É um ato social decorrente da organização social de gênero existente em todas as sociedades, e não da fisiologia (p.37). Após uma longa digressão sobre inúmeros exemplos históricos e biológicos, a autora enfatiza que o argumento biológico não se sustenta ao responsabilizar a mulher, enquanto portadora de um instinto natural, pelos cuidados das crianças.

Verifica-se, então, que a trabalhadora internaliza o cuidado da cana como um verdadeiro ato de maternagem, não pelo instinto natural de ser mãe porque é mulher, mas pelos arranjos sociais existentes na sociedade, que definem uma divisão sexual do trabalho baseada nas diferenças biológicas entre homens e mulheres. Tais diferenças não causam a divisão sexual do trabalho. Elas são percebidas como tais. O que há, reitera-se, é uma determinação

social, que transforma as diferenças biológicas em causadoras desta divisão. Portanto, há, *vis-à-vis* as percepções, uma naturalização das diferentes tarefas exercidas por homens e mulheres. É justamente no bojo destas relações percebidas como naturalizadas, que reside o reconhecimento-desconhecimento da natureza das funções exercidas pelas "meninas do descarte". Sem este velamento das relações sociais, não existiriam as bases de sustentação da violência invisível (Bourdieu, 1976). O aprofundamento maior destas reflexões exige a análise das percepções dos outros agentes envolvidos, ou seja, dos homens que exercem o controle, portanto, situados em posição (de classe e de gênero) opostas às das "meninas".

Sobre as diferenças das atividades de homens e mulheres, o feitor do Experimento I respondeu:

R. No dos homens (II) só procura carvão. Agora no das mulheres são seis coisas: carvão, escaldadura, ferrugem (o mal da cana), o mosaico e a tiguera e tem a mistura também. São seis coisas, que tem que achar e cortar pra não atacar as outras. O carvão é o mais fácil, porque quando ele dá, sai um cordão preto na cana, então é fácil ver. Tem uns que dá bucha, mas que não soltou ainda. Então corta, mata com Roundap (o veneno). Faz o plantio e carpe. A carpa é quase igual às outras só que é mais caprichado no Experimento. Não pode cortar a cana com a enxada, se tiver mato na rua não pode cortar com a enxada, tem que tirar com a mão.

P. Por que esta divisão entre homens e mulheres?

R. Porque as mulheres têm mais *capacidade* de fazer este serviço das doenças do que os homens. Porque as mulheres são mais *atenciosas* pra esse serviço. Então localizou um caminhão só de mulheres pra isso e aí, os homens fazem outro tipo de serviço. Só quando planta e corta se mistura; só que no corte, os homens pegam de um lado e as mulheres do outro, mas no mesmo "taião" (talhão). Fora o plantio e o corte, aí é tudo separado, o serviço é diferente.

P. Os homens só olham o carvão?

R. Agora não mais. As mulheres olham tudo. Elas pegam uma rua, contam os metros que tem a rua. O levantamento é por metro. Então nós anotamos numa folha quantos metros tem a rua, a quantidade que foi retirada, aí passamos para o supervisor geral. Ele manda pro escritório. Aí eles fazem a soma e multiplicam por hectare.

P. Como é feita a seleção destas mulheres?

R. Elas têm primeiro que passar pelo exame médico que é obrigatório. Então a gente que é feitor, a gente vai *analisar a pessoa*. Se ela dá pro serviço,

se ela vai bem. Se não der, a gente é obrigado a chegar no supervisor e falar. Na usina, o supervisor pega mais quem ele já conhece. Eles preferem que seja conhecida de outras que já trabalham pra ele, porque uns que já estão trabalhando conhecem outras pessoas e mandam pra ele.

P. Nessa fase de experiência, quem lhes ensina o trabalho?

R. Aí tem as mais velhas de serviço. Aí a gente põe ela com uma hoje, fica dois dias com essa. Então pra ela mudar do sentido de aprender diferente, então outro dia, a gente põe outra. Então a gente repassa por umas cinco, sete pessoas. Fica até um mês aprendendo. Depois joga sozinha. Aí eu vou corrigir o serviço dela.

P. Por que este trabalho é considerado leve?

R. Falam que é leve porque é só andar, vai devagarzinho ... mas, conforme a cana, teve vez da gente fazer 60 ha por dia. Quer dizer que eu mesmo que sou feitor, chega no fim da tarde eu não estou agüentando.

P. Como se dá a distribuição das ruas para estas mulheres?

R. Nós temos uma moça que fica no caminhão para preparar o veneno para pôr nas bombinhas. Nós pegamos um "taião", vamos supor de baixo para cima, então elas chegam e vão pegando uma ou duas ruas cada uma. Então, uma fica no fim da rua. Essa é *apontadeira*. Então, por exemplo, uma mulher que achar 600 misturas, 200 carvão, 40 mosaico, 20 tiguera, chega na *apontadeira* e diz o quanto achou, e ela marca o número e o nome dela. A *apontadeira* ajuda também a distribuir as ruas. Então aquela folha do "taião chegado", ela passa pra nós. As meninas também fazem o levantamento dos *perfilhos*. Elas conferem as folhas, aí eu mando para o escritório. As que contam os perfilhos e conferem as folhas no fim da tarde e fazem o ponto são duas. Elas contam quantos perfilhos têm por metro. Perfilho é broto... Quando acabam, elas vão fazer o descarte ainda. Essas têm que ter bastante responsabilidade porque é devido ... tem que fazer seis pontos em cada "taião"; seis pontos em cada "taião"; então ela faz aqui um ponto de 50 m e marca quantos perfilhos, marca até fazer seis pontos no "taião". Aí soma os perfilhos, marca na folha da *apontadeira*. Aí quando fecha a folha, tem o número dos perfilhos e das manchas de outras doenças, as horas que foram gastas no "taião", aí, depois eu tenho que olhar e marcar um x se o "taião" está de cana boa, ruim ou média. Depois a gente manda pro escritório.

P. Estas meninas recebem salários iguais às outras?

R. É, elas ganham igual. Eu acharia que elas deveriam ganhar um pouco mais, porque é serviço mais difícil, de muita responsabilidade, porque além de ser responsáveis pelo levantamento dos perfilhos, elas são responsáveis pelo ponto à tarde, da turma. (Joaquim, 35 anos, branco)

Por meio desse depoimento verifica-se que a divisão do trabalho recai sobre os critérios de qualificação: a apontadeira, aquela que exerce o controle na folha a ser enviada à usina, deve possuir um nível de escolaridade que lhe possibilite tal tarefa; "as meninas" que contam os perfilhos em cada 50 m no talhão, e além disso contam as outras doenças. Finalmente, vem o trabalho do feitor, que além de supervisor, dá avaliação final do talhão. É interessante observar que a divisão do trabalho no talhão assenta-se sobre uma divisão de tarefas complementares e hierarquizadas, sendo espacialmente definidas. O talhão funciona, tanto no corte quanto no Experimento, como um atelier no conjunto espacial da cana. Em cada atelier, em cada talhão, há uma divisão do trabalho definida pela complementaridade, hierarquização de várias tarefas e pelo processo cooperativo do trabalho. Em cada talhão, produz-se a força combinada do trabalho social. O trabalho social no talhão liga-se, por intermédio dos supervisores, ao trabalho no escritório, localizado no espaço da usina propriamente dita. Escritório que possui, fundamentalmente, as funções do controle técnico da cana e do controle político sobre os trabalhadores.

O controle das trabalhadoras no Experimento é feito mediante o *ponto da turma*, em que se acha o *quantum* de trabalho de cada uma. Por intermédio do ponto, não se controla somente a presença, mas também a produção, elemento definidor do salário. No ponto está marcada a *gratificação* (ou não) que cada trabalhadora deverá receber. Ficam também evidenciados os critérios de seleção, conhecimento prévio das mulheres, a fase de treinamento, de aprendizagem do trabalho com outras mulheres (isto não representando nenhum custo à usina), as qualidades das mulheres para este trabalho específico e a definição do trabalho como leve. A maior intensidade da exploração do trabalho das mulheres pode ser confirmada pela busca de seis tipos de anomalias, ao passo que os homens só procuram uma, a mais fácil, o carvão (a planta torna-se preta). Esta maior intensidade da exploração opera-se pelas categorias representativas sobre as mulheres: são mais *atenciosas*, possuem *maior capacidade*, *maior responsabilidade*. Tudo isso exige um reconhecimento prévio, uma *análise da pessoa*. Todos os critérios classificatórios atribuí-

dos a estas "meninas" baseiam-se num conjunto de valores, de símbolos inscritos na materialidade de seus próprios corpos, reconhecidos pelos supervisores e também por outras mulheres.

Há uma identificação entre valor da força de trabalho e valor da pessoa que a possui. O trabalhador não existe só como força de trabalho, portador de uma mercadoria que possui um certo valor. Sendo inimaginável a força de trabalho sem a pessoa do trabalhador, deduz-se que não se pode desvincular valor da pessoa e valor da força de trabalho. É neste sentido que se entende o conjunto de atributos valorativos, atribuídos às "meninas do descarte", pelos representantes do controle da usina e a separação espacial e sexual nos Experimentos. Esses critérios valorativos, percebidos pelos homens do controle, não são criados por eles no momento do processo de trabalho. Eles fazem parte do conjunto das relações sociais de gênero que perpassam todo o tecido social. Constituem-se como uma força simbólica elaborada por relações de inculcação ideológica plenamente eficazes, necessárias para produzir os dispositivos sobre os quais se apóia a ação simbólica.

Essa ação simbólica caracterizada pela violência invisível, ingrediente do modo de dominação assentado sobre os atributos femininos - atenção, assiduidade, boa conduta, responsabilidade etc. -, garante maiores níveis de exploração, sem recorrer à violência física. E ainda mais: tal dominação, dissimulada pela comunicação, faz-se sob o desconhecimento pelas meninas deste processo e pelo reconhecimento delas pelos seus agentes. A eficácia dessa ação simbólica, por intermédio da violência, pode ser ainda mais aprofundada pelo depoimento do supervisor geral dos Experimentos I e II. É interessante observar que, à medida que os agentes se situam mais acima na hierarquia da organização deste trabalho, vão-se obtendo novos elementos acerca da compreensão das atividades nos Experimentos e das relações sociais aí existentes. Nesta entrevista, foi possível detectar outros pontos acerca da separação espacial e sexual nos Experimentos I e II.

Perguntas dirigidas a Joaquim (32 anos, branco), supervisor geral dos Experimentos I e II:

P. Por que homens e mulheres trabalham separados?

R. Nós temos uma equipe de mais ou menos cem pessoas que mexem com pesquisas. Os homens fazem uma parte e as mulheres, outra. As mulheres, o serviço delas é eliminar as doenças; então elas vão ali, procuram a doença, eliminam. Agora, os homens, o serviço deles é mais bruto, o que eles fazem mais é cuidar daquela área, carpir e plantar. Agora, a separação é o seguinte: neste setor é um setor diferente dos outros da usina; é um serviço que você tem que ter confiança no pessoal; onde trabalham homem e mulher juntos, você ... existe muito problema, como existem em muita firmas ... aí existem muitos problemas, por isso, resolvemos separar, porque antes, no começo trabalhavam juntos.

P. Que tipo de problemas houve?

R. Ah, você sabe. Onde existe mulher, sempre sai uma conversinha e num serviço desse, não pode, é um serviço que tem que trabalhar *com a cabeça*, é um serviço leve, mas requer muito da pessoa... O serviço é leve porque vai *andando* num "taião" de cana e vai *olhando* as canas doentes ... quer dizer, a única coisa que elas levam é uma bombinha com produto de jogar naquela cana doente ... eu reparei porque eu não podia confiar no trabalho de homens e mulheres juntos. Eu exigi da usina ... eu vi que as mulheres aprendiam com mais facilidade, aí eu tomei esta decisão de pôr as mulheres só pra fazerem este serviço porque elas são mais *atenciosas*; aí, eu separei e vi que as mulheres se adaptaram melhor àquele serviço.

Indagado sobre os problemas de ordem moral ou sexual, este supervisor afirma ter acontecido algumas vezes. Sobre a seleção, afirma ser feita por intermédio do escritório, que possui as fichas. Se as pessoas tiverem problemas relativos a brigas, desobediências, greves, são feitas anotações na ficha. Isto impede que a pessoa seja empregada novamente pela usina. A pessoa, segundo ele, fica *fichada*. No tocante à preferência por mulheres casadas, ele afirma ser em virtude delas possuírem maior responsabilidade, porque ao deixarem os filhos, elas "puxam mais no serviço, enquanto as mulheres solteiras só querem 'o luxo'". Quanto à obediência e separação entre homens e mulheres, ele afirma:

R. Já tive comentários dos feitores a respeito da obediência; as mulheres têm um pouco mais de obediência que os homens. Vamos trabalhar ... é uma vez só que falam pra elas. Os homens, você tem que falar um pouco mais.

P. Você avalia que foi boa esta separação?

R. Foi melhor pra mim, pros feitores e pra usina e pra elas também. O que tem de mulher atrás desse serviço não é brincadeira, porque elas sabem que é separado ... então, há uma procura muito grande. É uma turma que tem respeito...

Fica evidente por este depoimento que a divisão de trabalho nos Experimentos é definida pelos critérios relativos aos sexos. O supervisor insiste nos caracteres femininos, como atenção, mais facilidade. Quando se perguntou acerca dos "problemas" provenientes do ajuntamento de homens e mulheres, ele confirma os relativos à moral e ao sexo. A divisão sexual do trabalho é definida por relações sociais de gênero, nas quais estão presentes as relações de dominação e poder de um sexo sobre o outro. Além disso, o controle da sexualidade imbricado nestas relações passa a fazer parte do universo simbólico, que orienta as práticas destes agentes. Assim sendo, esta divisão sexual do trabalho, ao definir o trabalho das mulheres como leve, está impregnada de valores e símbolos, que justificam as práticas de controle tanto de gênero quanto de classe.

A decisão de separar espacialmente homens e mulheres partiu do supervisor. Ao tomá-la, ele reconheceu a maior produtividade das mulheres e passou a controlar não apenas o trabalho mas, sobretudo a sexualidade. Esta forma de controle moral, sexual, extravasa o processo produtivo. A "construção do sujeito moral" (Foucault) perpassa os dois espaços, havendo no espaço reprodutivo um velamento do controle por parte da usina. É um controle que atinge também o mercado de trabalho, o momento da seleção. O respeito, o controle moral acabam sendo benéficos a todos: a ele, à usina e às mulheres. Esta generalização dos benefícios da empresa aos trabalhadores traz um efeito altamente positivo não só em relação ao aumento da produtividade, à formação moral dos trabalhadores como também à reprodução das relações simbólicas, que discriminam homens e mulheres. Ao controlar o processo de trabalho, a usina detém em suas mãos as relações existentes entre os trabalhadores e os meios de produção e entre eles próprios. Cabe a ela juntá-los ou separá-los quando e como lhe aprouver. Quanto às trabalhadoras, fica-lhes a idéia de que esta separação é em razão do tipo de trabalho (leve), para "dar respeito" e por ser um trabalho que exige responsabilidade.

Ademais, a segregação sexual no local de trabalho é algo que está enraizado nos primórdios da organização fabril. Marx, em *O capital*, em diversos momentos, aponta para os desvios morais

provocados pelo ajuntamento de homens e mulheres nas fábricas. Do mesmo crivo de valor, não escapou Engels, em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, ao se referir à promiscuidade, ao número de jovens engravidadas por seus supervisores e colegas de trabalho.⁵ Num trabalho atual, Scott (1990) retoma tais questões a partir de uma crítica ao discurso da economia política francesa sobre as operárias, no período de 1840-1860. A autora mostra que as operárias eram associadas às prostitutas, recaindo sobre elas todo o crivo do discurso da moralidade e da sexualidade. Além de prostitutas, eram assimiladas a "operárias imperfeitas", a "antíteses das mães". Enfim, ao serem operárias, as mulheres deixavam de ser mulheres. Portanto, a segregação e o impedimento das mulheres ao trabalho se inseriam no discurso da economia política por um prisma moralizador e estruturador das relações entre os sexos. Seguindo a idéia inicial de que a construção do mundo social não se faz sobre um vazio social, podem-se ainda acrescentar outros elementos à correspondência entre segregação espacial e sexual nos Experimentos.

Ao analisar a sociedade Cabila, mas enfatizando que tais elementos existem como fundamentais, portanto, universais em todas as sociedades, Bourdieu (1972) identifica uma correspondência entre o "simbólico espacial" e o "simbólico sexual". Segundo o autor, a maior parte das distinções espaciais são estabelecidas em analogia ao corpo humano: dentro/fora, alto/baixo, direito/esquerdo. Assim, as mulheres são associadas ao mundo da casa (dentro) enquanto os homens ao mundo de fora. MacCoby (1990) ao analisar a construção do sexo como categoria social, mediante estudos com crianças a partir dos 33 meses de idade, conclui que a segregação entre os sexos não é algo que depende exclusivamente da repressão dos adultos, mas de materiais, segundo os quais as crianças constroem as categorias de sexo que guiarão seus comportamentos (p.24).

5 Sobretudo Marx via a presença das mulheres nas fábricas como uma degradação dos costumes, dos valores e da organização familiar. Segundo ele, a saída das mulheres da casa representava uma séria ameaça à educação dos filhos.

A contribuição das reflexões destes autores é extremamente importante à compreensão das relações existentes nos Experimentos, não como algo dado, mas algo existente num conjunto de relações que jamais podem ser adstritas à exploração de uma classe sobre a outra. Um outro elemento que ressalta da entrevista com este supervisor é relativo à maior obediência das mulheres. Neste sentido, a segregação contribui, sobremaneira, ao controle, posto que a desobediência dos homens exige outros recursos de dominação. Desse modo, a preferência pelas mulheres casadas, consideradas dóceis porque precisam trabalhar para sustentar os filhos, é justificada como sua iniciativa e não da usina. Pode-se dizer que tais agentes não são meros executores de ordens. Suas ações devem ser analisadas no conjunto de suas percepções. Eles introjetam a ideologia da empresa. São capazes de perceber, por intermédio de suas posições, o que é melhor para eles e para a usina. No conjunto dos atributos que recaem sobre as mulheres, o ato de falar muito é outro deles. No entanto, na atividade do descarte, exige-se que não se converse. Apesar disso, há preferência pelas mulheres. A fala de Marli revela que não se pode conversar porque o trabalho exige atenção, caso contrário, é preciso refazer a contagem das plantas acometidas pelas doenças:

"Que nem, um carvão é contado, você pega a rua, você tem que ir cortando e vai assim, e vai somando a quantidade, se você está ali contando, uma chega e diz tê, tê, tê, tê, tê ... aí, se você der atenção a ela, você pode até esquecer a quantidade que você contou e aí tem que voltar pra trás, ou tentar ter uma média do que você já contou... Voltar atrás não é certo porque atrasa mais ainda, então você tira a média. A gente está acostumada a fazer o serviço ... o certo é não conversar de jeito nenhum. A gente pode conversar quando chega no carreador, na hora do almoço."

Nota-se aí, que, no meio da cana, o controle do trabalho acaba recaindo sobre a própria trabalhadora. Há uma interiorização deste controle, já que o feitor fica nos carreadores, nos limites do talhão. Quando conversa, distrai-se. Neste caso, há duas alternativas: voltar ou "fazer uma média". Somente aquelas que já estão "acostumadas", bem treinadas no trabalho poderão idealiz-

zar esta média. Este ponto revela uma vez mais a importância que assume esta turma fixa para a usina. A aprendizagem vai se dando com a prática. Trabalhadoras bem treinadas possibilitam o aumento da produtividade e da intensidade do trabalho. Este treinamento representa a *sociação* para o trabalho, que além do ato do próprio trabalho, inclui o comportamento e a postura durante a operação.

Cada trabalhadora é responsável por duas ruas de cana; isto significa um trabalho cooperativo e não independente. Há a exigência da seqüência de atos e gestos simultâneos controlados por elas próprias, apontadeiras, e pelos feitores, técnicos, supervisores e escritório. O autocontrole durante o ato do trabalho transparece no momento da crítica àquelas que conversam, aos "tê, tê, tê, tê..." que obrigam "voltar pra trás" ou "fazer uma média". Para aquelas que não conversam, que não se distraem, que fazem o serviço bem feito, há a recompensa da gratificação. Um outro elemento, que se sobressai deste depoimento relativo à configuração social do talhão, é o carreador. O carreador, além de ser o limite entre os talhões, é o lugar do descanso na hora do almoço e da merenda, em que se pode conversar. Sendo um trabalho realizado no meio de cana fechada, isto é, com folhas, a vigilância é diferente daquela que se processa no corte da cana queimada. Neste último caso, há uma visibilidade total dos trabalhadores. Os feitores podem se locomover, freqüentemente, para controlar o trabalho. No caso da cana com as folhas, torna-se impossível aos feitores controlar simultaneamente todas as trabalhadoras. Por isso, a criação dos novos mecanismos de gratificação, treinamento, preferência por mulheres, inserem-se no contexto da não-neutralidade do mercado de trabalho, isto é, dos elementos valorativos aí presentes, como já foi mostrado.

Todas estas particularidades, ao invés de serem meramente acidentais, assumem uma importância enorme para a compreensão do modo de dominação aí existente. Não se trata de compreendê-lo pelo prisma de uma relação mecanicista, baseada na coerção, no consentimento e na adesão. A violência invisível subjacente a esta dominação é muito mais que isso. Nas palavras de Bourdieu,

a violência simbólica impõe uma coerção que se institui através do reconhecimento imposto, onde o dominado não pode deixar de concordar com o dominante quando ele dispõe, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, apenas de instrumentos de conhecimento que ele possui em comum (com o dominante), os quais constituem a forma incorporada da relação de dominação. (1990b, p.10)

Portanto, há uma interiorização dos atributos femininos, tanto por parte dos homens quanto por parte das mulheres, fundamentada numa percepção comum, compartilhada por ambos os sexos, percepção esta que incorpora as diferenças. Esta percepção, fruto da organização social de gênero, define as relações entre as mulheres e os homens, entre as próprias mulheres e os próprios homens.

A incorporação da dominação, elemento fundamental da violência invisível, pode ser ainda analisada por intermédio do emprego de mulheres grávidas nesta atividade. As entrevistas com Marli e o supervisor revelam os aspectos do consentimento e da dissimulação.

Perguntas dirigidas a Marli.

P. Tem mulher grávida que trabalha com vocês?

R. Tem umas que trabalham até os sete meses. Depois elas tiram licença. Depois, voltam.

P. No caso da mulher grávida, elas podem aplicar o veneno?

R. Tem umas que sim, tem outras que não. Que nem teve uma que até deu baixa, ela estava engordando demais. Ela foi ao médico, ela não estava podendo, o cheiro do veneno estava fazendo mal pra ela. Então, era o seguinte, ela não trabalhava, ela ia com uma de nós que usava a bomba, ela não usava, ela ia, mais era pra olhar, pra mostrar a doença, falar que estava doente e a gente cortava e aplicava o veneno, só. E ela estava passando mal porque o Roundap não tem aquele cheiro ruim, sabe. Mas, acho que devido à gravidez, né? Mas ... agora, tem umas que trabalham até ... quase perto de ganhar (o nenê), normal, não sente nada.

P. Aplicam o veneno?

R. Aplicam o veneno e tudo.

P. E já aconteceu algum caso com mulheres que tiveram problemas com a criança, depois da criança nascida?

R. Não, nenhuma.

Ao ser inquirido sobre a existência de mulheres grávidas na turma, já que ele prefere as casadas, o supervisor disse:

"... eu penso que no escritório eles não registram a mulher se ela falar que está grávida."

Tudo leva a crer que, a gravidez é "escondida" pelas mulheres no momento do registro, mas, desde que ocorra depois do registro, a usina não a dispensa. Tanto as meninas quanto os feitores afirmam que não há uso de protetores contra o veneno. Sobre a existência de problemas de saúde, em virtude do uso deste veneno, o supervisor disse:

"Uma vez, tive um problema com uma mulher ... ela teve uma coceira. Aí, nós levamos ao médico, mas essa mulher parece que já tinha esse problema, não era por causa do veneno, é porque essa mulher abusava ... Tem um cara do setor de segurança que está sempre conversando com elas, mostrando a importância ... o problema. Esse veneno lá, nosso, se beber ... *pra ter problema mesmo tem que tomar cinco litros*. Tem uma pessoa pra preparar as bombinhas, porque não tem jeito ... mulher se você falar assim ... vamos pôr uma máscara na boca, vamos usar uma capa, se você fizer isso, não fica uma na turma. Uma vez, nós fizemos, compramos luva, capa ... ah, ninguém quis: dez minutos, porque começa a suar tudo ... no tempo do calor, elas começam a suar e arrancam pra lá. Então, nós mudamos, antes, a bomba era carregada nas costas, agora usamos uma bombinha de regular ... se tiver algum problema com a bomba, têm muitas de reserva ... se tiver algum vazamento, se molhar ... vai lá e troca. Tem o feitor e os técnicos pra verem tudo isso."

Pode-se observar que os riscos de acidentes recaem sobre os trabalhadores. Este depoimento do supervisor resguarda a usina de quaisquer possíveis danos. Sobre o uso de máscara, afirma Marli:

P. Além da luva, vocês usam máscara?

R. Não, máscara não. Não foi adotado. Eles estavam fazendo experiência com uns óculos. Com óculos, por causa de ... às vezes ... passar a cana no olho ... Mas, não deu certo, porque é o seguinte: a cana de manhã, é úmida por causa do orvalho que cai à noite ... então, se você entrar com aqueles óculos no meio da cana, embaça tudo e você não vai enxergar nada ... então eu nem sei se vai ser aprovado ... no caso, eu e a maioria de nós tudo, usamos o seguinte. A gente leva um pano, que é amarrado aqui (no rosto, embaixo dos olhos), quer dizer que só fica a parte do olho, né? Então protege muito bem, pra não riscar o rosto, porque agora, têm pessoas que não usam, então tem

que ir levando a mão e tirando as folhas da frente. Porque senão... agora é uma coisa mais cansativa, agora que nem eu amarro o pano e tudo bem ... você tem que colocar a atenção no que está fazendo, assim você não machuca o olho...

A proteção é admitida pelas próprias trabalhadoras como incômoda: caso dos óculos que embaçam. Protegem-se a seu modo, com um pano, que evita riscar o rosto, mas não os olhos. Estes só são protegidos com atenção e esta depende delas. O desconhecimento dos efeitos do uso do veneno (algumas vezes, provoca coccias, segundo elas) é parte do saber fragmentado que possuem do processo de trabalho como um todo. A existência de mulheres grávidas manejando o veneno é mais uma consequência deste não-saber, não-saber que impede qualquer resistência, ou não-aceitação a este estado de coisas. Não-saber necessário a este modo de dominação. Aliás, este não-saber é reconhecido por elas, como já vimos, e pelo próprio supervisor, como se pode apreender do depoimento seguinte.

P. Eu estive conversando com algumas mulheres e elas não sabem dizer exatamente como é o trabalho. É isto mesmo o que ocorre?

R. É isso mesmo. Não tem condições delas saberem, teria que ter uma aula muitos anos, pra ensinar a elas o programa. Mas, não tem condições e também não é tão importante assim. Fica muito caro pra usina fazer esse tipo de trabalho. Então, o importante é ir lá, elas sabem que descarte é uma coisa só o ano todo, é eliminar doenças. Uma vez por mês, a gente reúne, elas falam como está. A gente faz um levantamento de quantas (doenças) acharam, de quem achou mais, de que achou menos ... pra pagar um pouquinho a mais pra aquela que achou mais ... gratificação a mais, porque quanto mais eliminar, melhor. O importante é eliminar aquela doença. Então, não seria tão importante pra elas saber porque é muito difícil, tem até técnico ali do lado que até hoje não entendeu ... Sou eu que resolvo os problemas ... quando eu não sei ... eu vou ao agrônomo.

P. E o laboratório de análise? Você trabalha lá?

R. Não, lá são os técnicos da usina. Quando levo material meu lá, aí vai gente do meu setor a fazer aquela pesquisa daquele material, mas é o laboratório que faz a análise. Eles trabalham na usina, pra usina.

P. Quem é esse pessoal do seu setor que vai analisar o material?

R. É o técnico. É o ajudante. É o rurícola. Agora, pra pesquisa de solo, nós temos uma "menina" que nós treinamos e quando precisa fazer uma pesquisa de solo, ela vai e ela mesma analisa. Ah! não precisa de técnico, ela antes era rurícola, da lavoura ... agora ela está no laboratório.

A divisão do trabalho reproduz a divisão do saber, a fragmentação do saber. A integração entre agricultura e indústria manifesta-se na relação entre Experimento (área rural) e Laboratório (área da usina propriamente dita). Tem-se a divisão do trabalho cooperativo da jornada combinada de trabalho. Cria-se uma força de trabalho social, nascida no próprio processo da cooperação, entre os trabalhadores. Tudo isto escapa ao conhecimento dos trabalhadores envolvidos nas diferentes tarefas. As "meninas do descarte" ocupam os primeiros lugares deste longo processo que é a produção do açúcar e do álcool pelas usinas. Sabem apenas que seu trabalho é detectar as doenças da cana. Segundo os supervisores, que também não sabem muito a respeito, elas não precisam saber mais, porque se trata de algo difícil. Até mesmo os técnicos o desconhecem. Ao portarem o veneno, não enxergam nele nenhum prejuízo à saúde, mesmo se estiverem grávidas. Percebem o trabalho como algo bom, que lhes dá prazer, gratificação. Mediante esta atividade, se forem ótimas trabalhadoras, podem ir à praia, algo impensável às demais trabalhadoras rurais. Poder conhecer o mar, ser considerada como trabalhadora responsável, atenciosa, obediente, assídua, eis os laços invisíveis desta trama de dominação, cuja eficácia só existe porque eles são desconhecidos mas reconhecidos. São verdadeiros gestos simbólicos que funcionam como "lubrificante social" e que tornam "doce" a exploração (Thompson, 1976). Segundo este autor, esta violência doce era, ao lado da violência aberta, uma das principais peças do teatro montado pela *gentry*, burguesia agrária inglesa dos séculos XVII e XIII, para a dominação da plebe. No entanto, este teatro teve que conviver com o contrateatro montado pelos dominados. Este autor enumera os ingredientes desta resistência da plebe por meio da violência anônima caracterizada pelo sacrifício de carneiros pertencentes à *gentry*, por cartas anônimas de ameaças, pela queima de antigos símbolos e pelo porte de outros etc.

No que tange às mulheres bóias-frias, em virtude do controle explícito e da dominação aberta a qual estão submetidas, pode-se detectar a construção deste contrateatro sobretudo na esfera do trabalho (Silva, 1990). Mais adiante, serão mencionados outros elementos deste contrateatro.

Quanto às meninas do descarte, tal situação não foi detectada pela pesquisa. Ao contrário. O contrateatro da esfera ruidosa dos "bóias-frias" parece não lhes dizer respeito. Por isso, consideram-nos como sendo os outros, os que só cortam e carpem. Estas reflexões demonstraram que os mecanismos de poder e de exploração, tornados doces, suaves, por intermédio de uma violência invisível, não foram criados a partir do maquiavelismo da empresa, nem de seus agentes e nem preexistiam em suas cabeças como algo consciente, como modelos a serem seguidos. Na realidade, trata-se de um processo construído a partir das relações de gênero e de classe, ou melhor no seu entrecruzamento. É neste *nó* que são forjadas as experiências destas mulheres.

experiência (é) um complexo de efeitos, hábitos, disposições, associações e percepções significativas resultando de uma interação semiótica entre o *self* e o mundo exterior. (Lauretis, 1987b, p.18)

Esta mesma autora insiste em que esta constelação ou configuração de efeitos significativos muda constantemente e é continuamente reformada para cada sujeito, segundo seu engajamento na realidade social. Outro dado importante são as freqüentes alusões à sexualidade, aliás à divisão espacial do trabalho *vis-à-vis* os sexos, explicada pela necessidade de respeito às mulheres. A experiência delas está profundamente ancorada neste controle. Dessa sorte, as experiências do gênero são "os efeitos significativos e auto-representações produzidas no sujeito pelas práticas socioculturais, discursos e instituições devotados à produção de mulheres e homens" (p.18). Este complexo de hábitos, percepções, significados, que engendra um sujeito como mulher ou como homem não surge na relação de produção, no interior da unidade da produção. São relações de poder, regidas por leis e normas, tradições e hábitos (Lobo, 1991, p.171).

O talhão com as meninas do descarte representa o microcosmo destas relações de representação e auto-representação. Ainda segundo Lauretis, um sujeito é constituído em gênero não apenas pelas diferenças sexuais, mas "mais por meio de linguagens e representações culturais; um sujeito *engendered* na experiência de raça e classe ... um sujeito, portanto, não unificado, mas antes múltiplo e mais contraditório do que dividido" (p.1).

Sem a utilização da força física, as meninas do descarte apresentam um enorme rendimento. São preferidas pela usina. Graças a estas relações sociais existentes, baseadas neste conjunto de representações aludido ao longo deste capítulo, são estruturadas as assimetrias de gênero e classe. Esta análise demonstrou também que, além das diferenças de gênero no interior da classe, há diferenças entre as próprias mulheres. Além dos dois sexos no interior da mesma classe, há duas classes no interior do mesmo gênero. As meninas do descarte, uma espécie de aristocracia operária, constituem-se num conjunto diferenciado em relação às demais trabalhadoras rurais.

Divisão espacial e divisão sexual do trabalho, espaços masculinos e femininos, controle do trabalho exercido pelos homens, nada disso surge por acaso ou por uma racionalidade absoluta da empresa. A decisão de separar homens e mulheres partiu do supervisor e não do escritório da usina. A primeira vista, pode-se pensar numa prática baseada na improvisação. No entanto, não é isto que ocorre. As relações sociais não são construídas num vazio e nem segundo o ensaio e erro. É o caráter semiótico destas relações que permite a compreensão das práticas dos sujeitos envolvidos. Estas relações são mediadas pelas representações que circulam pelo simbólico e são carregadas de significados (Saffioti & Almeida, 1995, p.24).

Finalizando, pode-se dizer que os dois modos de dominação, de classe e de gênero, são responsáveis pela eficácia das "meninas do descarte". Torna-se evidente que os critérios de seleção recaiam sobre um pequeno grupo de eleitas, não somente pelos qualificativos exigidos, como também pela não aceitação destas normas por muitas delas. Por esta razão, há a necessidade de formar turmas fixas e não volantes. Ademais, esta atividade continua sendo, essencialmente, feminina. Como será demonstrado no final deste trabalho, com a mecanização do corte da cana, as mulheres foram alijadas desta tarefa, restando-lhes apenas aquelas referentes ao plantio, descarte e coleta dos pedaços de cana deixados pelas máquinas e guinchos (as bitucas). O uso de agrotóxicos tem provocado muitos problemas de saúde para as trabalhadoras. Entrevistas mais recentes feitas com mulheres que trabalham nas

estufas, onde se preparam as gemas para a obtenção das mudas, no plantio e no descarte, têm revelado que elas estão sendo acometidas por doenças, como: câncer na garganta, inflamações nos pulmões, pneumonia freqüente, além de alergias e outras doenças do aparelho digestivo. Muitas delas, em razão do precário estado de saúde, foram dispensadas do trabalho, sem aposentadoria ou qualquer outro direito trabalhista, não possuindo mais capacidade para nenhum tipo de atividade, até mesmo as domésticas. Estas mulheres estão sobrevivendo graças à ajuda de vizinhos e alguns parentes.

O "BOM CORTADOR" DE CANA

O ato de cortar cana resume-se à seqüência de gestos, curvatura do corpo, manejo do podão, destreza, rapidez, dispêndio de força. É necessário cortar um certo *quantum* de cana, diariamente, que é determinado pela usina. Ademais, exige-se um corte de boa qualidade: alguns centímetros acima do chão para facilitar uma excelente rebrotação, o aparar das pontas, montes ordenados para facilitar o carregamento feito por máquinas. Tudo se passa de uma forma combinada. Corta-se, formando-se vários montes. No final da rua, volta-se e se aparam as pontas. Reinicia-se o processo nas outras cinco ruas, até acabar o talhão. O trabalho do cortador de cana combina-se àquele do seu precedente, desenvolvido pela equipe do fogo e aos dos seus sucessores: bituqueiros, sinalizadores, aparadores, carregadores, transportadores.¹

Todos estes trabalhadores combinam-se, por sua vez, àqueles da parte industrial, desde o descarregamento, controle de sacarose, moenda, pasteurização, aquecimento, evaporação, centrifugação, destilação (no caso do álcool). Em virtude da cana não poder, em regra, ultrapassar as 72 horas depois de cortada sem ser

1 *Bituqueiros*: os que recolhem os restos da cana deixados pelas carregadeiras; *sinalizadores*: os que, munidos de uma bateria, emitem sinais, durante à noite, para orientar os caminhões que transportam a cana; *aparadores*: os que aparam as canas que saem fora das grades dos caminhões transportadores.

moída, sob pena de perder o teor de sacarose, a intensidade do trabalho na parte agrícola é também determinada pela parte industrial.

Como já foi analisado, o controle e a disciplina no ato do trabalho são exercidos por um pessoal especializado: fiscais, feitores, encarregados. Estes controlam os níveis de produtividade, a qualidade do corte, a medição da cana cortada, o registro da quantidade cortada por trabalhador. Forma-se, assim, a força produtiva do trabalho social. É a combinação das forças reguladas pelo tempo. Essa combinação ocorre graças aos mecanismos de controle criados no próprio processo de trabalho. Da mesma forma que a matéria-prima (cana) é controlada técnica e cientificamente, portanto, socialmente, os trabalhadores são submetidos a uma dura disciplina, cujos resultados são o aumento dos níveis de produtividade. O manejo rápido do facão permite um corte rápido e ordenado. A postura ideal é conseguida no pico da safra, em geral. Neste momento, completa-se a fase de "treinamento" do corpo, desaparecem as dores da coluna, "a gente acostuma". O mecanismo de controle externo acaba sendo introjetado pelo próprio trabalhador, de tal forma que ele se transforma em autocontrole, deixando de ser um controle de atos para ser do próprio indivíduo. Isto é conseguido por intermédio da forma de pagamento (por tonelada) e também pela concorrência velada que se estabelece entre os trabalhadores, diferenciando-os, hierarquizando-os. Produz-se, assim, a figura do "bom cortador de cana", aquele que corta em torno de dez toneladas diárias. Aqueles que estão muito abaixo desta média sentem-se incapazes, envergonhados, inferiorizados. Pelo jogo desta quantificação, os aparelhos disciplinares hierarquizam, mediante a emulação, os "bons" e os "maus" indivíduos. Por meio "dessa microeconomia de uma penalidade perpétua", opera-se uma diferenciação que não é dos atos, mas dos próprios indivíduos, de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível ou valor (Foucault, 1983, p.161-2). Este controle disciplinar onipresente, visível, é apenas parte de uma rede de controle disciplinar produzida fora do espaço produtivo. As figuras do "bom" e do "mau" cortadores de cana são produtos de cálculos e pesquisas de engenheiros e médicos, cujo objetivo é construir um perfil

delineado segundo categorias analíticas e quantificáveis tais como: idade, peso, estado civil, número de consultas médicas, cor. Na safra de 1985-1986, o perfil dos vinte trabalhadores, que mais cortaram cana, apresentava-se assim:

a) quanto à idade, entre 19 e 29 anos: 16 trabalhadores (80%); os demais (4) inseriam-se na faixa entre 30 e 35 anos;

b) quanto ao estado civil: 14 eram solteiros (70%); os demais (6) eram casados;

c) quanto à cor: 4 (20%) mulatos; 7 (35%) negros; 9 (45%) brancos;

d) quanto ao peso, entre 60-65kg: 14 trabalhadores (70%); entre 66-67kg: 5 trabalhadores. Apenas 1 apresentava-se com o peso de 75kg;

e) quanto à consulta médica: 6 deles realizaram consultas durante a safra e um deles realizou 4 consultas;

f) quanto ao sexo: todos eram do sexo masculino;

g) quanto à procedência: todos eram mineiros do Vale do Jequitinhonha.

A presença do médico não preenche apenas a função de providenciar a cura dos corpos doentes. Ele funciona como elemento fundamental na triagem dos corpos, mesmo antes deles serem postos em atividade. Os corpos chagásicos, os fracos, os velhos, os muito jovens não vão para o corte. Destinam-se, por ordem médica, a outras funções: faxineiros, cozinheiros, membro das equipes de fogo, sinalizadores, ajudantes no interior da indústria. O saber médico recomenda mediante testes ergométricos, psicológicos, físicos, a melhoria dos recursos humanos à disposição da usina para a consecução da formação de corpos bem treinados para o trabalho. Segundo informações obtidas, tendo por base um projeto de pesquisa sobre o trabalhador rural da usina (cujo nome se omite), eram os seguintes os quesitos deste perfil:

1 "necessidade de realização (fazer as coisas bem feitas, com persistência, capricho, seriedade e confiança)";

2 "necessidade de afiliação/tendência ao 'bom mocismo', mesmo quando isto interfere no trabalho bem feito";

3 "internalidade (motivação a assumir responsabilidades e a acreditar na possibilidade de interferir em seu próprio destino, nas coisas que lhe acontecem)";

4 "auto-estima (autoconsciência e satisfação com sua maneira de ser)";

5 "atividade (gosto pela ação, pelo exercício físico, resistência, gosto pelo trabalho)";

6 "valores pessoais (honestidade, independência, lealdade, afabilidade - características estas que poderão interferir na atividade do trabalhador diante do trabalho e da empresa";

7 "crença na justiça da norma da equidade (aceitação da distribuição proporcional das recompensas de acordo com o mérito de cada um)";

8 "capacidade de adiar recompensas (disposição do indivíduo de sacrificar um pequeno benefício imediato em prol de uma recompensa maior no futuro)".

Este programa constitui-se numa prática extremamente importante à formação do trabalhador e sua conseqüente transformação em bom cortador de cana. Segundo os dados obtidos, dentre os vinte melhores do *ranking* na safra de 1986, o primeiro classificado cortou 1.803,45 toneladas e o vigésimo colocado 1.470,99 toneladas.

Todavia, a modelagem destes corpos não visa somente à produtividade e produção. Este programa, na verdade, é um instrumento de medida de controles físico, orgânico, psicossocial e moral, impregnado de valores ideológicos (burgueses e individualistas) tais como: crença na justiça, tendência ao "bom mocismo", crença na interferência no próprio destino, princípios de lealdade, honestidade, capacidade de adiar recompensas, auto-estima. Estes

elementos formadores deste "sujeito moral" são necessários ao funcionamento do corpo mas, sobremaneira, existem como predisposição para o dispêndio da força e energia.

Tudo se passa como se fosse um comando único, surgindo do próprio indivíduo, não exteriorizado. Fiscais, médicos, enfim, toda a hierarquia de controle do poder, constituem uma "pirâmide de olhares", em que não se visa à punição.

"Aqui não se manda ninguém embora. A gente conversa, mostra o certo, dá conselhos. Mandar embora, só em último caso." (Técnico de segurança da usina).

Objetiva-se o aprimoramento, o perfil de um trabalhador ideal, exemplar, fragmentado para tarefas fragmentadas, obediente, dócil, heterônimo. Buscam-se, no interior de cada segmentação, a conformidade, a aceitação das regras. Esta racionalidade da empresa contrasta com a anarquia dos primeiros tempos apenas aparentemente. Na realidade, os métodos racionais foram sendo gestados no interior da aparente imprevisibilidade praticada por "gatos", empreiteiros, agenciadores. É necessário não esquecer que a "civilização da usina" - expressão inspirada em Leite Lopes - possui uma história relativamente curta. As mudanças provocadas assumiram formas gigantescas. No que tange à figura do "bom cortador" de cana, bem como ao comportamento exemplar das "meninas do descarte", nota-se que, paulatinamente, a usina vai-se apropriando destes métodos irracionais e racionalizando-os.

O fato dos "bons cortadores" serem todos jovens, do sexo masculino, mineiros e, majoritariamente, negros e mulatos, revela alguns pontos importantes. A maioria dos agenciadores só poderia levar em torno de nove mulheres em cada caminhão (hoje, as mulheres quase não são mais empregadas nesta atividade), segundo ordens do escritório. Em virtude do ritmo intensíssimo do corte, muitas mulheres e homens não conseguiam atingir a média estipulada, variando em torno de 6 a 7 toneladas por dia de cana cortada. Para corrigir esta insuficiência, os (as) mais "fracos (as)" levavam consigo uma outra pessoa para ajudá-los(as) no corte. É uma prática conhecida como "baião de dois". Esta outra

pessoa geralmente era parente, filho, filha, esposo, esposa. Nestes casos, o "pirulito" referia-se apenas à pessoa contratada. Evidentemente, esta prática dependia da aceitação do agenciador, já que o não-registro de trabalhadores era proibido pelas usinas. Notou-se também que, quando os trabalhadores não conseguiam a média, eram punidos mediante a prática do "gancho". "Ficar de gancho" significa ficar suspenso por três dias do trabalho. Muitas mulheres e homens, com idade acima de 40 anos, reclamavam muito desta prática, estendida à imposição de cortar a cana até três centímetros do rés-do-chão, para evitar a perda de sacarose e também cortar as pontas antes de amontoá-las, evitando, assim, a prática do "deixar telefone", que consiste em cortar as pontas de uma única vez nos montes. Esta prática aumenta a produtividade do trabalho, mas, em contrapartida, traz prejuízos à usina, uma vez que as pontas comprometem o teor de sacarose. Portanto, a exigência é que as pontas sejam cortadas uma a uma, antes de serem lançadas nos montes.

Essas sutilezas do processo de trabalho da cana aumentam a necessidade do controle, da disciplina. Se as normas comportamentais expostas forem introjetadas pelos trabalhadores, torna-se evidente que o trabalho será bem feito mediante a domesticação do corpo e do espírito. A produção da figura do "bom cortador" contém germes de uma verdadeira segmentação do emprego de homens, fortes, jovens e dotados de uma moral, que coincide com os desejos da usina. Os fracos, os mais velhos, as mulheres são descartados deste modelo. Por conseguinte, a figura do "bom cortador" constitui o germe da segmentação, atualmente reproduzida pelo processo de exclusão, provocado pelas máquinas-cortadoras de cana. Esta afirmativa não é paradoxal, na medida em que a fabricação do "bom cortador" não é só para cortar cana, mas se trata de um "sujeito moral", de um trabalhador cujo corpo e espírito estão dotados dos elementos necessários à execução das tarefas. É uma modelagem que engloba, *mutatis mutandis*, todas as funções da polivalência do trabalho. Um outro dado importante é a procedência do "bom cortador", bem como sua cor negra ou mulata. O recrutamento destes trabalhadores já foi amplamente analisado em outros trabalhos (Silva, 1990a e 1991a). No entanto, alguns esclarecimentos ainda são necessários. Com a expropria-

ção das chapadas e, em muitos casos, das grotas, e com a extinção dos contratos dos agregados (Moura, 1988), intensificou-se enormemente a migração dos camponeses do Vale do Jequitinhonha. De acordo com os dados disponíveis da pesquisa, desde os anos 40, já havia migração sazonal para a região de Ribeirão Preto (Silva, 1995). Os que migravam trabalhavam na colheita do café e também no corte da cana, colheita de algodão, amendoim. Sem dúvida alguma, a intensificação deste processo, a partir dos anos 70, deveu-se à expropriação havida nas terras de origem e ao aumento da demanda desta mão-de-obra provocada pelo processo de modernização e pelo Proálcool em 1975.

A maior parte dos migrantes é constituída por homens jovens, mas também por mulheres, crianças e adultos. Estes últimos destinam-se mais às fazendas de café. Ao corte, são destinados, prioritariamente, os mais jovens, dotados de maior força para o trabalho. As formas de recrutamento são as mais diversas: muitos vêm sós, outros em família, outros são arregimentados pelos "gatos", que empregam os mesmos critérios de reconhecimento utilizados pelos "gatos" e agenciadores da região. No início deste processo, as usinas e as fazendas enviavam caminhões e ônibus ao Vale para trazerem os trabalhadores. Com o passar do tempo, o mercado de trabalho foi se estruturando e surgiram os "gatos" do local, representantes das usinas e fazendas. As mesmas considerações feitas anteriormente sobre os "gatos" desta região aplicam-se àqueles outros. Trata-se da mesma figura ambígua. Recebe da usina a incumbência de agenciar uma cota x de trabalhadores. No Vale, esta cota é expressa pelo "gato" como um número x de "cabeças".² O arrebanhamento destas "cabeças" leva em conta os seguintes critérios: as mulheres não são aceitas; os homens acima de 35 anos também não são aceitos, assim como os "maus", aqueles que criam encrencas. Este crivo é feito mediante uma verdadeira rede de relações, que escapa ao poder da usina, mas não do agenciador. Ele (re)conhece todos os trabalhadores, por meio de uma verdadeira rede: donos de armazéns, botecos instalados nos

2 Este é o termo utilizado por estes agenciadores, o que sugere a preocupação com a quantidade, além da desqualificação dos trabalhadores como pessoas.

inúmeros povoados da extensa área rural do Vale. Estes (re)conhecem os "bons" e os "maus", aqueles que pagam as contas, mesmo com juros extorsivos. A função do agenciador é, primeiramente, percorrer os povoados, "dar a notícia" nos botecos e armazéns, fixar o número de "cabeças", local e data da partida. Salário, preço da passagem, às vezes local de trabalho, não são informados. No dia combinado, num ônibus fretado pelo agenciador, inicia-se a viagem até o local de trabalho. Neste momento, a cadeia de dependência dos trabalhadores em relação ao agenciador aumenta. É ele quem empresta dinheiro para deixar com a família endividada ou mesmo para pagar as despesas durante a viagem. Este empréstimo é descontado, juntamente com outros, como por exemplo a compra de carteira de trabalho para os menores de 16 anos, nos primeiros pagamentos. Juros cobrados, preços da passagem e da carteira não são predefinidos, os trabalhadores desconhecem-nos, eles apenas aparecem descontados.

"Nós assinamos o cheque, ele desconta, tira a parte dele e dá o resto para nós."

No entanto, ele possui outras atividades. Após a chegada, duas ou três vezes por semana, o agenciador percorre os alojamentos das usinas para onde são levados os trabalhadores,³ para ver se não há problemas, se está tudo em ordem, se não há coisa "errada". Verifica se todos estão trabalhando, se há problemas em virtude de bebedeiras, muito embora chegue, em alguns casos, a manter um boteco nos alojamentos, cujos produtos têm preços superiores aos das cidades. Além deste papel negativo, esta figura desempenha outros, considerados positivos e necessários. Constitui-se um elo entre cá e lá, entre os camponeses e sua família. É por seu intermédio, seu endereço pessoal, pois mora na cidade, que são enviadas ou que chegam as cartas e/ou notícias de cá e lá. Se alguém morrer, ele é o primeiro a ser contatado. Também é ele quem "levanta o moral da turma", "que anima", "que dá espe-

3 Há alojamentos com capacidade para alojar até mais de mil trabalhadores. Em virtude da ocorrência de "quebra-quebras" nos barracões, as usinas construíram no meio dos canaviais, longe das cidades, alojamentos para os migrantes.

rança", "que sempre diz que a safra vai acabar logo e que eles estarão com a família". É o animador. É o "quebrador de galhos" quando consegue "comprar" a carteira para os menores, quando consegue "empregar alguém". Sua trajetória é a mesma dos "gatos" da região. Trata-se de um ex-camponês migrante, trabalhador da usina. Auto-representa-se como um ótimo trabalhador que fez sacrifícios, que economizou e que "subiu" na vida, graças ao trabalho árduo e honesto. Mineiro, necessariamente. Homem de confiança da usina. Figura a ser imitada pelo seu desempenho.

A produção da figura do "bom cortador de cana" pode ser comparada a do "homem valioso" produzida por Taylor. A solução taylorista, enquanto gerente da *Bethlehem Steel Company*, ao supervisionar o carregamento de ferro gusa à mão, foi a mais simples possível para aumentar a produtividade dos trabalhadores. Braverman (1987) apresenta um longo excerto extraído de *The Principles of Scientific Management* no qual Taylor descreve os métodos utilizados para aumentar o carregamento de ferro de 12,5 toneladas por dia para 47 toneladas por dia. Segundo seu relato, o primeiro passo foi a *relação científica* com o operário, seguindo uma regra inflexível, que era a de conversar com cada homem por vez, seguindo as particularidades de cada um, evitando tratá-lo como massa. Após observar os 75 homens do grupo considerado por três ou quatro dias, foi escolhido o primeiro deles, um holandês de origem rural denominado por ele, Schmidt, para servir de exemplo aos demais. A primeira preocupação era conhecer o caráter desse indivíduo:

Foi feito um meticuloso estudo de cada um desses homens. Estudamos sua vida tanto quanto possível e mediante inquéritos feitos quanto ao caráter, hábitos e ambições de cada um deles ... A nossa tarefa era fazer com que Schmidt carregasse 47 toneladas de ferro por dia, e torná-lo alegre com isso. (Braverman, 1987, p.96)

A entrevista com Schmidt é bastante interessante, na medida em que o objetivo era transformá-lo em modelo a ser seguido pelos demais. A conversa inicia-se com a pergunta: "Schmidt, você é um homem valioso?". Diante da surpresa do entrevistado, a pergunta foi repetida outras vezes. Em seguida, outra pergunta

acerca do salário, se ele queria receber \$ 1,85 ou continuar recebendo \$ 1,15 como os demais colegas baratos. Diante disso, Schmidt concorda que era um homem valioso e que queria receber \$ 1,85 por dia. Em seguida, Taylor mostra-lhe a tarefa a ser desempenhada durante todo o dia, bem como o homem a quem deve obedecer, sem reclamações:

Bem, se você é um homem valioso, você fará exatamente como esse homem lhe disser amanhã, de manhã à noite. Quando esse homem lhe disser para andar, você anda, quando lhe disser para sentar, você senta e você não lhe responde ... e eu saberei ... se você é um homem valioso ou não. (p.97)

Taylor prossegue em sua avaliação afirmando que Schmidt não era um homem extraordinário e sim rude, uma espécie de boi, um retardado mental, e o importante era fixar suas metas em torno dos \$ 1,85. Logo depois deste treinamento, "um homem após outro foi escolhido e treinado para carregar ferro à taxa de 47,5 toneladas por dia até que todo o ferro gusa foi carregado a esta taxa" (p.98).

Cotejando esta experiência taylorista em aumentar a produtividade do trabalho a partir do esforço intensivo do próprio trabalhador, fixado nos elementos valorativos "do homem valioso e não-barato", com o perfil do "bom cortador de cana", vêem-se muitas similitudes, tais como: valorização (ideológica) do trabalhador, pagamento por produção aos superiores, fixação de metas precisas, valorização do dispêndio de força física, um tipo de boi adestrado para produzir força.

Os camponeses provenientes do Vale do Jequitinhonha pré-selecionados pelo "gato" são "avisados que só vêm para trabalhar". Trabalham em turnos noturnos, aos domingos e feriados. Dificilmente saem dos alojamentos durante o tempo de descanso. O fato de os alojamentos serem construídos no espaço da cana, longe das cidades, é um indicador de se tratar de um espaço fechado para facilitar o controle e a disciplina. Portanto, a produção do "bom cortador" de cana insere-se num verdadeiro *sistema de controle* por parte da usina, em que não só todas as tarefas são minuciosamente controladas, não deixando ao trabalhador nenhum poder de decisão, como também os próprios trabalhadores, mediante a sujeição de suas vontades e adestramento de suas

aspirações. Em se tratando de jovens mineiros provenientes de uma região paupérrima, negros ou mulatos, no final da safra, regressar com algum dinheiro, roupas novas, e até motos (conseguidas pelos "bons cortadores"), representa uma ascensão social, uma conquista enorme. Durante nossa permanência no Vale do Jequitinhonha, foi possível observar que vir para São Paulo, "quando completar idade" é o sonho de todos os meninos. São Paulo apresenta-lhes a única saída diante da miséria na qual vivem, sendo-lhes uma espécie de ilusão necessária:

Nem sempre prestamos atenção aos significados que o fascínio dos óculos escuros tem sobre migrantes temporários ... os óculos escuros dão ao trabalhador uma face nova, uma máscara que define as pessoas no grande mundo das mercadorias (e da cidade), um novo modo de ser visto com a máscara da "coisa" neste mundo de relações sociais coisificadas e de concepções coisificadas. É um ingrediente de nova identidade ... E a constituição do sujeito como objeto visível para os outros e para si mesmo ... E que o maravilhoso que falseia a realidade do trabalhador migrante, faz parte de sua nova verdade, de sua nova alienação. (Martins, 1988a, p.6)

A metáfora dos óculos escuros é perfeita para a análise que está sendo desenvolvida. A figura do "bom cortador" de cana, daquele que sobreviverá apenas algumas safras, já que, em breve, estará esgotado pelo esforço intenso e será substituído por outros, produz o sujeito mediatizado pelas mercadorias paulistas. Voltar ao Vale, travestidos destas mercadorias, significa para eles o sucesso e, sobretudo, a identificação com este outro mundo e a negação do mundo "atrasado", miserável de onde eles precisam sair. Desta sorte, a transformação do espírito, a fabricação do homem valioso, são práticas necessárias para se conseguir o que alarmava La Boétie no século XVI: a servidão voluntária. Sua grande inquietação era responder a esta questão: por que os homens servem a um tirano, por que eles se submetem. Uma das respostas era a de que o costume era responsável, ou seja, a servidão assumia uma espécie de naturalização.

A migração rompe com as formas de dominação pessoais do grande fazendeiro (Moura, 1988; Martins, 1988a). No entanto, o

trabalhador liberto destas amarras é introduzido em outro sistema de exploração-dominação, complexo e baseado numa rede de poderes que extrapulam o espaço geográfico da usina e chegam até a região do Vale do Jequitinhonha. O escritório da usina representa a gerência segundo a concepção bravermaniana.⁴ O perfil do "bom cortador" de cana, produzido pela usina, preenche os princípios básicos do controle, elemento central da organização do trabalho. Os princípios tayloristas eram baseados na dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores. O processo de trabalho deve ser independente do ofício, da tradição e do seu conhecimento. Outro princípio, segundo Braverman (1987), poderia ser chamado da separação da concepção e execução (p.103-4), que se ligaria a um terceiro (p.108), que é a utilização do processo de trabalho enquanto pertencente à mente de uma equipe especial de gerência e não mais aos trabalhadores.

No caso da cana, tanto os "bons cortadores" quanto as "meninas do descarte" encaixam-se nestes três princípios básicos, mediante os quais o controle é executado pela utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução. No que tange às "meninas do descarte" e aos "bons cortadores" de cana, as relações de dominação de classe cruzam-se com as de gênero e de raça/etnia. São relações específicas surgindo no bojo da organização do trabalho da cana. Portanto, são as organizações sociais de gênero e raciais que produziram a divisão sexual e a divisão entre "bons" e "maus" trabalhadores segundo princípios de idade e regionalidade.

Estes dois modelos exemplares de trabalhadores criados no seio das relações de classe, gênero e raça/etnia permeiam todas as filigranas das relações de dominação nas quais se inserem as múltiplas faces do poder da usina. Do mesmo modo, estes dois modelos revelam a dinâmica dos dois pólos: o capital e o trabalho.

4 O verbo *to manage* (administrar, gerenciar), vem de *manus*, do latim, que significa mão. Antigamente, significava adestrar um cavalo ... Como um cavaleiro que utiliza rédeas, bridão, esporas, cenoura, chicote e adestramento desde o nascimento para impor sua vontade ao animal, o capitalista empenha-se, através da gerência (*management*), em controlar (Braverman, 1987, p.68).

Sustenta-se, aqui, a tese segundo a qual estes dois pólos acham-se constantemente *in flux* (Saffioti & Almeida, 1995). Assim sendo, o volante precisou passar por um processo de habituação para ser transformado em "bom cortador" de cana; as relações de gênero favoreceram a emergência de uma violência invisível incrustada no processo de trabalho; o "gato" foi transformado em agenciador em virtude das contradições da lei; a usina criou o escritório, modernizou sua gerência por intermédio da área de recursos humanos com médicos e técnicos especializados. Aos poucos, a fase de aparência anárquica dos primeiros tempos foi sendo substituída pelos métodos criados pela racionalidade capitalista. As antigas máscaras foram sendo substituídas por novas e as formas disciplinares foram obtendo novos contornos.

Desta longa discussão sobre a formatação do "bóia-fria", podem-se extrair os seguintes elementos conclusivos:

1 As relações de exploração-dominação não são criadas pelo capitalista, não existem num vazio social, e nem se resumem às relações econômicas tão-somente. Estrutura e sujeito acham-se em constante movimento contraditório.

2 As relações sociais existem no bojo do processo de velamento-desvelamento. Ou seja, nem sempre há resistência imediata à exploração-dominação. A resistência não é uma resposta mecânica, funcional, ao poder. Quando se trata de dominação simbólica, há necessidade da aceitação-reconhecimento-desconhecimento por parte dos dominados, para que a violência invisível ocorra.

3 A organização do trabalho não contém apenas regras objetivas e racionais. A execução de um trabalho bem feito, o aumento da produtividade exigem a submissão da vontade do trabalhador, portanto, de suas condições subjetivas.

4 Os agentes do controle sofrem metamorfoses segundo a dinâmica das relações sociais.

5 As formas de dominação pessoal do mundo de antes foram substituídas por outras mais complexas, racionais ou não.

6 As leis como expressão das relações sociais foram de suma importância para a descaracterização dos trabalhadores e para a negação de suas identidades.

7 A divisão sexual do trabalho e a divisão entre trabalhadores "de fora e do lugar" só podem ser entendidas no contexto deste processo de exploração-dominância que não se reduz ao ato produtivo, mas atinge a vida do trabalhador fora deste espaço.

8 A acumulação deste capital é fruto não da divisão do trabalho, mas deste processo de dominação-exploração mediante as distintas formas de controle.

9 O real não pode ser apreendido em sua pretensa exterioridade ou objetividade. É necessário compreendê-lo enquanto representação do real.

10 Finalmente, podem-se estabelecer três ciclos, não excluídos entre si, deste processo de dominação-exploração: ciclo de disciplinarização de corpos e almas; ciclo de disciplinarização extensiva, atingindo o espaço reprodutivo e o ciclo de objetivação-interiorização, caracterizado mais pelo momento atual da máquina. Estes três ciclos guardam semelhanças com as formas de disciplina no processo capitalista do trabalho das fábricas francesas analisadas por Gaudemar (1991, p.85 ss.).

A fim de se dar conta do aprofundamento da análise destes três ciclos, os quais, reitera-se, não são excluídos entre si, nos próximos episódios serão revelados outros elementos do controle, além das formas de exclusão já existentes desde o início deste processo, mas intensificadas, agora, com as máquinas e outras formas de resistência e submissão. Se a verdade objetiva do trabalho, segundo o conceito bourdieuniano tem que ser conquistada contra a verdade subjetiva, isso, necessariamente, pressupõe um ato de força contínuo. Mesmo que haja a habituação, que nada mais é do que o investimento do mundo social que predispõe o indivíduo a aceitar a dominação-exploração, mesmo que "meninas do descarte", bons cortadores de cana e Schmidts sejam fabricados como modelos, sempre haverá necessidade de uma disciplina

constante, por meio dos mais diferentes métodos, para que a verdade subjetiva seja contida. Nesse sentido, este sistema realiza-se num campo conflituoso manifesto por intermédio de formas as mais diversas, desde a aceitação, a internalização de regras, normas, condutas, ganchos, listas negras, brigas, quebra-quebras, ameaças de incêndios dos canaviais até explosões de greves como as de Guariba em 1984 e 1985. Em se tratando de um campo social em que existem as três organizações sociais que se cruzam formando o *nó*, como já foi mostrado, não há uma simples funcionalidade entre dominação e revolta. A incidência das três organizações sociais não se faz de maneira similar. Ela varia de acordo com as relações sociais e as situações vivenciadas e experimentadas. Não se trata de seres passivos, mas de relações assimétricas que se reproduzem em condições históricas específicas.

A postura aqui defendida é a de que a vida social é processo, é devir, portanto, constitui-se de elementos interagindo no seio de relações contraditórias. Às vezes, em certas situações, emergem conflitos de gênero, em outras, os de classes, ou de raça/etnia. No que tange às "meninas do descarte", são os atributos de gênero os responsáveis para que a exploração e a divisão sexual ocorram daquela forma. Em contrapartida, o "bom cortador de cana" é modelado pelo gênero masculino e por outros atributos sociais. A análise do contradiscurso, da revolta deve, necessariamente, levar em conta este caráter multifacético dos sujeitos. Para isso, torna-se evidente a exigência de situar-se num outro ponto de observação, para se perceber a pluralidade das ações sociais.

Dessa sorte, da mesma maneira que a usina investe na produção das figuras do "bom cortador de cana" e das "meninas do descarte", ela esbarra no mau desempenho de muitos outros: aqueles que não comparecem ao trabalho às segundas-feiras, aqueles que apresentam baixa produtividade, aqueles que criam problemas, que "não mexem o corpo", que realizam quebra-quebra nos alojamentos, que escondem bebida alcoólica no meio do canavial, que "deixam telefone", que participam de greves, que reclamam no momento do acerto, que vão à Junta Trabalhista e assim por diante. Todas estas situações traduzem as relações de força deste processo contraditório. A recusa pode se produzida em momentos

inusitados. A este respeito, reporta-se a um episódio ocorrido numa usina, envolvendo trabalhadores migrantes. Em virtude da morte de um deles, ocasionada no momento em que colocava fogo no canavial (há muitos casos de queimaduras graves e mortes nesta tarefa), houve uma manifestação de um grupo de mais de quinhentos trabalhadores para que o corpo fosse transportado ao local de origem, no Vale do Jequitinhonha, portanto a mais de 1.000 km de distância. Ante a recusa da usina, os trabalhadores, reunidos no necrotério da cidade, ameaçaram atear fogo aos canaviais. Diante de tal ameaça, a gerência determinou que, as reivindicações fossem prontamente atendidas, além de assumir todas as despesas com o traslado e sepultamento do corpo do trabalhador.

Este acontecimento revela uma face escondida do processo de dominação da vontade subjetiva do trabalhador. Na verdade, o inaceitável não era a morte provocada pelo fogo, porém, o fato do trabalhador ser enterrado em outro lugar, longe de sua terra de origem. A representação do lugar, da terra de origem, constituiu-se um elemento central da identidade destes trabalhadores. Expressões como "o lugar da gente", "a terra da gente", "aqui não é a terra da gente", formam o conteúdo do processo de re-enraizamento, momento que corresponde à negação do desenraizamento imposto. Vários depoimentos apontam para o sentimento de saudade da terra, da família e a esperança da volta. Portanto, a partida é sentida como partida-regresso, como cíclica, sempre pronta a se repetir. Uma espécie de utopia, de mito do eterno retorno acha-se incrustado nas paredes destas relações de representação social. Assim, pode-se compreender a reação de revolta social ante a decisão da usina em determinar que o trabalhador fosse sepultado "na terra que não é da gente". Se tal fato viesse a ocorrer, haveria a morte do mito, da utopia. Cessaria a esperança. Foram estes elementos escondidos, não compreendidos pela gerência da usina, que detonaram o processo de recusa coletiva. O regresso definitivo do morto ao lugar de origem sintetiza o reencontro eterno com a "terra e o lugar da gente". Residem, aí, os componentes semióticos do processo de alienação-desalienação e da aceitação-recusa.

SEGUNDO EPISÓDIO

O "ESTRANHO" NA CIDADE

"Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nesta terra, porque não sabia como ela era nem onde era ... E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias ... Retardaram-se temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinhá Vitória e os dois meninos."

Graciliano Ramos, *Vidas secas*.

GENTE DOS "PAISES" DO NORTE

No período de 1960-1980, 2,5 milhões de pessoas deixaram a área rural do Estado de São Paulo. Este enorme êxodo superou a grande migração de 1,5 milhão de negros do sul para o norte dos EUA, no período de 1916-1930 (Wacquant, 1993, p.43-51). Aquela situação provocou um quadro de desruralização e urbanização crescentes em todo o Estado. No que tange à região de Ribeirão Preto, em 1980, a taxa de urbanização era em torno de 84,33%, sendo considerada uma das mais altas do Estado (Motta & Quinteiro, 1983, p.61). Este estudo do SEADE conclui que houve uma grande concentração populacional imigrante em muitos municípios desta região, sobretudo Ribeirão Preto, São Carlos e Franca. O crescimento deveu-se ao aumento vegetativo e, a partir de 1980, também ao aumento migratório. Quanto ao saldo migratório, nesta região, até 1970, o comportamento era negativo, muito embora declinando a cada década. No período de 1940-1950, houve um declínio do saldo migratório de 216.020 pessoas; no período de 1950-1960, esta cifra cai para 61.517 e no de 1960-1970, para 42.848. Em 1970-1980, o saldo migratório é positivo, atingindo o número de 119.951 pessoas. Segundo a mesma fonte, a dinâmica migratória da região nas décadas de 1970-1980 não se generaliza para todas as cidades. Algumas apresentaram saldos migratórios negativos e outras positivos. Esta

diversidade está relacionada à natureza do produto agrícola. Nas cidades onde predomina a cultura canavieira, em virtude da necessidade de mão-de-obra, sobretudo na colheita, houve um maior fluxo migratório. De acordo com as informações do censo de 1991, a região de Ribeirão Preto apresentou uma enorme taxa de crescimento anual, em torno de 2,58%, enquanto a do conjunto do Estado foi de 2,02%. Em se tratando das cidades com grandes concentrações de trabalhadores rurais, têm-se os seguintes resultados: *Américo Brasiliense*, cuja população saltou de 11.871 pessoas para 20.016, o que representou um crescimento anual de 4,86%. Em *Altinópolis*, a população passou de 12.744 para 13.521 habitantes, o que significou um crescimento anual baixo, em torno de 0,53%. A cidade de *Guariba* obteve um crescimento anual da ordem de 3,88%. A população de 18.983 passou para 28.743 habitantes neste período; *Dobrada* obteve 4,20% de crescimento anual, passando a população de 4.385 para 6.901 pessoas. Em *Pradópolis*, a população aumentou de 7.837 para 9.865 pessoas, com uma taxa de crescimento anual em torno de 2,11%. A população de *Serrana* passou de 14.336 para 23.151 habitantes. O crescimento de *Araraquara* foi da ordem de 2,39%. A população subiu de 128.109 para 166.190 habitantes.

No que tange aos trabalhadores rurais, eles passaram a se concentrar nos bairros periféricos das cidades médias e nas chamadas cidades-dormitórios. Objetiva-se, neste momento, tecer algumas considerações sobre estas cidades da civilização da usina em contraposição àquelas da civilização cafeeira.

De um modo geral, elas surgiram no período do avanço do café nesta região, sobretudo com a extensão das estradas de ferro. Preenchiam funções completamente diferentes das de hoje. Na época da civilização cafeeira, a área rural era densamente povoada e as cidades preenchiam funções complementares em relação às fazendas e sítios. Esta complementaridade era produto de uma divisão social do trabalho entre cidade e campo assentada em formas diferenciadas daquelas que ocorrem atualmente (Monbeig, 1952). As cidades eram locais onde os habitantes da área rural compareciam, aos sábados, trazendo seus produtos para serem vendidos e comprando outros que não eram produzidos nas uni-

dades produtivas. Os habitantes dedicavam-se às atividades comerciais, serviços e pequenas fábricas.¹ O autor refere-se à sociabilidade desenvolvida nestas cidades, especialmente aos sábados, e à presença de inúmeras carroças e charretes dos habitantes da área rural. Nas cidades menores, predominavam as vendas, lojas, alguns bancos e serviços e, nas maiores, havia também muitas fábricas.² Na área rural, predominavam as colônias nas grandes fazendas e as casas isoladas dos sitiantes e parceiros espalhadas por toda a região. Pode-se dizer que, na civilização cafeeira, a configuração espacial era baseada nesta *complementaridade entre cidade-campo* no seio de uma divisão social do trabalho, determinada pela produção dos meios de subsistência da maioria dos trabalhadores e demais residentes do campo.

Do ponto de vista cultural, as festas religiosas ocorriam ou nestas cidades ou nos bairros da área rural. A passagem da civilização cafeeira para a civilização da usina implicou um processo extremamente rápido do ponto de vista do tempo histórico, marcado pela destruição e *desestruturação do universo cultural desta região*. A civilização da usina correspondeu a um processo *homogeneizador* imposto sobre os destroços do antigo universo cultural dos ex-colonos, parceiros, sitiantes e fazendeiros de café. As cidades-dormitórios, as periferias das outras cidades, o mundo rural despovoado e coberto pelo verde dos canaviais, laranjais e cafezais são as duas faces deste processo.

Portanto, ao se falar em cidades-dormitórios, necessariamente, há de se levar em conta o processo histórico que resultou na transformação das antigas cidades da civilização cafeeira em cidades-dormitórios ou bairros de periferia. Tanto o bairro de

1 Uma descrição pormenorizada do modo de vida destes sitiantes nesta época, acha-se em Muller (1952).

2 A título de exemplo, pode-se citar a cidade de São Carlos, onde havia uma infinidade de fabriquetas cuja produção atendia às populações rurais e cidades vizinhas. As alfaiatarias tinham seus fregueses tanto na área rural quanto na urbana. O mesmo ocorria em relação aos fabricantes de presunto defumado. Nestes dois casos, as trocas eram feitas na cidade ou por meio da ida dos vendedores destes produtos à área rural. O comércio era na cidade ou ambulante (Madureira, 1989).

periferia quanto a cidade-dormitório são, pois, resultantes deste processo. Não se trata de empregar expressões tais como "o campo se urbanizou" no sentido que o processo integrador da agricultura à industrialização resultou num domínio sobre aquela. Esta questão é muito mais profunda, indo além das interpretações mecanicistas em que o capital dominou o campo e vice-versa. É necessário verificar que, ao serem destruídas as antigas bases de sustentação econômica da civilização cafeeira, houve um aprofundamento da divisão social do trabalho e também da divisão territorial do trabalho. Esses processos foram simultâneos, pois a mudança da maneira de produzir foi seguida do êxodo rural, da perda da produção de subsistência por parte dos trabalhadores inseridos em relações não totalmente monetarizadas.

Houve, então, uma reestruturação espacial tanto em relação ao campo, como em relação às cidades. Reestruturação não entendida, aqui, com base no despovoamento de um e no povoamento do outro. *Reestruturação econômica, espacial cultural e social.* Produziu-se uma nova "leitura do espaço". O traço mais marcante desta nova "leitura do espaço", no tocante ao campo, foi o desaparecimento da paisagem e do *habitat* da civilização cafeeira. Percorrendo os milhares de hectares cobertos por canaviais nesta região, percebe-se, tão-somente, a uniformidade e homogeneidade da mesma paisagem. Muitas das antigas sedes de fazendas desapareceram. Outras transformaram-se em alojamentos para os trabalhadores, provenientes de outras regiões. No rol da destruição, muitos engenhos de cana e até mesmo antigas usinas foram destruídas pelas máquinas. O mesmo ocorreu com as casas e colônias dos sítiantes e trabalhadores, respectivamente. Tem-se conhecimento de uma antiga usina destruída, a Usininha, próxima ao município de Serrana. A Usina Amália, no município de Santa Rosa do Viterbo sofreu uma profunda transformação. Esta última (pertencente ao *Grupo Matarazzo*) era conhecida na região pelo fato de possuir uma forma bem específica de organização espacial. Ao lado da usina, foi erigida a vila operária habitada pelos trabalhadores da área industrial. Havia casas de comércio, escolas, hospital, sala de cinema, áreas de lazer, além da sede da fazenda, o palacete, possuir uma arquitetura semelhante aos palácios dos

nobres europeus. Após uma greve ocorrida em 1966, o Conde Matarazzo determinou a destruição das casas dos colonos e sua conseqüente expulsão. Muitos deles compraram os materiais das casas em que residiam e os levaram para as cidades, onde passaram a viver. Um outro exemplo similar de destruição refere-se a uma colônia com trinta casas numa fazenda no município de Franca, no início dos anos 70. Segundo o depoimento do fazendeiro comprador desta fazenda e responsável pela demolição da colônia, ele o fez para não ter problemas com possíveis tentativas de trabalhadores residirem naquelas casas. Segundo ele,

"eu só encontrei lá um preto velho morando numa das casas. Eu mandei ele sair e dei ordem pra entrar as máquinas."

Uma outra usina da década de 1940 também possuía a mesma organização social que as vilas operárias ao redor da sede da fazenda, com capela, espaços de lazer. Trata-se da Usina Tamoio, situada próxima a Araraquara. Nesta usina, apesar de desativada, não houve a destruição das construções. A prática da destruição das construções, enfim, das marcas da história objetivada pelo emprego de máquinas, não é algo peculiar destes usineiros. Basta lembrar a história de expropriação dos pequenos *farmers* norte-americanos, relatada por J. Steinbeck, no romance *As vinhas da ira*. Recentemente, os jornais de São Paulo publicaram a destruição de 90 mil habitações de moradores nas usinas de Pernambuco e Alagoas.³

A destruição da história objetivada por máquinas tem, além dos efeitos materiais, conseqüências de ordem simbólica. O espaço, as coisas, os objetos, a natureza são lugares que estão gravados na memória. Muitas vezes, eles funcionam como verdadeiros detonadores da memória individual e também coletiva, em que cada aspecto, cada detalhe tem sentido para os que vivenciaram situações comuns (Halbwachs, 1990, p.133). A destruição do

3 "As usinas fazem a demolição freqüentemente com o trabalho dos próprios moradores expulsos que, em alguns casos ficam com sobras de tijolos, telhas e madeiras, utilizadas para construção de uma nova casa na cidade mais próxima" (*Folha de S.Paulo*, 28 maio 1995, *Caderno 1*, p.18). Com isso, estão desaparecidos os arruados, pequenas vilas existentes nas fazendas.

espaço tem, pois, fundamentalmente, o efeito desagregador e espoliador das lembranças. "As pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória" (Bosi, 1987, p.363).

O passado dos lugares, das casas, dos objetos é condição básica do enraizamento. O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória. Portanto, a ação das máquinas, ao provocar demolição, arrasando os terrenos, não tem somente o efeito de expulsar os moradores das casas, mas expulsar de suas lembranças, de suas memórias, os espaços da sociabilidade, do modo de vida, da cultura, enfim, da própria experiência vivida, enquanto significados. Ao chegarem à cidade, mesmo que levem tijolos, telhas das antigas casas, os trabalhadores não conseguem recriar o espaço de antes. As pedras já não estão nos mesmos lugares, pois estes já não existem mais, as máquinas os destruíram. Este processo guarda fortes semelhanças com o exemplo histórico da acumulação primitiva, descrita por Marx. Também naquele momento, a transformação dos campos e das terras comuns em pastagens para ovelhas ocorreu mediante o processo de homogeneização do espaço após a desestruturação daquele anteriormente existente. Da mesma forma, os campos de eucaliptos no Vale do Jequitinhonha substituíram as Chapadas, "a terra que foi Deus quem fez", as terras comuns dos camponeses.

A "leitura do espaço" rural de antes, com as sedes das fazendas, das colônias, as casas dos sitiantes e parceiros e do urbano com as pequenas cidades cujas atividades eram complementares às produzidas no campo,⁴ seguiu-se uma outra "leitura", definida pelas imensidões dos canaviais, entrecortados pelos laranjais e poucos cafezais, em que, segundo um antigo morador, "até mesmo os pássaros foram embora", e pelas cidades-dormitórios encravadas no mundo espacial dominado pelas fazendas, indús-

4 Borges (1989) descreve o processo de acumulação primitiva na região de Lins em vários momentos: primeiramente, a destruição dos indígenas e mais tarde a expropriação e expulsão dos pequenos sitiantes, sobretudo japoneses. Neste processo devastador, um grande fazendeiro local ao apropriar-se das terras dos sitiantes, promoveu a destruição da Vila Dinízia, mediante a soltura do gado em suas terras. Também aí, ocorreu o processo de homogeneização do espaço.

trias e usinas. Assemelham-se a cidades fortificadas, a verdadeiras prisões. Ao invés das pedras, o verde destes produtos constitui-se em suas próprias muralhas, em seus próprios guetos. A fim de se aprofundar um pouco mais estas reflexões, é necessário mostrar e apontar para as diferenças entre estas cidades, enquanto espaços sociais.

No que tange aos espaços sociais, parte-se da concepção de Bourdieu (1984), segundo a qual tais espaços são multidimensionais, ou seja, os ocupantes das posições dominantes e dominadas engajam-se em diferentes formas de lutas. Essa definição sugere o abandono de muitas interpretações, que consideram o econômico como o elemento absolutamente determinante das relações sociais e das considerações apoiadas tão-somente na verticalidade das relações sociais. Ou seja, além das lutas de classe, as outras decorrentes das organizações de gênero e raça/etnia não devem ser desprezadas pela análise. Assim sendo, apesar de existir uma estrutura econômica assentada na modernização da base produtiva e na concentração da propriedade da terra nesta região, não se pode considerá-la homogênea. Da mesma forma, as cidades, apesar de terem passado por profundas transformações ocorridas no bojo destas mudanças na base produtiva (rural e urbana) não são possuidoras de uma única função: sediar a moradia dos "bóias-frias" que trabalham na área rural. É necessário não abstrair da análise os aspectos de natureza histórica que privilegiam as diferenciações. Só assim serão evidenciados os elementos contraditórios e diferenciados presentes nas relações entre esses dois espaços, bem como as relações freqüentemente conflitivas advindas do cotidiano e da sociabilidade no espaço reprodutivo. Algumas destas cidades podem ser equiparadas a verdadeiras vilas-operárias, sem cessão de moradia.⁵ Todas elas originaram-se do período da civilização cafeeira. Com o domínio da civilização da

5 Em algumas delas, por exemplo, Santa Ernestina, existem vilas da usina destinadas aos trabalhadores qualificados, como técnicos e supervisores. É comum os engenheiros e administradores morarem nos "bairros" com construções de alto padrão na área da usina. Estes "bairros" distribuem-se de acordo com o grau de qualificação dos funcionários.

usina, sofreram remodelações em virtude da divisão territorial do trabalho, leia-se, divisão realizada pelas indústrias, usinas e fazendas, de tal forma que cada uma delas *serve* a uma determinada empresa ou mais empresas. Algumas representam verdadeiras seções da empresa, verdadeiros quintais. A cidade de Pradópolis encaixa-se neste exemplo. É conhecida como o "quintal da Usina São Martinho". Nelas além de residirem os trabalhadores, estão os hospitais com os quais as empresas mantêm convênios particulares. É sede do poder local, muitas vezes, dominado pelo poder político das empresas. Muitos sindicatos sediados nas cidades sofrem o controle dos representantes da empresa. É também sede do poder policial necessário ao controle de sindicatos combativos (Ferrante, 1989) e organizações ligadas à Igreja progressista. Espacialmente, não formam um todo homogêneo. Em quase todas elas, existe o lugar dos "bóias-frias" e o lugar dos "moradores" da cidade. Talvez uma das exceções seja Barrinha, onde há um certo espalhamento de todas as camadas sociais por toda a cidade.

Em Altinópolis, os "bóias-frias" residem no "outro lado" da cidade: a CECAP e a Vila Maria. Em Serrana, eles também se concentram mais na periferia da cidade. Altinópolis não é uma cidade-dormitório tal como Barrinha, Serrana, Guariba, Américo Brasiliense, Dobrada etc. Nela residem, além das pessoas que se dedicam ao comércio e serviços de um modo geral, os fazendeiros do município. Por se tratar de um dos municípios que mais produzem café no Estado de São Paulo, as arrecadações em impostos, de uma forma ou de outra, possibilitam maiores investimentos na infra-estrutura urbana. Trata-se de uma cidade cujo perfil difere totalmente das demais. Mesmo o bairro dos "bóias-frias" não apresenta as condições precárias dos outros. As ruas são asfaltadas e servidas por redes de água, esgoto e eletricidade. As casas da Vila Maria não foram feitas de barro, como em Dobrada e Guariba, como será visto mais adiante. Casas, em geral, construídas pelos ex-colonos e parceiros, provenientes do próprio município ou dos circunvizinhos na época da erradicação dos velhos cafeeiros no final da década de 1960 e início da de 1970. Nos anos 80, com o aumento do processo de expulsão dos trabalhadores residentes,

ocasionado pela mudança na maneira de produzir no café e pelo avanço da cultura canavieira no município, foram ocupadas novas áreas próximas à Vila Maria, dando origem ao Bairro da CECAP, construído pelo sistema do extinto BNH. Muitos dos moradores deste bairro são também provenientes de outras regiões do país, entre elas, o Vale do Jequitinhonha, sul da Bahia, norte do Paraná e outros estados do Nordeste. São migrantes para os trabalhos nos períodos de safra, e quando conseguem trabalho durante a entressafra, acabam residindo definitivamente na cidade.

Pode-se dizer que Altinópolis, apesar de ser uma cidade pequena, com um pouco mais de 10 mil habitantes, possui uma *periferia* habitada por "bóias-frias". A noção de periferia refere-se à uniformidade e à segregação relativas, favorecidas pelo desenvolvimento de uma sociabilidade diversa das camadas mais abastadas (Durham, 1986, p.86). O mesmo ocorre em Araraquara, onde os "bóias-frias" se concentram, sobretudo, em dois bairros da periferia, vivendo muito precariamente. Estas diferenças podem ser mais especificadas: em Altinópolis, os bairros dos "bóias-frias" são sensivelmente melhores em termos das moradias e infra-estrutura, em relação aos de Barrinha, Araraquara, e o João-de-Barro, em Guariba. Em Altinópolis, os trabalhadores expulsos da área puderam contar com algum pecúlio para a construção de suas moradias na cidade. Houve casos em que os trabalhadores receberam materiais de construção, como madeira, de seus antigos patrões para a construção das casas. Além disso, a construção do bairro da CECAP contou com o auxílio da prefeitura na cessão e ou venda de terrenos por preços menores. Isto ocorreu no quadro da correlação de forças políticas locais. Trata-se de uma cidade historicamente dominada pela política dos antigos coronéis - grandes fazendeiros de café - e de seus descendentes. Quando os trabalhadores residiam na área rural, os proprietários os controlavam politicamente. A vinda para a cidade não significou necessariamente o rompimento com esta situação anterior. Ao contrário, criaram-se, em nível do poder local, novas formas de controle eleitoral e político por intermédio dos investimentos em equipamentos coletivos (asfalto, água, esgoto, eletricidade, escolas, creches), centros de lazer (piscinas, quadras de

esporte) e até uma praça contendo uma enorme escultura de um trabalhador rural. Esta situação ocorre, não em virtude das lutas dos trabalhadores desta cidade, mas pelas razões de natureza política, mencionadas acima. Ou seja, os descendentes dos antigos coronéis têm hoje seus currais eleitorais nos bairros dos "bóias-frias". Esta prática constitui-se num elemento importante para o exercício do controle político sobre eles, dificultando, assim, a autonomia da organização político-sindical. Ainda mais. Este elemento é importante para a ideologia do grupo político dominante (grandes fazendeiros de café), cujo discurso remete sempre às boas condições de moradia dos trabalhadores em contraposição àquelas existentes em outras cidades.

Há também um outro fator a ser considerado. Pelo fato de residirem nesta cidade, os grandes fazendeiros produzem aí seus *habitus* de classe, suas posições sociais, suas marcas sociais. Além das instituições, há as disposições adquiridas, as maneiras duráveis de ser ou de fazer que se encarnam nos corpos, enfim o *habitus* de classe. O *habitus* de classe seria a posição presente e passada na estrutura social, que os indivíduos transportam com eles, em todo o tempo e lugar (Bourdieu, 1983, p.75).

Não obstante vivendo no mesmo espaço físico, os trabalhadores não vivem no mesmo espaço social dos grandes fazendeiros. Eles "ficam no seu lugar", na CECAP ou na Vila Maria. Frequentam os bares e botecos nestes bairros, compram nas vendas e supermercados que possuem os produtos "mais populares" etc. Os fazendeiros, ao contrário, possuem uma vivência, que extrapola o espaço físico desta cidade, incluindo, sobretudo, a cidade de Ribeirão Preto. Sua área de lazer estende-se inclusive a outros países. Estes elementos não ocorrem nas outras cidades. Nelas, não há a visibilidade de um *habitus* de classe dos usineiros e donos das indústrias de suco de laranja. Por se tratar de complexos agroindustriais, a esfera de ação estende-se a outras cidades, especialmente às grandes metrópoles. Nelas ninguém (os trabalhadores) conhece os usineiros, ninguém sabe onde vivem. "Só sabem dizer que devem ser muito ricos, pelo fato de possuírem tanta terra." O (re)conhecimento da riqueza é feito pela efetividade dos instrumentos e meios de produção dos agentes do controle do processo de trabalho.

Portanto, se, em Altinópolis, o controle político exercido sobre os trabalhadores no espaço reprodutivo é transparente, mediante as figuras dos grandes fazendeiros que aí residem e que aí produzem seus *habitus* de classe, nas outras cidades, este controle é *camuflado* pela não objetividade da estruturação de seus *habitus* de classe em seus espaços, sendo, portanto, mais opaco. Da mesma forma que o usineiro não *aparece* nas relações, ele também não *aparece* nas relações produzidas no espaço reprodutivo. Não obstante a não-aparência, o controle político existe nos dois espaços disfarçados sob o envelope de seus mediadores.⁶ Estes elementos explicam a passagem da civilização cafeeira para a civilização da usina. A civilização da usina constitui um processo resultante das transformações econômicas, sociais, políticas e, sobretudo, culturais nesta região; refere-se à construção de um novo modo de vida em substituição àquele existente no período da civilização cafeeira e não somente a um novo modo de produção. Há, contudo, outra diferenciação, ou melhor, uma "nova" divisão entre os moradores destas cidades: a divisão étnico-racial do trabalho. Essa divisão é manifesta na Vila Maria, em Altinópolis, na Vila de Barro, em Dobrada, e no João-de-Barro, em Guariba.

A denominação de vilas de barro é atribuída pelos moradores antigos aos bairros dos recém-chegados: a grande massa de mineiros, pernambucanos, baianos, alagoanos, cearenses, paranaenses. Massa heterogênea, do ponto de vista cultural, mas considerada homogênea pelos habitantes destas cidades. Em suas percepções, trata-se de um bando de invasores, gente suja, portadora de maus

6 Podem-se citar dois exemplos que são exceções a esta regra: Pradópolis, considerada quintal da Usina São Martinho e Américo Brasiliense, cujo poder local é controlado pela família Ometto, proprietária de grandes usinas na região. No período de 1988-1992, o prefeito desta cidade foi o usineiro desta família. Durante as entrevistas, os trabalhadores em Altinópolis mencionavam nominalmente seus patrões "Eu trabalho para o Dr. Paulo... para o Sr. Arlindo... para o Sérgio..." e assim por diante. Um deles chegou a afirmar que o patrão era muito bom, pois, quando os encontrava na rua, os cumprimentava, não fazia pouco caso deles. Neste caso, os laços pessoais das relações de produção anteriores não foram totalmente rompidos, ao contrário das relações produzidas nos grandes complexos agroindustriais, em que se recriaram novas formas de controle.

costumes, gente violenta. Os estigmas (Goffman, 1988) qualificavam-nos como baianada, mineirada, peãozada, "gente dos países do Norte". Em Altinópolis, a Vila Maria é identificada à vila dos paus-de-arara, gente estranha à cidade, muito embora se tratando, na maioria das vezes, de ex-colonos e sitiante do próprio município. Em Guariba, a divisão étnico-racial é mais acentuada por se tratar de migrantes mineiros e nordestinos. São considerados habitantes dos barracos de barro, construídos por eles mesmos e responsáveis pela desordem urbana e pelo enfeamento da cidade com suas sujeiras.⁷

Os caracteres de representação recaídos sobre eles impingem-lhes a marca do "baiano", do "mineiro", de gente dos "países do Norte", segundo a expressão de um policial de Serrana. A cor passa a ser o atributo disfarçado sob o envelope da origem regional. A mística da miscigenação, da democracia racial freyreana cobre a divisão étnico-racial do trabalho e contribui para a reprodução destas diferenças.

Não é apenas a situação de classe, mas esta travestida numa diferença de etnias: em São Paulo e no sul do Brasil, a herança da imigração estrangeira trabalha para criar o preconceito. (Oliveira, 1987, p.109)

É interessante observar que esta divisão étnico-racial está presente tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo. No eito, os trabalhadores "de fora" não são misturados aos "do lugar". Os eitos são diferentes. Quanto ao espaço reprodutivo, há várias formas de divisão: os barracões, os alojamentos, as pensões e os bairros ou vilas de barro. Os três primeiros referem-se aos "de fora", que só ficam durante a safra. Os bairros e vilas de barros são habitadas pelos "do lugar", mas que vieram de outros lugares. Portanto, não são do lugar. Trazem em seus corpos a marca da cor, o jeito de falar, os costumes que não são os dos paulistas. São "mineiros" e "baianos" como os outros. No entanto, não se reco-

7 Sobre o sujo, a sujeira, ver Da Matta (1983).

nhecem como tais. Quem os define como "baianada", "mineirada" são os outros, ou seja, os antigos, sobretudo os descendentes de italianos, brancos, portanto, moradores destas cidades. No nível das representações dos trabalhadores, há imbricações de vários atributos: ser negro, mulato, moreno e habitante do "lugar" é diferente de ser negro, mulato, moreno vindo do nordeste ou do Vale do Jequitinhonha. Para os moradores brancos, trata-se do conjunto da baianada, mineirada. Daí, conclui-se que a divisão étnico-racial de trabalho se reproduz mediante outras divisões, o que confere o caráter múltiplo aos sujeitos.⁸ O depoimento de um antigo morador de Guariba ao explicar o surgimento do João-de-Barro, acha-se ancorado nestes atributos:

"Os ex-colonos das fazendas e os nordestinos foram os habitantes da Vila Caravelho. Posteriormente, esta vila foi sendo duplicada e surgiu uma parte mais alta da cidade, o conhecido 'João-de-Barro'. Este nome se deve porque as primeiras casas eram feitas de barro, barroca ... este sistema, não a taipa tradicional de São Paulo ... aquele pilão ... Eles construíram de barro mesmo, lajotas de barro, madeira entrelaçada e recheada de barro. Deve ser este o sistema de construção lá no Norte, Nordeste ... eles transformaram as características de vida. De primeiro, predominava uma migração de italianos, portugueses e outros europeus; os colonos eram *latinus* ... então eles tinham um sistema de vida, de alimentação que trouxeram da terra deles, agora, chegando esta leva de mineiros, baianos, eles traziam um tipo de vida muito diferente. Havia um choque, e até hoje ... aumentou a criminalidade na cidade ... é uma cidade violenta ... mas os crimes acontecem entre eles ... isto tem um reflexo na cidade, no Bairro da Boa Vista, habitado por um pessoal mais abastado, por médicos, comerciantes e industriais, a ponto de lá no hospital, todo sábado, estarem reservadas algumas vagas para os esfaqueados e atirados do João-de-Barro ... tudo isso faz com que a população da cidade crie uma certa animosidade contra essa mão-de-obra *estranha* que chega. É um povo estranho..." (Sr. José, 45 anos, branco, Guariba)

8 "Recente pesquisa sobre o racismo no Brasil concluiu que o preconceito contra os negros é maior nas camadas sociais mais pobres e no Nordeste, onde o preconceito de cor é acima da média nacional. Por outro lado, os próprios negros (50% dos entrevistados) incorporam o preconceito, quando concordam com uma das perguntas: *negro bom é negro de alma branca*" (*Folha de S.Paulo, Caderno especial 1, Racismo Cordial*, 25 jul. 95). Esta pesquisa mostra que a organização social étnico-racial atravessa todas as classes sociais. O que ocorre nas cidades-dormitórios é um exemplo claro desta situação.

Povo estranho. Povo das casas de barro. Gente fora do lugar. Gente desenraizada. É neste mundo estranho que o cotidiano e a sociabilidade serão construídos. Hoje o barro foi encoberto por uma fina camada de reboco e pintado. Aparentemente, ele não existe mais. Esconde-se, no entanto, sob uma fina argamassa "do estilo paulista" de se construir casas.⁹ O João-de-Barro chama-se, hoje, Bairro Alto e Princesa Isabel. No entanto, não perdeu as marcas, os estigmas. Nas palavras de um entrevistado,

"mudou o nome, mas não adianta nada".

Em virtude da chegada constante destas "levas", além dos "peões provisórios" que vêm só no período da safra, o espaço físico destas cidades foi sendo cada vez mais insuficiente para abrigar grandes contingentes, pelo fato de eles serem cercados pelo mundo dos canaviais, laranjais e cafezais. O resultado foi a construção de cômodos e barracos nos fundos das casas e a coletivização do uso de tanques, varais e espaços fora da casa propriamente dita. Cômodos, casas, espaços reduzidos. Isto faz que, sobretudo, as crianças utilizem a rua como espaço de brinquedo. A utilização coletiva do tanque e quintal provoca, quase sempre, desentendimento, brigas entre seus ocupantes. O espaço das mulheres é sobretudo o interior destas casas. Aí, se desdobram na execução das tarefas domésticas e acumulam a dupla jornada de trabalho. Quanto aos homens, além da casa, onde raramente desempenham alguma tarefa, estão presentes nos bares e botecos existentes em grande quantidade, nestes bairros. A casa não chega a ser um interior propriamente dito. É um ponto de reunião. A mulher realiza as tarefas domésticas. Excetuados esses momentos, as crianças estão na rua, homens e mulheres estão no talhão, homens estão, quase sempre, nos botecos. Para a mulher, fora do momento do trabalho no espaço reprodutivo, a casa é o espaço do seu enclausuramento para o trabalho doméstico de limpar, passar, cozinhar. O bairro, aos poucos, vai se dividindo em espaços masculinos e

9 No momento da entrevista com uma moradora de Dobrada, D. Francisca, ela, com a ponta dos dedos, removeu o fino reboco de uma parte da parede de sua casa, construída por ela mesma, para mostrar o barro sob o reboco.

femininos. Os botecos são, prioritariamente, locais masculinos. As mulheres que os freqüentam são "faladas".¹⁰ Transformadas em donas de casa numa certa parte do dia, perderam o saber da indústria doméstica, já que, nas cidades, não dispunham mais da base material da produção de seus meios de subsistência. Suas condutas econômicas e as estruturas de suas consciências temporais foram radicalmente transformadas pela monetarização dos rendimentos do grupo familiar. Nas cidades, os espaços femininos resumem-se, então, à casa, aos locais onde compram alguns produtos necessários à reprodução do grupo familiar (supermercados, vendas, lojas, feiras, farmácias etc). Alguns produtos, porque o nível de vida desses trabalhadores é muito baixo. Pelos depoimentos, conclui-se que a grande preocupação é *não passar fome*. Além da casa, dos locais de compra de produtos, as mulheres freqüentam as igrejas e agora, algumas delas, o sindicato. Os bailes, especialmente para moços e moças solteiras, são o local de encontro entre os sexos. Nestes bailes, não se dançam mais o sapateado, os catiras, e sim os forrós, descaracterizados e instrumentalizados, resultados deste processo de homogeneização da cultura, freqüentemente permeados por brigas e até mesmo mortes. A cidade possui, assim, uma dualidade de espaços masculinos e femininos. Dualidade esta cuja ruptura constitui uma outra espécie de enfrentamento destas mulheres. Estas considerações nos indicam a concorrência de dois processos produzidos no mesmo bojo da transformação histórica desta região. Primeiramente, houve um processo desestruturador do espaço físico e social, seguido de uma homogeneização tanto física como social. O resultado foi o processo de restauração social e cultural. Em segundo lugar, houve também a produção de um novo modo de vida tanto no campo quanto nas cidades. Nestas, ao processo homogeneizador seguiu-se a recriação das dicotomias de classe, de gênero, raça/etnia.

10 Sobre a questão dos espaços masculinos e femininos na cidade, ver Perrot (1988). Não obstante a autora trate de um outro momento histórico e da realidade francesa, a divisão sexual do espaço se repete nos mesmos moldes na realidade estudada.

Quanto às classes, em Altinópolis, esta separação físico-social é mais transparente, como já foi mencionado, em razão da formação do *habitus* da classe dominante, dos grandes proprietários. Nas demais cidades, os comerciantes, os antigos moradores, mantêm-se afastados dessa "gente estranha". Além de Guariba e Dobrada, Serrana foi também uma cidade, apontada por alguns depoimentos, em que, além da separação física entre os bóias-frias e as demais pessoas da cidade, há também a separação social por meio, sobretudo, da existência distinta dos lugares de lazer. Há ainda um outro fator a ser considerado: a proliferação de barracos, cômodos nos fundos-de-quintais, alugados aos peões, aos "queima-latas", aos que vêm de fora, no período das safras. A chegada deste exército industrial de reserva faz que o clima de violência aumente, em virtude da superlotação destes cômodos, dos altos aluguéis cobrados pelos seus proprietários e dos baixos salários recebidos. A forma de aluguel nestes cômodos é por pessoa, ou melhor, "por cabeça". Esta prática faz que os proprietários coloquem um número excessivo de pessoas em cada cômodo, o que agrava as condições de vida. Em muitos destes locais, as condições são subumanas. Neles, mesclam-se botijões de gás, instrumentos de trabalho, objetos de cozinha, alimentos, sem contar que há um único banheiro e um único tanque para a lavagem das roupas. Esta situação generaliza-se em outras cidades.¹¹ Este quadro contribui para a reprodução dos estigmas relativos ao exército de reserva: gente que vem para tirar o emprego dos outros, gente bagunceira, violenta, suja, gente que trabalha por qualquer preço, que mora dentro de caixas de papelão e assim por diante. Em outras cidades abrangidas pela pesquisa pôde-se notar o mesmo julgamento preconceituoso. O depoimento de um policial de Serrana é esclarecedor, neste sentido:

11 Recentemente, em Dumont, os promotores do Meio Ambiente e da Medicina do Trabalho interditaram um alojamento no centro da cidade, pertencente a um vereador, albergando 150, distribuídos em número de dez em cada quarto. "Os botijões de gás dentro dos quartos, a maioria sem janelas, oferecem risco de vazamento, explosão e até incêndios" (*Folha de S.Paulo*, 17 mar. 1995, *Caderno 7*, p.3).

"Esse pessoal que vem de fora para trabalhar, e outra, vem muita gente desses *países* mais do Norte (sic) pra cidade aqui em Serrana e esse pessoal já vem com tudo ... então é onde aumenta violência e que eles ficam sozinhos, entre eles, sem os familiares deles. Eles se *aglomeram entre eles* em certos barracos aí, e quartos de fundo-de-quintal e isto torna a violência deles muito tumultuada ... vindo causar agressões entre eles, entre o senhorio e eles como pensionistas."

A referência aos estados do Nordeste, ao Vale do Jequitinhonha, como *países* do Norte, traz as marcas da estranheza, do estrangeiro, impingidas a estes migrantes. São considerados ignorantes, atrasados, sem civilização. Por outro lado, a aglomeração nos barracos, pensões, a vivência longe dos familiares conduzem ao aumento da violência entre si e contra os donos de pensões (pelos altos preços de aluguéis e, em alguns casos, pela precariedade da comida). Pode-se afirmar que, nestes casos, "a violência é produzida entre os iguais" em que, quase sempre, impera o "código do sertão urbano". (As duas expressões são inspiradas em Sérgio Adorno.)

Um levantamento sobre ocorrências no Destacamento Policial Militar de Serrana aponta para os seguintes resultados: no período de janeiro a novembro de 1987, foram registradas 511 ocorrências. Desse total, as maiores incidências foram: agressões: 89 (17%); danos e depredações: 25 (4,8%); desordem e "desinteligência": 46 (9%); desacato, resistência: 11 (2,1%). Pelos dados disponíveis, não foi possível saber quais eram as ocorrências relativas aos trabalhadores rurais e aos de "fora". Segundo o policial entrevistado, estas ocorrências são quase todas destas duas categorias de trabalhadores, porque as outras, relativas a infrações de trânsito: 40 (7,8%), referem-se ao "pessoal do centro". "Em Serrana, não existe bairro, mas uma divisão entre centro e vila. Portanto, essas ocorrências acontecem mais na vila onde reside o maior número de bóias-frias." As agressões incluem, segundo este entrevistado, aquelas relativas às mulheres, às crianças, inclusive casos de incesto.

Todos esses elementos confirmam que, nestas cidades, locais de reprodução da força de trabalho, avolumam-se as contradições de classe, gênero e raça/etnia. É preciso entender que a reprodu-

ção não se refere ao simples ato de comer e dormir. Ela envolve os elementos constitutivos do cotidiano e da sociabilidade, de forma nenhuma reduzida apenas aos aspectos políticos. Mesmo que o ajuntamento destes trabalhadores nestes espaços possa contribuir para a criação das bases objetivas e reais do surgimento de um comum-pertencer, de uma consciência de classe e/ou identidade de classe, isto não é tudo. As três organizações sociais (de classe, gênero e raça/etnia) definem a já mencionada multiplicidade do sujeito, e faz que a identidade também seja múltipla e se manifeste segundo as condições reais das relações sociais vividas pelos sujeitos. Em vez de uma única identidade de classe do trabalhador "bóia-fria", há uma intrincada rede de relações-oposições entre os contingentes raciais, sem contar as diferenças de gênero. Incorpora-se, aqui, a definição de identidade cunhada por Saffioti et al., que, após dialogarem com vários autores, inclusive Ciampa (1990), de quem retomam a expressão "identidade metamorfose", concluem o seguinte:

As metamorfoses de identidade, entretanto, não dependem apenas da repetição continuada de determinados papéis. As três identidades sociais básicas mesclam-se, na medida em que se constroem no contexto histórico do *nó*. Embora os três antagonismos sejam igualmente fundantes das relações sociais e, em virtude disto, gozem do mesmo estatuto teórico, as circunstâncias históricas colocarão em proeminência ora a identidade de gênero, ora a de raça/etnia, ora ainda a de classe social. (p.14)

A identidade se constrói

na articulação de igualdades e diferenças ... (esta articulação) parece responder amplamente pelo encontro entre o ser singular e o ser genérico. (Saffioti et al., 1992, p.12)

Para este estudo, são cruciais as reflexões sobre a metamorfose de identidade e as diferenças, como a outra face da identidade. Pollak (1992), ao caracterizar a identidade como um elemento de si, para si e para o outro, também remete à idéia da diferença (o outro) e à articulação entre o ser singular e o ser genérico. No que tange ao trabalhador migrante, tornar-se "baiano", "mineiro" significa possuir um outro papel, até então inexistente. Em seus luga-

res de origem, não possuem estes atributos. Dessa sorte, há uma verdadeira metamorfose de suas identidades em face do outro (o paulista, o antigo morador da cidade, o branco, pobre ou rico). Acabam introjetando a marca de gente estranha, de verdadeiros "imigrados", estrangeiros vivendo em guetos. Os depoimentos referentes à violência remetem ao fato de que ela é praticada entre eles próprios, logo, entre os "iguais". A concentração dos trabalhadores nestes "guetos" permite reconstruir a trama histórica das relações materiais e simbólicas entre os estranhos, os "imigrados" e os do lugar. Na realidade, a migração, quer seja definitiva ou sazonal, produz a passagem de uma estrutura de dominação para outra. No caso dos mineiros do Vale do Jequitinhonha, as relações de dominação eram exercidas pelos grandes fazendeiros por intermédio dos contratos de agregação. Mesmo aqueles que possuíam as grotas e utilizavam-se das terras comuns das chapadas, eram dominados politicamente pelo poder pessoal dos grandes proprietários. O que ocorre nas cidades dos *latinus* não é mais esta presença pessoal que define o pólo dominador, mas um outro conjunto de mecanismos, impessoais e pessoais (por meio dos representantes das empresas) de dominação e discriminação. Forma-se uma verdadeira segmentação étnica do trabalho, além da sexual. Portanto, na realidade, a migração não liberta o camponês das amarras do poder dos grandes proprietários. Não há a criação de um cidadão livre dotado de direitos iguais. Não somente as amarras de classe impedem a verdadeira cidadania. Aquelas relativas ao gênero e raça/etnia igualmente forjam a ausência de direitos.

Opressão combinada e segmentação étnico-racial do trabalho reforçam os estigmas da cor, do preconceito num país em que, frequentemente, se mascara (inclusive os analistas) a discriminação étnico-racial negando, assim, uma história de quase quatro séculos de escravidão. Todas as considerações feitas *vis-à-vis* o eito, a produção do "bom cortador" de cana, as "meninas do descarte" (imprescindíveis para a escolha das variedades de cana), somadas àquelas relativas à vida nas cidades revelam o quadro do processo de exploração-domação que inclui a dominação política dos poderes locais.

Em Altinópolis, como já foi mostrado anteriormente, o controle é pessoal e transparente, uma vez que o poder local ainda está nas mãos dos grandes fazendeiros, descendentes dos antigos coronéis do café ou de seus aliados. Nas demais cidades, às vezes, o poder local está nas mãos dos usineiros e, outras vezes, de seus prepostos, podendo existir uma certa opacidade nas relações de poder. Américo Brasiliense teve como prefeito no período entre 1988-1992, um usineiro da família Ometto. De acordo com um estudo realizado, esta família controla o poder local, direta ou indiretamente, desde a criação deste município (Lima, 1995). Existe nesta cidade uma simbiose entre público e privado, já que a usina doa terrenos para construção de casas dos seus trabalhadores rurais, possui um intenso programa de Assistência Social, construiu estradas etc. Embora não residindo na cidade, a presença do poder do usineiro, por meio desta simbiose, dá continuidade às formas de dominação por intermédio da institucionalização manifesta pelo poder público. O prefeito-usineiro representa a "força da tradição" do paternalismo, de relações clientelísticas, do "poder do atraso" na expressão de Martins (1995). Aliás, este "poder do atraso" não é uma peculiaridade destas cidades. Trata-se de algo generalizado na sociedade brasileira. Os fazendeiros e usineiros, na época das eleições, fazem destas populações verdadeiros currais eleitorais, para controle dos votos dos trabalhadores. Esta indistinção entre público e privado é o reflexo de uma sociedade que está estruturada por relações de favor, tutela e dependência (Chauí, 1989, p.56; Lopes, 1988). É preciso não se esquecer da divisão espacial destas cidades feitas pelas usinas. Assim, elas são controladas por uma ou mais usinas. Isto, evidentemente, em virtude da maior proximidade do local de trabalho, o que diminui os gastos com transporte dos trabalhadores.

"Não é só Barrinha que comanda a Usina Santa Adélia. Tem Dobrada, tem Taquaritinga, tem Jaboticabal e Guariba que trabalham para esta usina." (Trabalhadora rural de Barrinha)

Segundo um sindicalista de Barrinha,

"a cidade de Pradópolis é uma verdadeira seção da usina. Aí, não só o poder local mas tudo resto está nas mãos dos usineiros."

Em Dobrada e Barrinha, durante as eleições municipais de 1988, houve várias manipulações dos eleitores por parte dos candidatos dos usineiros, segundo sindicalistas destas duas cidades. Tanto em uma, quanto na outra, houve "compra de votos" por meio de cessão de lotes para moradias, de tijolos e de dinheiro. Segundo eles, seus comícios (com candidatos do Partido dos Trabalhadores) eram atrapalhados pelos alto-falantes dos candidatos que lhes faziam oposição. A vantagem dos usineiros em controlarem o poder local, segundo o sindicalista de Barrinha,

"é pra eles fazerem o que querem durante a safra. Eles sabem que tendo o prefeito nas mãos deles, uma cidade como Barrinha, cidade-dormitório, que não tem uma indústria e nem vai ter porque o prefeito está do lado deles, está certo, porque o pessoal vai sempre ficar dependendo deles ... Vai abusar do pessoal, deitar e rolar. Não tem onde ir. Tem que ir ali. Não tem outro serviço pra fazer."

"Em Pradópolis que é uma seção da usina, é pior. Se em Barrinha, que é uma cidade *independente*, imagine lá. Lá o pessoal tem muito medo. Lá dentro, é a usina quem manda. O prefeito é da usina, o vice-prefeito é da usina, os gatos são da usina. Lá não tem jeito de chegar o sindicato. É difícil. O pessoal tem medo e tem razão, porque pra quem mora na cidade e trabalha na roça, tem que ser usina mesmo."

O controle do poder local pela usina e fazendeiros é uma forma de dificultar a organização política dos trabalhadores rurais. É também uma forma de atrelá-los à condição de "bóias-frias", na medida em que indústrias são impedidas de se instalarem em muitas destas cidades.

Concluindo esta análise, reafirma-se a denominação de *vilas operárias sem cessão de moradia*: a cessão da moradia, apesar do atrelamento que impinge aos trabalhadores, pode representar-lhes melhores condições dos níveis de vida. Nesse caso, o controle seria fundamentado nesta prática adotada pela empresa. Este controle exercido no espaço reprodutivo, no espaço privado, resulta das condições históricas da formação desta classe de trabalhadores, já analisadas, ou seja, condições de exploração, expropriação, aviltamento de salários, de um sistema de dominação, disciplina e controle, divisão sexual e étnico-racial do trabalho, desestruturação e controle da organização política. A disciplina na esfera do

trabalho e o controle foram possíveis graças à articulação da dominação das três organizações sociais (classe, gênero e raça/etnia). A condição social anterior de moradores, colonos, parceiros, sitiantes, seguiu-se a de desenraizados, desmunidos, libertos das antigas formas de sujeição prevalentes na morada ou na colônia mas sujeitos, agora, aos grandes empresários, sob as regras do Direito burguês que, ao produzir seus *direitos*, garantiu aos patrões o não-cumprimento dos mesmos direitos, justificando as expulsões e a "volantização" de suas forças de trabalho e de suas vidas. É a condição de desenraizamento que lhes restou. Enquanto desenraizados vão, sucessivamente, por meio das levas que chegam, que ficam e que partem, fabricando sua própria condição de moradores das vilas, das casas de barro, de "pegadores" de caminhão, de pertencentes a tal turma, a tal caminhão. Ao serem produzidos seus *direitos*, estes trabalhadores *perderam o direito* de morar nas colônias, nas moradas, nas casas da área rural e foram levados a assumir a "cidadania" de habitantes das vilas de barro, de "gente estranha", "de levas" dos "países do norte". O processo de acumulação primitiva destes proletários imprimiu-lhes várias marcas: da segregação espacial, étnico-racial e de gênero. São marcas que, embora não fossem produzidas a ferro quente, elas arderam e continuam ardendo no corpo e na alma destes trabalhadores: sua dimensão objetiva e subjetiva, sua condição social. A percepção social do corpo de bóia-fria dá-se mediante estas marcas. Seus corpos falam por si, mesmo quando escondidos sob o peso de roupas, chapéus, botas, caneleiras e luvas. O corpo não designa somente a posição social atual, mas também a trajetória (Bourdieu, 1979a, p.51). Trajetória definida pela cor, pela regionalidade, "pelos outros países do norte", pelo estilo de construir casas em "barroca", pela situação de mulher "bóia-fria". Corpo. "Vergonha corporal e cultural" são dois elementos produzidos pela objetivação das relações sociais da civilização da usina e não por uma "imagem do corpo" *vis-à-vis* as representações subjetivas individuais. Esta "imagem do corpo" é produzida pela classe dominante, pelos paulistas do lugar, pelos homens, sendo o espelho pelo qual os "bóias-frias" se vêem. Sem embargo, é preciso lembrar que o espelho possui duas faces, sendo justamente a con-

traface, o plano da recusa, da não aceitação das normas, enfim do embate para lograr o reenraizamento. As cidades são também o palco da desordem, dos piquetes, das greves, dos ajuntamentos de trabalhadores durante as negociações sindicais, da atuação dos agentes das pastorais, dos partidos políticos, dos sindicatos, da reconstrução da cidadania, dos direitos sociais e assim por diante. Elas fornecem o substrato necessário à construção de novas relações de sociabilidade, assentadas na dialética da aceitação-recusa.

Tais relações podem permanecer na invisibilidade ou podem aflorar de maneira abrupta. Durante as inúmeras greves havidas, desde 1984, as cidades foram palcos de um verdadeiro cenário de guerra. Em 1984, na cidade de Guariba, mais exatamente, no bairro miserável, João-de-Barro, os trabalhadores, ao incendiarem o prédio da Sabesp, deram início a um conflito que se espalhou por várias cidades, incluindo as de outros estados. É neste microespaço que o contrapoder é produzido, catalisando todas as forças da dominação vivenciada. Acompanhando o desenvolvimento da greve, ocorrida em 1989, na cidade de Barrinha, percebeu-se que, além dos trabalhadores envolvidos, até mesmo as crianças exerciam um papel definido: elas percorriam os diversos piquetes, levando as informações sobre cada um deles, especialmente sobre a presença dos olheiros dos usineiros, dos policiais e das propostas de continuidade do movimento. É interessante observar que este fato guarda semelhanças com Canudos, durante o cerco militar. As crianças, ao veicularem as informações, permitiam a reorganização das posições dos camponeses ameaçados.

A concentração espacial nas cidades possui, portanto, a contraface, capaz de fornecer os ingredientes básicos para a gestação e desenvolvimento da recusa coletiva. É o momento da superação, da criação de novas formas de ser e estar, de ocupação do território, de publicização da dominação e exploração existente no eito.

Ainda, restam alguns comentários sobre a "leitura do espaço" das chamadas cidades-dormitórios. Esta leitura apreende em primeiro lugar, o "escurecimento da população". Não são mais os *latinus*, os brancos descendentes dos imigrantes europeus, os seus moradores ou freqüentadores. São, ao contrário, estas "levas" de gente estranha, de "gente fora do lugar" - possuidora de outros

costumes, de outros estilos de construir casas, que vão "incorporar" esta história juntamente com a história objetivada produzida pela usina. As duas histórias - a objetivada e a incorporada - vão definir esta civilização da usina e a des-re-construção destas múltiplas identidades.

A segregação dos pobres mescla-se à segregação étnico-racial nas cidades. O valor das pessoas varia de acordo com o seu lugar. Esta segregação possui ainda outro estilo: os alojamentos e os barracões. No eito, não se misturam os trabalhadores. Mineiros, baianos e os do "lugar" trabalham em talhões diferentes. Do mesmo modo, há uma separação no tocante aos locais de moradia. Os migrantes são destinados aos alojamentos das usinas situados no espaço dos canaviais. Nas fazendas de café, eles são alojados nos barracões que se assemelham às senzalas. São, em geral, antigas colônias ou sedes de fazendas. Construções abandonadas, em péssimas condições, não possuindo nenhuma infra-estrutura. Às vezes, são construídos grandes galpões com grandes quartos, capazes de alojar até cem pessoas, distribuídas em número de até vinte por quarto, sem se levar em conta sexo, idade ou estado civil. Produz-se um verdadeiro amontoamento. É um lugar de muitos conflitos, sobretudo em virtude do uso de bebidas alcoólicas.

Os alojamentos, ao contrário dos barracões, são bem construídos, não ultrapassando quatro trabalhadores por quarto. Não obstante o controle e a disciplina, os conflitos são imensos nestes alojamentos. Não é permitida a entrada de mulheres ou de qualquer outra pessoa sem a permissão do escritório da usina. É um espaço em que o processo de habituação e modelagem do trabalhador tem prosseguimento. Constitui-se um lugar fechado, cujo objetivo é tão-somente completar a formatação destes corpos para o trabalho. Com a capacidade de alojar mais de mil homens, os alojamentos assemelham-se às *work houses*, na Inglaterra do século XIX. Muito embora as *work houses* fossem lugares destinados ao combate da indigência e ociosidade e controle dos pobres (Donzelot, 1991, p.43-5), os alojamentos das usinas assemelham-se a elas pelas seguintes razões: os indivíduos não têm o direito de ir e vir. Qualquer saída necessita da autorização dos encarregados; não é permitida a entrada de pessoas estranhas; o tempo de des-

canso é destinado ao jantar, alguns minutos para assistir à televisão e, às vezes, aos domingos, aos jogos de futebol. Não se permitem jogos que possam gerar conflitos. Hábitos de higiene são severamente orientados. Os chuveiros não possuem portas para que não haja demoras excessivas. As roupas não podem ser deixadas em qualquer lugar. Não são permitidas bebidas alcoólicas e nem a presença dos podões ou qualquer tipo de instrumento agrícola nos quartos. Este conjunto de proibições destina-se a corrigir as condutas destes homens saídos de lugares onde os hábitos e costumes são totalmente diferentes, ou seja, a "estrutura da consciência temporal" é totalmente distinta do tempo capitalista regulado pelo relógio (pelo dinheiro). Transformar estes homens em tempo de trabalho exige, portanto, não só o controle no eito, como também nestes alojamentos, onde se objetiva uma adaptação total do indivíduo por meio de uma coação generalizada. É uma organização panóptica que medeia todas as relações. Todos são olhados pelos guardas que não usam armas e são, geralmente, escolhidos dentre os próprios trabalhadores, que possuem rádio para se comunicar com os superiores a respeito de qualquer problema, em qualquer momento.

Esta separação espacial tem vários efeitos, dentre eles, o maior controle político e o recrudescimento do preconceito contra os "de fora". O isolamento no eito e no espaço reprodutivo impede as relações entre estas categorias e aprofunda o fosso entre elas mediante a reprodução da divisão étnico-racial. Pode-se afirmar que existe uma espécie de opressão combinada (expressão utilizada por Philippe Bourgois). Este autor, por intermédio do recorte étnico, analisa as divisões existentes entre os trabalhadores da *United Fruit Company*, na América Central. Conclui que existia um verdadeiro *apartheid*, reforçado pelos estereótipos raciais entre indígenas empregados pela multinacional. Os Guayami, sofrendo as relações de subordinação e a marginalização, interiorizam as representações dominantes e humilhantes. Consomem doses elevadas de álcool, entram em conflito frequentemente e chegam a praticar suicídios (Bourgois, 1993, p.61). A opressão combinada não se refere apenas à classe e à raça/etnia, mas também ao gênero. Em se tratando da proibição de mulheres

trabalhadoras nos alojamentos, o vetor de gênero acha-se mais uma vez presente. Os alojamentos e barracões situam-se nos espaços das usinas e fazendas, imprimindo a cada um seu (des)valor. Estas reflexões consideram o espaço como algo "que contribui para o processo de socialização invertida ... e, utilizado como instrumento de política cognitiva, através da manipulação do significado..." (Santos, 1993, p.60). Este valor aparece associado ao espaço. "Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território ... a possibilidade de ser mais ou menos cidadão, depende, em larga proporção do ponto do território onde se está" (p.81).

Vilas de barro, alojamentos, barracões, pensões são parte do território das usinas e fazendas, sendo seus habitantes, evidentemente, não-cidadãos. Associados ao eito, ao caminhão, estes espaços constituem o cimento da des-valorização, da negação da condição humana (Silva, 1993). A fala de um trabalhador negro expressa a experiência de ser "bóia-fria":

"Eu sempre penso que a escravidão ainda não acabou. O povo fala que sim, mas eu acho que não."

CORPOS FRAGEIS

"Eu tinha uma raiva surda das grandes cidades,
raiva, porque eu não era delas, produzido."

Guimarães Rosa

A preocupação é, neste momento, oferecer um quadro, ainda que geral, das condições de reprodução dos trabalhadores residentes nas cidades.¹ É interessante observar que, concernente à família, não existe um modelo, mas vários tipos de famílias. A realidade encontrada não foge à regra existente no Brasil onde o modelo de família patriarcal já foi desmentido pela teoria e pela realidade. "A quase maravilha de acomodação" da família analisada por Gilberto Freyre foi contestada por diversos arranjos e invenções, "para escapar" ou "suportar a dominação" no interior da família (Corrêa, 1981).

Por outro lado, o modelo de família existente no colonato, baseado no poder do chefe, como provedor, foi substituído por vários arranjos familiares. A proletarização e a vinda para as cidades significaram mudanças profundas no modo de vida e na sociabilidade. Às relações de parentesco, ajuda mútua, vizinhança,

1 Em Américo Brasiliense, foram incluídos treze homens moradores numa fazenda pertencente à usina próxima à cidade. São trabalhadores residentes, dedicando-se a várias tarefas agrícolas. Os dados foram obtidos em 1987.

seguiram-se a "atomização", a desarticulação social e as novas rearticulações (Goldani, 1993).

No colonato, a exigência para efetuar os contratos de trabalho recaía sobre a família nuclear, cujo chefe era o homem, considerado o provedor. Nota-se, portanto, que com o assalariamento e a vinda para a cidade, esse modelo foi solapado, em virtude, sobretudo, da individualização da força de trabalho, ao invés do contrato familiar do colono. O homem deixa de ser considerado o único provedor, uma vez que a mulher e os filhos trabalham para o sustento da família como um todo. A perda deste "privilégio" não retira o poder do homem. As relações de gênero enquanto assimétricas continuarão existindo. As mulheres incorporam a dupla jornada de trabalho e, em muitos casos, a violência doméstica praticada por homens contra elas e os filhos é uma constante. De um modo geral, o que se constatou foi a presença de muitas tensões e conflitos no interior destas famílias, aliás, situação semelhante àquelas de outras pesquisas (Stolcke, 1986, p.113). Mais adiante, serão analisadas três trajetórias de mulheres, nas quais as questões de gênero serão aprofundadas. Por ora, far-se-á uma apresentação dos dados quantitativos acerca da organização familiar e das condições de reprodução. Quanto à organização, observou-se que o modelo conjugal abrange 65,3% das famílias. Quase 26% delas enquadram-se dentro da tipologia família conjugal com agregados e 10,3% são famílias monoparentais.² Os maiores percentuais do modelo de família conjugal estão em Altinópolis e Barrinha e os menores em Araraquara e Américo Brasiliense. A presença de agregados é menor em Altinópolis e Barrinha. A maior presença de famílias incompletas está em Araraquara. Portanto, considerando-se os totais, mais de 36% das famílias fogem ao modelo de família conjugal. A presença de agregados em mais de 1/4 delas reflete as dificuldades referentes à moradia nestas cidades, onde muitos, ao chegarem, não possuem outra alternativa senão ficar em casa de parentes. Em relação às famílias incompletas, não se trata de uma anomalia, mas o resul-

2 Durante a pesquisa, foi entrevistado um médico ginecologista de Araraquara, segundo o qual, a porcentagem de famílias "quebradas" de trabalhadores rurais chega, em algumas cidades, a 25%, portanto, acima da média nacional.

tado das condições de reprodução social destes trabalhadores, mediante arranjos e rearranjos. No que tange às nucleares, o número médio de pessoas por família é de 5,42, existindo uma ligeira variação entre as cidades: 5,2 (Altinópolis), 5,02 (Araraquara), 5,18 (Serrana), 5,45 (Américo Brasiliense) e 6,25 (Barrinha), sendo esta última a que apresenta a maior média.

Quanto à faixa etária, excetuando Araraquara, com um maior registro de pessoas na faixa de 41-50 anos, o maior número de pessoas concentra-se nas faixas de até 40 anos. Em todas as cidades, registra-se mais ou menos a tendência de um número bem pequeno de pessoas com mais de 50 anos, o que define estas famílias, essencialmente de trabalhadores. O maior número de pessoas constitui-se de crianças com até 16 anos, o que corresponde a 44%. De 14 a 40 anos, há 39%. Portanto, praticamente 80% das pessoas possuem até 40 anos e apenas 10% possuem entre 40 e 50 anos. Trata-se de uma população em que existem 60% de adultos, acima de 17 anos e quase 40% de crianças de até 16 anos.

Quanto à situação ocupacional da família, para o conjunto das cidades, observa-se que 40% são de famílias de trabalhadores rurais, volantes, que, somados aos permanentes e desempregados, atingem quase 60%. Há quase 36% de famílias constituídas por trabalhadores rurais e urbanos. A maior presença destas famílias está em Araraquara e Serrana. No que tange ao trabalho da mulher, em 36% das famílias, o homem e a mulher trabalham na roça. A situação da mulher em casa e o marido na roça aparece em 33% dos casos; onze mulheres declaram ser chefes da família. Destas, cinco em Araraquara, duas em Altinópolis e Serrana, uma em Américo Brasiliense, Altinópolis e Barrinha. Na situação em que apenas o homem trabalha fora, aparecem trinta casos. A respeito do trabalho dos filhos menores de 14 anos, 62% não trabalham; 8% trabalham na roça e 6% na cidade.

OS SALÁRIOS

Até dois salários mínimos, há 12% das famílias; 17% recebem de dois a três salários mínimos, 30%, de três a cinco e 32%,

mais de cinco. Incluem-se, aí, os agregados. Considerando que, em média, de 41% das pessoas que moram na casa trabalham, e que existem cerca de 5,7 pessoas por casa, tem-se que 2,33 *pessoas por domicílio trabalham* no conjunto destas cidades. O fator responsável por 32% das famílias receberem mais de cinco salários mínimos deve-se ao maior número de pessoas que trabalham, e não a uma melhoria dos níveis salariais. Nota-se também que os menores salários são recebidos pelos trabalhadores de Araraquara. Aliás, esta situação reflete-se nas condições de vida, sendo as piores no conjunto analisado. Os gastos com alimentação revelam os padrões salariais destes trabalhadores: 23% dos entrevistados gastam até 50% do salário com alimentação; 27%, de 50% a 70%; 22%, de 70% a 80%, e 25%, mais de 80%. Inquiridos sobre a suficiência dos salários, 64% responderam negativamente, 58% afirmaram que não dá para viver, 17%, que só dá para comprar arroz e feijão; 57%, receberam ajuda em alimentos, calçados e remédios. Instituições religiosas, escolares, faculdades, creches, postos de saúde, parentes, vizinhos, usinas aparecem no rol dos que ajudam. Esta situação revela o quadro de penúria vivenciado, considerando-se o número de 2,33 pessoas que trabalham em média por domicílio. Quase 1/3 das famílias recebe ajuda, o que configura a situação de uma população assistida. Quanto às diferenças salariais entre homens e mulheres, tem-se que menos de 40% dos homens que trabalham recebem salários iguais às suas mulheres que trabalham na mesma ocupação. Mais de 60% deles recebem salários superiores às suas mulheres. Essa diferença salarial entre homens e mulheres não constitui um caso isolado. Os dados para o conjunto do país mostram que a renda média dos homens é superior à das mulheres (Bruschini, 1994). Essas diferenças salariais, em virtude da divisão sexual do trabalho, acrescenta àquelas referentes aos trabalhadores de "fora" - migrantes temporários durante a safra - permitem, ainda mais, a elevação das taxas de exploração da força de trabalho e, conseqüentemente, o maior aviltamento dos salários. Tal situação, logicamente, interfere nos níveis de vida. As condições alimentares, de saúde, de moradia e de educação refletem, com algumas variações, a situação de uma população cujos salários não garantem as necessidades da reprodução social da força de trabalho (Pétreceille,

1975). Forma-se, assim, um círculo vicioso por meio do qual o sistema de dominação assenta-se nos salários vis e na reprodução das diferenciações sociais (étnico/racial e de gênero). Extremamente explorados, dominados, muitas vezes excluídos do trabalho pelas listas negras ou obrigados a aceitar um rebaixamento ainda maior dos salários durante a entressafra, muitos evitam, com seu trabalho, "morrer de fome". Entende-se que este fator da incapacidade da reprodução social pode ser um dos elementos detonadores da atual demanda pela terra, enquanto fator de produção de alimentos para a garantia da sobrevivência, tal como se observa por intermédio do MST e dos assentamentos. A impossibilidade dessa reprodução social, de um lado, permite as altas taxas de acumulação, e de outro, contém os germes da rebeldia e da revolta, manifestados no talhão, no caminhão ou nas cidades, de diferentes formas: individual ou coletivamente.³ Outros autores mostraram, em diferentes momentos e lugares, que um dos traços destes trabalhadores era a miséria (D'Incao, 1976), com seus corolários: doenças, enfraquecimento das capacidades físicas e intelectuais, diminuição do crescimento físico (Oliveira & Oliveira, 1981). Esta pesquisa revelou que estes traços continuam. Dir-se-ia que a miséria é um dos componentes de sua condição social. Alguns indicadores reforçam estas afirmações.

QUADRO ALIMENTAR SEMANAL DA FAMÍLIA

Há, em média, 5,42 pessoas por família no conjunto dessas cidades, no caso das nucleares. Supõe-se que nas outras famílias esta média seja mais ou menos mantida e tomar-se-á o conjunto de todas as famílias.

3 As greves de 1984 e 1985 explodiram em primeiro lugar, no espaço reprodutivo da cidade de Guariba, com a destruição do prédio da Sabesp, saques a supermercados, queima de carros etc. Durante as entrevistas, muitas mulheres afirmaram a possibilidade de invadirem os supermercados. Interessante foi perceber os produtos que elas pegariam, quando questionadas, sobre esta hipótese: arroz, feijão, óleo, açúcar, macarrão, sabão. Produtos tais como queijo, presunto, iogurte, latarias e outros produtos de higiene não seriam levados. Também não levariam o "carrinho", pois este é deles, dos donos do supermercado, disseram.

Quanto ao consumo de *carne*:

de 1 kg	13%
de 1 a 2 kg	23%
de 2 a 3 kg	27%
+ de 3 kg	13%
não consome	24%

Quanto ao consumo de *leite*:

2 litros	12%
+ 2 litros	15%
1 litro por dia	9,7%
de vez em quando	24%
não consomem	22,3%

Quanto ao consumo de *peixe*:

1 a 2 kg	12%
+ de 3 kg	3%
bastante	1,4%
pouco	31%
não consomem	52,6%

Quanto ao consumo de *legumes*:

1 a 2 kg	4,4%
2 a 3 kg	8,2%
+ de 3 kg	8,9%
bastante	17%
pouco	17%
não consomem	44,5%

Quanto ao consumo de *queijo*:

pouco	13%
não consomem	87%

Quanto ao consumo de *ovos*:

1 dúzia	24,6%
2 dúzias	28,3%
+ de 2 dúzias	15%
bastante	11%
pouco	13,4%
não consomem	10,4%

Quanto ao consumo de *frutas*:

1 a 2 kg	3%
+ de 2 kg	7,4%
bastante	28,3%
pouco	6,7%
não consomem	54,6%

Quanto ao consumo de *arroz*:

2 a 5 kg	10,4%
5 a 8 kg	26%
+ de 8 kg	48,5%
bastante	2,2%
não consomem	3%

Quanto ao consumo de *feijão*:

1 a 2 kg	10,4%
2 a 4 kg	30%
4 a 6 kg	27,6%
pouco	21,6%
não consomem	10,4%

Quanto ao consumo de *batata*:

1 a 2 kg	13,5%
+ de 2 kg	37,3%
bastante	4,5%
não consomem	44,8%

Quanto ao consumo de *macarrão*:

1 a 2 kg	36,5%
+ de 2 kg	30,55%
bastante	3%
pouco	11,2%
não consomem	18,8%

Quanto ao consumo de *refrigerantes*:

bastante	10,5%
pouco	20,2%
não consomem	69,3%

O consumo de bebidas alcoólicas, semanalmente, ocorre em 42% das famílias. Destas, 22% possuem um membro que bebe, 10%, dois, 4%, três, 3%, mais de quatro, 2%, todos os adultos. O consumo de cigarro ocorre em 44% das famílias. Destas, 16% possuem 21 fumantes, 15%, dois, 65,05%, três, 3%, quatro, 1,6%, mais de quatro e 0,5% todos os adultos. No conjunto, apesar da insuficiência destes dados, porque não houve registro e acompanhamento do consumo alimentar diário por meio de fichas de consumo (IBGE, SEPLAN, 1978), pode-se verificar que o padrão alimentar é precário em proteínas, concentrando-se o maior consumo em cereais e derivados.⁴ Considerando-se o grande número de crianças, há uma enorme insuficiência do consumo de leite. Estes dados adquirem maior relevo levando-se em conta os altos gastos com alimentação, pois, 74% dos entrevistados afirmaram gastar mais de 50% do salário familiar neste item. Destes, 25% gastam mais de 80%. O alto consumo de bebidas alcoólicas é mais

4 A mesma situação foi encontrada por Oliveira & Oliveira (1981). A insuficiência alimentar, em razão dos baixos salários resultantes do processo de superexploração, aparece como um dos motivos principais da demanda pela terra por parte de muitos assentados, que vivenciaram esta condição de proletarização. Ver a respeito os resultados da pesquisa sobre assentamentos, levada a cabo por vários pesquisadores da UNESP (Ferrante & Bergamasco, 1995 e Ferrante, 1995).

um dos traços componentes desta condição social, possuindo dois elementos contraditórios: ser resultado do processo de alienação no qual se acham inseridos, de um lado, e, do outro, a bebida representa, *vis-à-vis* o imaginário, a autonomia, a liberdade, o sair de si mesmo. "Quando bebo fico alegre, esqueço tudo, danço, me sinto feliz" na fala de uma trabalhadora. Esquecer-se de tudo é representado como desalienação. Portanto, a bebida revela mais uma face das contradições objetivas nas quais se inserem. O seu uso representa, assim, o embate deste processo de alienação-desalienação. Como meio de esquecimento, a bebida é também uma forma de resistir, ainda que abreviando a duração de suas vidas. Talvez seja este o lado mais cruel do processo homogeneizador imposto: a indução à autodestruição, para muitos deles.⁵

AS CONDIÇÕES DE MORADIA

A respeito das moradias, aos poucos, foi-se impondo o "estilo paulista" de construir casas, como foi visto anteriormente. Das cidades da pesquisa, Altinópolis é aquela que apresenta o melhor perfil pelas razões já apontadas. No conjunto, 89% das moradias são de alvenaria; 3% são barracos, 2% são de madeiras, 30% outro tipo de construção e 3% não responderam. Os barracos foram encontrados, um em Américo Brasiliense e Barrinha, dois em Araraquara. Inexistem em Altinópolis e Serrana. Aliás, estas duas cidades só possuem moradias de alvenaria. Tanto os barracos como os outros tipos foram encontrados nas demais. Em geral, as

5 Historicamente, as situações-limites tais como campos de concentração, prisões, regime de escravidão, impõem a autopunição e até mesmo o suicídio aos sujeitos envolvidos. Durante a vigência da escravidão em Cuba, as práticas abortivas e o matricídio entre as negras eram bastante elevados, ocasionando quedas brutais nas taxas de natalidade. As mulheres escravas preferiam matar o recém-nascido a vê-lo escravo (Fraginalls, 1978, p.52-5). No Brasil, várias práticas de suicídio existiam entre os negros escravos. Uma delas, praticada pelos gabões, consistia em engolir a própria língua (Koster, 1816, p.410). Um outro exemplo de autodestruição refere-se às taxas elevadas de suicídios entre indígenas brasileiros, hoje, em razão do desenraizamento cultural imposto a eles pela sociedade inclusiva.

casas não são forradas, o piso é de cimento (vermelhão), ladrilho ou chão (menores porcentagens em Altinópolis e Serrana). O teto é de telha ou lajota (as mais freqüentes). Quase todas elas possuem luz elétrica, água encanada e esgoto canalizado. Barrinha apresenta maior número de moradias com esgoto a céu aberto e fossa, seguida de Araraquara. Nas outras cidades não foi encontrada esta situação. Segundo os informantes, 59% das casas são próprias, 27% são alugadas, 12% são cedidas/emprestadas e 22% não responderam. As maiores proporções de casas próprias estão em Altinópolis (72%); em Américo Brasiliense, elas representam 58%, em Araraquara 54%, em Barrinha 55% e em Serrana, 55%. Quanto às casas próprias, 26% delas foram adquiridas prontas, 38% construídas pela família e 7% construídas pela família com a ajuda de vizinhos. Apenas 3% foram mandadas construir pela família. O maior número de casas adquiridas prontas está em Altinópolis, que possui, em contrapartida, as menores porcentagens em relação às demais situações.

Mais uma vez, confirma-se o que foi dito anteriormente. Algum pecúlio dos ex-colonos, ex-parceiros, ex-sitiantes foi empregado na compra ou construção da moradia nesta cidade. A distribuição de lotes e as maiores facilidades para a aquisição de casas pelo BNH, por intermédio da ajuda da prefeitura local, permitiram os melhores padrões de moradia. Pode-se dizer que, no conjunto, predomina o sistema de autoconstrução, prevalecente em outras épocas e regiões do país, inclusive em São Paulo. Esse sistema, tal como já foi extremamente analisado por vários autores, dentre eles, Oliveira (1976), é uma forma utilizada pelo capital para diminuir ainda mais os gastos com a reprodução da força de trabalho. A existência de infra-estrutura, tal como água, luz, esgoto deve ser interpretada não como "benefícios" estendidos a estes trabalhadores pelo poder público, mas no conjunto da reprodução social dos habitantes da cidade como um todo. Esses equipamentos coletivos constituem também formas de disciplinamento. Por se tratar de uma população proveniente da área rural, desprovida destas condições, seu ajuntamento nas cidades poderia causar, caso não houvesse estas medidas de saneamento e higiene públicas, proliferação de doenças e outros problemas que pudes-

sem comprometer as condições de saúde da população da cidade como um todo, tal como registra a historiografia (Decca, 1987).

Inquiridos sobre a aquisição da moradia, 32% responderam que foi mediante a redução dos gastos e 16% mediante economia, que possuíam anteriormente. Altinópolis e Serrana foram as duas cidades onde esta última situação ocorreu com frequência. No que tange ao número de famílias residindo nos domicílios, em 75% deles residem apenas uma, em 19%, duas famílias e em 5%, mais de duas. Em Américo Brasiliense, 1/3 dos domicílios possui duas famílias. Mais uma vez destaca-se a situação melhor de Altinópolis, no tocante às condições de moradia: 80% dos domicílios possuem uma só família, 17%, duas famílias e 3%, mais de duas. Em Araraquara, 10% possuem mais de duas, em Barrinha esta porcentagem chega a 9% e em Serrana a 3%.

A respeito do número de cômodos, levando-se em conta a existência de mais de cinco pessoas por família e que, em 25% dos domicílios existe mais de uma família, pode-se perceber a seguinte situação: 22% dos domicílios possuem apenas dois cômodos; 14%, três, 18%, quatro, 25%, cinco e 21% possuem acima de cinco cômodos. A pior situação está em Araraquara e Barrinha, onde 36% dos domicílios possuem apenas dois cômodos; em Altinópolis esta porcentagem é apenas de 7%; em Serrana é de 20% e em Américo Brasiliense, de 12,5%. Em Américo Brasiliense, os moradores na fazenda possuem casas acima de cinco cômodos, muito embora haja dois registros de duas famílias morando no mesmo domicílio.

Quanto aos dormitórios, a situação é a seguinte: 39% possuem apenas um dormitório; 27%, dois, 26%, três, 3%, quatro. Mais uma vez, repete-se a tendência analisada acima. Em Araraquara, quase a metade (49%) dos domicílios possui um único dormitório; e em Américo Brasiliense esta proporção é de 42%, em Barrinha, 45%, em Serrana, 27%, em Américo Brasiliense, 33,5% (em virtude das casas da fazenda). Em Barrinha, existem 55% das casas com dois dormitórios, não sendo encontradas casas com três dormitórios.

Uma outra característica é a construção de uma ou mais casas no mesmo terreno e o compartilhar do mesmo quintal, tanque,

varal e até mesmo banheiro. O alto preço do terreno urbano impede sua compra por parte de uma população cujo salário é insuficiente até mesmo para a alimentação, como foi demonstrado. Mais da metade (56%) dos entrevistados afirmou possuir no mesmo terreno mais de uma moradia. Destes, 16% correspondem a uma casa; 30%, a duas, 6%, a três, 1%, a quatro, e 2%, a mais de quatro. Esta situação ocorre em relação aos trabalhadores rurais residentes e também em relação aos que vêm para a safra. É muito comum a construção dos cômodos no fundo do quintal para serem alugados aos peões. Há também, como se mencionou anteriormente, o sistema das pensões: conjunto de cômodos interligados com um único banheiro pertencentes ao proprietário que habita a casa de frente à rua. Às vezes, pode-se tratar de um empreiteiro que acumula também estas funções, além daquela de agenciador de mão-de-obra. Ainda, no tocante ao aspecto da construção de mais de uma casa no mesmo terreno, Altinópolis é a cidade que oferece as melhores condições e, Araraquara, é a que oferece as piores. Nesta cidade, há 5% de um mesmo terreno com mais de quatro casas; 37%, com duas casas e 11%, com três casas. Estas porcentagens para as outras cidades são respectivamente: Altinópolis: 0%, 2% e 4%; Américo Brasiliense: 0%, 50% e 8%; Barrinha: 9%, 9% e 9%; Serrana: 0% e 24%. A exigüidade dos terrenos em virtude da construção de várias casas, o pequeno número de cômodos e dormitórios, o uso freqüente de tanques, banheiros, varais e quintais comuns imprimem a esta população um "modo de morar" bastante específico. "Modo de morar" que constitui um dos elementos do modo de vida da civilização da usina. "Modo de morar" que significa muito mais um ajuntamento de pessoas num determinado lugar.

Para muitos, boa parte do tempo transcorre fora da casa. Os homens no trabalho e freqüentemente nos botecos. As mulheres no trabalho e dentro de casa, realizando as lides domésticas. As crianças ganham o espaço público nas ruas, já que o quintal, geralmente, é um espaço de discórdia entre os moradores. Muitas mães reprimem as crianças, caso fiquem no quintal e briguem com as outras. Por isso, o espaço da rua parece ser o mais livre. A socialização produzida neste espaço é caracterizada ora por relações de

amizade, ora por discórdias. Trata-se, neste último caso, de uma sociabilidade imposta, resultante deste ajuntamento de pessoas. Talvez o exemplo da maior marginalização refira-se ao bairro João-de-Barro em Guariba. Já foi descrito o surgimento deste bairro, assim como a violência aí existente. Trata-se de uma violência entre seus próprios ocupantes, entre "os iguais" refletindo a sociabilidade do cotidiano permeada por brigas, conflitos e até mortes. A imposição deste "modo de morar" constitui, *mutatis mutandis*, um dos elementos do sistema de exploração-dominância da civilização da usina. É um dos elementos da história objetivada, da civilização da usina, ao lado de suas chaminés, do verde dos seus canaviais, das mansões destinadas ao repouso de seus proprietários, dos bairros elegantes dos engenheiros e altos técnicos. Este "modo de morar" encarna-se no *habitus* de classe destes trabalhadores, como uma verdadeira marca do "estilo paulista". Estilo que significou basicamente duas coisas: primeiramente, este "modo de morar" significou uma ruptura total com o mundo de antes, da morada ou da roça de subsistência, em segundo lugar, na morada, na colônia ou na casa do sitiante, o espaço da casa propriamente dito incluía o quintal, o terreiro e a roça de alimentos. As atividades reprodutivas ocorriam nestes vários espaços.

A vinda para as cidades significou a destruição desta maneira de morar. O resultado foi a redução do espaço a alguns metros quadrados e, às vezes, a uma simples caixa de papelão. A exigüidade do espaço provocou uma desestruturação dos hábitos e da sociabilidade, anteriormente vivenciados. Provocou também uma redefinição do trabalho da mulher que, agora, é obrigada a acumular a dupla jornada de trabalho, transformando-se em dona de casa e "bóia-fria". Suas funções na casa resumem-se às tarefas repetitivas de lavar, passar, cozinhar. Seu saber doméstico referente à indústria doméstica perdeu-se em virtude do término das condições objetivas. O espaço da casa perdeu o espaço "fora de casa". A unidade familiar tornou-se basicamente uma unidade de consumo, inexistindo as funções produtivas anteriores. Assim, por exemplo, a respeito da produção doméstica, apenas 18% dos entrevistados afirmaram possuir horta, 25%, fazer pão, 16%, costurar, 7%, possuir galinhas e apenas 1%, árvores frutíferas. Esta

situação é a mesma na fazenda em Américo Brasiliense. Os trabalhadores residentes não podem, em geral, possuir criação de animais de pequeno porte. A usina estipula na área rural um "modo de morar" que nada tem a ver com o mundo de antes. As casas são mais ou menos construídas no estilo urbano, com "ruas" à frente. Possuem um pequeno jardim que deve ser cuidado, e, às vezes, uma pequena horta. A conservação das casas cedidas aos trabalhadores é severamente controlada pelas assistentes sociais que, frequentemente, as visitam e impõem padrões de higiene, limpeza e proíbem criação de animais ou outras plantações, situação semelhante àquela revelada por outras pesquisas (Whitaker, 1989; Noronha, 1986).

A fim de se completar a análise das condições de reprodução, far-se-ão algumas reflexões acerca da educação, saúde e lazer destes trabalhadores.

EDUCAÇÃO

Para o conjunto dos entrevistados, há a seguinte situação: 14% são analfabetos, 35% possuem até a 3ª série e 30,5% concluíram a 4ª série. Apenas 20% possuem escolaridade acima da 5ª série. Destes, apenas 2,2% concluíram o 1º grau (até a 8ª série). Do total dos entrevistados, 46% afirmaram possuir filhos na escola e apenas 9%, na creche.

Apenas 25% possuem condição de comprar todo o material escolar, 20% compram apenas parte do material escolar e 10% não o compram, 45% não responderam. Os que não conseguem comprar o material, solicitam à caixa da escola (25%), à firma (10%), ao Estado (5%), à Igreja (5%); 5% responderam que trabalham mais para poder comprar o material para os filhos. A fim de complementar os dados quantitativos, foram realizadas várias entrevistas com professoras, diretores de escolas, creches, psicólogas e professores de classes especiais nestas diferentes cidades. Os depoimentos fornecidos refletem o nível de precariedade existente nas escolas públicas, de um modo geral, aqui agravado,

tendo em vista a natureza da clientela de filhos de "bóias-frias", crianças subnutridas que, muitas vezes, só vão à escola para comer. Uma das diretoras afirmou que sua "escola era um grande refeitório, onde as questões pedagógicas pouco apareciam". A evasão escolar continua sendo alta e só não é maior por causa da "sopa" oferecida aos alunos.

Em virtude da situação em que vivem e da educação que lhes é oferecida, cria-se um verdadeiro paradoxo entre o real vivido e real imaginado. Quando inquiridos sobre o que desejam aos seus filhos, a grande maioria respondeu que era o *estudo*. O estudo parece ser o único caminho aberto para que os filhos não sejam o que os pais foram ou são. No entanto, mesmo morando na cidade, onde há escolas, este ideal não pode ser realizado pela própria realidade em que vivem. Crianças mal nutridas, às vezes necessitando trabalhar, jamais poderão ter o estudo imaginado por seus pais para poderem mudar sua condição social. Nas palavras de uma professora de Altinópolis: "infelizmente, não estamos em condições de mudar a situação destas crianças, porque elas já chegam aqui com muitas defasagem". Durante a pesquisa de campo, foram entrevistados os prefeitos destas cidades. Além do comportamento político, levantaram-se elementos acerca da possível participação das prefeituras na reprodução social destes trabalhadores. No tocante a Altinópolis, algumas considerações já foram feitas, neste sentido. Aí também pôde-se observar a existência de uma creche construída pela prefeitura, além da distribuição da alimentação por meio de uma cozinha-piloto. Em Américo Brasiliense, Barrinha, Serrana, a participação do poder local está associada a algumas usinas e também a algumas secretarias do Estado, dentre elas a do Abastecimento. Em Barrinha, umas das usinas colaborou na reforma da creche e recebia uma ajuda em dinheiro para os gastos. Segundo a psicóloga da creche, esta ajuda era, no início de 1988, em torno de Cr\$ 17.000,00 por trimestre. Segundo ela, tratava-se de uma quantia pequena em relação ao montante dos gastos. Esta mesma informante afirmou que tal quantia era em substituição à construção de creches para suas funcionárias, nos casos em que houvesse mais de trinta mulheres empregadas *em idade fértil*. Em

Barrinha, há também uma cozinha-piloto, que, além de distribuir a merenda, distribui leite de soja.

Em Américo Brasiliense, além da cozinha-piloto, há também a vaca mecânica para a produção de leite de soja e uma minipadaria. Há um setor de serviço social que atende prioritariamente aos "bóias-frias" locais, setor este inexistente em Barrinha. Em Serrana, a creche é também municipal e recebe colaboração da Usina da Pedra. Em Américo Brasiliense, há uma horta em ação conjunta com a prefeitura, a usina Santa Cruz e o Estado, o qual se responsabiliza pela semente e a Usina pelo cultivo. A horta possui 7 ha sendo 3,5 pertencentes à usina e 3,5 pertencentes à prefeitura. Um dado interessante é que o leite de soja é cedido pelas usinas. O cultivo de soja é bastante freqüente após o corte da cana. Antes de um novo plantio, planta-se soja para recuperação do solo. A Usina da Pedra, em Serrana, distribui leite de soja aos trabalhadores no canalial no momento da merenda, por volta das 13 horas. Em Américo Brasiliense, a creche é da usina, mas os funcionários são pagos pela prefeitura. A assistente social informou que um dos projetos a ser implantado era o Projeto de Alimentação para "bóia-fria". Inicialmente, seriam fornecidos pão e leite e depois uma refeição por dia. Segundo ela, a usina Santa Cruz, a Secretaria do Abastecimento e os empreiteiros teriam participação neste projeto. Em Araraquara, não há um programa específico de atendimento aos trabalhadores rurais. Em Serrana, a participação da Usina da Pedra fez-se sentir na organização de cursos de corte e costura e pintura para mulheres e de marcenaria mecânica para os filhos de trabalhadores rurais. Barrinha é uma cidade que apresenta uma particularidade em relação às demais. Em sua área, não há nenhuma usina (setor industrial), apenas áreas de cana de várias usinas. Isto faz que a arrecadação municipal seja bem inferior às demais, dentre elas, a cidade de Pradópolis (não coberta pela pesquisa), considerada aquela em que a prefeitura oferece o melhor atendimento aos trabalhadores rurais.

Os depoimentos de professores das creches e das outras escolas confirmam que, em todas estas cidades, há um estado de subnutrição das crianças, em virtude do precário orçamento doméstico. Em Américo Brasiliense, uma merendeira da escola EEPG Alzira

de Toledo Pizza afirmou que há crianças que chegam a repetir a refeição quatro vezes, algo também confirmado pela professora de classe especial, ao dizer que a expectativa diária das crianças em relação à merenda é bastante grande. Em Américo Brasiliense, o prefeito mencionou outra ajuda alimentar aos trabalhadores rurais: o "cestão" constituído por um conjunto de alimentos considerados básicos: arroz, feijão, óleo, fubá, açúcar, macarrão. Este "cestão" era vendido por um preço menor. Houve também a tentativa da Usina Santa Cruz em implantar o sistema de "bóia-quente", mediante o fornecimento de comida quente. Excetuando Araraquara, todas as prefeituras possuíam projetos específicos de alimentação por meio das escolas e creches, hortas municipais (Barrinha e Américo Brasiliense). Araraquara, por se tratar de uma cidade média com características completamente diferenciadas das demais e pelo fato do número de "bóias-frias" ser aí bem pequeno em relação aos trabalhadores de indústrias, o poder local os trata no conjunto da população das *periferias*, das favelas. Portanto, a população de "bóias-frias" acha-se, aí, diluída na massa dos marginalizados socialmente. O poder local não os reconhece como uma categoria específica dentre os demais pobres urbanos (Santos, 1979). Apesar de várias usinas cercarem esta cidade, o grosso de seus trabalhadores acha-se em Américo Brasiliense, Ibaté, Santa Lúcia, Rincão, cidades menores, onde a menor renda do solo urbano permite morar por um preço inferior ao de Araraquara, mesmo nos bairros de periferia.

Em suma, o que fica evidente é a incapacidade de reprodução social dessa força de trabalho, em virtude do aviltamento dos salários. Os projetos e programas referentes à ajuda alimentar empreendidos pelas prefeituras e empresas e alguns órgãos do Estado, mediante hortas, cestões, cozinhas-pilotos, vacas mecânicas, distribuição de leite de soja nos canaviais vêm demonstrar algumas medidas tomadas no tocante à reprodução social.

No que tange à realidade estudada, a ação dos poderes locais, mediada por algumas verbas da Secretaria do Abastecimento e das usinas, não pode ser equiparada àquela do Estado capitalista dos países desenvolvidos, à época da vigência do *Welfare State*. Trata-se muito mais de uma política de outorga, de doar, receber e res-

tituir (Gomes, 1981), uma verdadeira gestão filantrópica da pobreza (Adorno, 1990a). Esta realidade concreta revela não a assunção da reprodução ampliada desta força de trabalho propriamente dita pelos órgãos públicos, mediados pelas próprias empresas que a exploram, mas, sobretudo, como se observa, a "reparação" dessa força de trabalho. Exemplos patéticos foram mencionados: a não-distribuição de leite de soja em Barrinha porque a vaca-mecânica estava quebrada e não tinha sido reparada; a inexistência de um setor social ligado à prefeitura nesta cidade e a assistente social desempenhando funções de escriturária; a afirmação do prefeito de Araraquara "que vaca mecânica não resolvia nada e que era contra o leite de soja"; ou ainda, equipamentos desligados porque o consumo de energia era muito grande, aumentando os gastos.

SAÚDE

A precariedade das condições de alimentação e moradia segue-se àquela referente à saúde dessa população, cujas deficiências das condições de vida, de um modo geral, são também produto do descaso do "poder público", algo não específico a esta população, mas uma situação bastante recorrente no país como um todo. Quanto ao Funrural, as respostas dos trabalhadores foram bastante significativas: 63% deles afirmaram que o Funrural ajuda o trabalhador, 18% que prejudica e 16% não souberam dizer nada a respeito. Para 45%, o Funrural mudou-lhes a situação; para 32% isto não ocorreu e 19% não souberam dizer nada a respeito. No que tange ao cumprimento das obrigações pelo Funrural, as respostas foram mais ou menos recorrentes em relação às anteriores: 59% afirmaram positivamente, 19% negativamente, 18% nada sabiam dizer. Quanto ao atendimento do INSS ser melhor que o do Funrural, 38% afirmaram positivamente, 27% negativamente, 16% não sabiam e 15% disseram ser igual. Sobre a compra dos remédios, 32% afirmaram que compram todos os remédios, 42%, apenas parte dos remédios e 18% não

tinham condições de comprar os remédios. Portanto, apenas 1/3 dos entrevistados achava-se em condições de comprar todos os remédios. Quanto ao que fazer, quando não podiam comprar os remédios, as alternativas variavam desde comprar fiado (15%), pedir à usina (25%), à prefeitura (2%), ao posto de saúde (21%), a alguém (7%), um vale no emprego (2%), ficar em casa até melhorar (2%) ou não comprar os remédios (15%). A cura dos corpos doentes opera-se, portanto, por meio de auxílios de outras pessoas, instituições, empresas ou até o emprego de alternativas paradoxais como deixar de comer.

Todas as usinas possuem convênios com hospitais nestas cidades. Algumas fazendas de café também os possuem. Este é mais um exemplo da influência da empresa nos aspectos da reprodução. Das entrevistas com médicos, dois pontos se destacaram: em primeiro lugar, a presença muito grande de doenças, desde as mais comuns, como gripes, infecções, até câncer no escroto, provocado, segundo hipóteses, pela postura do corpo no momento do corte, sem contar aquelas provocadas pelo uso de agrotóxicos, como já foi dito anteriormente. A ocorrência de doenças do aparelho respiratório, de alergias causadas pela fuligem da cana queimada assumem grandes proporções. Em segundo lugar, parece prevalecer uma espécie de nova atitude diante da doença. O grande número de atestados, como já foi mostrado, pode ter duas interpretações: a doença efetiva do corpo, em virtude das condições de vida e de trabalho, e uma espécie de resistência, em que ficar doente não quer dizer vadiagem, mas corresponde às dificuldades do corpo em se moldar ao trabalho e à disciplina imposta. A incapacidade de reprodução, aliada ao baixo salário, às incertezas de encontrar trabalho, à dominação imposta, provoca "a doença dos nervos", as tensões, a hipertensão e, muitas vezes, a loucura. As condições de saúde do corpo refletem as condições do trabalho e da vida destes trabalhadores. São quase sempre, no dizer dos médicos, corpos doentes, todavia, relativamente jovens.

As formas de exploração impostas levaram não só ao consumo da força de trabalho, mas ao dos próprios trabalhadores. Expressões como "no final da safra, eu estou como um bagaço de cana", "no final do dia, o que mais quero é espichar meu corpo",

"aos quarenta anos, a gente não tem mais força", refletem o grau de consumo da força e do próprio trabalhador. No capítulo sobre o processo de trabalho, ficou evidente a seleção dos trabalhadores passando por dois crivos, o do médico para análise dos corpos e das "fichas", para análise das condutas moral e política. Muitos corpos doentes não são aceitos. Muitos trabalhadores disseram que não foram selecionados porque "tinham pressão alta". Por isso, os doentes se dirigem às fazendas de café, algodão, amendoim, a alguns empreiteiros "independentes" da laranja, que não exigem o controle médico. É uma forma de receberem algum salário, mesmo, em muitos casos, não se beneficiando dos direitos adquiridos para cuidarem da doença que trazem em seus corpos. É na intersecção destes paradoxos que estes trabalhadores buscam a sobrevivência.

LAZER

Para uma vida reduzida a tempo de trabalho, o tempo livre é quase inexistente. As mulheres, em virtude da dupla jornada, dos valores discriminadores em relação à utilização de determinados espaços, dentre eles, os bares, quase não possuem lazer: 82,5% delas responderam que trabalham nos dias de folga, contra apenas 12% dos homens. As atividades de lazer mais freqüentes são: assistir à televisão (4,25%), ficar em casa (22%), jogar futebol (13%). As mulheres que descansam, praticamente, ficam em casa. Jogar futebol é uma atividade essencialmente masculina. Os programas de televisão mais assistidos são as novelas (16%), filmes (10,5%), jornal (29%), futebol (5%), Silvio Santos (4%). Os programas de rádio mais ouvidos são: músicas sertanejas (29%), qualquer música (18%), informativo (9%), futebol (6%).

Em Serrana, a Usina da Pedra possui programas de lazer para os trabalhadores mais qualificados e também para "as meninas do descarte". As programações consistem em levar as trabalhadoras para passar alguns dias na praia ou outros lugares. Segundo informações prestadas por uma das "meninas do descarte", nem todas

as trabalhadoras têm acesso a esta concessão da usina. O controle da conduta, da assiduidade e da produtividade existente no processo de trabalho é também responsável pela seleção daquelas que vão à praia durante as férias. Mesmo as selecionadas estão sujeitas a outras normas do controle da usina durante todo o tempo. Nesta cidade, há o "clube das moças", onde só podem participar das programações as "meninas" que fizeram parte deste clube. Em Santos, as trabalhadoras ficam numa colônia de férias. A usina cobra uma certa quantia que é descontada em quatro parcelas do salário. Acompanhando as "meninas", está a assistente social que "cuida de tudo".

"A Eliana (assistente social) cuida da gente. Se alguém ficar doente, leva no pronto socorro, ela vai pra olhar a gente ... é uma coisa bem organizada mesmo." ("menina do descarte")

Em várias cidades da região, existem times de futebol da usina. Aliás, este é um investimento de muitos usineiros, inclusive a construção de campos de futebol em algumas cidades. Em Altinópolis e Serrana, ocorrem todo ano as festas agropecuárias, (chamadas "festas do leite") patrocinadas pelos fazendeiros e poderes locais. Nelas comparecem os trabalhadores rurais como espectadores. Na verdade é uma festa dos grandes fazendeiros. É o momento em que são mostrados seus animais de raça, em que suas mercadorias valiosas ganham espaço de maior visibilidade. Ainda mais. A festa, reunindo num mesmo espaço físico grandes proprietários e trabalhadores rurais, reproduz o espaço social de cada um - sem contar aqueles trabalhadores que não podem ir, em virtude do alto preço dos ingressos -, o lugar de cada um e as marcas sociais de cada um. É o momento da reprodução da percepção social do corpo de cada um, no qual os dominados, por meio da óptica dos dominantes, reconhecem a própria imagem do corpo. Não se trata mais de uma festa organizada por eles, com seus ritmos, o sapateado, a catira, a dança de São Gonçalo, seus santos padroeiros, suas fantasias. Não são mais os donos da festa. São espectadores da festa dos outros. A música sertaneja, com seus ídolos fabricados pela indústria cultural e os novos ritmos homogeneizadores das classes populares, faz o espetáculo das festas do leite, embalando os corpos envoltos em novos sonhos e esperanças.

Inquiridos sobre o que achavam de viver na cidade, 51% disseram ser favoráveis e o restante desfavorável. O depoimento de uma cortadora de cana, que foi parceira em Terra Roxa, sintetiza o que significa, para ela, viver na cidade.

"Ah! para mim significa a maior tristeza. Eu não gosto da cidade. Eu gostava de morar no sítio. Onde eu prantava, eu fazia pão, polvilho, colhia aquilo que prantava. Ontem, eu estava vendo na televisão ... uma dona do sítio fazendo farinha, polvilho, biscoito no forno de lenha, igual a gente fazia. Isto dá uma saudade ... A gente come aquilo que produz. Na cidade, a gente não sabe o que está comendo, se comida com veneno ou não. O patrão mesmo, ele planta o quê? Ele planta dinheiro; ele não importa com o produto desde que ele arrecada dinheiro suficiente pra ele..."

No sítio é muito mais gostoso. Na cidade não tem nada. No sítio, a gente fazia um bailinho, uma festinha. E na cidade? ... a gente festejava os dias de santo. Na cidade a gente não tem nada disso ... O dia de São Sebastião a gente comemorava com congada. O dia de São Gonçalo a gente comemorava com a dança de São Gonçalo, na de Reis, a gente comemorava com uma festa de Reis ... tudo está ficando esquecido, abandonado na cidade, porque o pessoal muda pra cidade e esquece aquilo que fazia na roça... No sítio, tem muita consideração com parente, com a família... Na cidade não, não tem essa consideração. No sítio, quando vem um parente visitar, nossa é a coisa mais boa que tem ... cidade não é a mesma coisa, a gente não considera um ao outro mais ... a gente esquece do parente, esquece de ir na casa do outro ... na cidade, a gente esquece do tempo ... não tem tempo pra estar visitando uns aos outros, fazendo visita, ajudando, trabalhando sempre junto. No sítio se a roça atravava, meus parentes, os vizinhos vinham ajudar ... aqui o caboclo só se importa com ele mesmo ... acho que na cidade se cria um certo egoísmo, o pessoal pensa bastante, mais é nele mesmo ... não é no outro..."

Não obstante se trate de pequenas cidades, este depoimento revela mudanças profundas na sociabilidade, caracterizada pelo processo de individualização.⁶ Fica bastante evidente a mudança da percepção do tempo. A falta de tempo definida pela não-realização das festas, das comemorações dos dias dos santos, as poucas

6 Esta postura não contraria as teses sobre recriação cultural desenvolvidas por grupos de migrantes (Magnani, 1984). Ressalta-se que a recriação se faz no contexto da des-re-construção, o que envolve conflitos e não simples estratégias de sobrevivência ou acomodação social.

visitas aos parentes e conhecidos. Enfim, o tempo foi reduzido a tempo de trabalho. Pouco tempo restou para a festa do mundo de antes. No entanto, os trabalhadores de Barrinha, todos os anos, durante o mês de janeiro, comemoram a festa de Reis, com a presença da Folia de Reis, composta por trabalhadores que viviam na mesma área rural. Este é um dos poucos exemplos encontrados de reprodução de uma festa tal como existia antes, sem a dominação da indústria cultural e da música sertaneja ou da chamada cultura emergente.

MULHER, NEGRA, "BOIA-FRIA" A TRÊS VOZES

Mulher, negra, "bóia-fria". É preciso explicar?

Cida

CIDA ENTRE A MALDIÇÃO DA COR E A LIBERTAÇÃO MEDIANTE A LUTA POLÍTICA

Pretende-se, por intermédio da análise das trajetórias de três trabalhadoras negras,¹ aprofundar as reflexões sobre o sistema de exploração-dominação, *vis-à-vis* o gênero e a raça/etnia. Dentre o conjunto das entrevistas realizadas, estas três mulheres são representativas não só pelos pontos comuns de suas trajetórias, como também pelas diferenças. Todas elas nasceram e viveram algum tempo na área rural e aí trabalharam, realizando toda sorte de serviços, desde a capina até a confecção de cercas, considerada uma tarefa masculina e pesada.

1 As três histórias de vida foram coletadas no ano de 1989.

Suas histórias familiares, apesar de apontarem algumas dissemelhanças, estruturam-se com base nas dificuldades materiais, relações conflituosas e presença do poder masculino do pai, do irmão mais velho ou do patrão. Suas identidades subjetivas são definidas pelas diferenças, a partir das trajetórias. Enquanto *Cida* engajou-se na luta política, participando ativamente de greves, piquetes e do sindicato, *Nilza* é o protótipo da mulher rebelde, que desafia a ordem social, que frequenta bares, que se transforma em Pombagira. Dona *Francisca*, em virtude do sofrimento passado e presente, desloca-se para o mundo imaginário da fé, dos seus santos, conseguindo graças para si e para os outros. Intitula-se uma intermediária entre as pessoas que lhe fazem pedidos de cura, de realizações pessoais, e os santos. São três mulheres que sempre trabalharam, tiveram filhos, foram abandonadas pelos maridos/companheiros e vivenciaram relações de violência de gênero, de raça/etnia, além das de classe. São mulheres sós.

Retomando a idéia de Lauretis (1987b) acerca da multiplicidade do sujeito, há de se considerar que as três trajetórias revelam não o trabalho em abstrato, mas a realidade de pessoas concretas, de carne, osso e espírito, dotadas de vontade, desejos, sonhos. Não se trata de considerá-las com base em uma identidade que só leva em conta o igual, o mesmo, mas o fragmentado, o contraditório, o descontínuo.

(a) mulher como um sujeito social e um lugar de diferenças; diferenças que não são puramente sexuais ou meramente raciais, econômicas, ou sub(culturais), mas todas elas juntas e, muitas vezes, em conflitos entre si. (p.139)

É no bojo destes conflitos situados fora e dentro de cada uma destas mulheres que suas experiências são produzidas. A leitura de suas falas revela a natureza de seus dramas, em que são atrizes representando a si mesmas. Drama que é trama e trauma ao mesmo tempo. Algumas pessoas são cartas marcadas, outras descartáveis, outras são como trunfo e outras são as que jogam com estas cartas com base em regras estabelecidas e nas quais cada jogo é uma *performance* específica (Woortmann & Woortmann, 1993, p.128).

Cida inicia seu relato a partir da idade de 13 anos. Foi aí que saiu da escola, por ordem do pai, para cortar cana na Usina Perdigão, falida nos anos 70. Depois disto, foi trabalhar em outra usina, só que apenas os pais e os irmãos mais velhos tinham emprego, pois moravam nas terras da usina e "ela" não oferecia emprego a todos os membros da família. Em virtude de já "possuir idade" (16 anos), o pai insistiu junto à usina para que ela conseguisse um trabalho. Foi então empregada na área industrial da usina para "virar saco" que consistia em colocar sacos plásticos no interior dos sacos de fibras para o açúcar. Em razão de uma queda, na qual fraturou o joelho, não mais pôde trabalhar nesta função. Na seqüência, após um "tempão" em casa, desempenhou várias funções: arrancou amendoim, cortou cana, apanhou algodão e, por duas vezes, foi empregada doméstica. Em todos estes trabalhos, nunca sequer foi registrada, portanto, nunca obteve qualquer direito trabalhista. Com 17 anos, trabalhava na Usina Santa Elisa e, pela primeira vez, foi registrada. No entanto,

"deram baixa na carteira, porque os exames médicos descobriram que eu tinha pressão alta. Quem tinha pressão alta e chagas não era aceito."

Em razão deste fato, trabalhou com empreiteiro que não registrava. Quando estava trabalhando na Usina São Francisco, ficou grávida de um empreiteiro casado. Foi expulsa de casa pelos irmãos e pelo pai e, então, deixou o trabalho. Nesse período, a família morava em Barrinha. Após ser expulsa de casa, foi para Sertãozinho e trabalhou como doméstica durante quatro meses. Retorna em seguida para a casa do pai, por ordem dele e dos irmãos. Aí, assumiu os trabalhos da mãe enquanto esta cortava cana. Logo depois do nascimento de Milaine, volta ao trabalho do corte, deixando-a sob a guarda de sua mãe. Onze dias após o nascimento da criança, o pai de *Cida* morreu. Segundo seu relato, ele se negava a ver a criança, a *pôr a benção nela*, e somente um pouco antes de morrer o fizera.

A fala de *Cida* reflete, em muitos momentos, conflitos entre diferentes facetas. Segundo suas palavras, sempre teve uma "natureza de cão", sempre se revoltou em casa e no trabalho. No eito, sua rebeldia manifestara-se várias vezes antes de participar das

greves. Como já foi analisado anteriormente, cabe ao feitor a distribuição das tarefas e das partes da cana a serem cortadas. Aos melhores trabalhadores, geralmente os homens, são destinadas as melhores canas.

"Sempre os melhores ficavam no eito. O trabalhador não dá palpite. Eles que decidem onde você vai ficar. Então, eu mesma, como não era boa para cortar cana, nem fazia questão, escolhia sempre lá no meio ... aí eu aproveitava e *derrubava cana e deixava telefone*. Derrubar cana é assim, você só corta o pé, joga na beira e deixa a ponta, depois, você volta e tira a ponta ... Deixar telefone é assim... Você vai com três mudas e deixa duas para trás, senão vai com quatro e deixa uma ... eles não gostam. Tem que levar as cinco mudas juntinho ... por isso eu pegava o meio, de cana ruim, sempre *deixava telefone e derrubava cana*, pra render mais."

"Derrubar cana" e "deixar telefone" são práticas de resistência dos cortadores de cana, aprendidas por ela, quando "via muita gente fazer isto" (Silva, 1992). O fato de não se cortar a ponta da cana, uma a uma, antes de ser lançada na leira, requer a presença constante do feitor, como já foi mostrado, por duas razões: os ponteiros possuem baixo teor de sacarose e seu transporte até a usina, além de encarecer, compromete a produtividade. O controle, a disciplina do trabalho são necessários para conter a recusa que ocorre nos poros da organização do trabalho.

A "natureza de cão" também a direcionou para outros enfrentamentos. Sua primeira participação foi na greve da Usina Maringá.

"Acho que foi em 82... Eu e a Marta pegamos aquele caibro do caminhão, descemos e fomos no meio da turma ... aí vimos que era uma turma de mineiros ... vamos parar ... Eu e a Marta fizemos mais de sessenta homens sair do meio da cana e parar ... Foi aí que eu envolvi, a gente estava ganhando muito pouco ... eu nem sei, só sei que entrei no meio daquele povo ... foi aí que conheci o Elio (Elio Neves, atual presidente da FERAESP) e daí fomos para Matão."

É interessante observar que foi difícil para ela lembrar-se deste acontecimento, de como iniciou sua participação política. Após várias tentativas, o resgate desta lembrança e o da cor ocorreram livremente. O conhecimento de outras pessoas, os sindic-

listas, a participação em reuniões e outras greves, dentre elas as de 1984-1985 permitiram-lhe deixar de ser "paradona, cheia de complexos".

"Sabe, eu achava que era preta, que não ia ter amizade com ninguém... Eu tinha uma coisa comigo, eu tinha vergonha da cor, porque era preta ... muitas vezes, aconteceu de eu sentir assim na pele que as pessoas desfaziam da cor ... eu tinha medo, eu não era de fazer amizade de jeito nenhum, eu era igual a um bicho do mato. Então, eu conheci este pessoal, sabe eu senti que eles faziam muita conta de mim, eles davam muita atenção, então foi aonde eu passei a me sentir como gente."

É este encontro com o outro, homem, branco, "o diferente", "o sindicalista" com aquele que lhe dá atenção, que a leva a outros lugares, que a valoriza, segundo sua percepção, que lhe permite enxergar-se como "gente". Até então, fora "saco de pancada" em casa, objeto de violência física do pai e irmãos. Era este o motivo responsável por ser assim "angustiada, esquisita". A causa da violência do pai, em sua fala, não fica explicitada. Muitas vezes, afirma não entender por que o pai a desprezava e lhe batia tanto, apesar de realizar todas as tarefas domésticas, lavar a roupa, os sapatos dos irmãos quando chegavam da roça e varrer sempre o terreiro. Também não entende por que o pai nunca lhe dera presente de natal, apesar de dar para todos, inclusive para as cunhadas. A violência exercida pelos irmãos parecia ser fruto de uma espécie de "acordo" entre eles e o pai. Um batia um dia, e outro, noutro. Não mais suportando este estado de coisas, resolveu tentar envenenar-se com BHC, após ter-se fechado no interior do guarda-roupa para se esconder do pai, gesto que imitara de uma tia, que pelo fato de ser constantemente espancada pelo marido, assim se suicidara. Esta violência ocorria também em relação à mãe, alvo constante de chutes e pescões por parte do pai. Em razão disso, a mãe possuía um caroço no abdômen, segundo ela.

Em alguns momentos, deixa de ser reticente e afirma que os motivos dos espancamentos do pai eram por ciúme e interesse. Não chega a explicitar tentativas ou atos de violência sexual, muito embora, este parece ser o indizível, o elemento maior de seu sofrimento, de "ter crescido revoltada. Ele só me maltratava,

parece que era interesse sei lá, eu não entendia nada...". Reticências e recorrências de cenas de violência são complementares e atravessam toda a fala. Trata-se de uma "memória proibida e, portanto, clandestina" (Pollak, 1989, p.5), caracterizada pela irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória de dominação que não pode ser expressa.

A lembrança do padre Braguetto² ocupa boa parte do seu discurso. Ressalta sua importância durante as greves, seu posicionamento ao lado dos trabalhadores, sua capacidade de liderança, sua coragem ao desafiar o poder da polícia e dos usineiros, a diferença entre ele e os outros padres que estavam do lado "de lá". Contudo, é, sobretudo, no momento em que ficou grávida, pela segunda vez, que a importância do padre para ela aumenta. Foi ele quem a aconselhou a não praticar o aborto, conseguiu-lhe um quartinho e pagou, com ajuda de outras pessoas, o aluguel, já que fora expulsa de casa novamente, pelos irmãos. Era um padre que "esquecia o papel de padre pra ficar entre os trabalhadores, tinha idéias novas...". Foi também ele que a fez se sentir "gente", que "não se desfez dela", diferente daqueles que não têm "onde cair morto e desfaz da gente".

A valorização pessoal advinda destas pessoas pertencentes a outro espaço social (considera os sindicalistas importantes, pois sabem conversar, vão a São Paulo, participam das assembléias da CUT, além do padre, que valorizava os trabalhadores), produz o reconhecimento e a afirmação de sua identidade no espaço público, identidade esta negada no espaço privado (doméstico) e pelos seus iguais. É este sentimento afirmador que subjaz à alegria de participar das lutas, greves e piquetes e à esperança de uma vitória dos trabalhadores.

"Eu preciso descobrir o que é que me segura tanto nesta luta... se eu tenho esperança de um dia melhorar, se eu entrei nessa e foi inútil ... eu sei que quando sair uma vitória, eu quero estar ali, não deu até hoje, mas vai dar certo."

2 Durante as greves de 1984 e 1985, o padre Braguetto, da CPT, exerceu um papel importantíssimo. Foi ele quem liderou um grupo de mulheres em Dobrada, levando-as à criação do sindicato. Em suas homílias, durante as celebrações religiosas, ressaltava a intensa exploração, o descumprimento dos direitos trabalhistas por parte dos patrões.

Não obstante, a realidade é bem outra. Após ter sido expulsa de casa, pela segunda vez, e ter conseguido morar longe de seus agressores, parecia ter encontrado a liberdade. Continuara participando das greves, era freqüentemente "olhada" nos piquetes pelos empreiteiros, fiscais e feitores. Parava os caminhões, pedia ("não obrigava") a todo mundo para descer. Os homens obedeciam-lhe. Não a maltratavam. Não dava importância ao que os outros diziam a seu respeito: que era deslavada, que mulher que participa de piquetes não presta. O importante era sua conduta, sua luta. Recebia, freqüentemente, pescoções dos irmãos por esta participação. Na verdade, eles temiam a perda do emprego por sua causa. Sabiam que ela estava sendo marcada, cairia na lista negra, perderia o emprego. O medo de que o mesmo lhes ocorresse, já que esta é prática recorrente dos olheiros dos usineiros, para aumentar a pressão e controle sobre os grevistas, fazia que eles, mais uma vez, lhe impingissem violência física.

Em 1987, foi finalmente despedida. Não conseguiu mais subir em nenhum caminhão. Os empreiteiros disfarçavam, mostrando-lhe amizade e jogando a responsabilidade de sua não-aceitação sobre o escritório. O desemprego criou-lhe sérios problemas. Seu protetor, o padre Braguetto, fora despedido de suas funções na região. Fora transferido para São Paulo, em virtude das ameaças de morte, das pressões dos usineiros e da própria Igreja. Estas ameaças aumentaram, sobretudo, após a missa da benção dos facões. Atendendo ao pedido do padre, os trabalhadores levaram os facões durante a missa no domingo de ramos. Este ato simbólico de conclamá-los a erguer o facão em vez dos ramos representava uma ameaça extremamente perigosa aos usineiros e ao poder da Igreja, cuja política não era a contestação do que ocorria com os trabalhadores. A transferência do padre para São Paulo para cuidar de questões burocráticas, representou para eles um golpe duro, já que era a liderança mais importante durante as greves, cuja força, segundo eles, era maior do que a dos sindicalistas, muitas vezes incorporados aos movimentos após o desencadeamento dos acontecimentos, não exercendo, portanto, o papel de vanguarda.

Desempregada, com duas crianças para sustentar, a situação de *Cida* foi se degradando paulatinamente. Durante algum tempo, trabalhou na prefeitura, no setor de Promoção Social. Mais tarde, conseguiu possuir um pequeno bar, vendendo, especialmente, bebidas alcoólicas. A propriedade do bar representou para ela duas facetas: uma positiva, pois, conseguia trabalhar e olhar os filhos, não necessitando mais do auxílio da mãe, livrando-se, assim, dos xingamentos e agressões dos irmãos. Com o passar do tempo, começou a beber e, aos poucos, o negócio foi piorando, até não mais poder pagar o aluguel e as bebidas. Acha que perdeu o bar por inveja, "olho gordo", da vizinha que também possuía um bar na mesma rua. Não se conscientizou sobre as perdas em razão do uso da bebida, tornando-a "a única pessoa que não foi pra frente, possuindo bar".

O processo de perda não parou aí. Não tendo como pagar o aluguel dos dois cômodos onde morava, foi despejada pelo dono do imóvel. A violência embutida na prática deste dono merece ser descrita em seus detalhes. Após várias ameaças, num determinado dia, ele derrubou o banheiro, deixando apenas o vaso sanitário. Para conseguir ficar na casa, ela entregou-lhe a geladeira em troca de seis meses de aluguel. Conseguiu, entretantes, trabalhar lavando roupa dos peões (mineiros) para sobreviver. Finalizando o tempo de seis meses, o dono aumentou o valor do aluguel de tal modo que ela não conseguia pagá-lo. Em vista disto, ele voltou e

"...tirou a torneira d'água e como eu não saí, ele arrancou o vaso e deixou o buraco ali no chão. Quando ele viu que eu usava o buraco, com uma massa de cimento ... Eu não sei e um dia, eu estava lavando roupa dentro de uma bacia, porque não tinha tanque, aí ele chegou, tirou o cano e colocou uma rosca, fechando a água. Aí eu chorei, chorei e aí fui na Neide e contei que o João tinha tampado o cano e eu não tinha mais água. Aí eu lavava a roupa na casa da Cida e tomava banho lá ... aí ele me ameaça todo dia, ele e a mulher dele ... depois ameaçou de despejar a Neide também, se ela continuasse me deixando pegar água lá... Foi aí que a Neide pediu pra minha mãe e eu fui pra lá com os meus irmãos me xingando... Eles não me deixaram pôr as coisas dentro de casa. Ficou tudo no quintal e até dormir tinha que dormir no quintal... Aí arrumei pras crianças, forrei lá no chão e depois eles me chamaram pra dentro..."

As ameaças dos irmãos obrigaram-na, novamente, a sair de casa. Não conseguindo outra casa em virtude do pouco que recebia, pensou em suicídio, várias vezes. Foi, então, convidada a morar com as crianças num quatinho ao fundo da casa do sindicato, cedido pelo presidente, situação que a aborrece muito, pois morar de favor significa para ela total impotência para criar os filhos, apesar de continuar lavando roupas de peões, portanto, um trabalho temporário.

Alguns pontos merecem ser analisados, ainda, na trajetória de *Cida*, além do desemprego causado pela participação política e da extrema miséria material em que vive. Apesar de ter sido bastante corajosa ao enfrentar a dominação de classe e de gênero por meio de suas ações nas greves e piquetes, sabendo de todos os riscos que corria, não conseguiu livrar-se da dependência dos irmãos agressores e da mãe, nem tampouco do fardo do preconceito da cor e da dominação de gênero manifesta em seus relacionamentos afetivos. No tocante ao pai de sua primeira filha, um empreiteiro casado, acreditava que ele pudesse salvá-la, retirá-la do ambiente doméstico agressor, deixando sua mulher e passando a viver com ela. Confiava nele. O abandono, logo depois que soube da gravidez, não a impediu de "continuar gostando dele".

Inquirida sobre os assédios sexuais dos feitores, fiscais, empreiteiros em relação às mulheres, ela disse já ter ouvido falar, mas que com ela nunca havia acontecido e que, muitas vezes, as mulheres não davam respeito. Em nenhum momento admitiu ser uma vítima desta dominação de gênero e de classe, já que a condição de empreiteiro ela descartara do homem que a engravidara. Beneficiara-se, inclusive, de salários durante quatro meses, sem ir ao trabalho. Essa é uma prática bastante comum. As mulheres que se "sujeitam" às cantadas dos empreiteiros têm a vantagem de receber mais pelo trabalho. No momento de medir a cana, eles retiram dos demais trabalhadores uma parte que é acrescentada à daquela com quem possui relações amorosas (Silva, 1992). Trata-se de uma prática abusiva com condicionantes de gênero e de classe. "Eu fiquei quatro meses sem trabalhar e todo dia tinha cana no meu nome e eu pegava o pagamento ... sei lá, ele era uma pessoa diferente". No entanto, é capaz de manifestar uma consciên-

cia de gênero em relação a outros elementos: é favorável à licença gestante, à participação do homem no trabalho doméstico, à participação da mulher na luta política, ao aborto (muito embora não o fizesse), ao afirmar que quem manda no corpo da mulher é ela própria e não o usineiro. Trata-se de uma mulher que luta pelos direitos trabalhistas a ponto de sacrificar o próprio emprego mas, em nenhum momento, reivindicou a averiguação de paternidade para seus filhos e a pensão alimentícia destes homens. Não consegue explicar a ausência do uso de anticoncepcionais, apesar de conhecê-los e reconhecer que os filhos constituem empecilhos para mudar sua vida, sair da cidade e buscar emprego em outro lugar.

O segundo filho, Carlos, nasceu de uma união passageira com um ativista sindical durante uma das greves. Em nenhum momento o procurou, pois sabia, de antemão, que ele era "incapaz de assumir o filho". Seu relato traduz indeterminações, ambigüidades oscilando entre o abandono do pai, mãe, irmãos, dos dois pais de seus filhos e a busca de amparo em sucessivas figuras masculinas. Esta mesma situação foi encontrada em mulheres faveladas (Salem, 1981), as quais viviam entre as experiências de amparo e de abandono. As figuras masculinas transitam por sua vida de maneira efêmera. São relações que se extinguem rapidamente, são relações fugazes.

Nesta conjuntura também o amor passa a se ritmar segundo a lei de troca e da mudança incessante. (Matos, 1978, p.2)

E em relação à cor, todavia, que seu conflito é maior. A vergonha da cor manifesta-se constantemente. Durante a gravidez, não saía de casa, quase ninguém a vira neste período. No entanto, o nascimento da filha negra fez aumentar este sentimento.

"Aí, depois que ela nasceu ... ela era muito escurinha ... e aí, ai meu Deus, eu morria de vergonha ... eu fiquei com aquele complexo. Então, eu andava direto com a menina debaixo de manta, pra ninguém vê, pra mim era muito escurinha ... Eu tinha uma preferência pra ter um filho gordo ... eu achava tão bonito uma criança gorda ... que era o caso de Carlos, ele era bem cheinho, em vista da Milaine sabe, ele era bem cheinho."

O verso do poema *Hard Love* da poetisa negra norte-americana Audre Lorde, citado por Erkkilä (1992), pode representar o sentimento em relação à criança negra.

*"Black is
not beautiful baby
not
being screwed twice
from on top
as well as
from my side."* (p.227)

O depoimento fala por si só. A preferência por filho homem identificado na figura da criança gorda (não negra) como Carlos, em detrimento de Milaine, mulher e negra. As agressões e violência que ela pratica em relação à filha traduzem o seu próprio preconceito. Tem consciência deste fato, angustia-se tentando reparar-se por meio da bebida. As armadilhas da cor e do gênero manifestam-se na preferência pelo filho homem e nas tentativas de conseguir emprego.

"Homem tem uma vida mais livre, homem quando cai aqui, levanta aqui mesmo ... a mulher se faz uma coisinha, fica marcada pelo resto da vida..."

"Passei muitas humilhações até por emprego. Nas Pernambucanas, estava precisando. Aí falei com o moço, ele disse que não, eu senti que era por causa da cor ... mais tarde, vi três meninas brancas trabalhando lá, tinham conseguido. Também na loto, tinha o cartaz que estavam precisando. Fiz o teste tudo direitinho, e aí, disse que não precisava mais e aí, depois eu passei e vi a moça branca, bonitinha, trabalhando, tudo aqui vem pra mim que é por causa da cor ... a pessoa que é mais clara eu sinto aquele preconceito."

A maldição da cor acompanha-a em outros momentos e lugares.

"Aonde tem muita gente branca, eu não me sinto bem. Só eu de preto ali, festa de branco, eu não me sinto bem, eu não fico de jeito nenhum."

Nos congressos de trabalhadores...

"Não tem essas coisas ... eu não sei, eu procuro ficar no meu lugar que eu acho que eu devo ficar, eu procuro ficar no meu canto, eu não sou de ficar assim no meio deste povão, eu procuro o meu lugar."

A divisão étnico-racial do espaço é introjetada para ela, quer se trate de uma festa ou de uma reunião política de iguais, *vis-à-vis* a classe (Gonzales & Hasenbalg, 1982).

Num outro trecho de sua fala, a relação entre drama, trama e trauma é mais evidente ainda.

"Eu tinha um cara comigo, e ele nunca saía comigo pra lugar nenhum, porque tinha vergonha de sair comigo ... um dia ele estava com a Eidi, super famosa, baguncenta aqui em Barrinha; andava de carro com ela pra lá e pra cá ... então eu ficava pensando ... pra mim é porque ela era branca, tinha cabelo bom."

"Outro cara, também aconteceu a mesma coisa. Acho que é destino meu ... sei lá. Ele implicava com a Milaine e adorava o Carlos, *só que eu sentia que ele era bem mais feio do que eu, era baiano e tinha vergonha de mim, não saía comigo na rua ... quando acontecia de sair, ele ia na frente e eu atrás com as crianças ... eu não sou tanto de jogar fora assim ... eu era bem dizer a empregada dele, só queria que cuidasse da roupa dele, comida na hora certa ... aí eu desisti dele.*"

A organização social de gênero é entrecortada pela étnico-racial. A cor manifesta-se por intermédio das nomeações "cabelo bom", significando ser sua portadora branca, e "baiano" que, apesar de ser mais feio do que ela, a discriminava, e também Milaine, ao contrário de Carlos, percebido como branco. A gramática étnico-racial, a linguagem portadora de significados, a multiplicidade de tonalidades da cor da pele são ingredientes da organização social, racial/étnica brasileira, conforme o resultado da pesquisa citada da *Folha de S.Paulo* sobre o racismo. A mesma fonte cita a pesquisa da PNAD 1976, na qual aparecem 133 definições de cores dos brasileiros (p.5). "Baiano" aparece como sendo cor diferente de "negro", "preto" etc. É interessante também neste ponto retomar as reflexões feitas, anteriormente, sobre o espaço social. Ao impedir que ela e as crianças caminhassem na rua, logo, no espaço público, ao seu lado, ele a nega, como portadora da cor negra. Neste sentido, ele mantém a distância necessária, tanto no espaço físico, como no social. As duas distâncias ratificam as assimetrias de gênero e de raça/etnia. O traço cordial do racismo brasileiro só pode existir pelo prisma do branco. No caso deste homem, embora não branco, ele era portador dos sig-

nificados desta cor diante dela e de seus filhos. No nível das representações e das percepções sociais, ele a percebia como negra e se autopercebia como branco. A fala de *Cida* reflete, em muitos momentos, que o preconceito é sentido, experimentado na carne. Não se trata de algo leve, cordial. "É preciso estar à margem para ver, mas é preciso estar dentro para sentir." (*Cadernos Negros*, v.7, p.39, apud Gusmão, 1995, p.11)

As situações de drama, trauma e trama conduzem-na à bebida. Bebe todos os dias para esquecer, rir ou chorar. O fardo da cor é maior, segundo ela, do que o de ser mulher e pobre. É capaz de cortar cana, mas jamais de varrer a rua. "Eu não faço, eu não vou mesmo." A cana é capaz de encobrir a vergonha da cor. A rua não. É aberta, visível. "Todo mundo vê." Acostumou-se a viver escondida, no seu canto, escondeu a gravidez, não saindo de casa, chegando até mesmo a cobrir a menina com a manta, para abafar sua vergonha. Sua trajetória de mulher, "bóia-fria" e negra, reflete o *nó* das três organizações sociais. *Nó* que nada mais é do que uma trama na qual se move seu drama. Em alguns momentos, tenta desfazer o *nó*, mas é incapaz de vencer os três destinos constitutivos de seu ser. De combativa, transforma-se em desiludida e sem esperança, deslocada. Transforma-se num enigma para si mesma... Não entende por que é assim, por que pensa assim, por que tem estas "bobeiras na cabeça". Reconhece que a cortadeira de cana não vale nada para os patrões. É uma escrava. As pessoas têm preconceito, chamam-na de "pé-de-cana" ao contrário das que "trabalham limpinhas na cidade, apesar de ganhar mixaria". Reagiu contra a violência do pai e irmãos. Afirma nunca ter sofrido agressões físicas dos homens. Jamais suportaria isso. Tem esperança de possuir uma casa, emprego para dar estudo aos filhos, sair do quartinho onde está. Ao mesmo tempo afirma: "Já sonhei demais, já me iludi muito, agora não, acho que vai ser daqui para pior".

Destino de mulher só, pobre, negra. Combativa. Rebelde. Natureza de cão. Talvez valesse a pena compará-la à figura de Sojourner Truth (Hóspede Verdade), ex-escrava dos EUA, cujo discurso é analisado por Haraway (1993).

O discurso de Truth era deslocado, duplamente dúbio; ela era fêmea e negra, uma mulher negra, não uma substância coerente com dois ou mais atributos, mas uma singularidade oximórica que representava toda uma humanidade de excluída e perigosamente promissora. (p.284)

É desta mulher³ a autoria da frase perturbadora. "Eu não sou uma muié?". Tão perturbadora como a de *Cida*. "Mulher, 'bóia-fria', negra. É preciso explicar?". Afirmação-pergunta que constitui sua singularidade oximórica para a qual foi destinada, tentando dela escapar, mas cada vez mais ficando presa na sua própria rede. Ao mesmo tempo, é esta angústia que a move, que a faz rebelde, avessa à moda do mundo que, ocasionalmente, permite seu remembramento. Singularidade desmembrada historicamente pela escravidão que, segundo seu sentir, não acabou, tendo sua vida espelhada no sentir da poeta negra.

Nos versos de seu poema estará inerme ruptura de estereótipos que acompanham desde os tempos de "mucama", no período pré-abolicionista, símbolo de instinto pagão do mundo, a mulata lasciva e do inato exotismo a sensualidade, a mãe preta que se anula em subserviência à sociedade branca, a resignação e angústia na sugestão aos filhos que se "casem com brancas, para que limpem o sangue", por acreditar inconscientemente que se livrarão do estigma de sub-raça. (Nascimento, 1987, p.132, apud Gusmão, 1995, p.130)

DONA FRANCISCA: ENTRE A SUBMISSÃO E A FÉ

"Ele não sabia a nega que ele tinha."

Dona Francisca

- 3 Sojourner Truth (nascida Isabella Bomefree) nasceu escrava em Nova York. Em 1827, foi libertada e, em 1843, tornou-se uma pregadora itinerante e tomou este nome. Pregava contra a escravidão e a favor dos direitos da mulher, tornando-se emblemática no século XIX para a mulher negra, ao conjugar gênero e raça. Era analfabeta, mas suas falas foram reproduzidas e a *Narrative of Sojourner Truth (1878)* foi ditada por alguém, por volta de 1840 (Celebrating Women Writer. *The New York Public Library*. A universe 1995 Calendar).

Aos 75 anos de idade, Dona *Francisca* trabalhou, desde os sete, sem nunca ter sido registrada. Nasceu na área rural do Estado de Minas Gerais. Refere-se ao lugar de nascimento como "lá em Minas". O pai era meeiro de um grande fazendeiro, Sr. Lourenço, "homem bom e muito rico". Não se recorda do pai, pois morreu quando era criança. A mãe, com cinco filhos pequenos viu-se impossibilitada de provê-los, por isto, doou-a à família do Sr. Lourenço. Sempre foi criada "pela mão dos outros" e não pela dos pais. Na casa desta família, desde os sete anos, cuidava das crianças pequenas, ajudava nos serviços domésticos e se levantava às quatro horas da manhã para tirar leite das cabritas para as crianças, pois "lá em Minas, este era o costume, não dava leite de vaca para as crianças".

Refere-se a este período com muita amargura, uma vez que era tratada como escrava. Recorda-se que comia os restos lançados nos tambores destinados aos porcos.

"Se eu quisesse comer, eu enfiava a mão no tambor de comida azeda que nem limão, espremia o caldo e comia pra poder viver. Minha criação foi assim."

Situação tão desumana que ela não deseja nem para "cachorro de bicheira". Antes de viver nesta casa, lembra-se da sua avó, morta aos 120 anos, que trabalhava com o tear tecendo todas as roupas da família. Enquanto a avó tecia, a mãe fiava e as crianças descaroçavam o algodão.

"Era um tear como aquele que tem em Tambaú, na sala de milagre."

Aos 14 anos, sua mãe "arrumou-lhe" um moço para casar-se. Era branco e tinha 28 anos de idade. A mãe chamou o Sr. Lourenço, disse-lhe que ela era já moça "formada" e Everaldo seria o seu marido. O Sr. Lourenço falsificou a idade dos noivos.

"Ele tirou quatro anos da idade dele e pôs na minha. Assim eu casei de véu, grinalda, na igreja e no cartório."

O casamento fez o seu sofrimento aumentar, pois "ele" (não pronunciou seu nome durante quase toda a entrevista) além de alcoólatra, era extremamente violento e jamais assumiu o papel de

provedor da família. Ao se referir ao marido como "ele", empregando o pronome no lugar do nome, ela, na verdade, omite-lhe a nomeação, impessoaliza-o, retira-lhe a identidade, pois "ele" pode ser qualquer um, alguém indefinido, ninguém.

No início, o marido trabalhava como tropeiro, viajava muito, vivia em zonas de prostituição, enquanto ela cuidava de um pequeno pedaço de terra, plantava mandioca, milho e feijão e assim, garantia o sustento dos filhos. Realizava todas as tarefas, inclusive as mais penosas, como a de fazer cerca, esticar arame, pois o marido nunca trazia dinheiro para casa. Aos vinte anos, veio para a região de Ribeirão Preto. A sogra "mandou" buscá-la, pois viera com o outro filho, dois anos antes, trabalhar em fazendas. A vinda para o Estado de São Paulo não mudou sua situação. Era ela quem trabalhava e sustentava os cinco filhos. Nunca foi mulher "de guardar um resguardo". Levava os filhos pequenos para a roça, e, muitas vezes, desmaiava de fome, pois a pouca comida existente era distribuída por ela entre as crianças. Realizou todas as tarefas, tais como: capina de café, corte de cana e plantação de vários produtos. Após ter sido despedida de uma usina na Estiva, pois esta foi desativada, mudou-se com a família para Dobrada, sendo os primeiros habitantes da Vila de Barro. Ela própria foi construindo, cômodo por cômodo, a casa de barro. Na cidade, a situação ficara pior porque tivera que assumir outros gastos. Miséria e trabalho são constantes em seu relato. Trata-se de uma pessoa que sempre trabalhou e sempre conviveu com a fome e a falta das mínimas condições de sobrevivência. "Nunca foi mulher de possuir dois vestidos", as crianças andavam descalças e com roupas doadas ou remendadas. Quase nunca comia carne e não ia às festas porque não possuía roupas. Esta situação de miserabilidade é incorporada como sofrimento. Autodefine-se como uma pessoa que não gosta de lembrar, interrompendo, várias vezes o relato, com a voz entrecortada pelo choro. Não obstante, o sofrimento provocado pela miséria não é maior do que aquele produzido pela relação com o marido.

"Eu fazia polenta cedo, catava cerralho, cariú, bretoega para comer. Eu sofri tanto na minha vida com este homem ... Deus que põe ele no bom lugar, porque eu não mereci."

O sofrimento aumentou com o casamento. Muitas vezes, escapava do marido correndo e rezando a oração do Veado (animal que corre muito). "Esta oração era a minha salvação." Este sofrimento é freqüentemente mesclado àquele com os filhos. Um deles, após uma queda do caminhão, que o levava ao canavial, quebrou a perna e, em virtude dos ferimentos na cabeça, tornou-se "nervoso" e foi afastado, sem ter recebido indenização da usina. Era este filho o mais velho, o que mais ajudava. Em relação à filha caçula, uma menina bem criada, bonita como o pai, pois era branca, tinha os olhos claros, a trajetória foi trágica. Casou-se aos 14 anos, tal como ela, após planejar a fuga com o namorado, "um estranho", não conhecido, que não gostava de trabalhar e vivia alcoolizado. A história repete-se em sua crueza, sobretudo em relação à violência de gênero. Aos 20 anos, com quatro filhos, foi morar em São Paulo. Num dos atos de violência do marido, ao cortar-lhe o rosto, quebrar-lhe o braço e três costelas, ela abandonou os filhos e nunca mais dera notícias. Após buscar as crianças em São Paulo e criá-los, por muito tempo, tentou encontrar esta filha. Soube, por intermédio de conhecidos, que estava vivendo com outro homem. Chegou, até mesmo, a enviar carta ao programa do Silvio Santos, mas, após 18 anos, ela não sabia se ela estava viva ou morta. Evidentemente, o sustento dos netos agravou sua situação de penúria. Considera este o marco definitivo em sua trajetória.

"Depois disso, acabou a força, eu tinha coragem pra trabalhar, acabou saúde, acabou tudo."

Mesmo com a saúde debilitada, ela continuou trabalhando, cortando cana durante mais 15 anos. Sente-se satisfeita por ter sido provedora dos netos,⁴ por tê-los feito estudar, por tê-los edu-

4 A bibliografia acerca da mulher chefe de família é bastante ampla no Brasil e América Latina. Ver a respeito, o artigo pioneiro de Barroso (1978). Para a América Latina, os trabalhos da Coletânea Famílias (1994) refletem esta realidade em vários países. Sobre a existência desta situação durante o período da escravidão no Brasil, ver o interessante artigo de Fragozo & Florentino (1987).

cado como "gente". Aos 75, Dona *Francisca* cuida da casa, do neto caçula (com 18 anos) e do filho doente. Vive dos recursos da pensão deixada pelo marido e da aposentadoria do filho.

Do conjunto de seu relato, podem-se extrair os seguintes elementos. No que tange ao trabalho, a narrativa é genérica. Revela que sempre fez qualquer tipo de trabalho, mesmo aqueles recusados pelos homens, pois precisava "enfrentar para dar o pão" para os filhos. Não só a alimentação, como também a casa, o abrigo tudo era fruto do seu trabalho. Outrossim, é *vis-à-vis* o modelo de mulher representado por ela, que algumas reflexões podem ser aprofundadas. A recorrência da violência, dos maus-tratos, da fome em seu discurso, à primeira vista, pode conduzi-la ao modelo de mulher passiva. No entanto, ao lado desta passividade e submissão, há todo um processo de recusa gestado no seu próprio imaginário. Trata-se de uma narrativa, em grande parte, guiada por uma espécie de destino interpretada pelo imaginário. No que tange ao modelo de mulher, Dona *Francisca* encaixa-se nos cinco deveres definidores da esposa bíblica exemplar, Sara, de acordo com Tobias.

Os pais, depois de terem abraçado e beijado a filha, deixaram-na ir, exortando-a a honrar os sogros, amparar a família, a governar a casa, e a mostrar-se irrepreensível. (Tobias, *apud* Vecchio, 1990, p.143)

Como Sara, Dona *Francisca* não escolheu o marido, pois isto fora feito pela mãe, obedeceu à sogra ao vir para o Estado de São Paulo, sempre foi provedora dos filhos, sempre cuidou da casa e sempre foi irrepreensível, mantendo a honra, apesar do comportamento do marido. É uma espécie de mulher pura, santificada que só usou o corpo para gerar filhos, considerando-os doados por Deus. Essa doação aparece tanto em relação ao nascimento, quanto aos momentos de doença grave de um dos filhos. "Ele, depois de lavado e vestido, pois estava morto, Deus me deu ele de volta." A fidelidade era sua maior virtude, aliás o ponto central do modelo sariano.

Tiago de Varazze julga irrepreensível aquela esposa que não tem mancha alguma, nem na vida, nem na fama, nem na consciência. (Vecchio, 1990, p.171)

Esta irrepreensibilidade é mostrada por ela no momento da morte do marido, quando afirma que sempre foi uma esposa fiel e continuará sendo, mesmo após sua morte. Até aí, percebe-se que nasceu e permaneceu por toda a vida uma verdadeira serva do marido e de Deus. Todavia, é justamente no momento da morte do marido que sua insubmissão aflora com toda sua força interior, a ponto de chorar convulsivamente neste momento da entrevista. O preconceito de cor aparece por duas vezes em sua narrativa: ao afirmar a beleza da filha, branca e parecida ao pai e, ao dizer que o que ela mais temia era o marido chamá-la de negra. "E um dia, ele chamou." Para ela, isto foi a maior violência.

"Eu bati assim toc, toc, toc. Se eu morrer primeiro, Deus que olha meus filhos, mas se você morrer, vai ser aqui na palma da minha mão, pra dar o valor na nega que tu tens, eu suporrei toda tua ingratidão, mas não essa, tu vais morrer na minha mão."

Acometido de uma anemia profunda, causada pela bebida e "porque chupava muita cana", o marido faleceu há 29 anos e depois disso, ela ganhou "o céu". A morte dele é muito mais representada, do que descrita.

"Ele ficou 11 anos com esta anemia, e quando foi no dia de todos os santos, quatro horas da madrugada, ele morreu ... quando foi pra ele morrer, ele morria, vivia, morria, vivia ... Aí, uma comadre minha falou. 'Tenha pena dele, dá o perdão para ele', aí eu lembrei das palavras que eu tinha dito, que eu não dava perdão pra ele, nem no último suspiro ... Aí, a Maria leu o livro da Missa e uma oração pra seu tio. Eu peguei o crucifixo, a imagem e disse: Veraldo, se você está sofrendo por causa daquela palavra que eu te falei, que o último suspiro tinha que ser na minha mão, da minha parte está perdoado, agora, Deus sabe o que faz com você ... Ele tirou aquele suspiro e foi embora ... Eu peguei um lenço branco, e fui enxugar a água do rosto dele, aí ele fez ah! ah! ... eu tenho a friagem até hoje ... aqui gelada, gelada, pra pagar ingratidão que ele me fez ... eu não gosto de pedir as coisas, porque se eu pedir, eu vejo. É doido, você casar e o marido te pisar dos pés à cabeça, te encher de filhos, não olhar por você, te xingar, chegar rebocado de batom, e você honrando o casamento ... *ele não sabia a nega que ele tinha.*" (Neste momento, chora muito e volta a falar da filha desaparecida)

A morte do marido é relatada mediante uma verdadeira cena, portanto, representada. Cena que:

encerra, simultaneamente e paradoxalmente dimensões de racionalidade e irracionalidade ... É um jogo de poder que reafirma modelo, que deseja derrotar, mas não eliminar o adversário, liquidar a partida, mas não encerrar o jogo. (Saffioti & Almeida, 1995, p.166)

Perdoar o marido não significa o final do jogo. O próximo lance é dado: "Deus sabe o que fazer com você".

Acredita que o sofrimento da hora da morte deveu-se à ingratidão e às suas palavras pronunciadas há um tempo atrás quando foi chamada de negra. Neste momento, rompe-se a irrepreensibilidade. Torna-se repreensível, soberana, em relação àquele que a subjugou a vida toda. Sua soberania é absoluta, na medida em que para morrer, portanto para livrar-se do sofrimento, ele necessita de seu consentimento, de sua ordem traduzida no perdão. "Ele não sabia a nega que tinha" é uma frase, cuja força simbólica traduz seu poder, de poder dispor da vida e da morte do seu algoz, daquele que a encheria de filhos e que, por várias vezes, tentou matá-la. Nestas ocasiões, a oração do Veado, do animal veloz, salvara-lhe a vida... O real de Dona *Francisca* só pode ser captado por meio dos símbolos e do imaginário. Durante toda a entrevista concedida em seu quarto, transformado em lugar sagrado, com um pequeno altar no qual estão seus santos (Santo Antônio e Nossa Senhora Aparecida), este traço foi recorrente:

o "real" nunca se oferece enquanto tal, mas a ele temos acesso através - e somente através - do simbólico. O real só pode ser conhecido através dos efeitos que produz na ordem simbólica ... Mas, se só conhecemos o real através do simbólico, só temos acesso ao simbólico através do imaginário. O simbólico em si mesmo não é dado. (Bertrand, 1989, p.39)

Todo o simbólico possui um componente imaginário.

(O) imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para "exprimir-se" ... mas para "existir", para passar do virtual qualquer coisa a mais. (Castoriadis, 1982, p.154)

Estas conceituações não dicotomizam os planos real e ideal. Ao contrário, real e ideal interpenetram-se por meio do simbólico e do imaginário. A morte do marido assume, na narrativa, a imagem da morte, momento em que a crença religiosa é interpretada como a separação entre corpo material e o espírito. A friagem sentida após 29 anos revela a força deste conteúdo imaginário: é somente por meio destes elementos que se podem entender, de um lado, o destino de gênero pautado pelo modelo bíblico sariano e, do outro, sua libertação só existindo no plano do imaginário, quer quando afirma que depois da morte do marido, ela está no céu, quer quando afirma ter visto, quando criança, Santo Antônio, um menininho de olhos azuis, que lhe apareceu e lhe disse que toda graça que ela lhe pedisse, ela alcançaria. Neste instante, ela "conversou" com Santo Antônio, afirmando-lhe que ela só não queria a riqueza neste mundo. Dessa sorte, ter o marido na hora da morte, na palma de sua mão foi uma graça alcançada, ter criado os netos e seu filho "vivo depois de morrido", também. A força deste imaginário pressupõe a capacidade de ver em algo aquilo que ele não é, portanto, de vê-lo diferente do que é. Sua força (para trabalhar e enfrentar seu destino) não advém dela própria, mas de Deus, Santo Antônio, sua mãe (Nossa Senhora Aparecida), imagens que ela carrega consigo, que até mesmo a livraram dos bandidos e assaltantes quando foi sozinha a São Paulo, buscar os netos abandonados. É esta mesma força que a faz crer nas graças alcançadas para os outros, pessoas que lhe fazem pedidos tais como: conseguir casar-se com o homem a quem ama, conseguir passar no exame para motorista. Em todas estas ocasiões, em seu lugar sagrado, conversa com suas entidades imaginadas, faz o pedido e consegue a graça. Afirma, com muita veemência, ser possuidora de uma *fé viva* e não de uma *fé morta*. Ao conversar com suas entidades, acende a vela, símbolo de sua fé viva.

"Eu tenho fé viva em Deus na imagem de barro, pra mim tem valor a imagem, Deus deixou desde o começo do mundo e Deus dá o poder pra ela dar a graça para nós. Nós não temos o poder de ver Jesus, a imagem tem, ela tem o poder de conversar com Deus, ela pede pra Deus e Deus dá a força pra ela e ela dá força pra mim."

Forma-se uma tríade: Deus, imagem, dona *Francisca*. A imagem de barro é intermediária, é por meio dela que consegue chegar a Deus. Deus dá força para a imagem e esta para ela. Os dois movimentos de força encerram o ciclo do campo de energia, mas para isso é preciso ter fé viva. É assim que consegue as graças. Neste mundo, conseguiu tudo, menos a riqueza, pois foi isto que Santo Antônio lhe prometera, quando era criança.

Mulher, "bóia-fria", negra. "Ele não sabia a nega que ele tinha." Será esta a força/símbolo desta mulher, que trabalhou até os 70 anos de idade e não deixou registro de seu trabalho em nenhum escritório das usinas e fazendas, que nunca participou de greves⁵ e cuja única inveja é daqueles que sabem ler porque estes têm sabedoria e ela não? Será esta negra, "nega que ele tinha", a mulher de seu inconsciente traduzida na mensageira das pessoas de fé morta, incapazes de participar da tríade para a realização de seus desejos?

"Eu tenho fé nesta imagens, por isso eu não tenho medo e o que eu pedir eu consigo." Imagens não situadas fora dela, no seu exterior, mas no seu interior. A clivagem entre seu mundo real e irreal é substituída pelo elo da fé viva, do inconsciente "da nega que ele não sabia que tinha". É aí que reside seu poder, transformado em contrapoder. É esta dimensão subjetiva que orienta sua prática. Aqui, cabe a pergunta: de onde vem a tendência do indivíduo a se determinar como sujeito?

Ela advém da vida mesmo, ou melhor das dimensões da vida que foram recalçadas, reprimidas ... expulsas, mas que apesar disso, insistem permanentemente em encontrar as vias pelas quais possam se manifestar. (Silveira, 1989, p.75)

5 Em Dobrada, o Sindicato dos Trabalhadores rurais foi fundado em 1984 e teve na participação do padre Braguetto, um elemento fundamental. A diretoria deste sindicato, desde o início, esteve representada pelas mulheres. O padre revela que a primeira diretoria teve um homem como presidente, "para não chocar muito". Segundo ele, tratava-se de um trabalhador cuja representação era mínima. Na realidade, o sindicato era dirigido pelas mulheres. Estas são chamadas, em Dobrada, de pára-raios, porque, nas greves, elas iam à frente dos homens servindo-lhes de escudos e aproveitando-se do "é feio bater em mulher", conseguiam evitar a violência policial durante o confronto.

"Ele não sabia a nega que tinha" pode ser o elo do remembramento da vida marcada por um desuno cruzado pela condição de mulher pobre e negra e é, talvez, o caminho pelo qual imaginário e real vão, autoplásticamente, conduzindo-a ao processo de desre-construção de si mesma. É esta linguagem, carregada de significados da experiência de uma vida marcada de sentimentos recalcados, reprimidos, expulsos, mas que irrompem à superfície de maneira abrupta, deixando outras marcas, verdadeiras crateras de um vulcão inconformado, insubmisso, rebelde, que, ao lançar as lavras, encobriu para sempre aquele que a negou. "Ele não sabia a nega que ele tinha" não é apenas uma forma de se exprimir, mas de existir.

NILZA: A METAMORFOSE

"Eu me transformo em Pombagira".

Nilza

"De vermelho e negro vestida na noite o mistério traz.

Ela é moça bonita.

Oi, girando, girando, girando lá."

(apud Prandi, 1994).

Nilza com 33 anos de idade, dois filhos, reside em Guariba. Até os 14 anos de idade, trabalhava na fazenda Bela Vista, próxima a Araraquara, nas lavouras de café e na carpa da cana. Vivía com sua mãe, quatros irmãos, todos empregados nesta fazenda. Seu pai foi embora com outra mulher. A ausência da figura paterna foi compensada pela do irmão mais velho, que possuía autoridade sobre todos, inclusive na fase adulta. Aos 14 anos, fuge para se casar. Continuou vivendo com a família por algum tempo, depois foi para Guariba, muito embora não deixasse o trabalho rural. A vida na fazenda com a família era mais fácil porque todos trabalhavam e eram registrados. Gastavam pouco, pois o "administrador não deixava vir na cidade. Era tudo controlado".

Enquanto morou em Guariba, trabalhou com "gatos", sem registro, no corte da cana. Aos 21 anos, após ter sido abandonada pelo marido, com dois filhos, foi para São Paulo, trabalhar como operária na indústria Abaeté. Seu trabalho era limpar caixas e colocar gavetas. Depois, a tia a levou para trabalhar num hospital na área de limpeza, transformando-se, após alguns dias, em enfermeira, chegando até mesmo a ser auxiliar em cirurgias. A morte de uma criança de quatro anos no hospital, da mesma idade de seu filho, entristeceu-a muito e, após este fato, ela deixou o emprego. De volta a Guariba, trabalhou um período como operária na fábrica *Peixe*, depois como cozinheira numa pensão de peões e, em seguida, voltou ao corte da cana.

A trajetória ocupacional pelos empregos rurais e urbanos é entrecortada por uma história de vida profundamente marcada pela rebeldia de classe, gênero e raça/etnia. A primeira dissidência pode ser vista pela fuga para se casar. A fuga é muito mais uma encenação, mas o drama construído não pode ter seu enredo entendido pelo que se passa no palco, é preciso ver também o que está atrás das cortinas. É preciso ouvir os silêncios de cada fala, porque são eles que expressam a encenação que faz o jogo (Woortmann & Woortmann, 1993).

Fugiu "para arrumar um lar pra mim mesma". Fugiu para livrar-se do controle do irmão mais velho, como relatou, em várias ocasiões da entrevista. Fugiu, em busca de liberdade, de outra vida. A segunda dissidência deu-se após ter sido abandonada pelo marido. O autoritarismo deste a impedia de usar calça comprida, mangas curtas e de cortar o cabelo. Frequentemente havia brigas entre eles, ele a chamava de biscate sem vergonha. Jamais a espancou, porque ele seria "um homem morto se tivesse feito isto". O abandono do marido libertou-a. Cortou o cabelo, passou a usar *shorts* e minissaia e reunia, aos sábados, as amigas e os amigos em sua casa. Isto fora o estopim para os falatórios constantes. Em pouco tempo, todo mundo dizia que ela era "biscate" e que estava "biscateando". Aí resolveu "bagunçar" mesmo. Mudou-se de Guariba, antes de ir para São Paulo e ficou um tempo só "bagunçando", sem contar que entregou, aos cuidados da mãe e da sogra, o filho, portanto, declinou da maternagem do filho, atitude destruidora do modelo de mulher/mãe.

Essa rebeldia não parou aí. Em razão da dominação de gênero sobre as mulheres, aquelas que freqüentam os bares são "mal faladas", malvistas não só pelos homens como também pelas outras mulheres. *Nilza* é uma freqüentadora assídua dos bares, bebe cerveja com todos os homens amigos seus e joga muito bem sinuca. Não mantém mais a casa limpinha como antes, aliás preferiu dar a entrevista em "seu" bar, porque sua casa estava em desordem, mostrando, com isso, que rompeu com o modelo de dona de casa, seguido por ela enquanto casada. Já teve relacionamentos com vários homens, casados e solteiros. Quando se relaciona com os casados, exige deles que não maltratem suas esposas, pois, segundo ela, uma prática comum quando o homem consegue uma amante é maltratar a esposa. Com isso, denota possuir uma certa solidariedade de gênero, o que não a impede de ser livre em seus relacionamentos. No entanto, prefere os solteiros. Afirma que, todos estes são bem mais jovens do que ela. Relata livremente sua sexualidade, seus prazeres, seus desejos. Quando se relaciona sexualmente, procura uma outra casa alugada, porque a sua é "parede-de-meia" e não gosta de importunar os vizinhos. Atualmente faz, exageradamente, uso de bebidas alcoólicas. O vício aumentou após o assassinato de um rapaz por quem estava apaixonada. Relata minuciosamente a morte do amante, inserindo o acontecimento no contexto da violência existente no Bairro João-de-Barro, em Guariba. Acusa a polícia de descaso *vis-à-vis* o assassinato, ao afirmar que a "polícia só aparece quando os trabalhadores fazem greves, aí eles aparecem e batem mesmo, mas para prender os bandidos, não". O motivo foi que este rapaz estava voltando de um baile com um grupo de mulheres, dentre elas, a mãe do assassino. Este, pensando que ele estivesse namorando sua mãe, matou-o com vários tiros, deixando-o ensangüentado na praça. Com muita emoção, relata o momento de tê-lo visto morto.

"Você vê, ele morreu tão inocente. Eu acho que ele ia voltar pro bar pra me encontrar, por isso não fechou o olho. A mãe dele pediu pra ele fechar o olho, a mãe do menininho dele pediu e ele não fechou ... o pai dele pediu ... No enterro tinha três amigadas dele ... eu fiquei com medo de pedir pra ele fechar o olho e sair aquela briga ... No cemitério, eu pedi, mas ele não fechou, parece que ficou olhando pra mim ... Durante uns dois meis, eu bebia para ele e para mim. Eu bebia um copo de cerveja, metade era para ele, metade para mim ... Eu fiquei muito revoltada, parecia que ele estava junto de mim."

Esta revolta interior continuou. Manifestou desejos de incendiar a casa do assassino, mas deixou claro que a vingança será feita. Era só uma questão de tempo. Ou ela ou alguém da família fará justiça com as próprias mãos. A honra dele será lavada por meio dos "códigos do Sertão Urbano". Além desta paixão, os outros relacionamentos são fugazes. Portadora de uma sexualidade perigosa (Walkowitz, 1991), suas transgressões não param aí.

"Eu fico diferente ... Sabe o que eles falam que eu tenho? Pombagira ... eu pinto, eu passo batom, pinto o olho, passo ruge no rosto ... penteio o cabelo do jeito que ninguém veja, nunca viu ... faço assim, minissaia, quando não *shorts*, calça comprida ... dançando no meio do povo, bebendo com um, com outro. Alegre com todo mundo, desconfiada ... Quando eu fico ligadona, eu vou pra casa dormir, eu não dou escândalo, não fico beijando um, abraçando outro... Sei lá, eles falam que eu viro, que eu me transformo em Pombagira."

A metamorfose em Pombagira resulta de um conjunto de elementos: a pintura no rosto, nos lábios, outro tipo de penteado, outro tipo de roupa. Reveste-se de uma nova roupagem para ser outra personagem, a Pombagira, símbolo da mulher rebelde, daquela que não obedece às regras, semelhante à Lilith. O comportamento no baile, a descontração, a alegria sem escândalos é uma representação carregada da simbologia da Pombagira.

Na religião umbandista, esta entidade aparece vestida com véus vermelhos, dois chifres e seios à mostra, simbolizando uma prostituta, tal como na sociedade colonial brasileira, dominada pelo branco e pelo cristianismo. Algumas passagens da bíblia referem-se às prostitutas vestidas com véus. O vermelho usado por Exu e Ogum representa o orixá da guerra. É a cor que representa a luta, em última instância, o sangue. A Pombagira tem na simbologia umbandista a mesma correspondência de Exu. São estas entidades más que enviam negatividade às pessoas, são dotadas do poder do mal. Não obstante, na África, estas entidades tinham outras representações. Eram menos evoluídas, mas dotadas de poderes de proteção dos caminhos, dos caminhantes, eram elas que transportavam as mensagens, eram servidoras dos orixás, não

entidades opositoras como as concebidas no Brasil. Também, em relação à Pombagira, crê-se que, quando ela se apossa de uma mulher, esta transforma-se em prostituta e, no caso do homem, há a transformação em homossexual. Nos ritos umbandistas, as pessoas apossadas pela Pombagira vão aos terreiros e pedem para que ela deixe de acompanhá-las. Neste momento, de negativo, ela passa a ter um papel positivo, de protetora.⁶ Ao representar a Pombagira, ao transformar-se, ao ficar diferente, desinibe-se, dota-se de poder e se entrega à dança, sem contudo, dar escândalos, atitude que a preserva dentro de certas regras sociais, de certos limites. Trata-se de uma transgressão, proveniente de um ser espiritual que se apossa de seu corpo sem, contudo, transformá-la em prostituta. É a entidade sobrenatural da religião negra que, ao mesmo tempo, a torna dissidente, a protege, evitando escândalos.

Todas as considerações feitas anteriormente acerca do imaginário e do simbólico são importantes à compreensão da metamorfose de *Nilza*: mulher só, negra, cuja sexualidade é exercida livremente, porquanto, sem ser e se considerar prostituta. A figura do imaginário da Pombagira por meio da simbologia de sua nova roupa é o instrumento pelo qual as dimensões de sua vida foram recalçadas e expulsas de si mesma, desde o momento em que, por ser uma mulher só, foi considerada prostituta. A figura imaginária da Pombagira representa o lugar do antidiscurso, da anti-história. Reside aí, sua identidade étnico-racial. Pode-se estabelecer um *continuum* entre o pensamento organizador patriarcal e etnocêntrico do branco colonizador ao conceber a mulher negra como mucama, lasciva, destinada ao eito e à senzala, negando-lhe o nome e a identidade.

A mulher negra nunca foi dada a condição de musa. O olhar que nós temos para a mulher negra é o olhar daquela que é fruto erótico, uma coisa para ser comida. (Wanderley, 1984, *apud* Carneiro, Santos, 1985, p.45)

6 Informações obtidas mediante uma entrevista com o antropólogo Antônio Talora Delgado Sobrinho.

Transgredindo as normas, rompe as limitações, cria novos espaços e realiza a metamorfose de gênero e raça/etnia no interior de si mesma. Este poder de metamorfose dá-lhe a força vital. A metamorfose em Pombagira reflete a capacidade vital que possui, mediante a alegria, o clima de festa e diversão

Com meu vestido vermelho

Eu venho pra girar
 Com meu colar, brinco e pulseira
 Eu venho pra girar
 Eu uso os melhores perfumes
 Para a todos agradar
 Eu sou a Pombagira
 Eu venho pra girar

Este é o meu destino
 O meu destino é este
 É me divertir
 Bebo, fumo, pulo e danço
 Pra subsistir
 Assim, cumpro o meu destino
 Que é me divertir
 (*apud*, Prandi, 1994, p.97).

Sua força vital manifesta-se também em outros espaços. Durante as greves, sempre participou ativamente. De modo geral, só as mulheres casadas não participaram, segundo ela, por medo dos maridos.

"As casadas ficaram tudo no seu lugarzinho, debaixo da chave do marido. Muitas ficavam na esquina só olhando ... agora, as largadas estavam tudo lá..."

A greve representa o momento da explosão dos conflitos de classe. Sem embargo, muitas mulheres não participam por impedimento dos próprios maridos (Silva, 1990b). A justificativa deles é de que a mulher que participa da greve é porque quer estar no meio dos homens, então a proibição preservaria a moral de suas esposas. Na realidade, essa proibição, além de outras, dentre as quais a de freqüentar bares, ou mesmo de não subir no caminhão sem estar acompanhada do marido ou de um parente homem, é

fruto da dominação de gênero existente. O controle do espaço por meio do qual a mulher pode circular é uma forma do homem exercer seu poder (Bourdieu, 1990b). A publicização do espaço do conflito de classe seria uma ameaça para o poder masculino, na medida em que a mulher sairia do espaço doméstico privado, controlado, "sob suas chaves" e fugiria ao controle de sua dominação. Por isso, só as mulheres "largadas"(separadas), participam das greves, pois não há o poder masculino para retê-las em casa. A frase de *Nilza* a este respeito é profundamente esclarecedora.

"Greve?, vou, sou livre, estou indo."

Liberdade conquistada a duras penas, mas da qual não se abre mão. Um acontecimento no eito pode dar conta da rebeldia de gênero, classe e etnia desta mulher. Após várias horas de trabalho, sentindo vontade de fumar, procurou um colega que lhe fornecesse um cigarro, suspendendo por alguns instantes sua tarefa. Neste momento, surge o feitor e lhe diz: "Neginha do João-de-Barro, volte para seu lugar". A frase contendo três nomeações de raça/etnia, gênero e classe foi o bastante para que ela lhe lançasse a enxada, a fim de matá-lo:

"eu dei uma enxadada nele, pra mostrar para ele quem é a neginha do João-de-Barro. Quem é a neginha do João-de-Barro, aí? Ele falou: você. Quando ele falou, você, eu mandei a enxada e vap ... Estava um poeirão, não sei onde pegou. Só sei que a hora que eu rumei a enxada, ele caiu."

Na seqüência, deixou o trabalho com sua mochila e o corote (barrilete para transportar água) e foi a pé até a cidade, dirigindo-se ao escritório da usina a fim de relatar o que havia acontecido. Ao ser inquirida acerca da causa de ter deixado o trabalho, respondeu que não admitia ser chamada de "neginha do João-de-Barro". Este era o motivo, além do mais, queria receber por todo o dia de trabalho, o que realmente aconteceu. Além da exigência do pagamento, mudou de turma, para nunca mais ver o feitor. Este acontecimento traduz o *nó* das três organizações sociais e também a manifestação das três identidades, de gênero, classe e

raça/etnia. A nomeação "neguinha do João-de-Barro" contém o significado do João-de-Barro. Lugar de preto, pobre, "bóia-fria". O João-de-Barro não é caracterizado só por ser um bairro periférico da cidade de Guariba. Ele possui, como já foi analisado anteriormente, os significados estigmatizantes da cor e da classe social. Portanto, pode-se afirmar que há uma semelhança entre as categorias espaciais e nominais. A toponímia constitui uma linguagem reflexa, um *continuum* entre espaço nominado e sociedade denominada (Zonabend, 1981, p.313). Denominação entendida nos três aspectos constitutivos do *nó* referido.

Esse acontecimento revela que a luta e o conflito não podem ser interpretados tão-somente a partir das manifestações coletivas das greves, pelo prisma das classes sociais. Revela também que a recusa é gestada no bojo das experiências individuais e coletivas (Thompson, 1979). Estas experiências são aprendidas durante a vida, são reprimidas e, muitas vezes, são invisíveis, inconscientes. Suas irrupções só podem ocorrer num campo de força, como no espaço do eito, acima mencionado. Não se trata de respostas mecânicas ao ato da dominação. Pode-se pensar que se o feitor não tivesse empregado aquela nomeação, reprimindo-a de outra forma, pelo ato indisciplinar, sua reação fosse outra. A nomeação fez que a dominação experimentada (de gênero, classe e raça/etnia) durante toda a vida explodisse num ato de extrema violência. "Neguinha do João-de-Barro" contém também o significado de mulher de ninguém, de mulher só, sem nome, identificada pela toponímia. Mulher só, personagem ambígua, na medida em que associa pobreza e sexualidade, ilustra as conseqüências de uma vida conduzida fora das normas, situação já vivenciada pelas primeiras operárias da Revolução Industrial inglesa. Congrega, ainda no caso das "bóias-frias", o estigma da cor. Da mesma forma que a mulher só e pobre se fez presente no conjunto das primeiras operárias, estas, em geral, eram excluídas dos movimentos grevistas pelos próprios sindicalistas (Hobsbawm, 1978, p.14).

A participação nos conflitos representa para as trabalhadoras rurais hoje duplo enfrentamento, de classe e gênero, situação não muito diversa daquela prevalecente nas indústrias brasileiras

(Lobo, 1991). Tem razão Hobsbawm quando afirma que o paradoxo do movimento operário é ter prometido uma ideologia de igualdade e emancipação sexuais, e na prática, ter concretizado a oposição em relação às mulheres. Isto é inteiramente válido não somente para a situação inglesa, como também para a brasileira, e para os trabalhadores rurais desta região de estudo. Poucas são as mulheres que participam dos sindicatos, em virtude das discriminações de gênero que atravessam as práticas dos sindicalistas e das relações sociais vigentes na sociedade como um todo. Participar do sindicato significa uma conquista, uma forma de enfrentamento por parte destas mulheres, tanto em relação aos companheiros, pais, maridos, quanto aos sindicalistas e demais trabalhadores e, muitas vezes, às próprias mulheres. A consciência de gênero e identidade de gênero femininas são processos históricos, produzidos pelas práticas sociais de homens e mulheres de uma determinada realidade social. Em se tratando de processo, é algo que se faz no bojo de contradições, de ambigüidades coletivas e individuais.

A condição de mulher, negra, "bóia-fria" é traduzida por Nilza como maltratada, roceira, desvalorizada. Refere-se, em vários momentos, à sujeira do seu trabalho, especialmente nos dias de chuva. Autodefine-se como boa cortadora de cana, muito embora não consiga a média alcançada pelos homens. No que tange ao controle da reprodução, afirma categoricamente ser favorável aos anticoncepcionais, ligadura de trompas e aborto. A atitude dos empreiteiros em controlar o número de mulheres por caminhão (máximo nove; hoje, com o emprego acelerado das máquinas, este número é em torno de três ou zero), em impedir que as grávidas e as casadas não esterilizadas trabalhem, é condenada por ela. Outrossim, afirma que a mulher pobre não pode ter mais de dois filhos e que a usina, sendo *dona da barriga das mulheres*, deveria pagar a laqueadura, uma vez que o salário recebido é insuficiente para isso. Ao reconhecer a usina como dona da barriga das mulheres, transfere-lhe o controle de suas sexualidades, algo contestado em sua prática. Em relação ao aborto, é conhecedora de várias práticas aprendidas com outras mulheres. Trata-se

de práticas transmitidas de geração em geração e se constituem historicamente, como parte do saber feminino.⁷

Eis alguns do métodos utilizados para si e para outras mulheres: cibalena com vinho, fervida com canela. Após ingerir esta bebida, é necessário ficar três dias em jejum. Relata um aborto provocado com esta prática.

"Limpou tudo, não precisou nem ir ao médico. Depois eu dei para ela um pouco de vinho e ela tomou banho com água e sal, porque o sal é sagrado e assim a criança não chora. Durante 15 dias, ela não lavou a cabeça e só tomou banho assim."

Outra bebida abortiva é Coca-Cola fervida. Afirma que deu para outra amiga tomar e funcionou. Ela própria quando não toma pílula, após a relação sexual, toma banho, inclusive lava a cabeça, e em seguida, bebe água salgada e deita de bruço. Este era o método usado por sua mãe, segundo ela, mais eficaz do que a pílula. Além do conhecimento destas práticas controladoras da reprodução, conhece algumas rezas, sendo benzedeira de "espinhela caída", e realiza várias "simpatias" para evitar feitiço.

Todo este saber ligado à cura do corpo e da alma, ao controle da reprodução e sua transformação em Pombagira, é responsável pela imagem de mulher dotada de poderes sobrenaturais. É procurada para a cura de corpos e almas, ao mesmo tempo, temida, e por isso, discriminada e marginalizada. Em torno de si, duas forças, de atração e rejeição, atuam constantemente. Enfrenta, recusa a ordem falocrática, classista e etnocêntrica vigente, porquanto, afirma ter preferência por filhos homens, porque mulher sofre

7 Na coletânea histórica das mulheres, o registro histórico do controle da natalidade, através de várias épocas, é bastante recorrente. Na Idade Média, a presença de drogas abortivas, tinturas esterilizantes, além de práticas mágicas como o amuleto, eram muito freqüentes (Opitz, 1990, p.383ss). No século XX, muitas mulheres manifestavam-se por meio das sexualidades perigosas, e a fuga à maternidade alarmava os médicos. Ervas abortivas, tais como arruda, sabina, cravagem de centeio eram muito utilizadas, além das práticas de aborto. No norte da Inglaterra, as mulheres da classe trabalhadora consumiam pílulas de chumbo, provocavam sangrias e usavam banhos quentes e exercícios violentos (Walkowitz, 1991).

muito, que é melhor ser homem do que mulher, e que seu sonho era ser caminhoneira, para não parar em lugar algum. Relatos eivados de ambigüidades.

"*Toda mulher que se mostra se desonra*" escreveu Rousseau a D'Alembert. Três trajetórias de mulheres negras e "bóias-frias". Aceitação e recusa mesclam-se ao mundo imaginário, inventado, necessitado. Trabalharam, lutaram, saíram.

As mulheres tentam uma verdadeira "saída" para fora dos seus espaços e papéis. Para esta transgressão é preciso uma vontade de fuga, um sofrimento, a recusa de um futuro insuportável, uma convicção, um espírito de descoberta ou demissão. (Perrot, 1991, p.522)

Histórias sincopadas? Os três relatos encerram este espírito de descoberta, esta espécie de missão, de um possível remembramento e reenraizamento. Marcadas pela pobreza, pela condição de mulheres sós, negras, redescobrem-se a si mesmas por esta experiência que se acumula, que se prolonga, que se "desdobra como uma viagem". Viagem difícil, determinada por um trajeto não inventado por elas. Viagem/travessia, sem rumo certo, sem ponto de chegada. Tal como no romance literário, *Vidas secas*, o que movia Sinhá Vitória era o sonho de conseguir uma cama de lastro de couro semelhante a de outras pessoas, o sonho destas mulheres está na força das palavras, tornadas, inconscientemente, símbolos para si próprias.

"Mulher bóia-fria, negra. E preciso explicar?"

"Ele não sabia a nega que ele tinha."

"Eu me transformo na Pombagira."

"Quem é a neguinha do João-de-Barro?"

Palavras precedidas, há quase 150 anos, por aquelas de Sejourner Truth, nome emprestado de uma ex-escrava, mulher sem nome, itinerante.

Mas, "E eu num sô uma muié?"

Como pergunta, Perrot (1991), no final do belíssimo artigo citado:

História sincopada? É a visão que vulgarmente dela se conserva e que o relato masculino, indiferente ou eivado de desprezo, sempre veicula. Na realidade, laços invisíveis - o tecido de uma memória - existem provavelmente entre essas comoções. (1991, p.536)

Laços invisíveis, escondidos atrás das vestes para encobrir o próprio corpo, atrás das paredes de barro, no meio dos canaviais, laranjais, cafezais do eito. Laços invisíveis escondidos em cada canto de si mesmas. É nesta invisibilidade que reside a força vital de cada uma delas. Força não enxergada, mas sentida. Vidas talhadas com as mãos. Cheias de marcas, trilhas sinuosas, becos sem saída, determinações, segurança, incertezas, fé, esperança, desesperança, participação em greves, metamorfoses, negação, aceitação. São estes os componentes desta rede. É assim que são tecidas suas memórias. Os buracos desta rede não são ocos, vazios. Uma rede só se define como tal pelos buracos. Ela não é refratária. As três trajetórias revelam três tipos de redes, três modelos de matizes diferentes. Três mulheres pobres, negras e "bóias-frias".

TERCEIRO EPISÓDIO

FIM DO MAU ENCONTRO

"Como podiam os homens guardar tantas palavras? Era impossível, ninguém conservaria tão grande soma de conhecimentos. Livres dos nomes, as coisas ficavam distantes, misteriosas. Não tinham sido feitas por gente. E os indivíduos que mexiam nelas cometiam imprudências. Vistas de longe, eram bonitas. Admirados e medrosos, falavam baixo para não desencadear as forças estranhas que elas porventura encerrassem."

Graciliano Ramos, *Vidas Secas*.

A MÁQUINA: O DESCARTE DA BAGACEIRA

"Mas assim como a máquina começou a liberar-se do homem e a confrontá-lo, convertendo-se em um monstro anônimo e alheio à alma humana, a ciência foi-se convertendo em um frígido e desumanizado labirinto de símbolos. Ciências e máquina foram afastando-se rumo a um olimpo matemático, deixando só e desamparado o homem que lhes havia dado vida."

Ernesto Sábato, *Homens e engrenagens*.

Marx, no capítulo sobre a "Maquinaria e a grande indústria", mostra que a mudança na base técnica é constante e revolucionária. Por meio de máquinas, procedimentos técnicos, químicos e outros, a maquinaria revoluciona as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do trabalho. Fazem parte da natureza da grande indústria a mudança no trabalho, a fluidez das funções, a mobilidade universal do trabalhador e o exército de reserva. A acumulação do capital, manifesta mediante o processo de mais-valia relativa, pressupõe o crescimento incessante do trabalho morto e a diminuição do trabalho vivo. O progresso técnico da base produtiva seria a lógica do processo de valorização do capi-

tal, isto é, parte de sua própria natureza. O recente processo de reestruturação produtiva, resultante da mundialização do capital, enquadra-se nestas previsões marxianas.

Do mesmo modo, a mecanização atual do corte da cana, mediante o emprego crescente de máquinas, poderia ser interpretado como um desdobramento natural deste processo de produção. Desde o momento da instalação das usinas, houve a combinação, nas diferentes fases do processo produtivo, da mão-de-obra, instrumentos e máquinas. Isto tem sido feito mediante inovações tecnológicas, biológicas, físicas, químicas etc. Desde os anos 70, muitos centros de pesquisas da região, sem contar a implantação recente do curso de graduação de Engenharia de produção agrônômica da UFSCar, vêm desenvolvendo pesquisas na área de biotecnologia, voltadas, especialmente, para as novas variedades genéticas da cana. Com isso, registram-se melhoramentos expressivos nos teores de sacarose, no controle de pragas e no prolongamento da vida útil da planta, aumentando, assim, o número de cortes sem necessidade de replanta (Scopinho, 1995). Observa-se, também, a criação das biofábricas de cana, verdadeiros laboratórios em que as plantas são produzidas *in vitro*, onde são controlados os aspectos fitossanitários. Houve, portanto, a elevação dos níveis de produtividade em até 30%, além de aumentar a longevidade do canavial (Lee, 1992). Ao lado dessas transformações biológicas, há de se registrar a enorme variedade de produtos químicos empregados no controle de pragas, doenças e ervas daninhas, sem contar que a carpa manual foi substituída pela carpa química. Tais inovações, sem sombras de dúvidas, aumentaram a produtividade do trabalho e diminuíram a quantidade de trabalhadores empregados. O plantio é caracterizado pela combinação de homens e máquinas. Esta fase exige um grande dispêndio de energias por parte dos trabalhadores, pois são obrigados a operar no ritmo dos tratores. Atualmente, já está sendo utilizado um equipamento que junta a palha deixada depois da colheita. O referido equipamento permite tratar o solo sem necessidade de juntar a palha. No que se refere ao trato da cultura, o processo de adubação é feito por máquinas, cada vez mais apropriadas para

não danificar o terreno e as plantas. A adubação com produtos orgânicos, tal como a vinhaça, é realizada por caminhões que traçãoam tanques de plástico com reforço de fibra de vidro (os minhocões). Para a aplicação de produtos químicos, empregam-se também aviões, diminuindo, drasticamente a utilização de mão-de-obra.

No tocante à colheita, esta, até o início dos anos 80, era essencialmente manual, sendo a fase que mais exigia mão-de-obra. A partir das greves de 1984 e 1985, muitas usinas começaram a realizar o corte por meio de máquinas. A colheita mecanizada pressupõe várias modificações técnicas, desde o plantio até o recebimento da cana pela usina. Há necessidade de nivelamento dos terrenos dos talhões, para facilitar manobras das máquinas, retirando falhas, tais como, tocos, árvores, buracos. É necessário também maior espaçamento entre as fileiras para que as máquinas trafeguem entre as linhas da cana e não danifiquem as soqueiras. Uma outra necessidade é a escolha da variedade da cana. E preciso aquela que exige um plantio mais raso e um crescimento ereto, sem tombamento. Verifica-se, portanto que, o emprego de máquinas no corte não se faz de um momento para o outro, exigindo mudanças consentâneas no conjunto do processo produtivo. De acordo com Alves (1991), as primeiras máquinas introduzidas no país datam de 1960, não obstante seu emprego fosse bastante reduzido. Elas cortavam a cana, depositando-a no sentido transversal. Segundo informações da Coopersucar, estas máquinas já apresentavam rendimento superior a 7,2% em relação ao corte manual. São chamadas de "máquinas de vitrine" (Silva, 1981), porque operavam apenas no início da safra e depois eram substituídas pelos cortadores manuais. No entanto, é a partir de 1975, com o Proálcool e o crescimento da lavoura canavieira, que se inicia a produção de máquinas revolucionárias do processo técnico. Empresas como a *Dedini*, baseando-se nos modelos australianos, produziram máquinas que cortam cana em pé ou cana acamada (deitada), crua ou queimada e, ainda, picam e depositam diretamente nos caminhões, substituindo as carregadeiras, ou os guinchos mecânicos. Com estas máquinas, houve um acréscimo substantivo

da produtividade do trabalho, passando de 20 toneladas/hora em 1976 para 41 em 1980, e 60 em 1987 (Alves, 1991, p.82).

As melhorias técnicas foram acompanhadas da incorporação de uma nova infra-estrutura de apoio a esta mecanização: caminhões-oficina que reparam as máquinas no próprio campo, caminhões-pipa, caminhões-comboio com combustível e lubrificante, novos caminhões de transporte e novas alterações nos recebimentos da cana na usina, que pelo fato de ser picada, não pode ser lavada. Em 1980, o rendimento médio de uma colhedeira attingia 200 toneladas por dia em 10 horas de trabalho, substituindo trinta homens/dia, com produção superior a 6 toneladas/dia (p.82). Informações recentes apontam para os seguintes dados acerca da produtividade. A cana queimada, cortada manualmente, tem um custo de R\$ 5,9958 por tonelada; para a cana crua, cortada manualmente, este valor sobe para R\$ 11,8398; a cana mecanizada queimada custa R\$ 4,3823 e a mecanizada crua custa R\$ 4,5581 (Departamento Agrícola da Usina São Francisco. *Folha de S.Paulo, Folha Nordeste*, 10 jul. 1995, p.1). Estes índices confirmam a irreversibilidade do processo de mecanização do corte, tendo em vista o processo de valorização do capital. Segundo a mesma fonte, o emprego de máquinas para corte de cana crua deve-se a pressões da sociedade civil, bem como do Ministério Público contra as queimadas. Em 1995, havia 91 colheitadeiras de cana crua em atividade na região de Ribeirão Preto. Além de resolver o problema da queimada, o corte da cana crua permite o uso da palha para proteger o solo que, juntamente, com outros compostos orgânicos, serve como fertilizantes. Embora não existam levantamentos sistematizados, as informações existentes sobre o percentual de mecanização indicam para a região de Ribeirão Preto, um índice variando entre 20% e 30%, em 1992 e, em termos estaduais, este índice é menor, em torno de 10% e 15%.

Porém, individualmente, muitas usinas já atingiram índices muito elevados de mecanização. Eis alguns exemplos para 1992: Usina da Barra, com 50% da produção mecanizada; Usina São Martinho, considerada a maior da América Latina, com 63,3%, Usina Santa Elisa, com 35% e Usina da Pedra, com 65% (Veiga

Filho et al., 1994, p.43-4). Apesar destas variações, confirma-se a tendência da crescente mecanização. Segundo as informações de usineiros da região de Ribeirão Preto, a mecanização deverá atingir 100% nos próximos 10 anos, e algumas usinas atingirão este índice já em 1998 (*Folha de S.Paulo, Folha Nordeste*, 10 jul. 1995, p.1). Tais previsões inserem-se no conjunto das discussões em torno da reimplantação do Proálcool, por meio dos incentivos do Estado para o processo de consolidação da reestruturação produtiva das usinas. A maior prova desta ação é o *decreto do governador do Estado de São Paulo*, publicado no dia 7 de agosto de 1997, no *Diário Oficial*, segundo o qual, as áreas mecanizáveis têm o prazo de 8 anos e as não-mecanizáveis, 15 anos, para terminar com as queimadas. Ou seja, para abolir definitivamente o corte manual da cana. Os usineiros da região esperam com isso, pôr em prática a "terceira fase" do Proálcool, que prevê a utilização de produtos, como o bagaço da cana para a produção de energia, ração animal e polímeros (*Folha de S.Paulo, Folha Ribeirão*, 25 jul. 1997, p.4).

A mecanização do corte da cana tem se transformado em objeto de estudos. A bibliografia sobre esta questão é, sobretudo, realizada pelos economistas do IEA (Veiga Filho et al., 1994), em debates acerca das causas deste processo, havendo os que defendem a lógica do capital como a responsável por este fenômeno (Muller, 1985), e os que sustentam a tese da pressão dos movimentos grevistas (Alves, 1991). Muitas discussões políticas envolvendo o Ministério Público da região de Ribeirão Preto *vis-à-vis* as queimadas e discussões políticas e sociais sobre o desemprego e exclusão social, têm reunido sindicatos, partidos políticos, poderes locais, organizações não-governamentais, pastorais, em inúmeros encontros. Apesar dos diferentes enfoques e preocupações, o cerne da questão gira em torno do binômio mecanização-exclusão social. Qual será o destino dos milhares de migrantes sazonais que, todos os anos, permanecem nesta região durante 8 meses ou mais? Qual será o destino dos trabalhadores rurais residentes nas cidades-dormitórios? O desemprego não é simplesmente colocado a partir de visões catastróficas. Segundo Veiga Filho et al. (1994), a taxa de desempregados saltará de 18%, em

1994, para 55%, no ano 2000. No mesmo período, a estimativa de produção crescerá quase quatro vezes. Em 1994, 9.706 trabalhadores foram substituídos pelas máquinas. No ano 2000, este número será de 24.482, enquanto a produção de cana-de-açúcar saltará de 56 milhões de toneladas para mais de 68 milhões de toneladas (p.55). O desemprego manifesto, por meio da exclusão de milhares de trabalhadores, já vem ocorrendo desde o início da década de 1990. A presença de peões-do-trecho, andarilhos, tem sido bastante freqüente em várias cidades da região. Estes, na verdade, são trabalhadores excluídos em busca de trabalho. Sobre eles recai toda a sorte de estigmas, inclusive proibições de entrar nas cidades. Este é um dos traços da "militarização" da força de trabalho desta agricultura, tal como se mostrou em outro trabalho (Silva, 1993). Em 1991, a Secretaria do Bem-Estar Social de Ribeirão Preto, cidade cujo padrão de vida foi assemelhado ao dos europeus, controlava a migração na cidade por intermédio de computadores. Tal medida visava evitar que "bandidos" fossem confundidos com "mendigos" e realizar a troca de informações entre as cidades que recebiam migrantes. Todos aqueles que não tivessem moradia ou emprego, em Ribeirão Preto, seriam encaminhados à suas cidades de origem. E mais. Esta era uma forma de controlar a "lista negra" que, segundo a diretoria administrativa do Cetrem, "...é composta por pessoas delinqüentes, agressivas e com uma conduta moral inaceitável" (*Folha de S.Paulo, Folha Nordeste*, 20 mar. 1992). Em face desta medida de esquadrinha-mento do poder e disciplina sobre estes migrantes, transformados em itinerantes, trecheiros, mendigos, andarilhos, surgiu um movimento de reação por parte de entidades governamentais (Secretarias Municipais do Bem-Estar Social) de várias cidades, dentre elas, Piracicaba, Cordeirópolis, Itirapina, Rio Claro, Americana, Araras, Sorocaba etc, e não-governamentais (Pastoral Migratória, Sindicatos), cujo objetivo era estabelecer um programa de ação conjunta mediante o resgate da condição humana destes trabalhadores. Além de tomar como lema "o respeito e o resgate da cidadania e da condição humana desta população", este movimento visava à criação do Sistema Nacional de Assistência Social (SNAS) e à formação de uma comissão para acompanhar a situação dos

migrantes (Prefeitura Municipal de Piracicaba, Secretaria do Bem-Estar Social, 1922). Este controle não existe apenas nesta região. Na região de São José do Rio Preto, alguns itinerantes, assim que chegavam à cidade, tinham suas cabeças raspadas, sendo obrigados a usar macacões e realizar serviços de limpeza urbana enquanto permanecessem na cidade, recebendo, em troca, comida e alojamento. Em seguida, eram despachados para outras cidades, recebendo passagens ferroviárias. A prefeitura de Matão discutiu, em diversas ocasiões, a construção de cancelas nas saídas da cidade, a fim de controlar a entrada de migrantes. Em 1994, o prefeito de Araraquara anunciou um prêmio no valor de R\$ 500,00 pela denúncia da entrada de migrantes na cidade. Diante dessa situação de agressão, a Comissão de Direitos Humanos entrevistou milhares destes itinerantes em três cidades, Barretos, Catanduva e Franca. Os resultados revelaram que o movimento migratório é masculino, preponderantemente. Somente na cidade de Catanduva predominam pessoas acompanhadas de sua família. A maioria possui documentos, excetuando Catanduva; a maioria é constituída de lavradores, da área da construção civil e outros serviços; provêm da própria região Sudeste, sobretudo São Paulo e Minas Gerais, e o destino também é na mesma região. São poucos os nortistas e nordestinos que chegam ao interior de São Paulo. A idade predominante varia entre 19 e 60 anos. Quanto ao estado civil, a maioria é constituída de homens solteiros. Concernente ao nível de escolaridade, 50% são analfabetos, 30% cursaram até a 4ª série. Em relação ao motivo da viagem, 80% ressaltaram a procura de trabalho. Estes dados são extremamente reveladores, por um lado, sinalizando que a Região Sudeste está sendo expulsora de população, contrariando a tendência de décadas anteriores e, por outro, indicando que as pessoas expulsas permanecem vagando no interior da própria região à procura de trabalho.¹

1 Segundo informações dos sindicatos, a migração de trabalhadores de outros estados para esta região decaiu em 30%, em virtude da mecanização do corte da cana (*Folha de S.Paulo, Folha Nordeste*, 21 ago. 1995, p.1)

Verifica-se, assim, um segundo processo de acumulação primitiva destes proletários. No primeiro momento, arrancaram-lhes a roça de subsistência, a morada, a posse, as chapadas, as grotas. Agora, arrancam-lhes o único elemento restante, a capacidade para o trabalho. Com isso, negam-lhes a condição humana, dilaceram-lhes a cidadania (Santos, 1991). A itinerância não é, contudo, a única condição social destes sobrantes. É gigantesca a lista de denúncias de trabalho escravo no Brasil, nas últimas décadas. Muito dos migrantes provenientes do Vale do Jequitinhonha e Bahia, não conseguindo trabalho nas usinas e fazendas em São Paulo, digirem-se às destilarias em Mato Grosso do Sul, onde vivem em situação de escravidão (Silva, 1993). Outros trabalhos de pesquisa recentes mostram esta realidade cruel, nos últimos anos, em várias partes do país (Esterci, 1994; Sutton, 1994; Martins, 1995).

No que tange aos trabalhadores rurais desta região, em virtude da exclusão crescente, pode-se levantar a hipótese segundo a qual, muitos deles são ou serão itinerantes ou escravizados, portadores de uma cidadania dilacerada. Nas últimas safras, muitos ônibus vindos do Vale do Jequitinhonha e do interior da Bahia regressaram com os trabalhadores, por falta de trabalho nas usinas e fazendas. A Usina São Martinho, cuja produção de cana é superior a do Estado do Rio de Janeiro, dispensou quatrocentos trabalhadores, alguns deles com mais de 20 anos de carteira assinada. A Usina da Serra dispensou muitos trabalhadores da área industrial (*Jornal dos Migrantes Cá e Lá*, ano 10, n.70, abr.-maio 1995, Guariba-SP). A lista das dispensas abrange outros produtos e outras usinas. A Usina Galo Bravo dispensou trezentos trabalhadores nos últimos 40 dias (*Folha de S.Paulo, Folha Nordeste*, 16 jul. 1995, p.10); 4 mil trabalhadores da laranja estão parados, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taquaritinga (*idem*, p.10). Num recente encontro sobre Modernização e Exclusão Social patrocinado pela Pastoral Migratória e outras entidades, realizado em Jaboticabal nos dias 6 e 7 de maio de 1995, foram discutidos os seguintes pontos que retratam a atual situação dos trabalhadores nesta região:

O Acordo da Cana de 1995 (prática vigente desde o Acordo de Guariba, em 1985, após as greves) estabelece os seguintes valores:

piso salarial	\$ 185,00
diária	\$ 6,16
hora normal	\$ 0,84
hora itinerante	\$ 1,68
cana de 18 meses	\$ 1,18
outros cortes	\$ 1,12

- Das 47 cláusulas, nenhuma contempla as reivindicações dos trabalhadores migrantes.
- Continuam as discriminações em relação às mulheres. Muitos empreiteiros não as empregam, outros fixam, com base nas decisões da usina, o número de três por caminhão ou ônibus.
- Incentivo por parte das empresas, para a criação das cooperativas de trabalhadores, que passaram a ser contratados como autônomos, sem receber obrigações trabalhistas, como o Fundo de Garantia e outros direitos.
- Pressão dos usineiros para a volta das sete ruas. O corte de cinco ruas é a grande conquista dos trabalhadores nas greves de Guariba em 1984 e 1985 (Bastos et al., 1987). Voltar a esse sistema significa, além da maior intensidade da exploração da força de trabalho, a anulação da grande vitória dos trabalhadores.
- Emprego de menores de 14 anos no corte da cana, conforme freqüentes denúncias e *blitz* promovidas pelo Ministério Público (*Folha de S.Paulo, Folha Nordeste*, 2 abr. 1995, p.10). Informações oferecidas pelo Ministério Público de Ribeirão Preto apontam a cifra de 5% de adolescentes trabalhando clandestinamente, contratados por "gatos", na região de Ribeirão Preto.
- As usinas estão implantando uma nova forma de seleção de mão-de-obra, por meio dos critérios: sexo, idade, escolaridade. Sexo masculino, idade até 25 anos, escolaridade até a 4ª série para o trabalho agrícola, e até a 8ª série para o trabalho na área

industrial. Na realidade, a escolaridade é o item acrescentado ao perfil do bom cortador de cana, analisado anteriormente.

- Tendências à tercerização da mão-de-obra, por intermédio de empresas que contratariam os trabalhadores das Cooperativas, desobrigando, assim, totalmente, os patrões dos direitos trabalhistas.
- A Usina São Martinho, a maior e mais modernizada, está implantando o sistema ISO 9000, daí as exigências referentes à escolaridade.
- Na safra de 1995, a Usina Bonfim já não empregou analfabetos.
- Os usineiros desrespeitam a Constituição não só em relação às queimadas, como também à obrigatoriedade de aplicação do Fundo de Assistência Social, equivalente a 4% (1% do açúcar, 1% da cana e 2% do álcool) do total de faturamento. Segundo as previsões do Ministério Público de Ribeirão Preto, se este Fundo fosse aplicado, os índices de miséria, causados pelo desemprego e salários baixos seriam, em muito, rebaixados.²

Em síntese, este Encontro procurou avaliar a atual situação do setor sucro-alcooleiro provocada pela mecanização do corte, trazendo como consequência a exclusão de milhares de trabalhadores. A presença de sindicalistas neste encontro revelou que o Sindicato de Trabalhadores Rurais não tem poder para impedir este processo, nem mesmo para renegociar os salários e outras reivindicações, dentre elas, a dos migrantes. Aliás, pode-se dizer que, neste momento, há uma verdadeira regressão do movimento sindical, torpedeado pela proliferação das cooperativas em várias cidades, tanto nas áreas de cana como de laranja. De acordo com o levantamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matão,

2 Este Fundo consta de Lei Federal n.4.870, de dezembro de 1965, e foi fiscalizado até o governo Fernando Collor de Mello pelo IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), desativado por aquele governo. A retomada da fiscalização deu-se por meio de um convênio de cooperação entre o Ministério da Indústria e Comércio e o governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social e também prefeituras, objetivando beneficiar um mutirão de empregos no setor no Estado {*Folha de S.Paulo, Folha Nordeste*, 19 set. 1995, p.2}.

cerca de 50% dos 5 mil trabalhadores do setor cítrico estariam vinculados às cooperativas. Estas cooperativas estão sendo criadas pelos "gatos" (*Folha de S.Paulo, Folha Nordeste*, 7 ago. 1995, p.1). Vale apenas lembrar as considerações feitas anteriormente sobre a figura do "gato". Neste momento, volta à cena, não como elemento desprezível, mas como necessário ao sistema. Novamente, os trabalhadores não serão registrados e não terão nenhum direito trabalhista assegurado, porém, agora, ele está revestido das roupagens das *cooperativas*. Este é mais um fator que se agrega ao processo de exploração e dominação existente, imprimindo ao trabalho a marca da precarização, e aos trabalhadores a marca da depreciação. Esta assertiva é tão mais verdadeira, quando se refere aos direitos, ou mais precisamente, aos não-direitos. Nos últimos anos tem havido um crescimento enorme do número de trabalhadores filiados à cooperativas de mão-de-obra nesta região. Isto corresponde à perda dos direitos conseguidos a partir de mais de duas décadas de lutas. Tal situação tem sido orientada pelos patrões, por meio da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, como atesta o seguinte documento:

Na área rural, a criação de cooperativas de trabalhadores rurais eventuais (os chamados bóias-frias) será de relevante importância para as partes: produtores e trabalhadores rurais eventuais. Para os produtores rurais nas épocas de maior utilização de mão-de-obra dos eventuais, com a cooperativa em funcionamento, as vantagens serão: 1) não existência de problemas trabalhistas nas épocas de safra; 2) supressão de vínculo empregatício com o tomador de mão-de-obra; 3) inexistência de fiscalização trabalhista; 4) desobrigação das responsabilidades trabalhistas e sociais; 5) maior tranquilidade na execução de trabalhos agrícolas.

Os trabalhadores eventuais para desonerar os tomadores de mão-de-obra, deverão fazer prova de que são realmente associados da respectiva cooperativa. Quanto aos associados à Cooperativa de trabalhadores rurais eventuais, no caso, não teriam vínculo empregatício com ela, considerando que são partes da entidade que os representa, com quotas-partes de participação no capital. A Cooperativa, por sua vez, indica os serviços a serem prestados, estabelece os preços, contratos etc, quando solicitados pelos empregadores rurais. (Circular n.042/95, Protocolo n.0358, de 17 de abril de 1995)

As cooperativas, na verdade, agem como empresas de sub-contratação de mão-de-obra. É a forma encontrada para externalizar os custos com os trabalhadores, aumentando, deste modo, os lucros da empresa-cabeça, uma vez que os direitos trabalhistas, como férias, descanso semanal remunerado, aviso prévio etc. não são pagos, além da ausência de contrato de trabalho, registro em carteira e seguro saúde. As cooperativas representam um dos lados perversos do atual processo modernizante, que é a precarização do trabalho, no qual se concentra boa parte da mão-de-obra feminina, alijada da cana.

Estas orientações são, na verdade, ações tomadas pela classe proprietária, com o intuito de pôr em prática as medidas relativas à reestruturação produtiva e à flexibilização do emprego. Neste sentido, há várias cooperativas no setor da laranja. Segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matão, 50% dos empregados na safra da laranja de 1995 estavam vinculados à cooperativas (*Folha de S.Paulo, Folha Nordeste*, 8 ago. 1995). De acordo com informações da Feraesp (Federação dos Assalariados Rurais do Estado de São Paulo), as cooperativas também estão sendo incentivadas pelas usinas. Na usina Bonfim, em Guariba, o salão do açúcar, local de ensacamento e carregamento, foi operado na safra de 1996 por trabalhadores filiados às cooperativas.

Em razão do crescente número de trabalhadores contratados por estas cooperativas tem havido, em contrapartida, muitas ações impetradas a fim de conseguir os direitos. Esta tem sido uma forma de resistência dos trabalhadores que, conquanto não tenha solucionado o problema da precarização, representa uma resistência a este processo. Em 1996, as fábricas de suco Coimbra Frutesp e Cargil Citros, sediadas em Bebedouro, foram obrigadas a contratar cerca de 10 mil trabalhadores que foram terceirizados. Por intermédio de recurso do promotor, a cooperativa foi considerada irregular e sem condições para prestar serviços à indústria. (*Folha de S.Paulo, Folha Nordeste*, 22 maio 1996, p.1).

Na citricultura, o aumento das cooperativas deve-se ao fato das empresas organizarem o processo por meio de sua própria

administração, coordenando a contratação de mão-de-obra por meio de pessoas de *confiança*. O objetivo é a redução dos custos de mão-de-obra.

Não obstante este quadro, algumas conquistas estão advindo por parte da Promotoria Pública, quer por meio de pesadas multas pelas queimadas em áreas próximas às cidades, quer pelo emprego de adolescentes. Segundo as palavras de um dos promotores presentes no Encontro acima citado, uma saída para os excluídos, seria aplicação de leis *vis-à-vis* o Fundo de Assistência Social. Para isso, não só os trabalhadores, sindicatos, organizações não-governamentais, como também o conjunto da sociedade civil deveriam participar das discussões a fim de conscientizar a sociedade como um todo. Acresce-se a estas cifras a existência de seis máquinas colheadeiras de café no município de Altinópolis, com capacidade de substituir, cada uma delas, quinhentos trabalhadores, durante a próxima safra de 1998, com base nesses dados pode-se avaliar o quadro de desemprego, exclusão e precarização presente nesta região.

Pelas previsões e por ordem do decreto governamental, até o ano 2000, encerrar-se-ia o ciclo maquínico deste capital. Então, este processo de produção deixaria de ser processo de trabalho, já que o trabalho o invadiria como unidade dominante. Aliás, algo que se encaixa plenamente no contexto do processo de acumulação, analisado por Marx nos *Grundrisse* (apud Fausto, 1989, p.49).

Levando-se em conta que o custo da produção do álcool é 40% superior ao da gasolina, que esta produção só existe a partir dos subsídios estatais, e que um total de 656.479,66 ha de terra plantados em cana no Estado de São Paulo, no período de 1979-1981, foram tomados de produtos, como amendoim, arroz, café, cebola, feijão, mamona, mandioca, soja, tomate, uva, cítricos, pastagem natural (Fundação Seade, 1992, p.142), pode-se concluir que esta história faz parte de um projeto fáustico, demolidor (Berman, 1986), cuja execução só existe a partir "do autoritarismo socialmente implantado" neste país, a partir dos anos 60 (Pinheiro, 1991). A interiorização dos métodos impostos simbolicamente ou à força, manifesta pela transformação dos trabalhadores em volantes e, agora, em excluídos, e migrantes itinerantes, pela implantação de um processo de exploração-dominação

caracterizado por uma verdadeira acumulação primitiva de prole-tários, constitui a tragédia desta modernização fáustica.

As demissões da Usina São Martinho provocaram desespero em muitos trabalhadores na cidade de Pradópolis, denominada o quintal da usina. Um dos trabalhadores, empregado há 14 anos e demitido, assim se expressou: "Perdi a paixão pela usina". Enquanto, isso, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, após o resultado da Comissão de Negociações do setor da cana, veio a público a fim de repudiar a atitude desta Comissão em alterar o corte de cinco ruas para sete ruas, a grande conquista das greves de 1984 e 1985, na qual "... muitos trabalhadores perderam a vida, algumas pessoas ficaram aleijadas e outras perderam o emprego... *sete ruas nunca mais*" {*Boletim dos Migrantes Cá e Lá*, SPM, ano 10, n.70, abr.-maio/1995, Guariba-SP).

O painel do *Migrante*, durante safra de 1995, forneceu as seguintes informações:

- A Usina Bonfim dispensou um grande número de trabalhadores durante a safra. Em algumas seções, estão sendo dispensados todos os trabalhadores e a recontração está se verificando através das cooperativas.
- 150 trabalhadores do alojamento Diamantina/Usina Bonfim, após cinco dias de paralisação, fizeram um acordo para serem dispensados.
- 147 trabalhadores migrantes instalados no Bairro rural de Água Santa, Piracicaba, que estavam vinculados aos "gatos", fizeram um acerto e foram devolvidos às suas regiões de origem: Ceará, Alagoas, Bahia e Minas Gerais. As denúncias eram várias: salários ínfimos, alojamento inadequado, com capacidade para cinquenta pessoas e albergando 150.
- Mais de 39 trabalhadores migrantes, alojados em barracos em Sant'Ana serão devolvidos às suas regiões de origem.
- A área de cana na região de Ribeirão Preto cresce a cada ano.
- As usinas do Grupo Balbo deverão estar em 1998 com o corte totalmente mecanizado {*Boletim Cá e Lá*, SPM, ano 10, n.73, ago. 1995).

O processo de expulsão combina-se àquele da atração. Pesquisa recente realizada no município de Pintadas (BA), pela Pastoral dos Migrantes, revela que 27,12% da população total, abrangendo 2.909 pessoas, migraram no ano de 1995. Deste total, 2.613 pessoas, portanto, quase 90% tiveram como destino o interior do Estado de São Paulo, sobretudo, a região de Ribeirão Preto (*Cá e Lá*, SPM, ano 10, n.74, set. de 1995). Evidentemente, em razão da mecanização do corte da cana, muitos não terão trabalho. Repete-se aí a cena tornada comum em muitas cidades: a proibição, pelos poderes locais, aos migrantes que chegam de saírem do ônibus. Quando isto ocorre, partem para outros lugares, geralmente Mato Grosso do Sul, onde a escravidão por dívida é bastante freqüente. Configura-se, portanto, o quadro de eterna itinerância destes errantes. Desemprego, exclusão, devolução de migrantes, transformação de trabalhadores em migrantes itinerantes, superexploração da força de trabalho, condições subumanas de moradia aliam-se às Cooperativas de Trabalhadores, forma de legalizar os "gatos", à expansão da produção e das áreas de cana e ao número crescente das máquinas colheitadeiras. Além destas máquinas empregadas no corte de cana, há também aquelas destinadas à colheita do café. Para a safra de 1998, oito colhedeiras serão utilizadas no município de Altinópolis. Cada uma delas é capaz de substituir quinhentos trabalhadores! De acordo com dados do IBGE, a mecanização do campo paulista foi responsável pela dispensa de 2 milhões de trabalhadores, nos últimos 4 anos, sendo a região de Ribeirão Preto a líder em automação (*Folha de S.Paulo*, 24 dez. 1997, p.1, Caderno 6). O preço pago em 1997, por tonelada de cana cortada foi de R\$ 1,30, o valor da diária, na bituca de R\$ 7,28, o preço de cada metro de cana de R\$ 0,07 a 0,08. O preço pago pela colheita de cada caixa de laranja foi de R\$ 0,18, e em 1996, era de R\$ 0,25. Nas outras culturas, os preços pagos também foram aviltantes: para se colher uma arroba de algodão, o trabalhador recebeu R\$ 1,00; um metro de pés de amendoim equivaliu a R\$ 0,01; no plantio, cada hora de trabalho correspondeu a R\$ 0,85.

Reprodução ampliada do capital, acumulação primitiva de proletários. A tragédia do fomentador completa-se pelas notícias:

"O Governo vai financiar 200 milhões de dólares aos usineiros, para evitar o aumento do preço do álcool, soma esta que deverá ser captada no exterior pelo Banco do Brasil" *{Folha de S.Paulo, Caderno 2, 21 jul. 1995, p.8}*. Ou ainda. "O Governo estuda nova ajuda a usineiros através da concessão pelo ministro das Minas e Energia de 500 milhões de reais, defendida pelo vice-presidente da República. O principal argumento para a obtenção de novos créditos, a taxas de juros subsidiados, é a revitalização do Proálcool, apesar das dívidas dos usineros (5 bilhões de reais!) ao Banco do Brasil, sendo que mais de 61% deste montante referem-se às usinas do Centro-Sul" *{Folha de S.Paulo, Caderno 1, 3 nov. 1995, p.7}*.

Outrossim, o aumento da área plantada em cana faz-se mediante o arrendamento ou a venda forçada de propriedades que se dedicam a outras atividades, dentre elas, a pecuária e a cafeicultura. Os métodos utilizados escondem o verdadeiro processo de acumulação primitiva: destruição de cercas, porteiras, estradas, em razão do trânsito de máquinas e tratores, cujas imensas dimensões não cabem nos limites das áreas normalmente transitáveis; a distribuição de venenos por aviões matam as plantações e as pastagens circunvizinhas, obrigando seus proprietários ao arrendamento ou à venda de terras à usina; contínua persistência dos "homens do escritório", os quais, a partir de cálculos feitos, mostram aos proprietários as vantagens com o arrendamento de suas terras; arrendamento ou compra de uma propriedade equidistante, como forma de pressão sobre as intermediárias. Este é o método mais utilizado. Após algum tempo, em virtude das destruições mencionadas acima, acrescidas aos prejuízos das queimadas, não resta outra alternativa senão a entrega das terras. Aos poucos, a homogeneização do espaço vai definindo a paisagem natural e social da civilização da usina.

Seria esta a angústia de La Boétie, ao tentar entender a servidão voluntária no início da era burguesa? Seriam estes os elementos revelados e escondidos da tragédia do fomentador (Berman, 1986, p.66), por meio da qual o desejo de eliminar a tragédia da vida constituiu-se a sua própria essência? Seria este o significado da "destruição criativa" e da "criação destrutiva" da imagem

nietzschiana reproduzida além do verde dos canaviais, das chaminés da usina e das "máquinas-monstros" que devoram a natureza e os homens? A história é feita de alternativas, não de becos sem saídas. História, entendida como Benjamin: o presente é ponto de partida para o olhar em direção ao passado, com vistas ao futuro. Reconstruir esta história, a partir do deslindamento do passado, constitui o ponto de partida para qualquer projeto de transformação social. O passado não é um ponto acabado. É um tempo que precisa ser revificado, reproduzido, reconstruído. Somente assim ele será parte constitutiva da identidade individual e social.

QUARTO EPISÓDIO

GALERIA DE RETRATOS

"- Nós somos bois... bois... Os outros, que vêm em manadas, para ficarem um tempo-das-águas pastando na internada sem trabalhar, só vivendo e pastando, e vão-se embora para deixar lugar aos novos que chegam magros, esses todos não são como nós..."

- Eles não sabem que são bois... - apóia enfim Bragato, acenando a Capitão com um esticão da orelha esquerda. - Há também o homem...

- E tem também o *homem-do-pau-comprido-com-o-marimbondo-na-ponta...* -ajunta Dansador, que vem lerdo, mole-mole, negando o corpo. - O homem me chifrou agora mesmo com o pau...

- O homem é um bicho esmochado, que não devia haver. Nem convém espiar muito para o homem. E o único vulto que faz ficar zonzos, de se olhar muito. É comprido demais, para cima, e não cabe todo de uma vez, dentro dos olhos da gente. - Mas

eu já vi o homem-do-pau-comprido correr de uma vaca... De uma vaca. Eu vi...

- Um homem não é mais forte do que um boi... E nem todos os bois obedecem sempre ao homem...

- Eu já vi o *boi grande* pegar um homem, uma vez... O homem tinha também o pau-comprido, e não correu... Mas ficou amassado no chão, todo chifrado e pisado... Eu vi!... Foi o *boi-grande-que-berra-feio-e-carrega-uma-cabaça-na-cacunda...*"

João Guimarães Rosa, *Conversa de bois*.

Labirinto

"Sempre sei, realmente. Só o que eu quis, todo o tempo, o que eu pelejei para achar, era uma só coisa - a inteira - cujo significado e vislumbrado dela eu vejo que sempre tive. A que era: que existe uma receita, a norma dum caminho certo, estreito, de cada uma pessoa viver - e essa pauta cada um tem - mas a gente mesmo, no comum, não sabe encontrar; como é que, sozinho, por si, alguém ia poder encontrar e saber? Mas, esse nordeado, tem. Tem que ter. Se não, a vida de todos ficava sendo sempre confusa dessa doideira que é. E que: para cada dia, e cada hora, só uma ação possível da gente é que consegue ser a certa. Aquilo está no encoberto... Ah, porque aquela outra é a lei, escondida e vivível mas não achável, do verdadeiro viver que para cada pessoa, sua continuação, já foi projetada, como o que se põe, em teatro para cada representador - sua parte, que antes já foi inventada, num papel..."

João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*.

"Assim o labirinto ... é no espaço aquilo que é no tempo a lembrança (*dier Erinnerung*) que procura no passado os signos premonitórios do futuro."

Peter Szondi

As imagens que se seguem são o retrato da história relatada nos episódios anteriores. Imagens carregadas de significados, representações de vidas marcadas, mas também de projetos de resistência. Tal como na "Conversa de bois", até mesmo uma simples vaca é capaz de enfrentar o poder e as armas do homem. Não é uma história que relata a vitória dos mais fracos. É muito mais uma história de aceitação e recusa de pessoas submetidas a um processo de dominação/exploração/exclusão. Real. Uma real-travessia, que se faz e se refaz como processo, como devir e não como destino inexorável, no qual inexistente a ação humana.

A seqüência das imagens obedece à ordem dos temas tratados neste trabalho. No primeiro bloco (Fotos 1-6), a imagem do eucalipto, simbolizando a porta de entrada do projeto modernizador do Vale do Jequitinhonha, é seguida do que representou a migração para um velho casal, à porta de sua casa. As demais fotos exprimem as relações de sociabilidade ancoradas no trabalho destinado à produção de valores de uso, no espaço-tempo da "parada" do trabalho em São Paulo. No segundo bloco, a imagem do café representa um dos espaços-tempos do mundo de lá. Crianças, famílias, doentes chagásicos. Expressões carregadas de significados, perguntas, cujas respostas estão dentro de cada um. A Foto 18 é bastante interessante. Foi produzida em 1957, à época

em que a cana era cortada sob o sistema de feixes, em que as crianças exerciam a função de amarrar os feixes antes de serem levados às costas pelos homens até os vagões ou carros de bois, que a transportavam à usina. A cana não era queimada, por isso exigia um proteção especial para o corpo. Na foto, é possível observar o "manguito", protetor dos braços, a meia grossa, pois não era permitido às mulheres o uso da calça comprida, além do chapéu de palha, lenço ao pescoço e sapatão. O facão é sensivelmente menor, se comparado ao atual, como se pode ver nas Fotos 22 e 23. O corote de madeira para levar a água foi substituído pelo galão de plástico. Esta foto antecede o projeto modernizador das grandes usinas, posto em prática a partir da década de 1960. O terceiro bloco (Fotos 19-30), representa uma das facetas da civilização da usina: o eito, a racionalidade imposta, a cana, a usina, o caminhão; rostos enegrecidos pela fuligem da cana confundem-se uns aos outros; corpos encobertos pela roupas escondem a individualidade de cada um; consumo da força social do trabalho; golpes rápidos impõem à natureza queimada seu último grito de morte. A dureza do trabalho combina-se ao ato de matar a cana, diferente daquele exercido pelas meninas do descarte, que consistia em cuidar da planta. Na seqüência (Fotos 31-37), o espaço-tempo dos alojamentos, das cidades-dormitórios, cenas do cotidiano num domingo. As máquinas (Foto 38) encerram o ciclo deste projeto modernizador. A leitura da última imagem, o retrato de menina migrante, expressa, segundo as idéias defendidas neste trabalho, o significado desta história. Algo em continuação. Portanto, sem fechamento. As fotos representam o caminho percorrido pela pesquisa. Não são meras ilustrações. Por isso, não fazem parte dos anexos e sim do último episódio. Fotos que falam porque a realidade faz que elas falem. Imagens carregadas de significados que constituem uma outra maneira de dizer. Não se trata de uma história trágica. A tragédia é do projeto modernizador, racional, cego.

Neste último episódio, as fotografias não são meras descrições dos fatos. Os atores deste palco, vistos através das imagens, parecem estar congelados, fixos. Abstraídos das reflexões anteriores, estas imagens não "falam" por si mesmas. São as reflexões,

feitas anteriormente, que permitem que elas "falem". São imagens impregnadas de emoção, capazes de fecundar a razão cega. O apoio da literatura roseana foi fundamental para que se pudesse penetrar no mundo invisível do "sertão e do sertanejo", para estar num outro ponto de observação, capaz de permitir a compreensão desta real-travessia, a partir de dentro, para se captar os sentimentos, e a partir de fora, para ver os diferentes caminhos a serem trilhados por estes errantes do fim do século. Deste ponto de observação, acompanhando a saída dos atores deste palco, o olhar da socióloga captou as seguintes imagens articuladas: exclusão de muitos trabalhadores, especialmente mulheres, migrantes, os mais velhos e os com menor nível de escolaridade; as mulheres foram relegadas às piores funções, dentre elas, as de bituqueiras e aquelas que exigem o emprego de veneno; precarização do trabalho, em razão do crescente número de cooperativas que, na verdade, atuam no sentido de excluir os trabalhadores dos direitos trabalhistas, representando a volta dos "gatos", no bojo de um processo escamoteador de terceirização da força de trabalho; segmentação do emprego, aliada à divisão sexual e etária do trabalho; declínio considerável das greves, bem como da força sindical. Outrossim, a outra face deste espelho revela que estes atores são também produtores de *scripts*. Vêm crescendo, de ano a ano, as ocupações de terras públicas nesta região, dirigidas, sobretudo, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara. Um total de mais de mil famílias acham-se assentadas ou acampadas em terras dos seguintes municípios: Araraquara, Boa Esperança, Bocaina, São Simão, Pradópolis. A este número somam-se as invasões de terras, previstas para o ano de 1998, pelo MST. Um outro dado importante reporta-se às greves levadas a cabo por trabalhadores excluídos desta região, que foram para as usinas situadas no Estado de Mato Grosso do Sul, onde as condições de trabalho são ainda piores do que aquelas vivenciadas no lugar de origem, havendo muitas denúncias de trabalho escravo. No que tange aos trabalhadores agenciados pelas cooperativas, tem-se o registro de muitas ações trabalhistas encabeçadas por eles, reivindicando os direitos. É no bojo deste processo de contradições que a superação do projeto fáustico desta modernização poderá ser alcançada. Espera-se que

ela esteja presa como um caracol ao cristalino do olhar da menina migrante.

Deixa-se ao leitor a liberdade de se posicionar em outro ponto de observação. Envidou-se para lhe permitir as informações que estão na superfície das imagens. O leitor pode ler estas imagens como um mosaico que se transfigura, à medida que o olhar procura outras configurações. Como afirma a professora Miriam Moreira Leite, a fotografia fixa, embora muda, admite uma volta infinita ao ponto de observação, uma contemplação detida, longa e repetida. Que este momento de contemplação seja propício ao aflorar de outras imagens, adormecidas no fundo da memória de cada um, e despertadas por estas que foram apresentadas neste trabalho.



FOTO 1 – O *eucalipto*. A floresta de eucalipto, que cobre mais de 500.000 ha de terra, substituiu a chapada no Vale do Jequitinhonha – MG, provocando o intenso processo de expropriação do campesinato (1988).



FOTO 2 - *Casal ex-migrante a porta da casa. A miséria reflete a experiência de vidas marcadas pela história. Povoado de Minas Novas - Vale do Jequitinhonha(1988).*



FOTO 3 - *Mulher artesã na feira*. Objetos de cerâmica e artesã à espera de compradores na feira, num sábado. Minas Novas-Vale do Jequitinhonha (1988).



FOTO 4 - *Mulheres e homem garimpando*. Alguns torrõezinhos de ouro, conseguidos mediante o uso da batéia, encontrados nos leitos de alguns rios, são uma das poucas opções de sobrevivência para muitos. Rio Panado. Minas Novas - Vale do Jequitinhonha (1988).



FOTO 5 - *Mãe e filho "escaroçando a cana"*. A garapa e a rapadura constituem alimentos básicos dos camponeses. O "escaroçador" manual é um instrumento que muitas famílias já não possuem, em razão do processo de empobrecimento. Povoado de Turmalina - Vale do Jequitinhonha (1988).



FOTO 6 - *Tecendo colchas e imaginando possíveis*. A fiação de algodão e a tecelagem em teares manuais são atividades femininas. A produção de colchas, almofadas, tapetes, hoje destina-se à troca mercantil. Antes, tratava-se de uma produção para o próprio consumo. O algodão, as tintas extraídas de plantas e raízes das chapadas, eram produzidos pelas próprias mulheres. Povoado de Roça Cirande - Vale do Jequitinhonha - MG (1988).



FOTO 7 - O *cafezal*. No café, empregam-se muitos migrantes, provenientes do Vale do Jequitinhonha e interior da Bahia e de outros estados do Nordeste. Altinópolis-SP(1989).



FOTO 8 - O *café no pano*. Após a derriça, o café é estendido no pano. São retirados as folhas e os pedaços de galhos, antes de ser levado para os terreiros, onde tem início o processo de secamento. Altinópolis - SP (1989)



FOTO 9 - *A hora da merenda.* Em razão da forma de salário por produção, o aumento da produtividade do trabalho recai sobre os trabalhadores. O tempo para descanso durante a merenda OU almoço fica muito reduzido. Altinópolis - SP (1989).



FOTO 10 - *As duas mulheres. O trabalho combinado.* O ato de apanhar o café exige o trabalho de, no mínimo, duas pessoas. Na ausência de membros de uma mesma família, mulheres ou homens formam, segundo critérios de amizade e afinidade, a "dobradinha" para compor um pano, ou seja, a força de trabalho coletiva, necessária ao desempenho desta atividade. Altinópolis - SP (1989).



FOTO 11 - *Menino de quatro anos: a socialização para o trabalho.* Quando se destinam às fazendas de café, muitos migrantes trazem toda a família ou parte dela. Trata-se de uma estratégia para aumentar os ganhos, uma vez que até as crianças ajudam os pais no trabalho. Altinópolis - SP (1989).



FOTO 12 - *Mãe e filha*. A criança apanha o café dos galhos inferiores. Seu trabalho, considerado ajuda, aparece embutido no trabalho dos adultos. Altinópolis-SP(1989).



FOTO 13 - *Os dois irmãos*. Meninos de 14 anos que migraram sem a família na colheita do café. Altinópolis - SP (1989).



FOTO 14 - *Pai e mãe chagásicos com os filhos.* Os portadores da doença de Chagas são impedidos de trabalhar no corte da cana, considerado uma atividade pesada, por isso, destinam-se a colheita, onde não são submetidos aos exames médicos. Altinópolis - SP (1989).



FOTO 15 - *Mãe com a filha, que cuida do bebê.* As mulheres que estão amamentando levam as crianças ao cafezal. Enquanto trabalham, os bebês ficam sob a guarda de uma irmã maior. As mães acabam, na verdade, sobrepondo as funções da maternagem e do trabalho, em razão da pouca idade da criança maior. Altinópolis - SP (1989).

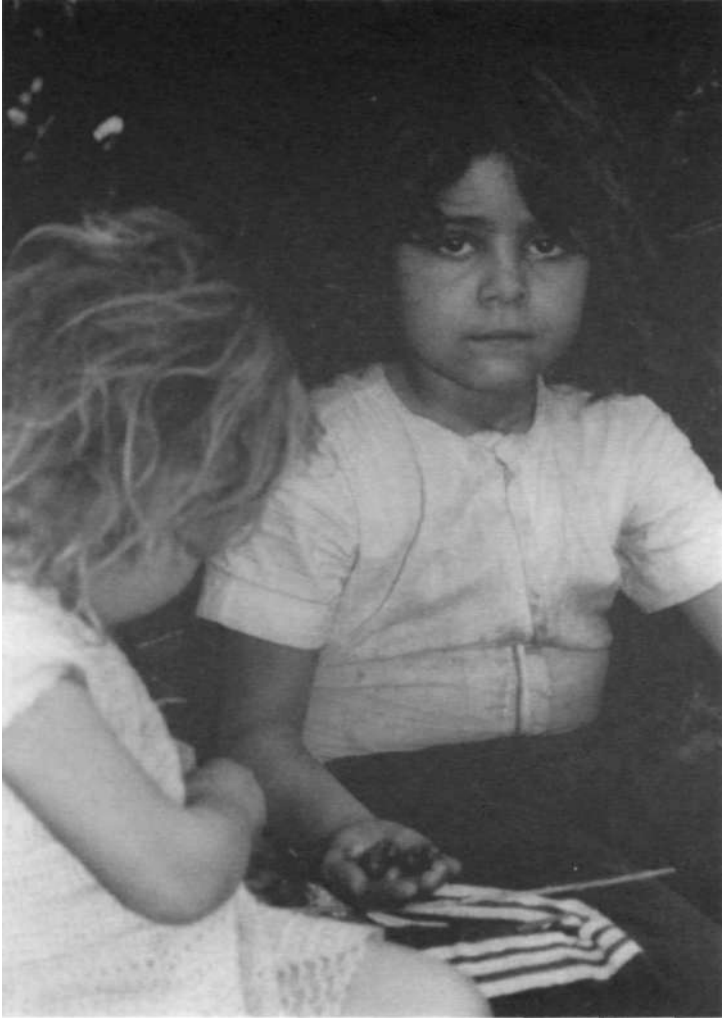


FOTO 16 - *As duas meninas: o café e o brinquedo.* Os grãos de café transformam-se nas mãos das crianças em peças de brinquedo. No imaginário infantil não entra o sentido do valor de troca da mercadoria. Altinópolis - SP (1989).



FOTO 17 - *Homens no terreiro de café.* O processo manual de secamento do café existe ao lado das máquinas secadoras. Altinópolis - SP (1989).



FOTO 18 - *Mulher e filha a caminho do eito*. O corre da cana era feito sob o sistema de feixes. Os trabalhadores residiam, em sua maioria, nas fazendas. As crianças amarravam os feixes (20 canas) com o palmito (ponta). O manguito (pano mais grosso) protegia os braços, dado que a cana não era queimada antes do corte. O chapéu de palha sobre o lenço na cabeça, o corote d'água, a saia sobre a meia sem o uso da calça comprida e o facão, cujo tamanho era bem menor do que os atuais, revelam que o ato do trabalho fazia parte de um processo de trabalho totalmente distinto do atual. São Carlos - SP (1957).



FOTO 19 e 20 - *A usina.* As usinas a partir da década de 1970, sobretudo após o Proálcool (1975), passaram por um processo de profundas transformações tecnológicas. Tal processo atingiu a área industrial propriamente dita e a agrícola. Formaram-se os grandes complexos agroindustriais, responsáveis por grande parte da produção de açúcar e álcool do país. Guariba - SP (1988).

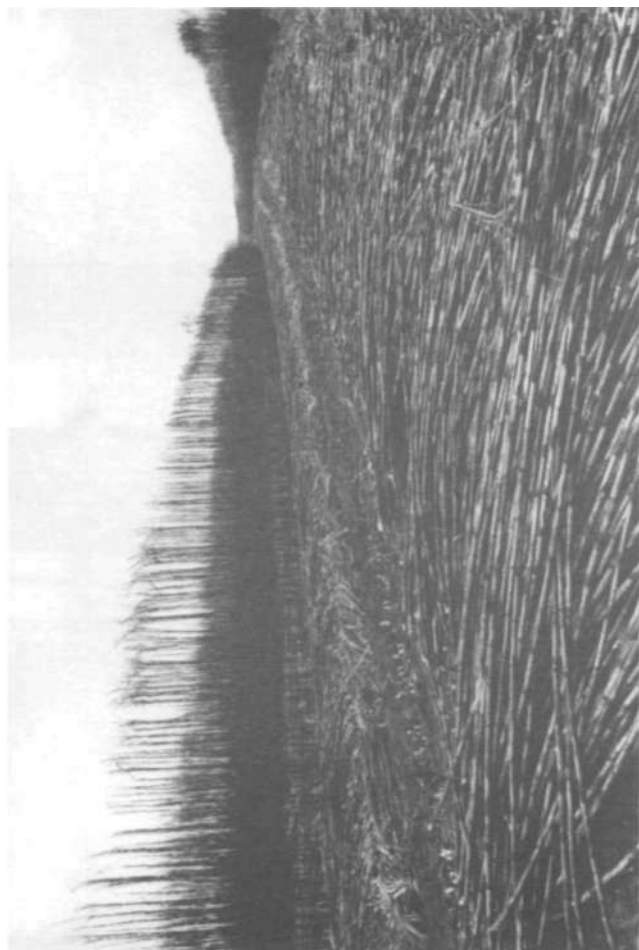


FOTO 21 – *O retrato da racionalidade*. Após o corte, a cana é lançada nos montes sem os ponteiros (pontas), para em seguida, ser carregada e depositada, pelos guinchos, nos caminhões. Golpes e movimentos sincronizados traduzem a racionalidade do processo produtivo. Barreira – SP (1988).



Foto 22



Foto 23



FOTOS 22, 23 e 24 - *Mulher afiando o facão. Mulher e cana. Olhar de mulher.*

Apesar de ser considerado um trabalho pesado, as mulheres, desde que consigam produzir a média estipulada pelas usinas, cortam cana. Quando não logram a média, não são aceitas. Muitas vezes, exigem-se atestados de esterilidade e testes de gravidez, antes do contrato. Há algumas que "escondem" a gravidez sob as vestes, evitando, assim, serem dispensadas do trabalho. Américo Brasiliense - SP (1988).



FOTO 25 - *Homem e cana: tamanhos diferentes.* A aplicabilidade da bioenergética contribuiu sobremaneira para o aperfeiçoamento das variedades de cana mais produtivas, elevando, assim, os rendimentos das usinas. Serrana - SP (1988).



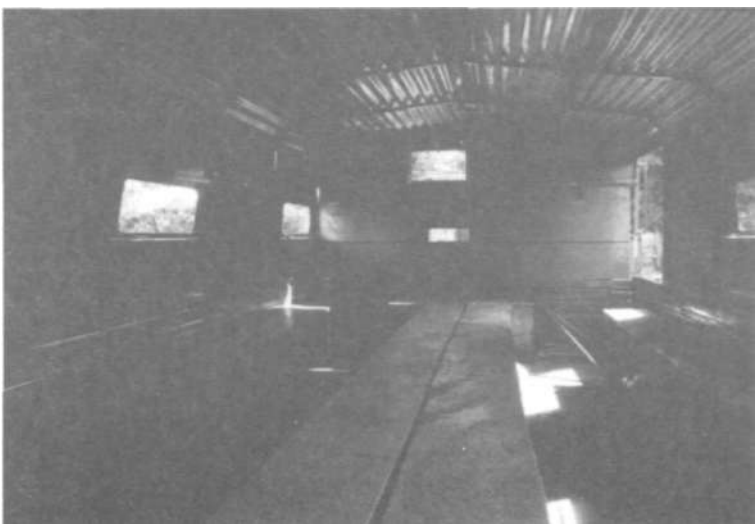
FOTO 26 - *O corte da cana e o rosto invisível.* Natureza morta e homem são confundidos pela fuligem, portadora de elementos cancerígenos. Araraquara -SP (1988).



FOTO 27 - *A cana cortada e abraçada.* Depois de cortada e antes de ser lançada nos montes, a cana é abraçada, por meio de gestos curtos e rápidos. A curvatura do corpo, os movimentos dos membros superiores e inferiores formam o jogo do corpo. É preciso mexer o corpo. Dobrada - SP (1988).



FOTO 28 - O caminhão e o guincho transportando a cana. Este caminhão carrega canas queimadas. São auxiliados pelos guinchos. Atualmente, com as máquinas colhedoras de cana, modificou-se a carroceria destes caminhões, pois as canas, cortadas em pedaços pequenos, exigem, ao ser transportadas, carrocerias gradeadas. Surgiram os treminhões com grande capacidade de carga. Com as colhedoras eliminaram-se os guinchos, pois estas máquinas colhem, cortam e jogam a cana nos caminhões, simultaneamente. Serrana - SP (1988)



FOTOS 29 e 30 - O caminhão transportando pessoas. Interior do caminhão, bancos separados para homens e mulheres. Até as greves de 1984 e 1985, os trabalhadores eram transportados em carrocerias abertas. Em razão das precárias condições dos caminhões, havia muita ocorrência de acidentes, em que muitos perderam a vida. Depois destes movimentos, duas das reivindicações eram a obrigatoriedade dos toldos e dos bancos, uma vez que até mesmo estes inexistiam. A separação sexual no interior dos caminhões deve-se às discriminações sofridas pelas mulheres, cometidas pelos próprios colegas de trabalho. Guariba-SP (1988).

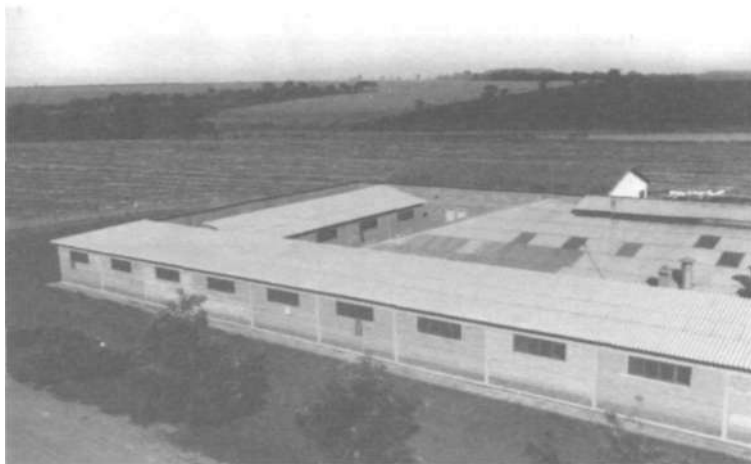


FOTO 31 - O alojamento de migrantes no espaço da cana. Com o objetivo de evitar a coesão social dos trabalhadores de fora e daqueles do lugar, os usineiros constroem alojamentos, com capacidade para albergar até mais de mil homens no meio dos canaviais, longe das cidades-dormitórios. Tais alojamentos diferem dos barracões das áreas de café. Enquanto os primeiros são dotados das necessárias condições de moradia, os segundos assemelham-se às sen/alas de outrora. Km razão da precariedade das condições destes barracões, os proprietários impediram que estes fossem fotografados. Dobrada - SP (1988).



FOTO 32 - Homem num quarto de pensão num domingo.



Foto 33



Foto 34



FOTOS 33, 34 e 35 - *A pensão*. Quando não se destinam aos alojamentos, os migrantes alugam quartos nas pensões das cidades-dormitórios. Os alugueis são cobrados por "cabeça", prática adotada pelos donos a fim de aumentar os rendimentos. Frequentemente, a Promotoria Pública interdita estas pensões, em razão do grande número de pessoas alojadas em quartos pequenos, vivendo em condições muito precárias, expostas a vários riscos de doenças como pneumonia, tuberculose, gripe e outras infecções. Barrinha - SP (1988).

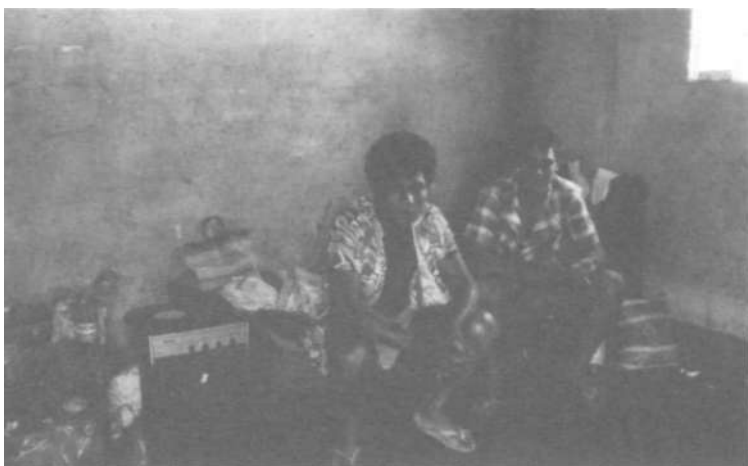


FOTO 36 - *Os bons cortadores de cana*. Com o dinheiro auferido, os bons cortadores de cana logram comprar as mercadorias sonhadas, como aparelho de som, tênis, calças jeans, óculos escuros etc. Tais mercadorias representam o sucesso, a ascensão social para aqueles que regressam aos locais de origem no final da safra. Barrinha - SP (1988).



FOTO 37 - *Mineiros num domingo*. Em virtude de serem discriminados, os migrantes procuram não se afastar das proximidades dos locais onde estão alojados. As oportunidades de lazer resumem-se aos jogos de carta ou ficar no bar, de propriedade do dono da pensão. Muitos aproveitam o domingo para lavar as roupas de trabalho. Barrinha - SP (1988).



FOTO 38 - *As máquinas*. A cada safra, elas aparecem em maior número e com maiores índices de produtividade. Assemelham-se a verdadeiros monstros ambulantes e parecem dotadas de um poder anímico, movimentando-se sem o controle humano. Parecem encarnadas de alguma força não inventada pelos homens. Canavial (1989).



FOTO 39 - *O olhar de menina migrante. Do labirinto, à procura no passado dos signos premonitórios do futuro. (1989).*

Fotografias produzidas no contexto dos projetos de pesquisa mencionados. As Fotos 1-6 e 19-37 foram feitas por Alain Brougier. As Fotos 7-17 e 39 foram feitas por José Luis Fagiolo. A Foto 18 foi cedida pela família da trabalhadora e a Foto 38, pelo SPM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, S. A gestão filantrópica da pobreza urbana. *São Paulo em Perspectiva*, v.4, n.2, p.9-17, 1990a.
- _____. Justiça criminal, violência urbana e organização social do crime. *São Paulo em Perspectiva*, v.4, n.2, p.9-17, 1990b.
- ALVES, F. J. C. *Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto. Campinas*, 1991. Tese (Doutorado) - Universidade de Campinas.
- BARRIGUELLI, J. C. Conflito e participação no meio rural: a greve da Usina Nova América - 1962. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 7, 1976, Aracaju. *Anais...* Aracaju, 1976.
- BARROSO, C. *Sozinhas ou mal acompanhadas: a situação da mulher chefe de família*. 1978. (Mimeogr.).
- BARTHES, R. *Mitologias*. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- BASTOS E. R. et al. Modernização agrícola no circuito da violência. *São Paulo em Perspectiva*, v.1, n.3, p.18-3, 1987.
- BELTRÃO, J. F. Mulheres da castanha: um estudo sobre o trabalho e corpo. In: BRUSCHINI, M. C, ROSEMBERG, F. (Org.) *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.67-110.
- BERGER, J. *About looking*. New York: Pantheon Books, 1980. In: LEITE, M. M. Retratos de família. *Texto & Arte (São Paulo)*, Edusp, v.9, p.109, 1993.

- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERTRAND, M. O homem clivado - a crença e o imaginário. In: SILVEIRA, P., DORAY, B. (Org.) *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice, 1989. p.15-40.
- BETTELHEIM, C. Remarques théoriques. In: EMMANUEL, A. *L'échange inégal*. Paris: Maspéro, 1969.
- BORGES, M. S. L. Terra, ponto de partida, ponto de chegada. Um estudo da identidade do trabalhador rural na luta pela terra. Araraquara, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Edusp, 1987.
- BOURDIEU, P. La société traditionnelle. Attitude à l'égard du temps et conduite économique. *Sociologie du Travail*, v.1, n.5, p.24-44, 1963.
- _____. *Algérie 60*. Paris: Minuit, 1964.
- _____. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Droz, 1972.
- _____. Les modes de domination. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.2-3, p.122-32, 1976.
- _____. Remarques provisoires sur la perception sociale du corps. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.14, p.51-4, 1979a.
- _____. *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1979b.
- _____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais, 3).
- _____. Espace social et génèse de classes. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.52-3, 1984.
- _____. A força do direito: elemento para uma sociologia do campo jurídico. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989a. p.209-54.
- _____. Le mort saisit le vif. As relações entre a história reificada e a história incorporada. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989b. p.75-132.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990a.

- BOURDIEU, P. La domination masculine. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.84, p.4-31, 1990b.
- BOURDIEU, P., SAYAD, A. *Le déracinement*. Paris: Minuit, 1964.
- BOURDIEU, P., BOLTANSKI, L. Le fétichisme de la langue. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.4, p.122-32, 1975.
- BOURGOIS, P. La mobilisation ethnique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.99, p.53-64, 1993.
- BRANDÃO, C. A. *Diário de campo: a antropologia como alegoria*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Estudos Feministas (Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ)*, n.esp., p.179-99, 1994.
- CANDIDO, A. Dialética da malandragem (Caracterização das *Memórias de um sargento de milícias*). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.8, p.67-89, 1970.
- CARNEIRO, S., SANTOS, T. *Mulher negra*. São Paulo: Nobel, 1985.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CÉZAR JÚNIOR, D., SANTOS, N. C. Esplêndidos futos de uma bandeira venturosa. Minas Novas: s. n., s. d.
- CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, 1989.
- CHODOROW, N. *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.
- CIAMPA, A. C. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- COHN, A. et al. *Acidentes do trabalho: uma forma de violência*. São Paulo: Brasiliense, CEDEC, 1985.
- COMBESSIE, J. C. Marché du travail et dynamique des valeurs. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.41, p.73-85, 1982.
- CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, n.37, p.5-16, 1981.

- COSTA, A. O. et al. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto. *Cadernos de Pesquisa*, n.5, p.5-15, 1985.
- COSTA, M. R. *As vítimas do capital: os acidentados do trabalho*. 2.ed. Rio de Janeiro: Achiamé, São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- D' INCAO, M. C. *Bóia-fria: acumulação e miséria*. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- DA MATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- DECCA, M. A. G. *A vida fora das fábricas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Oficinas da História, 3).
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 2.ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1987.
- DELGADO, G. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1985.
- DONNÂNGELO, M. C. F. *Saúde e sociedade*. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- DONZELOT, J. Espacio cerrado, trabajo y moralización. In: CASTEL, R. et al. *Espacios de poder*. 2.ed. Madrid: Ediciones de la Piqueta, 1991.
- DUMOLIN, D. C. *The rural labour movement in Brazil*. Madison: The Land Tenure Center, 1965. (Mimeogr.).
- DURHAM, E. A sociedade vista da periferia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.1, n.1, 1986.
- ENGELS, F. *La situation de la classe laborieuse en Angleterre*. Paris: Sociales, 1975.
- ERKKIÄ, B. *The Wicked Sisters*. New York: Oxford University Press, 1992.
- ESTERCI, N. Escravos da desigualdade. Rio de Janeiro: CEDI Koinonia, 1994.
- FARIA, J. E. *Eficácia jurídica e violência simbólica*. São Paulo: Edusp, 1988.
- FARIA, M. A. M. Saúde e trabalho industrial: condições de saúde dos operários brasileiros. *Ciência e Cultura*, v.10, n.40, p.967-75, 1988.
- FAUSTO, R. A "pós-grande indústria" nos *Grundrisse* (e para além deles). *Lua Nova*, n.19, p.47-68, 1989.

- FERRANTE, V. L. S. B. O estatuto do trabalhador e o FUNRURAL: ideologia. *Perspectivas (São Paulo)*, v.1, p.189-202, 1976.
- _____. *Passo a passo em descompasso. Os caminhos do sindicalismo rural paulista*. 1989. (Mimeogr.).
- _____. (Org.) *Retratos de assentamentos*. Araraquara: UNESP, FCL, 1995.
- FERRANTE, V. L. S. B., BERGAMASCO, S. M. P. (Org.) *Censo de assentamentos rurais do Estado de São Paulo*. Araraquara: UNESP, FCL, 1995.
- FERREIRA, J. A. *O eterno ausente*. São Paulo: Loyola, 1995.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- FRAGINALLS, M. M. *El ingenio*. La Habana: Ciencias Sociales, 1978. v.1.
- FRAGOSO, J. L. R., FLORENTINO, M. G. Marcelino, filho de Inocência crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). *Estudos Econômicos*, p.151-73, maio-ago. 1987.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Diagnósticos setoriais da economia paulista*. São Paulo, 1992. (São Paulo no Limiar do Século XXI).
- GAUDEMAR, J. P. Preliminares para una genealogia de las formas de disciplina en el processo capitalista del trabajo. In: CASTEL et al. *Espacios de poder*. 2.ed. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1991. p.85-122.
- GIANNOTTI, J. A. *Trabalho e reflexão: ensaios para uma dialética da sociabilidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GILLIGAN, C. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.
- GNACCARINI, J. C. *Latifúndio e proletariado*. São Paulo: Polis, 1980.
- GODELIER, M. *La production des grands hommes*. Paris: Fayard, 1982.
- GOFFMAN, E. *Estigma*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, Unicamp, IFCH, n.1, p.67-110, 1993.
- GOMES, A. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1981.

- GONZALES, L., HASEMBALG, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GRAZIANO, E., GRAZIANO NETO, F. As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. *Perspectivas (São Paulo)*, v.6, p.85-100, 1983.
- GUIMARÃES, M. K. *Crédito rural*. São Paulo: Nobel, 1974.
- GUSMÃO, N. M. M. Mulher negra: a ressonância de um olhar. *Cadernos CERU*, Série 2, n.6, p.105-36, 1995.
- HABERMAS, J. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARAWAY, D. O humano numa paisagem pós-humanista. *Estudos UERJ (Rio de Janeiro)*, v.1, n.2, 1993.
- HOBSBAWM, E. Sexes, symboles, vêtements. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, n.23, p.2-18, 1978.
- IBGE, SEPLAN. *Estudo nacional da despesa familiar (ENDEF)*. Consumo alimentar e despesas das famílias. Rio de Janeiro, 1978.
- FAMÍLIAS: siglo XXI. *Isis Internacional (Santiago)*, n.20, 1994.
- KOSTER, H. *Traveis in Brazil*. London: Longman, 1816.
- LAURETIS, T. de. *Technologies of gender*. Bloomington: Indiana University Press, 1987a.
- _____. Preface and The technobiology of Gender. In: LAURETIS, T. *Technologies of Gender*. Bloomington: Indiana University Press, 1987b.
- LEE, G. T. S. Biofábrica de cana-de açúcar. *Açúcar e Álcool (São Paulo)*. v.11, n.63, p.26-32, 1992.
- LE MOUVEMENT SOCIAL. Paris: Ouvrières, n.124, 1983.
- LEFEBVRE, H. *La critique de la vie quotidienne*. Paris: L'Arche, 1961. v.2.
- LIMA, G. *A vida fora dos canaviais*. Araraquara, 1995. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- LIMA, R. C. *Pequena história territorial do Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1954.

- LOBO, E. S. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LOPES, J. S. L. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- MACCOBY, E. E. Le sexe, catégorie sociale. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.83, p.16-26, 1990.
- MADUREIRA, M. A. *A diversificação das atividades urbanas em São Carlos do Pinhal (1860-1920)*. Araraquara, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MARGLIN, S. A. Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para que servem os padrões? In: GORZ, A. *A crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980. p.39-77.
- MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. 1989. (Mimeogr.).
- MARTINEZ-ALIER, V. S. As mulheres do caminhão de turma. In: PINSKY, J. (Org.) *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977, p.69-100. (Estudos Brasileiros, 7).
- MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. Migrações temporárias: problema para quem? *Travessia (São Paulo)*, CEM, v.1, p.5-8, maio-ago., 1988a.
- _____. *Não há terra para plantar neste verão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988b.
- _____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. Migrações temporárias: problema para quem? In: FACCIOLI, I. et al. (Org.) *Migrantes temporários, peregrinos da resistência*. São Paulo: Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), 1991, p.27-32.

- MARTINS, J. S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP (São Paulo)*, v.6, n.1/2, p.1-25, 1995.
- MARTINS, R. B. A indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no séc. XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 1983, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: s. n., 1983.
- MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. (Grundrisse)*. 1857-1859. México: Siglo Veintiuno, 1974. v.1.
- _____. *Le Capital*. Paris: Sociales, 1976. v.2.
- _____. *Le Capital*. Paris: Sociales, 1977. v.3.
- _____. *Le Capital*. Paris: Sociales, 1978. v.1.
- MATHIEU, N. C. *L'arraisonnement des femmes*. Paris: L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985.
- MATOS, O. *Reflexões sobre o amor e a mercadoria*. São Paulo, 1978. (Conferência realizada no Instituto de Psicologia da Faculdade Sedes Sapientia).
- MONBEIG, P. *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Paris: Armand Colin, 1952.
- MOORE JÚNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MORAES, C. Peasant leagues in Brazil. In: STAVAGNAGEN, R. (Org.) *Agrarian and peasant movements*. New York: Latin America, 1970.
- MOREIRA, M. V. C. et al. Violência contra a mulher na esfera conjugal: o jogo dos espelhos. In: BRUSCHINI, C, COSTA, A. O. (Org.) *Entre a virtude e o pecado*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.169-89.
- MOTTA, A. C. C. R., QUINTEIRO, M. C. Repercussões do Proálcool no comportamento migratório do Estado de São Paulo: o caso de Ribeirão Preto. *Informe Demográfico (São Paulo)*, Fundação SEADE, n.10, 1983. (Relatório de Pesquisa).
- MOURA, M. A diversidade dos modos de vida no meio rural brasileiro. In: SILVA, O. S. et al. (Org.) *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: UFSC, 1994. p.100-3.

- MOURA, M. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MULLER, G. A dinâmica da agricultura paulista. São Paulo: Fundação SEADE, 1985. (Série São Paulo, Série 80, v.2).
- MULLER, N. L. Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo. *Boletim 132, Geografia (São Paulo)*, USP, n.7, 1952.
- NAVARRO, V. L. *A violência do trabalho: condições de vida e trabalho dos trabalhadores do ramo em Uraí-PR*. Araraquara, 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- NORONHA, M. O. *De camponesa a madame*. Trabalho feminino e relações do saber no meio rural. São Paulo: Loyola, 1986. (Educação Popular, n.4).
- OLIVEIRA, F. A. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Brasiliense, 1976. (Seleções CEBRAP 1).
- OLIVEIRA, F. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- OLIVEIRA, J. E., OLIVEIRA, M. H. S. *Bóias-frias: uma realidade brasileira*. Brasília: CNPq, 1981. (ACIESP, 30).
- OPITZ, C. O cotidiano da mulher no final da Idade Média. (1250-1500). In: DUBY, G., PERROT, M. (Org.) *História das mulheres: Idade Média*. Porto: Afrontamento, São Paulo: Ebradil, 1990. p.383-435.
- PAIVA, R. M. et al. A indústria do café em São Paulo. *Agricultura em São Paulo*, v.8, n.3, 1961.
- PANAGIDES. P. Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, v.23, n.1, 1969.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PERROT, M. Sair. In: DUBY, G., PERROT, M. (Org.) *História das mulheres: o século XIX*. Porto: Afrontamento, São Paulo: Ebradil, 1991. p.503-39.
- PÉTRECEILLE, E. Besoins sociaux et socialisation de la consommation. *La Pensée*, n.180, p.22-60, 1975.

- PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. *Revista USP (São Paulo)*, n.9, p.45-56, 1991.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v.2, n.3, p.3-15, 1989.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v.5, n.10, p.200-12, 1992.
- POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- POULANTZAS, N. *Les classes sociales dans le capitalisme d'aujourd'hui*. Paris: Seuil, 1974.
- PRANDI, R. Pombagira dos candomblés e umbandas e as faces inconfessadas do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, v.9, n.26, p.91-102, 1994.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA. Secretaria do Bem-Estar Social. *Proposta de Atuação na área das migrações*. Piracicaba, 1992. (Mimeogr.).
- RICCI, T. A. *Trabalhadores do barro: oleiras e olheiras*. Araraquara, 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- SENNA, N. Os índios do Brasil: memória etnográfica. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p.158-9, 1912.
- _____. Memórias históricas da província de Minas Gerais (Impresso por Bernardo Xavier Pinto e Souza em 1847, pela primeira vez). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p.599, 1908.
- RURALMINAS. *Terras devolutas*. Belo Horizonte, 1980.
- SAFFIOTI, H. I. B. O processo de individualização da trabalhadora rural. In: SEMINÁRIO SOBRE MULHER RURAL, 1, 1987, Nova Friburgo. *Anais...* Nova Friburgo: s. n., 1987. p.209-38.
- _____. Movimentos sociais: face feminina. In: CARVALHO, N. V. (Org.) *A condição feminina*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1988. p.143-78.
- _____. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: SILVA, M. A. M. (Org.) *Mulheres em seis tempos*. Araraquara: UNESP, FCL, 1991. p.141-76.

- SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O., BRUSCHINI, M. C. (Org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.183-215.
- _____. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil. In: MADEIRA, F. (Org.) *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: UNICEF, Rosa dos Tempos, 1996. p.135-211.
- _____. A rotinização da violência contra a mulher: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas sociais (PUC-São Paulo)*, n.2, 1997.
- SAFFIOTI, H. I. B., ALMEIDA, S. S. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- SAINT-HILAIRE, A. *Viagens pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Nacional, 1938. 2v. (Brasiliana, 26).
- SALEM, T. Mulheres faveladas: com a venda nos olhos. *Perspectivas Antropológicas da Mulher (Rio de Janeiro)*, v.1, p.49-99, 1981.
- SANSONE, L. O local e o global na Afro-Bahia Contemporânea. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, v.10, n.29, p.65-84, 1995.
- SANTOS, J. V. T. A cidadania dilacerada. 1991. (Mimeogr.).
- _____. *Matuchos: exclusão e luta*. Do sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 2.ed. São Paulo: Nobel, 1993.
- _____. *Pobreza urbana*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1979. (Estudos Urbanos).
- SCHWARTZ, L. M. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCOPINHO, R. A. Modernização e superexploração na agroindústria sucroalcooleira. In: SCOPINHO, R. A., VALLARELLI (Org.) *Modernização e impactos sociais*. Rio de Janeiro: FASE, 50-86.
- SCOTT, J. W. A useful category of historical analysis. In: SCOTT, J. W. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988.
- _____. L'ouvrière, mot impie, sordide. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.83, p.2-15, 1990.

- SEYFERTH, G. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, v.9, n.26, p.103-22, 1994.
- SILVA, M. A. M. Trabalhadores e trabalhadoras rurais no Estado de São Paulo. In: SEMINÁRIO SOBRE A MULHER RURAL. Identidades na pesquisa e nas lutas, 1, 1987, Nova Friburgo. *Anais...* Nova Friburgo: s. n., 1987. p.151-79.
- _____. Como "expulsar o camponês" do proletário. *Travessia*, v.3, n.8, p.5-12, 1990a.
- _____. *Mulheres "bóias-frias": a difícil arte de viver*. 1990b. (Relatório de pesquisa, FCC).
- _____. *As andorinhas nem cá, nem lá*. (vídeo). Araraquara: UNESP, FCL, 1991a.
- _____. As mulheres das grotas e veredas. In: FACCIOLI, I. et al. (Org.) *Migrantes temporários, peregrinos da resistência*. São Paulo: SPM, 1991b. p.35-66.
- _____. Mulheres bóias-frias a caminho do eito. In: COSTA, A. O., BRUSCHINI, C. (Org.) *Entre a virtude e o pecado*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.147-68.
- _____. Trabalhadores e trabalhadoras rurais: a condição humana negada. *São Paulo em Perspectiva*, v.7, n.3, 1993. p.116-24.
- _____. Destinos e trajetórias de camponeses migrantes. In: BLASS, L. (Org.) *Temas (Araraquara)*, UNESP, FCL, v.1, p.65-99, 1995.
- SILVA, M. A. M., FERRANTE, V. L. S. B. A proletarianização da mulher bóia-fria e a perda do saber doméstico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 10, 1989, Piracicaba. *Anais...* Piracicaba, s. n., 1989. p.51-64.
- SILVA, N. M., SILVA, L. M. Vale do Jequitinhonha: invasão de capital versus evasão de população. *Indicadores de Conjuntura*, v.2, n.8, p.194-213, 1986.
- SILVA, J. G. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SILVEIRA, P. Da alienação ao fetichismo. Formas de subjetivação e de objetivação. In: SILVEIRA, P., DORAY, B. *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice, 1989. p.41-76.

- STABILI, J. B. *O golpe do gato ao "bóia-fria"*. São Carlos, 1982. (Mimeogr.).
- SOUZA, L. M. *Desclassificados do ouro*. A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- STOLCKE, V. *Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SUTTON, A. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.
- _____. *Trabalho escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje*. São Paulo: Loyola, Anti-Slavery International, 1994.
- THOMPSON, E. P. Modes de domination et révolutions en Angleterre. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.2/3, p.133-51, 1976.
- _____. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. Tiempo, disciplina y capitalismo industrial. In: THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979. p.239-93.
- VECCHIO, S. A boa esposa. In: DUBY, G., PERROT, M. (Org.) *História das mulheres: a Idade Média*. Porto: Afrontamento, São Paulo: Ebradil, 1990. p.143-84.
- VEIGA FILHO, A. A. et al. Análise da mecanização do corte da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. *Informações Econômicas (São Paulo)*, v.24, n.10, p.43-58, 1994.
- WACQUANT, L. J. D. De la "Terre promise" au ghetto: la grande migration noire américaine - 1916-1930. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.99, p.43-52, 1993.
- WALKOWITZ, J. R. Sexualidades perigosas. In: DUBY, G., PERROT, M. (Org.) *História das mulheres: o século XIX*. Porto: Afrontamento, São Paulo: Ebradil, 1991. p.403-41.
- WANDERLEY, J. M. Comunicação. In: ENCONTRO ESTADUAL DE MULHERES NEGRAS, 1984, São Paulo. In: CARNEIRO, S., SANTOS, T *Mulher negra*. São Paulo: Nobel, 1985.
- WELZER-LANG, D. *Les hommes violents*. Paris: Lierre et Coudrier, 1991.
- WHITAKER, D. *Ideologia e práticas culturais: o controle ideológico dos trabalhadores da cana*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) - Facul-

dade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

WOORTMANN, K., WOORTMANN, E. F. Fuga a três vozes. *Anuário Antropológico/91*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p.89-137.

ZONABEND, F. Por que nominar? In: LEVI-STRAUSS, C. (Org.) *La identidad*. Barcelona: Petrel, 1981. p.289-313.

SOBRE O LIVRO

Coleção: Prismas

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23 x 43 paicas

Tipologia: Classical Garamond 10/13

Papel: Offset 75g/m² (miolo)

Cartão Supremo 250 g/m² (capa)

1ª edição: 1999

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Produção Gráfica

Edson Francisco dos Santos (Assistente)

Edição de Texto

Fábio Gonçalves (Assistente Editorial)

Carlos Villarruel (Preparação de Original)

Maria Ângela da Silva Bacellar e

Fábio Gonçalves (Revisão)

Editoração Eletrônica

Lourdes Guacira da Silva Simonelli (Supervisão)

José Vicente Pimenta (Edição de Imagens)

Duclera Gerola Pires de Almeida (Diagramação)

Impressão e Acabamento

GEOGRÁFICA
editora



*Maria Aparecida de Moraes Silva é doutora pela Universidade de Paris I, França, e livre-docente pela UNESP/Araraquara. É integrante do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da UNESP/Botucatu. Entre suas obras destacam-se De colona a bóia-fria, in *História das Mulheres no Brasil* (Contexto e Editora UNESP, 1997), que recebeu o Prêmio Jabuti, de melhor obra em ciências humanas de 1997; *Mujeres bóias-frias: el difícil arte de vivir en Brasil*, in *Jornaleras, temporeras y bóias-frias. El rostro femenino del mercado de trabajo rural en América Latina* (Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el Desarrollo Social, UNRISD e Nueva Sociedad, Venezuela, 1995); *Mulheres bóias-frias a caminho do eito*, in *Entre a virtude e o pecado* (Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992); *Mulherem seis tempos* (Org.) (Gráfica da FCL/UNESP/Araraquara, 1991). *As andorinhas. Nem cá. nem lá*. Vídeo (1991).*

Este livro retrata a história de milhares de homens e mulheres pobres, trabalhadores (as) rurais, denominados (as) bóias-frias, durante as últimas décadas, numa das regiões de maior concentração de riqueza do país. A pesquisa sociológica, desenvolvida neste trabalho, demonstrou que esta história nada mais é do que uma verdadeira travessia. Segundo a definição roseana, travessia é o real perigosamente talhado durante a vida.

ISBN: 85-7139-214-5



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)